



CADERNOS
PROARQ 39
REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PROARQ

N.39 | Dezembro 2022

Reitora Denise Pires de Carvalho
Vice-reitor Carlos Frederico Leão Rocha
Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa Denise Maria Guimarães Freire
Decano do Centro de Letras e Artes Cristina Grafanassi Tranjan

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
FACULTY OF ARCHITECTURE AND URBANISM

Diretor

Dean

Guilherme Carlos Lassance

Vice Diretor

Vice Dean

Alexandre José Pessoa

Coordenação Geral do PROARQ

General Coordination PROARQ

Coordenadora Ethel Pinheiro Santana

Vice-coordenador Marcos Martinez Silvano

Coordenação Adjunta

Adjoint Coordinators

Editoria Rubens de Andrade

Ensino Priscilla Peixoto

Extensão Lucas Rosse Caldas

Pesquisa Aline Pires Vérol

Câmara de Editoria

Board of Editors

Ethel Pinheiro Santana

Aline Calazans Marques

Rubens de Andrade

Conselho Editorial

Editorial Council

Ceça Guimaraens, UFRJ

Cristiane Rose Duarte, UFRJ

Evelyn Furquim Werneck Lima, UNIRIO

Gabriela Celani, Unicamp

Jean-Paul Thibaud, ENSAG

José Manuel Pinto Duarte, PennState University

Julio Arroyo, Universidad Nacional del Litoral

Leopoldo Bastos, UFRJ

Marta Adriana Bustos Romero, UnB

Raquel Rolnik, USP

Comissão Editorial

Editorial Committee

Ethel Pinheiro Santana

Aline Calazans Marques

Maria Júlia de Oliveira Santos

Equipe Executiva

Executive Team

Bárbara Thomaz (coordenação executiva)

Clarice Mulbauer (secretaria executiva)

Thiago Rangel (secretaria executiva)

Domitila Gomes Almenteiro (apoio executivo)

Mylenna Linhares Merlo (apoio executivo)

Revisão

Revision

Ethel Pinheiro Santana

Aline Calazans Marques

Bárbara Thomaz

Tradução

Translation

Ethel Pinheiro Santana

Bárbara Thomaz

Editoração / Projeto Gráfico

Desktop publishing / Graphic Design

Ethel Pinheiro Santana

Aline Calazans Marques

Bárbara Thomaz

Domitila Gomes Almenteiro

Mylenna Linhares Merlo

Design Original: Plano B [plano-b.com.br]

Capa

Cover

Central do Brasil, 2018

Fotografia de Luciano Gomes

Brazil's Central Station, 2018

Photography of Luciano Gomes



PROARQ UFRJ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA



Copyright©2022 dos autores

Author's Copyright©2022

Cadernos PROARQ

Av. Pedro Calmon, 550 - Prédio da FAU/ Reitoria, sl.433

Cidade Universitária, Ilha do Fundão

CEP 21941-901 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Tel.: + 55 (21) 3938-0288

Website: <http://www.proarq.fau.ufrj.br/revista>

E-mail: cadernos.proarq@gmail.com

FICHA CATALOGRÁFICA

Cadernos do PROARQ Rio de Janeiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – No.1
(setembro 1997) -versão impressa / No. 39 (dezembro 2022) - versão
eletrônica

N.39 (dezembro 2022) 168p

ISSN: 1679-7604 (impresso)

ISSN: 2675-0392 (online)

1-Arquitetura - Periódicos. 2-Urbanismo - Periódicos. Universidade
Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em
Arquitetura. 2022.

CDD 720

Comitê Científico
Scientific Committee

Alfredo Akira Ohnuma Junior, UERJ
Alice Brasileiro, UFRJ
Alice Theresinha Cybis Pereira, UFSC
Alina Santiago, UFSC
Aline Werneck Barbosa Carvalho, UFV
Ana Albano Amora, UFRJ
Ana Beatriz Ayroza Galvão, Escola da Cidade
Ana Gabriela Godinho Lima, Mackenzie SP
Andrey Rosenthal Schlee, UNB
Angélica Tannus Benatti Alvim, Mackenzie SP
Antonio Carlos Carpintero, UNB
Antonio Tarcísio Reis, UFRGS
Beatriz Oliveira, UFRJ
Benamy Turkienicz, UFRGS
Carlos Eduardo Dias Comas, UFRGS
Circe M. Gama Monteiro, UFPE
Claudia Barroso-Krause, UFRJ
Cláudia Piantá Cabral, UFRGS
Claudio Antonio Lima Carlos, UFRRJ
Cristiane Rose Duarte, UFRJ
Denise de Alcântara, UFRJ
Douglas Vieira de Aguiar, UFRGS
Edson Mahfuz, UFRGS
Eduardo Grala da Cunha, UFPE
Elaine Garrido Vasquez, POLI/UFRRJ
Eloisa Petti Pinheiro, UFBA
Emilio Haddad, USP
Emmanuel Pedroso, UFJF
Fernando Diniz Moreira, UFPE
Fernando Freitas Fuão, UFRGS
Fernando Oscar Ruttkay Pereira, UFSC
Flávia Brito do Nascimento, FAU USP
Frederico Holanda, UNB
Gabriel Girnos Elias de Souza, UFRRJ
Gabriela Celani, Unicamp
Gilberto Yunes, UFSC
Giselle Arteiro Azevedo, UFRJ
Gleice Azambuja Elali, UFR
Guilherme Chagas Cordeiro, UENF
Guilherme Lassance, UFRJ
Gustavo Rocha-Peixoto, PROARQ/UFRRJ
Helio Herbst, UFRRJ
Italo Caixeiro Stephan, UFV
Jardel Pereira Gonçalves, UFBA
Jean-Paul Thibaud, ENSAG
Jonathas Magalhães, PUC Campinas
José Merlin, PUC Campinas
Laís Bronstein, PUC Rio
Laura Novo Azevedo, Oxford Brookes University
Leandro Medrano, Unicamp
Leandro Torres Di Gregorio, POLI/UFRRJ
Leonardo Salazar Bittencourt, UFAL
Leopoldo Eurico Gonçalves Bastos, UFRJ
Lídia Quieto Viana, UFBA
Lucia Costa, EBA UFRJ
Luciana Andrade, UFRJ
Luciene Pimentel da Silva, UERJ
Luis Otávio Cocito de Araújo, POLI/UFRRJ
Luiz Eirado Amorim, UFPE
Maísa Veloso, UFRN
Marcelo Gomes Miguez, COPPE-UFRRJ
Márcio Fabricio, USP
Marcos Martinez Silvano, UFRJ/Coppe
Maria Angela Dias, UFRJ
Maria Angela Faggini Leite, IEB/USP
Maria C. Guimaraens, UFRJ
Maria Cristina Schicchi, PUC Campinas
Maria Lucia Malard, UFMG
Maria Luisa Trindade Bestetti, USP
Maria Maia Porto, UFRJ
Marta Adriana Bustos Romero, UNB
Marta Peixoto, UFRGS
Monica Bahia Schlee, Pref RJ
Monica Pertel, POLI/UFRRJ
Monica Salgado, UFRJ
Nivaldo de Andrade, UFBA
Oswaldo Silva, UFRJ
Paola Berenstein Jacques, UFBA
Patrizia di Trapano, UFRJ
Paula Uglione, UFRJ
Paulo Afonso Rheingantz, UFRJ
Paulo Roberto Ferreira Carneiro, POLI/UFRRJ
Reila Vargas Velasco, UFRJ
Renato Tibiriçá de Saboya, UFSC
Ricardo Cabús, UFAL
Roberto Righi, Mackenzie SP
Rodrigo Gonçalves, UFSC
Romulo Krafta, UFRGS
Roselyne de Villanova, Valle de Seine
Rosina Trevisan Ribeiro, UFRJ
Ruth Verde Zein, Mackenzie SP
Sergio Leusin, UFF
Sheila Walbe Ornstein, USP
Silvia Tavares, James Cook University – Australia
Silvio Soares Macedo, USP
Sonia HilfSchulz, UFRJ
Sylvia Rola, UFRJ/Coppe
Tulio Marcio de Salles Tiburcio, UFV
Vera Bins Ely, UFSC
Vera Tangari, UFRJ
Vinicius Netto, UFF
Wilson Florio, Unicamp
Yvonne Maggie, UFRJ

Avaliadores - Revista 39

Evaluators - Edition 39

Alice de Barros Horizonte Brasileiro, UFRJ

Alina Santiago, UFSC

Aline Pires Veról, UFRJ

Anna Beatriz Ayroza Galvão, Escola de Cidade/SP

Ceça Guimaraens, UFRJ

Cláudia Barroso Krause, UFRJ

Emmanuel Pedroso, UFJF

Gabriel Girnos Elias de Souza, UFRRJ

Hélio Luiz Herbst Júnior, UFRRJ

Leopoldo Eurico Gonçalves Bastos, UFRJ

Leticia Maria de Araújo Zambrano, UFJF

Lucia Maria Sá Antunes Costa, UFRJ

Paula Uglione, Université Catholique de Louvain/Bélgica

Palavra do Proarq

O outro ano, marcado ainda pelos sintomas e consequências de uma Pandemia que marcou profundamente o cenário de pesquisas em arquitetura e urbanismo no Brasil, chega ao fim. Desta vez, com uma esperança renovada nas estruturas científicas, tecnológicas e socioculturais, pelo sopro de renovação da composição do Governo Federal. O ano de 2022 se encerra e, com ele, o número 39 do periódico CADERNOS PROARQ se assenta, neste mesmo sentido, com esperança.

Nesta edição, após uma anterior produzida como dossiê temático sobre o Patrimônio Moderno nas cidades atuais, percebemos um interesse e uma preocupação geral – como assegura o processo de recepção em fluxo contínuo do CADERNOS PROARQ – com temas substanciais sobre a manutenção do espaço construído e o futuro das cidades. Por meio da análise da paisagem cultural e do paisagismo, assim como o (ainda discutido) valor dos centros urbanos, o conforto ambiental e a preocupação com o tema da identidade cultural, tanto por meio de pesquisas qualitativas ou baseadas na ascensão de técnicas vernáculas, os artigos que compõem a edição 39 se apresentam essenciais para qualquer debate necessário aos campos de saberes relacionados à arquitetura e urbanismo.

Desejo, portanto, como coordenação do PROARQ, que 2023 nos traga mais incentivos, junto com nossa cada vez maior busca por mudanças estruturais em todos os caminhos que viabilizam a pesquisa nacional, ratificando o valor da ciência e da produção intelectual de todos os nossos pesquisadores.

Ethel Pinheiro Santana

coordenadora do PROARQ

A word from Proarq

Another year ends, still moved by the symptoms and consequences of a Pandemic that profoundly marked the scenario of research in architecture and urbanism in Brazil. This time, with a renewed hope in scientific, technological and socio-cultural structures, through the renewal of the composition of the Federal Government. In this same sense, the year 2022 ends and with it, the number 39 of the journal CADERNOS PROARQ is settle down with hope.

In this edition, after a previous one produced as a thematic dossier on Modern Heritage in today's cities, we perceive a general interest and concern – as ensured by the continuous 'flow reception process' of CADERNOS PROARQ – with substantial themes on the maintenance of built space and the future of cities. Through the analysis of the cultural landscape, as well as the (still discussed) value of urban centers, the environmental comfort and the concern with the cultural identity, either through qualitative research or based on the rise of vernacular techniques, the articles that make up the 39th edition are essential for any necessary debate in the fields of knowledge related to architecture and urbanism.

I therefore wish, as PROARQ coordinator, that 2023 would bring us more incentives, along with our ever-increasing search for structural changes in all ways that make national research viable, ratifying the value of science and the intellectual production of all our researchers.

Ethel Pinheiro Santana

PROARQ Head

Urbanos Pensamentos, dilemas e proposições

A revista 39 do CADERNOS PROARQ “fala” aos seus leitores de uma temática cada vez mais pungente nos fóruns mundiais em arquitetura e urbanismo, como também em outras áreas como a geografia, antropologia, relações internacionais e meio-ambiente, e de forma muito direta para o desenvolvimento da tecnologia e incentivo à inovação: o futuro das construções, da paisagem e das cidades. Tal assunto nos leva, assim, a pensar que toda estratégia de pesquisa em arquitetura e urbanismo deve se integrar transdisciplinarmente às necessidades de um ambiente construído que urge, acima de tudo, por toda a cooperação mútua possível.

Nos artigos submetidos e aprovados percebemos a apresentação do processo de estruturação de um campo conceitual e estético em paisagismo, o valor da paisagem cultural e do patrimônio cultural, o papel das centralidades/centros urbanos nas cidades contemporâneas - no tema habitacional e de relações identitárias, considerações sobre conforto ambiental - trazendo à tona o papel do conforto olfativo e a importância das técnicas de construção vernaculares para a produção cultural. Diante de tais olhares e abordagens, nove artigos formam a estrutura básica deste volume.

Inaugurando a revista 39, Camila Cristina Piccoli Campoy e Maria Cristina da Silva Schicchi analisam a preservação do patrimônio cultural do centro urbano de Rio Claro/SP através da sua condição histórica, das atividades que ajudaram a criar e a desenvolver a cidade e de suas diversas transformações urbanas, com vistas ao ferroviarismo, aos seus personagens históricos e ao desenvolvimento das legislações e dos órgãos públicos ligados ao patrimônio. Também observa as relações dos bens locais com a sociedade civil e as possibilidades de expansão do entendimento cultural que se faz acerca do patrimônio existente.

Fábio Fernando Martins Oliveira, Ademir Kleber Morbeck de Oliveira e José Carlos Pina propõem a análise das características estilísticas, detalhes e história das edificações erguidas entre 1900 e 1940 na zona urbana da cidade de Rio Brilhante/ MS. Considerada como detentora de relevante produção arquitetônica, a cidade se desenvolveu a partir das condições geradas pelo processo colonizatório que se pautou na exploração da pecuária, extração de madeira e coleta de ervamate. O trabalho decorre de visitas in loco nas propriedades, registro fotográfico e coleta de relatos orais dos descendentes dos pioneiros.

Motivados pelo questionamento de como os campos da arquitetura e construção civil tem explorado o olfato em seus estudos de conforto ambiental no ambiente construído, os autores Paloma Romanos, Frederico Braida e Isabela Monken Velloso trazem, através de pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, bibliográfica e documental, com coleta de dados realizada em diversas bases, subsídios para uma reflexão a respeito da abordagem sobre o conforto olfativo em plenitude e suas contribuições para o projeto arquitetônico, tendo como referência tanto os aspectos físicos como os psicológicos.

Aretha Lecir Rodrigues dos Santos e Bárbara Guimarães Fernandes debatem a função dos centros históricos das grandes cidades na contemporaneidade, após o desenvolvimento de outras centralidades urbanas. Atentam em especial para a questão da habitação e da reabilitação dos edifícios ociosos e do espaço urbano degradado como ativador da função social da propriedade urbana, tendo o Edifício Prestes Maia como objeto referência para suas análises.

Matheus Gomes Barbosa e Nirce Saffer Medvedovski se aprofundam na questão dos sistemas de esgotamento coletivo através da análise de pós-ocupação do Sistema Condominial de Esgoto da COHAB Lindóia em Pelotas/RS. Além disso, apresentam um panorama histórico e crítico que estabelece tanto os programas de habitação nacionais quanto suas ampliações para infraestruturas urbanas. Por fim, avaliam as condicionantes de mal funcionamento dos sistemas estudados e apontam possíveis falhas e correções a partir de pesquisa in loco.

Mariana Mamedes dos Santos e Evandro Fiorin expandem a investigação sensível e as possibilidades de pesquisa sobre o território partindo das experimentações, das vivências, das dinâmicas intrínsecas e dos atores locais, além dos conceitos cartográficos apresentados pelos autores no entendimento do antigo leito férreo de Ourinhos/SP.

Alda Azevedo Ferreira apresenta a trajetória do arquiteto paisagista curitibano David Xavier de Azambuja, profissional que se destaca no cenário do Rio de Janeiro durante o período inicial do desenvolvimento do campo paisagístico nacional (anos 1930). O artigo se baseia em pesquisa documental de fontes primárias e aborda suas contribuições para a estruturação do campo paisagístico brasileiro moderno enquanto professor da Escola Nacional de Belas Artes, da Faculdade Nacional de Arquitetura e do Curso de Especialização em Arquitetura Paisagística da Universidade do Distrito Federal.

Rodrigo Araújo Moraes e Simone Barbosa Villa apresentam instrumentos de avaliação do impacto energético que alterações arquitetônicas em habitações de interesse social podem causar. Utilizam métodos de avaliação pós-ocupação para compreender os impactos destas alterações, sobretudo em ampliações e modificações que alteram os índices de ventilação e iluminação natural; ampliando seus métodos para possíveis utilizações em outros contextos.

Millena Moreira Fontes, Alexia Santos Gomes e Daciane Nunes Santos fazem uma leitura das de diversas técnicas vernáculas de construção tendo como base o Museu Caipira de Cachoeirinha/SE. Apresentam estas técnicas não apenas como formas de edificação mas como expressão cultural e ainda como métodos construtivos viáveis e sustentáveis.

Por fim, Bárbara Monte Miranda e Marcela Dimenstein, através de uma abordagem investigativa da na experiência urbana feminina na cidade de João Pessoa, propõe analisar as apreensões femininas do meio urbano e entender os fatores que influenciam em suas formas de ocupação e uso da cidade.

Desejamos que ávidos leitores encontrem nesta produção intelectual rica e abrangente um porto seguro para ancorarem suas reflexões e traçarem novos “planos de viagem”, pela construção do conhecimento em arquitetura e urbanismo!

Ethel Pinheiro Santana, chefe de editoria

Aline Calazans Marques, co-chefe de editoria

Comissão Editorial

Maria Julia Santos e Barbara Thomaz

Coordenação Executiva

Thiago Rangel, Clarice Muhlbauer, Domitila Almenteiro e Mylenna Merlo

Secretaria executiva

Urban Thoughts, Dilemmas and Propositions

The 39th volume of CADERNOS PROARQ 'speaks' to its readers of an increasingly poignant theme in world forums in architecture and urbanism, as well as in other areas such as geography, anthropology, international relations, and the environment, and directly for the development of technology and incentive to innovation: the future of buildings, landscape, and cities. This subject leads us, therefore, to think that every research strategy in architecture and urbanism must be transdisciplinary and integrated with the needs of a built environment that urges, above all, for all possible cooperation.

In the articles submitted and approved, we noticed the presence of the structuring process of a conceptual and aesthetic field in landscaping, the value of the cultural landscape and cultural heritage, the role of centralities/urban centers in contemporary cities - in terms of housing and identity relations, considerations on environmental comfort - bringing to light the role of olfactory comfort and the importance of vernacular construction techniques for cultural production. Against such perspectives and approaches, nine articles form the basic structure of this volume.

Inaugurating the 39th volume, Camila Cristina Piccoli Campoy and Maria Cristina da Silva Schicchi analyze the preservation of the cultural heritage of the urban center of Rio Claro/SP. Through its historical condition, the activities that helped to create and develop the city and its various urban transformations, with a view to railroading, its historical characters, the development of legislation, and public agencies were linked with heritage. It also observes the relationships between local assets and civil society and the possibilities for expanding cultural understanding of existing heritage.

Fábio Fernando Martins Oliveira, Ademir Kleber Morbeck de Oliveira and José Carlos Pina propose an analysis of the stylistic characteristics, details and history of the buildings constructed between 1900 and 1940 in the urban area of the city of Rio Brilhante/MS. With relevant architectural production, the city developed from a colonization's process based on the exploitation of livestock, wood extraction, and haverst of yerba mate. The work stems from on-site visits to the properties,

photographic records and the collection of oral reports from the descendants of the pioneers.

Questioning how the fields of architecture and civil construction have explored the sense of smell in their studies of environmental comfort in the built environment, the authors Paloma Romanos, Frederico Braidá and Isabela Monken Velloso bring subsidies for a reflection regarding the approach on olfactory comfort. The study considered several databases and qualitative research based on exploratory, bibliographical and documental processes. The investigation aims to contribute with the architectural project, using physical and psychological aspects as reference.

Aretha Lecir Rodrigues dos Santos and Bárbara Guimarães Fernandes discuss the function of the historic centers of large cities in contemporary times after the development of other urban centres. They pay particular attention to the housing and the rehabilitation of idle buildings and degraded urban space as an activator of the social function of urban property, with the Prestes Maia Building as the reference object for their analyses.

Matheus Gomes Barbosa and Nirce Saffer Medvedovski brings a deeper perspective into the issue of collective sewage systems through post-occupancy analysis of the Condominial Sewage System at COHAB Lindóia in Pelotas/RS. In addition, they present a historical and critical overview that establishes the national housing programs and their expansions to urban infrastructure. Finally, they evaluate the malfunction conditions of the studied systems and point out possible failures and corrections based on on-site research.

Mariana Mamedes dos Santos and Evandro Fiorin expand the sensitive investigation and the possibilities of research on the territory. The study explores experiments, experiences, the intrinsic dynamics and the local actors, in addition to the cartographic concepts presented by the authors, as a way to understand the old railroad of Ourinhos/ SP.

Alda Azevedo Ferreira presents the trajectory of the Curitiba landscape architecture of David Xavier de Azambuja, a professional who stood out in the Rio de Janeiro scene during the initial development of the national landscape field (1930s). The article is based on documentary research of primary sources and on his contributions to structure the modern Brazilian landscape field as a professor at the National School of Fine Arts, the National Faculty of Architecture and the Specialization Course in Landscape Architecture at the University of the Federal District.

Rodrigo Araújo Moraes and Simone Barbosa Villa present instruments focus on the energy impact's evaluation that architectural modifications can cause in social housing. They use post-occupancy assessment methods to understand these impacts, especially in expansions and physical alterations that changes ventilation and natural lighting indices. The authors expand their presented methods as a possible application in other contexts.

Millena Moreira Fontes, Alexia Santos Gomes and Daciane Nunes Santos analyses several

vernacular techniques construction used on the Museu Caipira de Cachoeirinha/SE. They present these techniques not only as a way to produce architecture but also as cultural expression and a sustainable constructive method.

And finally, Bárbara Monte Miranda and Marcela Dimenstein, through an investigative approach to the female urban experience in the city of João Pessoa, propose to analyze female apprehensions in the urban environment and understand the factors that affect their ways of occupation and use of the city.

We hope that avid readers find in this rich and comprehensive intellectual production as a mean to anchor their reflections and outline new 'travel plans' to construct knowledge in architecture and urbanism!

Ethel Pinheiro Santana

Aline Calazans Marques

Editorial Committee

Maria Julia Santos and Barbara Thomaz

Executive Coordination

Thiago Rangel, Clarice Muhlbauer, Domitila Almenteiro, Mylenna Merlo

Executive Secretariat

Sumário Contents

1

O centro urbano de Rio Claro/SP: territórios e identidades culturais

The urban center of Rio Claro/SP: territories and cultural identities

Camila Cristina Piccoli Campoy e Maria Cristina da Silva Schicchi

22

A produção arquitetônica na zona urbana do município de Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul: 1900 a 1940

The architectonic production in the urban area of Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul: 1900 to 1940

Fábio Fernando Martins Oliveira, Ademir Kleber Morbeck de Oliveira e José Carlos Pina

39

Ativação do Direito à Cidade na Ocupação do Patrimônio Cultural Edificado: Edifício Prestes Maia

Activation of the Right to the City in the Occupation of Built Cultural Heritage: Prestes Maia Building

Aretha Lecir Rodrigues dos Santos e Bárbara Guimarães Fernandes

57

Avaliação Pós-Ocupação do Sistema Condominial de Esgoto da COHAB Lindóia em Pelotas/RS: uma análise para requalificar a infraestrutura de esgotamento sanitário

The valuation Post-Occupation Evaluation of the COHAB Lindóia Condominial Sewerage System in Pelotas/RS: an analysis to requalify the sewage infrastructure

Matheus Gomes Barbosa e Nirce Saffer Medvedovski

75

Caminhografando o antigo leito férreo de Ourinhos-SP

The Walkthrough graphing of the old railroad of Ourinhos-SP

Mariana Mamedes dos Santos e Evandro Fiorin

Sumário Contents

93

David Xavier de Azambuja e o Paisagismo
Moderno no Brasil

David Xavier de Azambuja and the Modern
Landscaping in Brazil

Alda Azevedo Ferreira

113

Conforto olfativo e o projeto arquitetônico: uma
abordagem holística

Olfactory comfort and the architectonic design a
holistic approach

Paloma Romanos, Frederico Braidá e Isabela Monken
Velloso

131

Arquitetura Vernacular em Terra: O museu Caipira
De Cachoeirinha/SE

Vernacular and Earthen Architecture: The Caipira
Museum of Cachoeirinha/SE

Millena Moreira Fontes, Alexia Santos Gomes e Daciane
Nunes Santos

147

O corpo feminino na cidade: experiências urbanas a partir do
caminhar em João Pessoa-PB

The female body in the city: urban experiences from walking
in João Pessoa

Bárbara Monte Miranda e Marcela Dimenstein

CAMILA CRISTINA PICCOLI CAMPOY E MARIA CRISTINA DA SILVA SCHICCHI

O centro urbano de Rio Claro/SP: territórios e identidades culturais

The urban center of Rio Claro/SP: territories and cultural identities

El centro urbano de Rio Claro/SP: territorios e identidades culturales

Camila Cristina Piccoli Campoy

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela PUC-Campinas (2022) com bolsa CAPES. É conselheira titular da cadeira de Patrimônio Histórico Material e Imaterial do Concult (Conselho de Política Cultural de Rio Claro/SP). Foi bolsista Treinamento Técnico (TT3) pela FAPESP (2018-2019). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Escola Superior de Tecnologia e Educação de Rio Claro - ASSER (2015).

Doctoral student at the Postgraduate Program in Architecture and Urbanism at the Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas. Master's degree from PUC-Campinas (2022) with a CAPES scholarship. She is a member of the chair of Material and Intangible Historical Heritage at Concult (Cultural Policy Council of Rio Claro/SP). He received a scholarship Technical Training (TT3) from FAPESP (2018-2019). Graduated in Architecture and Urbanism from the Escola Superior de Tecnologia e Educação de Rio Claro - ASSER (2015).

Estudiante de doctorado en el Programa de Postgrado en Arquitectura y Urbanismo de la Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas. Maestría en Arquitectura y Urbanismo por la PUC-Campinas (2022) con beca CAPES. Es miembro de la cátedra de Patrimonio Histórico Material e Imaterial del Concult (Consejo de Políticas Culturales de Rio Claro/SP). Recibió una Beca de Formación Técnica (TT3) de la FAPESP (2018-2019). Graduada en Arquitectura y Urbanismo por la Escola Superior de Tecnologia e Educação de Rio Claro - ASSER (2015).

camila.cpc2@puccampinas.edu.br

Maria Cristina da Silva Schicchi

Professora titular e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) Nível 2. Arquiteta e urbanista, doutora pela Universidade de São Paulo (2002). Pós-doutorado junto ao Programa Oficial de Postgrado de la Universidad de Sevilla (2010). Pesquisadora principal da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Líder do grupo de pesquisa Patrimônio, Políticas de Preservação e Gestão Territorial do CNPq. Membro da rede Laboratorio Americano de los Paisajes Históricos de la Producción. RED APPLab, vinculada à Universidade de Sevilha. Membro associada do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de

Monumentos e Sítios (ICOMOS-BRASIL), da Association of Critical Heritage Studies, da Latin American Studies Association (LASA) e Membro Fundadora da Associação Ibero-americana de História Urbana. Editora-chefe da Revista OCULUM ENSAIOS- PUC-Campinas (2014 - 2019). Secretária Executiva da ANPARQ - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (2015-2016).

Full Professor and Researcher of the Post-Graduate Program in Architecture and Urbanism and of the Faculdade de Arquitetura e Urbanismo of the Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Research Productivity Fellowship grantee from CNPq (Brazilian National Council for Scientific and Technological Development) Level 2. Architect and urban planner, with PhD Degree from University of São Paulo (2002). Postdoctoral degree from Official Post-Graduate Program of the University of Seville (2010). Principal researcher at FAPESP (São Paulo Research Foundation). Leader of the research group Heritage, Preservation Policies and Territorial Management at CNPq. Member of Laboratorio Americano de los Paisajes Históricos de la Producción. RED APPLab network, linked to the University of Seville. Associate member of the Brazilian Committee of the International Council on Monuments and Sites (ICOMOS-BRASIL), of the Association of Critical Heritage Studies, of the Latin American Studies Association (LASA) and Founding Member of the Ibero-American Association of Urban History. Editor-in-chief of Revista OCULUM ENSAIOS Journal-PUC-Campinas (2014 - 2019). Executive Secretary of ANPARQ - National Association of Research and Post-Graduation Studies in Architecture and Urbanism (2015-2016).

Profesora titular e investigadora del Programa de Posgrado en Arquitectura y Urbanismo y de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Beca de Productividad en Investigación CNPq (Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico) Nivel 2. Arquitecta y urbanista, Doctora por la Universidad de São Paulo (2002). Postdoctorado en el Programa Oficial de Postgrado de la Universidad de Sevilla (2010). Investigadora principal de la FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Líder del grupo de investigación Patrimonio, Políticas de Preservación y Gestión Territorial del CNPq. Miembro de la red del Laboratorio Americano de los Paisajes Históricos de la Producción. RED APPLab, vinculada a la Universidad de Sevilla. Miembro asociada del Comité Brasileño del Consejo Internacional de Monumentos y Sitios (ICOMOS-BRASIL), de la Asociación de Estudios Críticos del Patrimonio, de la Asociación de Estudios Latinoamericanos (LASA) y Miembro Fundadora de la Asociación Iberoamericana de Historia Urbana. Editora en Jefe de la Revista OCULUM ENSAIOS-PUC-Campinas (2014 - 2019). Secretaria Ejecutiva de la ANPARQ - Asociación Nacional de Investigación y Posgrados en Arquitectura y Urbanismo (2015-2016).

cristina.schicchi@puccampinas.edu.br

Resumo

Este artigo analisa a preservação do patrimônio cultural do centro urbano de Rio Claro/SP e busca compreender as relações de identidade e pertencimento da população em relação aos bens culturais. As propostas de tombamento realizadas pelos órgãos de preservação estaduais e nacionais, concentradas no perímetro denominado “centro histórico”, priorizaram a seleção do patrimônio material, por sua relevância histórica e arquitetônica e potencial aproveitamento turístico, sem o necessário entrelaçamento a outros valores, como os simbólicos e afetivos. Desta forma, o perímetro de tombamento excluiu a maior parte dos remanescentes ferroviários e outras referências importantes para a história e cultura da cidade, identificados pela própria sociedade civil como significativos para a memória local. A metodologia se dividiu em três etapas, sendo a primeira histórico-crítica, onde foi possível a apreensão dos principais períodos de expansão da área central e sua correlação com os edifícios, lugares e dinâmicas urbanas estabelecidos. Numa etapa empírica, a visita *in loco* permitiu uma leitura territorial do centro urbano a partir de seus aspectos físicos e da apropriação dos lugares e edifícios significativos pelos diversos grupos existentes na cidade, identificando os agentes de valorização do patrimônio e, na terceira etapa, o cruzamento desses dados possibilitou reflexões e análises das distintas ações de preservação sobre os bens culturais. Verificou-se a importância destes agentes como mediadores na preservação da memória coletiva através da promoção de ações culturais, configurando uma forma de “resistência” cultural. Como resultado, busca-se contribuir para uma revisão crítica sobre os critérios de valorização e reconhecimento dos bens culturais no centro urbano de Rio Claro, de forma a fundamentar futuras políticas municipais.

Palavras-chave: Bem cultural. Identidade. Memória. Ferrovia. Centro Urbano.

Abstract

This article analyzes the preservation of the cultural heritage of the urban center of Rio Claro/SP and seeks to understand the relations of identity and belonging of the population in relation to cultural assets. The listing proposals made by state and national preservation agencies, concentrated in the perimeter called "historic center" prioritized the selection of material heritage, due to its historical and architectural relevance and potential tourist use, without the necessary intertwining with other values, such as symbolic and affective ones. In this way, the tipping perimeter excluded most of the railway remnants and other important references to the history and culture of the city, identified by civil society itself as significant for the local memory. The methodology was divided into three stages, the first being historical-critical, where it was possible to apprehend the main periods of expansion of the central area and their correlation with the buildings, places and urban dynamics established. In a second empirical stage, the on-site visit allowed a territorial reading of the urban center based on its physical aspects and the appropriation of significant places and buildings by the various groups existing in the city, identifying the agents of heritage appreciation and, in the third stage, the crossing of these data allowed reflections and analyzes of the different preservation actions on cultural assets. It was verified the importance of these agents as mediators in the preservation of collective memory through the promotion of cultural actions, configuring a form of cultural "resistance". As a result, we seek to contribute to a critical review of the criteria for valuing and recognizing cultural assets in the urban center of Rio Claro, in order to support future municipal policies.

Keywords: Heritage. Identity. Memory. Railway. Urban center.

Resumen

Este artículo analiza la preservación del patrimonio cultural del centro urbano de Rio Claro/SP y busca comprender las relaciones de identidad y pertenencia de la población en relación con los bienes culturales. Las propuestas de catalogación realizadas por los organismos estatales y nacionales de preservación, concentradas en el perímetro denominado “centro histórico”, priorizaron la selección del patrimonio material, por su relevancia histórica y arquitectónica y potencial uso turístico, sin la necesaria interrelación con otros valores, como los simbólicos y afectivos. Así, el perímetro de protección excluyó la mayor parte de los remanentes ferroviarios y otras importantes referencias para la historia y cultura de la ciudad, identificados por la propia sociedad civil como significativos para la memoria local. La metodología se dividió en tres etapas, siendo la primera histórico-crítica, donde ha sido posible aprehender los principales períodos de expansión del área central y su correlación con los edificios, lugares y dinámicas urbanas establecidas. En una etapa empírica, la visita in situ permitió una lectura territorial del centro urbano desde sus aspectos físicos y de la apropiación de lugares y edificios significativos por parte de los diversos grupos existentes en la ciudad, identificando los agentes de valorización patrimonial y, en la tercera etapa, el cruce de estos datos permitió reflexiones y análisis de las diferentes acciones de preservación de los bienes culturales. Se constató la importancia de estos agentes como mediadores en la preservación de la memoria colectiva a través de la promoción de acciones culturales, configurando una forma de “resistencia” cultural. Como resultado, se busca contribuir a una revisión crítica de los criterios de valoración y reconocimiento de los bienes culturales en el centro urbano de Rio Claro, con el fin de apoyar futuras políticas municipales.

Palavras-chave: Patrimonio. Identidad. Memoria. Ferrocarril. Centro urbano.

Introdução

As primeiras ações dos órgãos de gestão e preservação patrimonial no âmbito nacional (Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e estadual (Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico), entre 1930 a 1970, implicaram em processos de tombamento que priorizaram os aspectos históricos e arquitetônicos de edifícios, resultando mais tarde em impasses em relação aos significados atribuídos a estes bens pela população e nas políticas de gestão patrimonial, onde ainda prioriza-se o patrimônio material. Reconhecer a sociedade civil como aliada na valorização e construção de novos critérios de identificação de bens culturais de natureza diversificada tem sido objeto de estudo destes órgãos nos últimos anos, em especial, após a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, que aponta o direito à memória como um elemento de cidadania.

Este tem sido também um dos desafios de diversas cidades brasileiras em relação à gestão do patrimônio local. A escassez de recursos e agentes técnicos qualificados inviabilizam o desenvolvimento de ferramentas para a ampliação do reconhecimento e a recuperação de diversos elementos significativos para a história das comunidades.

A pressão do mercado imobiliário induziu transformações de usos e padrões construtivos em edifícios históricos e, como controle deste processo, buscou-se delimitar e reconhecer os centros históricos como áreas importantes a serem preservadas, a partir dos anos 1990. A cidade de Rio Claro/SP não ficou alheia a esse processo, visto que a definição e preservação do perímetro do centro histórico e dos elementos que o compõem foram as principais estratégias adotadas. Porém, tal estratégia foi insuficiente para garantir a eficácia de uma política de preservação e inclusão dos bens culturais que representam a diversidade local.

A década de 2000 foi decisiva em termos de mudanças nesse processo, em especial, a partir do Decreto 3.551 do Iphan, que instituiu “o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro” contribuindo social e politicamente para a preservação das expressões culturais⁶. Essa lei tornou mais flexíveis as formas de preservação, comparadas com as concepções tradicionais, sugerindo o registro sem o necessário tombamento, ainda que considerando medidas mais cautelosas na seleção daquilo que deve ou não ser preservado. Isto contribuiu de forma positiva para a multiplicação de conhecimento e reorientação dos órgãos públicos de diferentes instâncias que se interessam pelo patrimônio.

A discussão sobre o significado dos bens culturais que culminou com a elaboração da Carta de Burra (AUSTRALIA ICOMOS, 2006) e o decreto 3.551 do Iphan, foram particularmente importantes para a discussão do patrimônio industrial ferroviário, tratado neste artigo, por permitir considerar a diversidade e especificidade deste - para além do tombamento das estações ferroviárias - reconhecendo também como parte desse patrimônio os “bens móveis - material rodante, peças, documentos em geral, arquivos, livros, pinturas, fotos, plantas, mapas, objetos de decoração, equipamentos de ferrovia, dentre outros - e imóveis - pátios, estações, armazéns, oficinas, caixas d’água, entre outros - tomados em conjunto ou isoladamente, desde que tenham valor artístico, histórico e cultural” (IPHAN, 2010, p.2).

Ainda em âmbito nacional, o conceito de “referência cultural”, utilizado para a realização de inventários, permitiu uma nova perspectiva para a preservação sob o viés antropológico e a ampliação dos bens culturais “representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade”, reconhecendo a

⁶ Tais expressões constituem-se principalmente por “saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)” (IPHAN, 2000).

comunidade como “interpretes legítimos da cultura local”, abordando questões sobre as políticas de preservação, ao indagar a quem cabe o poder de legitimar os bens e ao reconhecer distintos interesses neste processo; e ainda, que os sentidos e valores são atribuídos pelos sujeitos e grupos que usufruem destes bens (INRC, 2000, p.8).

A partir destas premissas, este artigo discute as diversas ações de preservação cultural do município de Rio Claro, ampliando conceitos importantes para o entendimento dos desígnios dos bens culturais do centro da cidade, como os de memória coletiva, identidade e a análise de algumas práticas coletivas do cotidiano.

A metodologia foi histórico-crítica, para a compreensão dos processos socioculturais relacionados aos bens selecionados para preservação no centro histórico de Rio Claro, através de revisão bibliográfica. Em sequência, foi realizada uma análise técnica-documental, pautada na legislação municipal vigente e utilizando como base o mapa das áreas denominadas ZEPAC-2 (Zona Especial de Preservação Ambiental e Cultural do âmbito urbano). Após o reconhecimento dos processos históricos e da transformação territorial correspondente a distintos períodos, procurou-se identificar os agentes culturais atuantes na cidade. Por último, foi necessária uma análise empírica e método de observação participante, com a realização de levantamentos gráficos e fotográficos *in loco*, inter-relacionando outras referências culturais (materiais e imateriais da cidade), bem como a coleta de depoimentos de pessoas e grupos de forma indireta. Nesta dinâmica, foi possível identificar elementos que permanecem ativos na memória dos diferentes grupos sociais, em especial, dos ex-ferroviários.

Finalizou-se com os mapeamentos destes levantamentos. Para tanto, foi necessário distinguir e discutir os perímetros oficiais do centro: o Centro Urbano (definido pela Lei Complementar nº 128/2017), o Centro Histórico da cidade (núcleo fundacional) e suas áreas envoltórias que incluem a área ferroviária e os remanescentes dispersos no território, os quais justificaram a necessidade de uma revisão dos critérios de valor adotados, a partir do conceito de significado cultural e do reconhecimento da importância dos processos históricos subalternos.

O Centro Histórico, o Centro Urbano e os remanescentes ferroviários:

A maioria das cidades do interior paulista constituiu-se, inicialmente, a partir da produção de açúcar (até meados de 1840) e do café (1850), sendo sua expansão alavancada após a implantação da ferrovia.

A ferrovia trouxe mudanças no contexto social e urbano de Rio Claro, estimulando novas ocupações, atividades e comércio e, conseqüentemente, um crescimento do tecido urbano.

Devido à topografia favorável e sua localização estratégica, as grandes fazendas de café⁷ da região facilitavam o escoamento das safras até o Porto de Santos. O município de Rio Claro se transformou de um pouso de viajantes e tropeiros - que se direcionavam ao Mato Grosso em busca de ouro, por volta de 1817 a 1829 -, em centro da região, polo cafeeiro e o mais avançado em relação ao povoamento, mesmo após uma série de desmembramentos que deram origem a outras cidades na região. Tais fatores motivaram a escolha da cidade para implantação da primeira Estação Ferroviária em 1876, além de permitir a influência política e social de grandes fazendeiros na região.

⁷ Possivelmente, Rio Claro se diferenciou de outras cidades do interior paulista pela Fazenda Ibicaba (atual município de Cordeirópolis), antiga propriedade do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro até 1859, por ser pioneira na tentativa de substituir a mão-de-obra escrava livre por imigrantes (HOGAN; OLIVEIRA; NETO, 1986).

As primeiras estações ferroviárias costumavam ser bastante singelas e somente receberam melhorias e ornamentos arquitetônicos após a vinda de trabalhadores imigrantes. Esses imigrantes se alojaram no entorno das estações, formando núcleos de residências operárias que são reconhecidos como referências culturais do território pela população em muitas cidades paulistas, desde então, mesmo após o surgimento de outros vetores de urbanização significativos para as cidades, como as rodovias e os distritos industriais (SCHICCHI et al., 2019). Posteriormente, os imigrantes (em sua maioria italianos, alemães e portugueses) buscaram ascensão social através do comércio e passaram a compor a classe média, sendo o núcleo urbano um atrativo para estas atividades. Pelas filiações entre as famílias, através de casamentos, posteriormente, passaram a ocupar cargos eletivos e públicos, substituindo a elite rural (BILAC, 1997).

A cidade, em seus primeiros anos, contou com a atuação da “Sociedade de bem comum”, criada em 1832 e organizada por integrantes de famílias de prestígio na época (todos fazendeiros, exceto o Padre Delfino) com o objetivo de concretizar obras e melhoramentos públicos, como a nova sede da Igreja Matriz; além da “difusão dos bons costumes e educação da mocidade” (PENTEADO, 1977, p.21). Suas decisões foram significativas para a administração local, tendo projetado um modelo de organização do espaço, caracterizado por um traçado ortogonal, retilíneo e lógico, que seria reproduzido até a segunda metade do século XIX [FIGURA 1]. A despeito de ter encerrado suas atividades em 1839, os membros permaneceram atuantes nas decisões políticas da cidade durante a primeira eleição da administração da Câmara Municipal, em 1845.

A Igreja Matriz foi o marco do núcleo fundacional da cidade, visto que os habitantes do pequeno povoado de São João Batista do Ribeirão Claro logo se fixaram ao seu redor e definiram a nomenclatura das primeiras ruas da cidade, identificadas por suas características: Rua Nova (atual Rua 8), Rua da Boa Vista (atual Rua 7), Rua Direita (atual Rua 6), Rua das Formigas (atual Rua 5), Rua da Matriz (atual Av. 3), Rua do Meio (atual Av. 1), Rua das Flores (atual Av. 2) e Rua do Campo (atual Av. 4), segundo Penteado (1977). No ano de 1836, este núcleo totalizava 17 quarteirões, trechos de 11 vias e a Praça da Liberdade, compreendendo o perímetro definido na [FIGURA 1], mais tarde denominado Centro Histórico.



FIGURA 1 – Imagem aérea do Centro Histórico de Rio Claro/SP, em 1998, com destaque da Igreja Matriz São João Batista, ao centro, e imagem com a definição do perímetro do Centro Histórico de Rio Claro, definido pelo Condephaat em 2006.

Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado” e elaboração das autoras sobre imagens coletadas pelo Google Earth, data:26/11/2021.

Porém, em busca de um sistema simples e racional inspirado nas cidades americanas, foi proposta, em 1885, uma nova nomenclatura para as ruas da cidade e escolhido como ponto referencial a Estação Ferroviária (e não mais a igreja), que passa a ser localizada na Avenida 01 com Rua 01, sendo as demais ruas contadas a partir dela, criando-se uma sequência lógica e mantendo-se os antigos nomes das praças públicas [FIGURA 2].

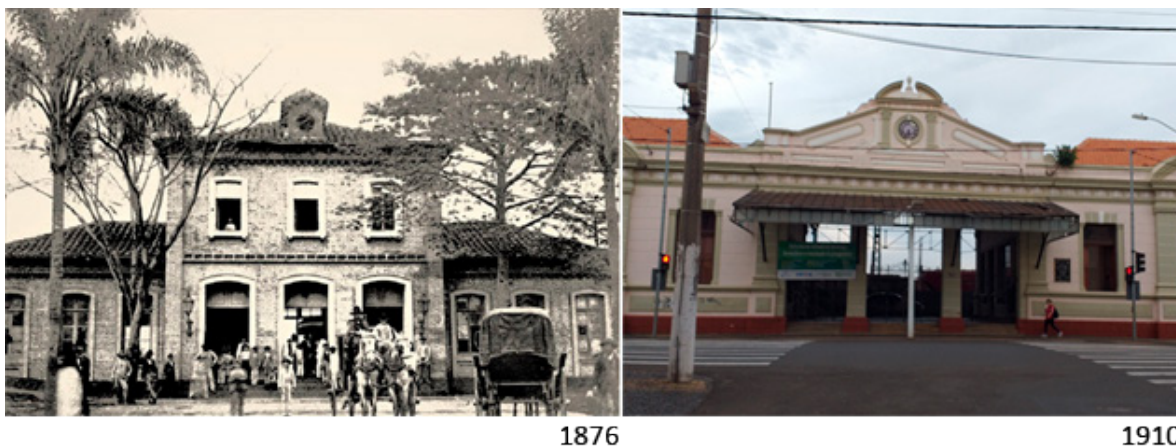


FIGURA 2 – Imagem da primeira Estação Ferroviária de Rio Claro, construída em 1876 e demolida em 1910, dando origem à Estação Ferroviária atual

Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadó".

Em Rio Claro, o crescimento urbano atingiu um ritmo acelerado após se tornar sede da Cia. Rio-clarense de Estradas de Ferro, em 1882. Iniciou-se um comércio mais ativo e diversificado na área central, seguido da implantação das oficinas durante a administração da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF), em 1892 [FIGURA 3]. O comércio e os serviços que surgiram no entorno deste novo núcleo urbano e das oficinas da CPEF, visavam atender à ferrovia e aos operários e imigrantes; introduziram-se serrarias, cerâmicas, beneficiadoras de arroz e café, armazéns de roupas, alimentos, ferragens, louças e uma série de outros produtos, assim como novas atividades industriais no centro da cidade, cujos edifícios e galpões ainda remanescem no território. Posteriormente, a ferrovia passou por outras administrações: Ferrovia Paulista S.A (Fepasa), ALL (América Latina Logística S.A.) e Rumo Logística S.A., que atualmente possui direito de uso da superfície. Atualmente, o conjunto ferroviário em Rio Claro abrange uma área construída de 9.458 m², em um terreno de 55.834 m², cobiçado pelo setor imobiliário por sua localização e extensão territorial.



FIGURA 3 – Vista aérea das oficinas da CPEF, s/data.

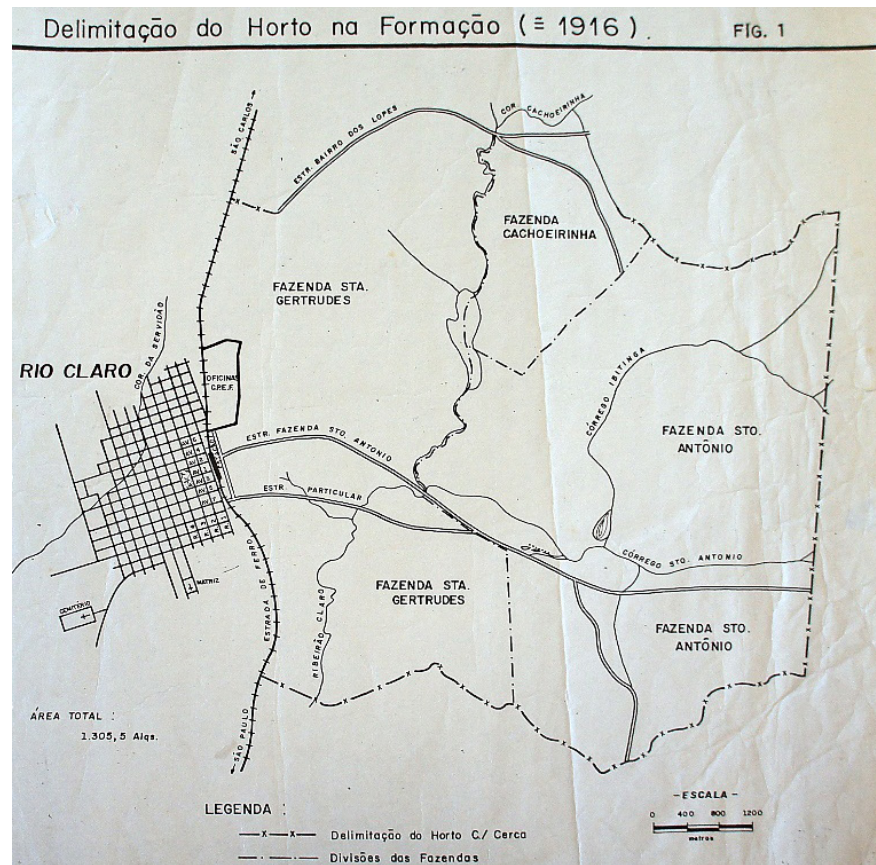
Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadó".

A ferrovia, em especial durante a administração da CPEF, deu à cidade condições de se recuperar da crise financeira nacional de 1929, ocasionada pela baixa importação de café. Criaram-se escolas de aprendizagem que descentralizaram o conhecimento dos operários especializados, como serralheiros, condutores de locomotivas e outras profissões, criando sucessivas gerações de aprendizes especializados em apenas um setor da produção. Esta mudança de organização do trabalho e da produção, baseada no sistema taylorista, juntamente com a criação de outras “benfeitorias” implementadas pela CPEF, como a criação de Grêmio Recreativo, antiga Banda Musical União dos Artistas (até 1896), a criação de hortos florestais e vilas operárias, por exemplo, visavam diminuir a força das lutas ferroviárias por melhores condições de trabalho, em decorrência da greve de 1906, a mais significativa ocorrida no Estado. O movimento trouxe impacto para todas as cidades que possuíam atividades diretamente vinculadas à CPEF, refletindo na vida cotidiana da população. Assim, a CPEF implementou um controle mais rígido das atividades dos operários, que se estendia para além do horário de trabalho nas oficinas, a partir da oferta de atividades de lazer para as famílias e de formação de novas gerações de operários, no período entre 1885 e 1928 (MINA & ALMEIDA, 2018) e imprimiram sobre a área do entorno da ferrovia e do que se poderia denominar de “centro expandido”, naquele momento, uma dinâmica urbana e um cotidiano planejado pela empresa.

Neste mesmo período, há uma transição política e o enfraquecimento dos grupos tradicionalistas da cidade que passam a ser substituídos por outros segmentos sociais, em especial, pela classe média, composta principalmente por imigrantes e seus descendentes (BILAC, 1997). O capital gerado pelo comércio local passou a ser investido no setor imobiliário, alterando a dinâmica de compra e venda local, o que também pode explicar esta transição (SANTOS, 2006). Em 1873, dos 198 proprietários de imóveis registrados, 37% possuíam mais de um imóvel. (HOGAN; OLIVEIRA; NETO, 1986).

FIGURA 4 – Mapa indicando a delimitação das fazendas para a formação da Floresta Estadual (antigo Horto, atual FEENA), aproximadamente em 1916, indicando as propriedades de Fazendas, o tecido urbano (atual zona central) e a Oficina da C.P.E.F.

Fonte: Coleção Argemiro Dias, Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”, referência CAD 284.



Além da modernidade, a ferrovia trouxe também um encurtamento de distâncias que beneficiou os ferroviários e suas famílias, através de passes livres de viagens de trem, que possibilitaram a compra de produtos em outras cidades; e aos fazendeiros, permitiu a mudança para a Capital e o controle de suas fazendas à distância, isto quando não eram vendidas [FIGURA 4], acarretando a alteração do perfil social da cidade, que passa a ser composta majoritariamente por ferroviários. Nos anos 1950, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF) chegou a empregar 3.500 pessoas.

Na área posterior à estação de Rio Claro, junto ao pátio de manobras, foi implantado o Horto Florestal (atual Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade), que visava atender a ferrovia com a produção de madeiras para dormentes de trilhos e combustível para os vagões. Em sequência, surgiram os primeiros quarteirões do bairro Cidade Nova e mais tarde, o Vila Paulista (1921) e a Vila Operária (1938): “Ao redor das Oficinas moravam cerca de 2 600 famílias” (GARCIA, 1992, p.28).

No mapa da Figura 5 estão representadas as transformações urbanas que ocorreram no período entre 1828 e 2020, evidenciando os processos que transformaram Rio Claro de vila à “cidade ferroviária”, expressão dada em decorrência da construção dos diversos equipamentos comunitários, culturais e esportivos pela CPEF, localizados em pontos diversos da quadrícula (SANTOS, 2000, p.163).

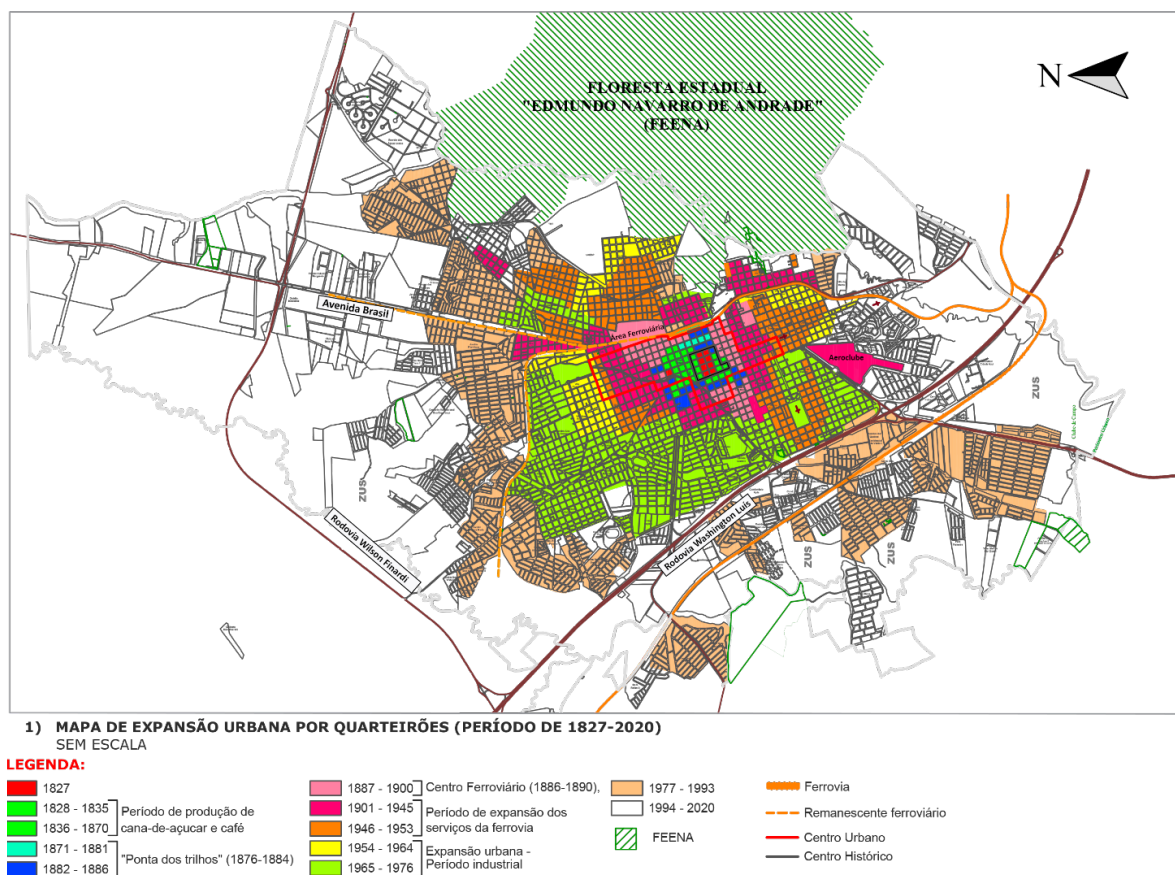


FIGURA 5 - Mapa indicando as transformações urbanas de Rio Claro, com destaque para a localização da ferrovia, do perímetro do centro histórico e da ZEPAC 2.

Fonte: Intervenção das autoras sobre os mapas: 1. Anexo IV.a - Mapa do Zoneamento do Distrito Sede (PDDM, 2017); Mapa "Evolução do espaço urbano de Rio Claro - 1827 a 1993" (TROPOMAIR, 1993).

Através do mapeamento territorial [FIGURA 5] e compreensão dos processos históricos, foi possível evidenciar que a cidade, em seus primeiros anos (1817 a 1827), apresentava um território disperso (SANTOS, 2000). O povoado que se fixou na cidade, concentrava-se em quarteirões no entorno do núcleo fundacional (período entre 1828 e 1870). Entre 1871 e 1881, surgem 5 quarteirões na extensão da Rua 02, na proximidade da Estação Ferroviária. No período compreendido entre 1887 e 1900 (quando a cidade se tornou "Ponta dos trilhos" [1876-1884]), houve uma expansão urbana de setenta e um quarteirões, envolvendo o traçado já existente. Rio Claro tornou-se sede da Companhia de Estradas de Ferro e "estação intermediária de linha", após expansão da ferrovia até São Carlos (1884); Araraquara (1885) e Jaú (1887). Junto a esse complexo foram fundadas, em 1892, as oficinas da CPEF, que neste período contratou cerca de dois mil empregados (HOGAN; OLIVEIRA; NETO, 1986).

Já no período entre 1901 e 1953, período de expansão dos serviços da ferrovia, o crescimento da cidade foi muito mais significativo do que nos anos anteriores, ocorrendo de forma mais ampla e principalmente no entorno da ferrovia. As décadas de 1960 e 1970, foram representativas de um período de expansão industrial em diversas cidades. No mapa da Figura 5, é possível verificar que houve uma expansão periférica próxima à Rodovia Washington Luís, à Rodovia Wilson Finardi e à Avenida Brasil (em direção ao Distrito Industrial), entre 1954 e 1993. Após 1994, surgem novos loteamentos (sem preenchimento de cor no mapa).

Assim, entendeu-se que as referências culturais relacionadas à memória e a vida ferroviária são constituídas não somente por remanescentes construídos pela Companhia no período, mas também pelas edificações que abrigaram atividades que supriam a ferrovia e os operários, como os antigos galpões para depósitos de produtos, o comércio de máquinas e componentes e os serviços especializados, os quais, embora com outros usos e em muitos casos descaracterizados, ainda conformam a paisagem do entorno da ferrovia.

O imaginário e a paisagem urbana resultante deste modo de vida operário se mantém nos dias atuais através dos elementos que compõem o cotidiano da população local, tais como: o apito do trem, as áreas de recreação da cidade (em especial, a FEENA), o cruzamento diário obrigatório da linha nas avenidas 8A e 7A, com seu típico congestionamento, causado muitas vezes pelos vagões de transporte em uso; o comércio popular central que ainda é mais intenso entre as ruas 01 e 03, próximas à ferrovia; as histórias orais contadas por aqueles que presenciaram o auge da ferrovia; e a paisagem urbana da área central emoldurada pela linha e seus equipamentos, passarelas e transposições. No conjunto, estes elementos corporificam a memória ferroviária de Rio Claro atualmente.

O Centro Urbano da cidade ainda é o local de grande investimento econômico e de infraestrutura da cidade, com predominância do comércio popular. Entretanto, os edifícios verticais construídos entre as décadas de 1950 e 1970, foram projetados sem garagens. Desta forma, muitos estão sendo demolidos e os terrenos usados para fins de estacionamento, para suprir a demanda do tráfego central, que durante o horário comercial é intenso e, após este horário, é quase inexistente, tornando o centro um espaço deserto e subutilizado.

Para essa discussão, buscou-se conhecer as condições atuais dos remanescentes e a memória ligada à ferrovia, em contraste com o tratamento dado aos bens culturais localizados no centro histórico, muitos deles tombados individualmente, pois compreendeu-se que a ferrovia foi o elemento articulador de diferentes períodos e gerações da comunidade, conforme já dito. Contudo, embora possuam grande valor simbólico e afetivo e sejam um atrativo turístico cultural e natural, seus remanescentes permanecem subutilizados e, territorialmente, não estão inscritos no perímetro oficial proposto para tombamento.

Os grupos sociais e a gestão dos bens culturais: preservação da memória coletiva em Rio Claro

As ações mais recentes de preservação patrimonial do município de Rio Claro distinguem-se em dois momentos: os tombamentos pontuais realizados por agentes externos [FIGURA 6] - visto que a cidade não possui tombamentos municipais - durante o período das primeiras ações dos órgãos de preservação nacional (Iphan) e estadual (Condephaat), concentrados em sua maioria na área central, em específico no Centro Histórico; e o reconhecimento dos bens culturais pelos órgãos municipais, universidades locais, pesquisadores e a sociedade civil, que não implicaram em processos de tombamento oficializados, mas foram expressão do interesse e da necessidade em se registrar e memorizar, reconhecendo a importância histórica, cultural e social destes.

Os tombamentos referem-se a um conjunto hegemônico, que preserva a memória da elite rio-clarense atuante no auge da produção cafeeira e responsável pela construção de diversos edifícios significativos da cidade, com expressivo caráter arquitetônico e histórico, que se mantém preservados até os dias atuais, mantendo suas características originais, tais como: a E.F. Cel. Joaquim Salles (Processo nº 24929/86); o prédio da antiga estação ferroviária (Processo nº 22295/82); o edifício do Gabinete de Leitura (Processo nº 22297/82); o Sobrado do Barão de Dourados (atual sede do Museu Pedagógico “Amador Bueno de Veiga”; Processo nº 000353/73), também tombado pelo Iphan; a Floresta Estadual e Museu “Edmundo Navarro de Andrade” (Processo nº 00428/74); além de dois outros localizados respectivamente nos distritos de Corumbataí e Ajapi: a Usina Hidrelétrica de Corumbataí (Processo nº 000300/73) e a Sede da Fazenda de Grão Mogol (Processo nº 20145/76).

FIGURA 6 – Imagem dos patrimônios culturais tombados e em análise pelo Condephaat e Iphan, localizados no centro urbano de Rio Claro/SP.

Fonte: Acervo da pesquisa, data: 19/02/2022.



O Centro Histórico também foi objeto de tombamento pelo Condephaat, por manter as características do traçado e edificações que o compõem, como as antigas residências do Barão de Porto Feliz, do Visconde de Rio Claro (atual Escola Marcello Schmidt) e da família Siqueira Campos (atual Casarão da Cultura, por exemplo, todas pertencentes ao mesmo processo nº 46976/03. Foi iniciada uma revisão desse processo pelo Condephaat em 08/05/2006, que ainda permanece em análise.

Em contrapartida, a fim de suprir uma demanda do Condephaat, o perímetro do Centro histórico, juntamente com a área envoltória da Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade” (FEENA) e a área de proteção dos tombamentos, foi incorporado às ZEPAC-2 (Zona Especial de Preservação Ambiental e Cultural do âmbito urbano), instituída pelo Plano Diretor municipal vigente (Lei complementar nº128/2017), que se caracterizam por “situarem-se no entorno de bens tombados, elementos naturais ou construídos integrantes da paisagem da cidade e referenciais para sua população, sujeitando-se a restrições urbanísticas específicas” (RIO CLARO, 2017, p.20).

A eleição dos lugares de interesse cultural desconsidera muitas vezes as práticas comuns e cotidianas, como o trabalho e a habitação e seus valores simbólicos, afetivos e estéticos e, por outro lado, reproduzem a visão de que os patrimônios tombados não podem receber usos “menos nobres” (MENESES, 2015, p.38). Essa distinção resulta na invisibilidade ou esquecimento do homem simples – o operário - nas políticas de preservação, nas intervenções urbanas e na eleição dos lugares significativos. Contudo, segundo Meneses, a partir da compreensão da cidade por suas diferentes dimensões e admitindo-se as disputas, conflitos, prioridades e relações sociais que nela ocorrem, é que “a cidade pode ser vivida como um bem cultural” (MENESES, 2015, p.35).

Candau (2011, p.16), também afirma que a memória e a identidade se “nutrem mutuamente”, uma vez que uma necessita da outra para existir e é através do compartilhamento de conhecimentos, saberes, representações e crenças e das interações sociais que elas se reforçam. Assim, não existe memória coletiva sem o reconhecimento das memórias individuais e quando a memória se perde entre as gerações ou é enfraquecida, a identidade é ameaçada. Por isso, surgem fenômenos de resistência ou reapropriação da memória por parte dos grupos que compõem a cidade.

Nesta pesquisa, entendeu-se que o campo social é complexo e para a eleição dos objetos a preservar é importante considerar distintos olhares sobre os remanescentes. A reflexão sobre os elementos levantados permitiu indagar até que ponto os bens que foram tombados são representativos para toda a população, uma vez que nos materiais coletados em arquivo público, museu, bibliotecas e acervos, além de coleta de depoimentos, apontam-se diversos outros bens culturais⁸ que representam diferentes grupos sociais.

Os grupos sociais e as iniciativas privadas existentes na cidade têm sido importantes aliados no resgate e preservação da memória coletiva, diante da ausência de políticas permanentes de preservação e de ações mais efetivas do poder público. Esses grupos têm operado como mediadores na ressignificação dos espaços e no resgate da memória local; expressam sua identidade nos espaços que ocupam, caracterizando as fachadas [FIGURA 7] e interiores com pinturas, grafites, lambe-lambes, ou até mesmo com as cores institucionais do município, por exemplo. Apesar de possuírem uma característica informal, são protagonistas de intervenções urbanas pontuais, de baixo custo, que visam uma promoção de inclusão e cidadania, principalmente no que se refere à afirmação da memória e à visibilidade de grupos minoritários, bem como no acesso público a espaços mais qualificados e a serviços básicos de infraestrutura,

⁸ Coletados através dos livros HENRIQUES, A.B., et al., 2016”; CAMPOS, M.T., et al., 2012 e pesquisa eletrônica e demais fontes consultadas durante a pesquisa, com o intuito de identificar os patrimônios que os municípios consideram relevante para preservação histórica.

correspondendo ao que tem sido denominado “urbanismo tático”. A ocupação destes espaços torna-se, muitas vezes, conveniente ao poder público e aos proprietários dos imóveis, ao manter o mínimo de zeladoria, garantindo a “utilidade social” e “viabilidade financeira”, apresentadas como problemáticas contemporâneas dos bens tombados (CHUVA; NOGUEIRA, 2012, p. 33).



1) VISTA FRONTAL - RUA 01 B - CIDADE NOVA

SEM ESCALA

FONTE: ACERVO DAS AUTORAS

FIGURA 7 – Imagem da extensão da Rua 1B, identificando o Galpão Cultural, antigo galpão ferroviário, e residências de famílias de ex-ferroviários.

Fonte: Acervo da pesquisa, 2022.

O levantamento dos bens culturais localizados na região central, realizado em campo, constatou que a manutenção dos bens no Centro Histórico conta com parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, além de assessorias técnicas e especializadas, principalmente nos edifícios institucionais ou de interesse turístico e econômico, diferentemente dos remanescentes ferroviários, que permanecem subutilizados ou são cedidos para usos de grupos sociais e coletivos.

Na pesquisa, foram identificados, nos antigos barracões da estação ferroviária, hoje Galpão das Artes, ao longo da Rua 1B - bairro Cidade Nova - a utilização pela Orquestra Sinfônica de Rio Claro (grupo tradicional da cidade que leciona aulas gratuitas de música clássica), o Fundo Social de Solidariedade (extensão da Secretaria de Ação Social, com o objetivo de receber e realizar doações para famílias carentes), a Cia. Passarinhar (que promove aulas de arte circenses, com o tecido acrobático) e o MM Boxe (escola de boxe olímpico, desde 2003), este último também sede da Frente Cultural InBoxe [FIGURA 8]. Esses espaços funcionam, portanto, como lugares de reunião para promoção de ações culturais, sociais e educativas, voltadas para a comunidade, sobretudo com propósitos ativistas, ao debater questões sobre gênero e etnia, promover aulas de capoeira [Figura 9], batuque da umbigada, oficinas de lambedura, carnaval, entre tantas outras.

Além destes, identificam-se diversas iniciativas no âmbito cultural e pedagógico, que abrangem a memória oral, lúdica, imagética, simbólica e afetiva no município, como as que partem de distintos agentes públicos e privados, muitas vezes voluntárias: Projeto Memória Viva (coleta de depoimentos de representantes da sociedade civil⁹); concursos e exposições fotográficas “Rio Claro Revela sua história” (com o intuito de incentivar o olhar sobre edifícios, lugares, trabalho, tradições e até mesmo o cotidiano);

⁹ Principal fonte utilizada nesta pesquisa.

o Projeto Griô¹⁰ (rodas de conversa entre a população e alguns representantes locais); o Projeto Arqaventuras (pedagógico, com o intuito de difundir o acervo do Arquivo Público de Rio Claro e incentivar as visitas de estudantes da rede municipal); o Atlas pedagógico e outros eventos culturais como exposições, exhibições de filmes, de música e dança e oficinas, oferecidos por grupos independentes. Estas ações apontam para um desejo de participação e ação sobre a cultura e o patrimônio (material e imaterial) da cidade; porém, tais iniciativas se encontram desarticuladas da gestão pública, ou entre as próprias secretarias, o que as tornam intermitentes e pontuais, sem uma garantia de continuidade.

FIGURA 8 –Montagem de imagens das atividades desenvolvidas pela Frente Cultural InBoxe no Galpão Cultural (Rua 1B – Cidade Nova), como discotecagem, lambelambes, oficina de movimentos da capoeira de angola e musicalização infantil.

Fonte: Rede social da Frente Cultural InBoxe (Facebook). Disponível em: <https://ne-np.facebook.com/pg/frenteculturalinboxe/posts/> Acesso em: 13/13/2021



Inferre-se que a ausência dessa articulação é resultante da desativação de uma série de órgãos técnicos, nos últimos anos, como o Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural e o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e da falta de políticas públicas municipais específicas para o setor cultural. Por isso, a responsabilidade de preservação de edifícios, da memória e da identidade cultural acabou por se fragmentar nos diversos grupos, ou foi assumida por algumas entidades públicas que, em outro organograma administrativo, seriam coadjuvantes no processo, como o Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadado" e o Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno de Veiga".

Nos levantamentos realizados, buscou-se identificar e mapear informações produzidas por órgãos oficiais e pela sociedade civil (depoimentos, produções acadêmicas e técnicas, além da análise in loco), a fim de compreender o que está sendo valorizado e protegido dentro do perímetro da ZEPAC-2, representado na [Figura 9], que sintetiza e localiza os bens culturais de Rio Claro. Ao todo, foram identificados e mapeados 50 edifícios de interesse cultural; 5 processos de tombamento oficializados; 6 processos de tombamento em análise; 20 remanescentes ferroviários; e 14 grupos, instituições e coletivos¹¹ relacionados a pesquisa¹².

¹⁰ O termo "Griô" é utilizado para pessoas que, pela experiência vivida na família e na comunidade, desempenha o papel de agente cultural, transmitindo oralmente valores, costumes e tradições para os seus descendentes e grupos, constituindo-se em instrumento central de preservação da cultura afro-brasileira presente em Rio Claro/SP.

¹¹ Há uma grande dificuldade em localizá-los, pois seus registros estão geralmente ligados às atividades realizadas, poucos possuem espaços próprios ou regularização jurídica, seus encontros geralmente são pontuais e dependem da disponibilidade de espaços culturais.

¹² No mapa apresentado neste artigo, optou-se por reduzir o número de edificações tombadas, significativas ou de remanescentes ferroviários para melhor visualização de suas localizações. Para acesso ao mapeamento completo, consultar [CAMPOY, 2022].

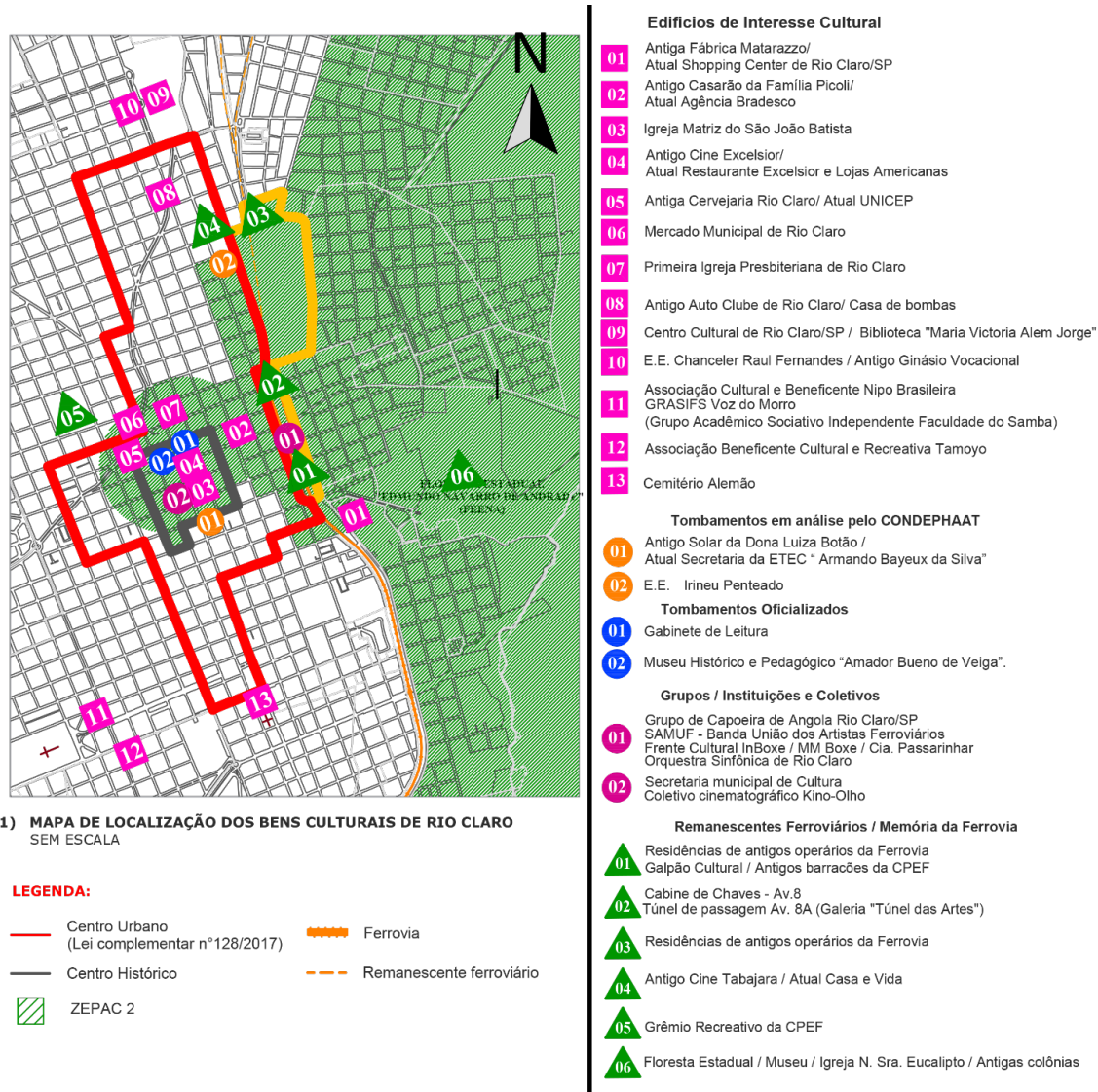


FIGURA 9 –Mapa de localização dos principais bens culturais em Rio Claro.

Fonte: Produção das autoras, data: 25/11/2021

De maneira geral, o patrimônio cultural reconhecido ainda está bastante relacionado às igrejas (católica e evangélica, principalmente), instituições de ensino, edifícios de caráter arquitetônico ligados a representantes da elite política e social da cidade, como os casarões, e pouco relacionado às fábricas, clubes, cortiços e vilas operárias. Contudo, a apropriação destas construções por grupos sociais é um fenômeno crescente, que possibilita uma ação de zeladoria e a ressignificação das mesmas, que se processa ao longo do tempo, na medida em que o lugar vai se consolidando com uma nova imagem, proporcionada pelas manifestações culturais e a abertura para diferentes públicos, de distintas faixas-etárias e classes sociais.

A vida operária prevalece na cidade na organização das relações sociais, no percurso cotidiano no entorno do centro, na toponímia, na nomenclatura dos bairros localizados no entorno da área ferroviária, na paisagem, na identidade e sentimento de pertencimento dos ex-ferroviários a este universo, nos costumes e modo de vida, todos elementos que representam as memórias individuais e coletivas. Desta forma, concorda-se quando Meneses afirma que "o cotidiano e o universo do trabalho são a melhor bússola para assegurar o rumo legítimo e eficaz nas ações governamentais no campo do patrimônio ambiental urbano – inclusive para colaborar com as políticas públicas de inclusão social" (MENESES, 2015, p.53).

No mapa da Figura 9, é possível constatar que os remanescentes ferroviários se concentram nas proximidades da área ferroviária e da FEENA, onde se desenvolvia a vida operária. O perímetro da ZEPAC-2 extrapola a delimitação do Centro Urbano e atinge a área posterior à ferrovia, com intuito de proteger a Floresta Estadual, tombada como patrimônio natural; ou seja, entre a Floresta e o conjunto ferroviário propriamente dito, há um espaço urbano ocupado por diversos bairros residenciais, relacionados a distintos períodos de funcionamento da ferrovia, que podem ser considerados como parte da memória da formação do tecido social e urbano do centro de Rio Claro.

Considerações finais

Detectou-se que a ferrovia foi o elemento articulador da história de diferentes grupos e diferentes gerações, em sucessivos períodos, na cidade de Rio Claro. Contudo, apesar do tombamento da Estação Ferroviária e da Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade” (FEENA) pelo Condephaat - dois remanescentes importantes para a preservação da memória ferroviária - vários de seus edifícios e equipamentos, como o antigo cinema e o clube ferroviário, e outros aspectos ligados a esta memória, como a paisagem ainda presente no entorno da área ferroviária, conforme apontado, foram desconsiderados nos processos de tombamento e em projetos recentes de revitalização da área.

São exemplos os galpões implantados no entorno do centro e os depósitos que hoje abrigam o comércio popular e os próprios galpões ferroviários, que por sua subutilização, constituíram uma oportunidade para a apropriação de diferentes grupos. Estes remanescentes constituem referências de um período de fixação de uma população predominantemente operária na cidade, quando foram criadas vilas e depois os bairros operários e se estabeleceu um cotidiano marcado pelo ritmo da ferrovia e das oficinas ferroviárias, conformando uma paisagem urbana distinta daquela que se formou a partir da quadrícula regular do centro histórico, ocupada pelos casarões da elite cafeeira.

Constatou-se também a existência de uma preocupação em preservar e consolidar uma identidade cultural e que a integração entre diferentes setores administrativos, instituições afins da comunidade, universidades e sociedade civil, poderia permitir uma ampliação e diversidade de agentes culturais na inventariação, catalogação, registro e mapeamento dos bens culturais do Município mais ampla e diversa.

Garantir políticas de preservação permanentes e instrumentos de gestão e seguimento, em longo prazo, onde seja possível determinar planos, metas e verbas, assim como incentivos municipais para os proprietários dos bens culturais, são medidas essenciais para garantir a manutenção e ativação de espaços de interesse cultural, como os relacionados à ferrovia.

Finalmente, conclui-se que, tais políticas não podem ser eficazes se isoladas de todo o processo social. Somente uma articulação, envolvendo diversos setores da sociedade e da administração municipal, como o cultural, o pedagógico, o social, o turístico e o econômico, poderia garantir a continuidade dessas ações voluntárias e dispersas, que já existem em profusão, concentradas no centro da cidade, de forma que se tornem efetivas e valorizem a diversidade cultural local e, sobretudo, para que possibilitem uma constante atualização e incorporação de novos valores e referências culturais.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Bolsa Produtividade em Pesquisa - Processo 305078/2020-8).

Referências

ARQUIVO PÚBLICO DE RIO CLARO. Disponível em <<https://aphrioclaro.sp.gov.br>> Acesso em: 13 dez 2021.

AUSTRALIA ICOMOS. A carta de Burra, 2006. Tradução Antônio de Borja Araújo. Disponível em: <<https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>> Acesso em: 13 dez. 2021.

BILAC, Maria Beatriz Bianchini. Política local e coronelismo: Um estudo sobre as elites políticas de Rio Claro. Salvador: **CADERNO CRH**, n. 26/27, p. 291-314, jan./dez. 1997.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2021.

BRASIL. IPHAN. Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000. Patrimônio imaterial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf> Acesso em: 20 fev. 2022

BRASIL. IPHAN [Portaria IPHAN nº407 de 21/12/2010] Lista do patrimônio cultural ferroviário. Brasil: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico. 21 dez 2010. Disponível em: <https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-407-2010_224943.html> Acesso em: 20 fev. 2022

BRASIL. IPHAN. **Referências Culturais: Base Para Novas Políticas de Patrimônio**. Brasil: IPHAN, Inventário Nacional de Referências Culturais, INRC 2000, 2000, pp 1-40.

CAMPOS, Maria Tereza de Arruda, at. al (Orgs). **ACIRC, 90 anos de história. Associação Comercial e Industrial de Rio Claro. 1922-2012**. Rio Claro: Divisa editora e artes gráficas, 2012, 288 p.:il. CDD: G330.9716

CAMPOY, Camila Cristina Piccoli. **Territórios e identidades culturais: O centro urbano de Rio Claro/SP – Camila Cristina Piccoli Campoy – Dissertação (mestrado)** PUC-Campinas, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Campinas, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16557>>

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Título original: *Memórie et identité*. Tradução: FERREIRA, L. Maria. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. (Orgs). **Patrimônio Cultural – Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

GARCIA, Líliliana Bueno dos Reis. **Rio Claro e as oficinas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro: trabalho e vida operária, 1930-1940**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1992. [239]f. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280756>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

HENRIQUES, Amilson Barbosa., et. Al (Orgs). **Patrimônio edificado em Rio Claro/SP**. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadado", 2016, 1ªed, pp 1-201.

HOGAN, Daniel J.; OLIVEIRA, Maria Coleta F.A. de;NETO, John Marion Sydenstricker. **Café, Ferrovia e População: O processo de urbanização de Rio Claro**. Unicamp, NEPO, Campinas, 1986, Texto 5.

MENESES, Ulpiano. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI; SOUZA; BASTOS; GALLO (orgs). **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: Fundação Energia e Saneamento, 2015 (2a edição), p.33-76.

MINA, Renan Vidal, & ALMEIDA, Marco Antônio Bettine de. (2018). **O Lazer dos Ferroviários em Rio Claro-SP e o Controle da Companhia Paulista**. LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer, 21(3), 299-318. Disponível em: <<https://doi.org/10.35699/1981-3171.2018.1871>>

PENTEADO, Oscar de Arruda. **Coletânea histórica de Rio Claro 1977**. Rio Claro: 1977

RIO CLARO. Coleção "Argemiro Dias". Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadado", 2021, ref. CAD 117, 281 e 284.

RIO CLARO. Mapa de zoneamento urbano. Rio Claro: SEPLADEMA, 2021, Anexo IV a, base cartográfica disponível em DWG.

RIO CLARO, [Lei Complementar nº 128] Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Rio Claro. Rio Claro: Prefeitura Municipal de Rio Claro. 04 Dez. 2017. Disponível em: <<https://rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=201701281>>. Acesso em: 19 mai. 2021

SANTOS, Fábio Alexandre dos. **Rio Claro e a greve dos trabalhadores da Cia: Paulista de Estradas de Ferro em 1906**. Am. Lat. Hist. Econ [online]. 2006, n.25 [citado 2021-05-19], pp.95-117. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532006000100004&lng=es&nrm=iso>. ISSN 2007-3496. Acesso em: 19 mai 2021

SEADE. Perfil dos municípios paulistas, dados sobre Rio Claro/SP. Disponível em: <<https://perfil.seade.gov.br/>> Acesso em: 19 mai. 2021

SCHICCHI, Maria Cristina da Silva.; PEREIRA, Larissa Souza.; RIBEIRO, Luísa Trevisan.; EVANGELISTA, Ana Laura. Território e cidade: novas problemáticas para a gestão do patrimônio cultural e industrial In: OLIVEIRA, E. R. (Org.) **Memória Ferroviária e Cultura do Trabalho - Balanços teóricos e metodologias de registro de bens ferroviários numa perspectiva multidisciplinar**. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019, v.1, p. 333-366. Disponível em: <<http://www.culturaacademica.com.br/catalogo/memoria-ferroviaria-e-cultura-do-trabalho/>>

TROPMAIR, Helmut. **Aspectos históricos e geográficos de Rio Claro**. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadado", 1993. Disponível em: <<http://aphrioclaro.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/31-Aspectos-Históricos-e-Geográficos-de-Rio-Claro.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2022

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvo o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O **CADERNOS PROARQ (ISSN 2675-0392)** é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma **online** a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submetido em 24/02/2022

Aprovado em 02/07/2022

FÁBIO FERNANDO MARTINS OLIVEIRA, ADEMIR KLEBER MORBECK DE OLIVEIRA E JOSÉ CARLOS PINA

A produção arquitetônica na zona urbana do município de Rio Brilhante,
Mato Grosso do Sul: 1900 a 1940

*The architectonic production in the urban area of Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul:
1900 to 1940*

*La producción arquitectónica en el área urbana del municipio de Rio Brilhante, Mato
Grosso do Sul: 1900 a 1940*

A produção arquitetônica na zona urbana do município de Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul: 1900 a 1940

The architectonic production in the urban area of Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul: 1900 to 1940

La producción arquitectónica en el área urbana del municipio de Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul: 1900 a 1940

Fábio Fernando Martins Oliveira

Arquiteto e urbanista, especialista em Metodologia do Ensino Superior e em Arquitetura de Edifícios Empresariais pela UNIGRAN, onde atualmente é professor. Mestre e doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade Anhanguera-Uniderp

Architect and urban planner, specialist in Higher Education Methodology and in Business Building Architecture at UNIGRAN, where he is currently a professor. Master and Doctor of Environment and Regional Development from Universidade Anhanguera-Uniderp.

Arquitecto y urbanista, especialista en Metodología de la Educación Superior y en Arquitectura de Edificios Empresariales en la UNIGRAN, donde actualmente es docente. Máster y Doctor en Medio Ambiente y Desarrollo Regional de la Universidad Anhanguera-Uniderp.

fabiofmartins2015@gmail.com

Ademir Kleber Morbeck de Oliveira

Professor do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera-Uniderp, com bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Professor of the Graduate Program of Environment and Regional Development at the University Anhanguera-Uniderp, with a Research Productivity Grant (PQ) 1C from the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq).

Profesor del Programa de Posgrado en Medio Ambiente y Desarrollo Regional de la Universidad Anhanguera-Uniderp, con beca Productividad en Investigación (PQ) 1C del Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq).

ademir.oliveira@anhanguera.com

José Carlos Pina

Mestre e doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera-Uniderp, onde atualmente é aluno de pós-doutorado.

Master and Doctor from the Graduate Program in Environment and Regional Development at University Anhanguera-Uniderp, where he is currently a postdoctoral student.

Máster y Doctor del Programa de Postgrado en Medio Ambiente y Desarrollo Regional de la Universidad Anhanguera-Uniderp, donde actualmente es estudiante postdoctoral.

josecarlospina@gmail.com

Resumo

A colonização da região de Rio Brilhante, estado de Mato Grosso do Sul, ocorreu por influência de migrantes que exploraram a pecuária, a extração da madeira e a coleta da erva-mate, o que propiciou o acúmulo de capital e permitiu a construção de edificações que, por meio de seus materiais construtivos e ornamentais, tornaram-se relevantes arquitetonicamente. Levando-se em consideração a importância histórica do município, objetivou-se analisar as características estilísticas de edificações erigidas entre 1900 e 1940, bem como seus respectivos detalhes e história, na zona urbana da cidade de Rio Brilhante. Foram realizadas visitas *in loco* nas propriedades e seu registro fotográfico, além de obtenção de relatos orais dos descendentes dos pioneiros. Foram identificadas oito residências, construídas em alvenaria. A maior parte das habitações (seis) são avarandadas e apresentam cobertura em quatro águas, uma característica do estilo neocolonial. No conjunto das edificações predomina o ecletismo, com a presença de platibandas, cimalkas, frisos e varandas balaustradas, dentre outros elementos arquitetônicos que confirmam a predominância desse estilo tipológico. As vivendas foram construídas de tijolos maciços, com fachadas ornamentadas e possuindo telhados com formas de águas variadas, originalmente com telhas tipo “capa-e-canal” (francesas). Apesar de parte das coberturas originais terem sido substituídas por telhas cerâmicas tipo “portuguesas” e/ou “romanas”, devido a reformas ocorridas, este fato não descaracterizou o estilo de algumas construções, tidas como neocoloniais. O conjunto das obras analisadas, por conta dos respectivos períodos construtivos e ornamentos encontrados, remetem ao ecletismo, e a cidade, mesmo não possuindo construções monumentais, expressa a riqueza da arquitetura regional, contemplada em sua paisagem urbana.

Palavras-chave: Arquitetura urbana. Conservação de edificações históricas. Patrimônio histórico.

Abstract

The colonization of the Rio Brilhante region occurred due to the influence of migrants who explored cattle ranching, logging, and yerba mate gathering, which led to the accumulation of capital and allowed the construction of buildings, which through their construction and ornamental materials, became architecturally relevant. Taking into account the historical importance of Rio Brilhante, this study aimed to analyze the stylistic characteristics of buildings erected between 1900 and 1940, as well as their respective details and history, in the urban area of Rio Brilhante. Visits were made to the chosen locations and their photographic record were taken, as well as verbal reports from the descendants of the pioneers. Eight residences were identified, built in masonry. Most of the residences have porches (six) and feature a hipped roof, a characteristic of the neocolonial style. Eclecticism predominates in the set of buildings, with the presence of platbands, cornices, cymatium, and balustrade balconies, among other architectural elements that confirm the predominance of this typological style. The evaluated houses were built of solid bricks, with ornamented facades and roofs with different slope forms, originally with "cap and channel" tiles ("French"). Although part of the original roofs have been replaced by "Portuguese" and/or "Roman" ceramic tiles, due to renovations, this fact did not change the style of some buildings, considered neocolonial. The set of works analyzed, due to the respective construction periods and ornaments, are reminiscent of eclecticism, and the city, even without monumental constructions, expresses the richness of regional architecture, contemplated in its urban landscape.

Keywords: Urban architecture. Conservation of historic buildings, Historic heritage.

Resumen

La colonización de la región de Rio Brilhante, estado de Mato Grosso do Sul, ocurrió bajo la influencia de migrantes que exploraron la ganadería, la extracción de madera y la recolección de yerba mate, lo que permitió la acumulación de capital y permitió la construcción de edificios que, a través de sus materiales constructivos y ornamentales, han adquirido relevancia arquitectónica. Teniendo en cuenta la importancia histórica del municipio, el objetivo fue analizar las características estilísticas de las edificaciones erigidas entre 1900 y 1940, así como sus respectivos detalles e historia, en el área urbana de la ciudad de Rio Brilhante. Se realizaron visitas in situ a las propiedades y su registro fotográfico, además de obtener informes orales de los descendientes de los pioneros. Se identificaron ocho casas, construidas en mampostería. La mayoría de las casas (seis) son aterrazadas y cuentan con techos a cuatro aguas, característicos del estilo neocolonial. En el conjunto de las edificaciones predomina el eclecticismo, con presencia de platabandas, cornisas, frisos y verandas abalaustradas, entre otros elementos arquitectónicos que confirman el predominio de este estilo tipológico. Las viviendas se construyeron con ladrillos macizos, con fachadas ornamentadas y techos con diferentes formas de agua, originalmente con tejas de "capa y canal" (francesas). Si bien parte de los techos originales fueron reemplazados por tejas cerámicas tipo "portuguesa" y/o "romana", debido a las remodelaciones que se habían realizado, este hecho no desvirtuó el estilo de algunas edificaciones, consideradas neocoloniales. El conjunto de obras analizadas, por las respectivas épocas constructivas y ornamentos encontrados, remiten al eclecticismo, y la ciudad, aún sin tener edificaciones monumentales, expresa la riqueza de la arquitectura regional, contemplada en su paisaje urbano.

Palabras clave: Arquitectura urbana. Conservación de edificios históricos. Patrimonio histórico.

Introdução

O Brasil, um país continental, é rico em obras arquitetônicas que representam marcos, lembranças de um modo de vida e de como a sociedade foi construída. Estas obras, quase sempre, são pouco valorizadas e muitas vezes, desprezadas pela comunidade e Estado, que não correlacionam sua existência com a história do local e região (OLIVEIRA *et al.*, 2022), pois, normalmente, apenas edificações “coloniais” ou “barroco-coloniais” são consideradas relevantes para preservação (CAMARGO, 2005). Entretanto, a conservação de edificações históricas tem o mesmo valor de documentos históricos, sendo um testemunho da sociedade em determinados momentos de sua trajetória, além de suas mudanças culturais (CHOAY, 2014).

Neste sentido, Gattermann (2012) explica que determinados aspectos relativos à cultura e à identidade da sociedade são relacionados com a memória coletiva e a transmissão do conhecimento, sendo que a criação de noções de cidadania, por exemplo, pode ocorrer a partir da apropriação do patrimônio histórico e suas formas de preservação. Caso não exista este processo (ou ele seja falho), as novas gerações não irão conhecer e valorizar sua própria história, menosprezando o significado de determinadas edificações e sua relevância para a formação da sociedade em que vivem, o que indica a perda do sentimento de pertencimento e a falta de compromisso com a própria qualidade do ambiente em que se vive.

De acordo com Poulot (2009, p. 230), para que uma edificação histórica seja preservada “[...] monumentos ou sítios culturais devem ser marcados, em primeiro lugar, com um sinal positivo por indivíduos ou grupo”, o que vai exigir o conhecimento da história e a relevância de tais locais. Gattermann (2012) descreve que, entretanto, existe a tendência em se considerar as novas edificações como automaticamente superiores as antigas, o que leva ao descaso na preservação, prejudicando a memória coletiva e a transmissão de conhecimento para as gerações futuras.

Para preservar, segundo Gattermann (2012), é necessário, entre outros fatores, a divulgação (publicidade) das edificações, o que só pode ocorrer se elas forem conhecidas e estudadas. Horta (1999) reforça a afirmação escrevendo que é necessário compreender a história no qual a sociedade está inserida, levando a valorização da cultura de uma forma múltipla e abrangente, em todas as regiões e situações. Colin (2020) afirma que a arquitetura é um produto cultural, pois, as pessoas sentem necessidade de construir e criar, entre outros motivos, para simbolizar suas ambições, o que permite conhecer seus antepassados por meio da observação e análise, além de hábitos e conhecimentos técnicos anteriores, por exemplo.

O estado de Mato Grosso do Sul, com várias cidades criadas em diversos períodos históricos, possui exemplos de uma arquitetura que reflete o passado, pouco conhecida e ameaçada pela especulação imobiliária. O município de Rio Brilhante se enquadra nesta situação, onde a instalação da povoação remonta ao ano de 1900, quando Francisco Cardoso Junior construiu um grande cruzeiro (uma imponente cruz de madeira, que servia de referência aos moradores e visitantes), perto da atual sede da prefeitura (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2017; 2018).

De acordo com Facholli e Doerzebacher (1991), no início do núcleo urbano, as primeiras casas eram simples palhoças cobertas com folhas de palmeiras que existiam na região, como a bocaiúva (*Acrocomia aculeata* (Jacq.) Lodd. ex Mart.), e a iluminação era obtida por candeieiros, lamparinas e lâmpíões, alimentados com azeite ou óleo. Suas ruas eram trilhas de terra, cercadas por vegetação, que nos períodos de chuva, se transformavam em lamaçais. A água do abastecimento urbano provinha de poços, fontes ou mananciais (aguadas), existindo uma grande dificuldade de obtenção de

manufaturados, que chegavam por meio de mercadores, que abasteciam as casas comerciais existentes.

O processo de formação do núcleo urbano, bem como sua dinâmica arquitetônica, ocorreu em conjunto com as principais atividades econômicas na região. De acordo com Mamigonian (1986, p. 47), “No final do século XIX e início do século XX, pecuaristas gaúchos perseguidos, após a revolta federalista de 1893, estabeleceram-se nos campos de Vacaria (municípios de Ponta Porã, Bela Vista e Rio Brilhante), onde, encontraram com os criadores mineiros”, iniciando a criação de gado de corte em larga escala. No mesmo período, em 1882, instala-se a Empresa Matte-Laranjeira, grande produtora e exportadora de erva mate (*Ilex paraguariensis* A. St. -Hil.) e estes fatores propiciaram a formação e crescimento econômico de determinados núcleos populacionais, como Ponta Porã e Porto Murtinho, por exemplo.

Segundo relatos orais dos descendentes das famílias pioneiras, em 1905, durante a passagem do sertanista Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, foi instalada uma linha telegráfica no município e por meio de seus equipamentos topográficos, locaram-se os quatro cantos da praça central, o que configurou o traçado da malha urbana em tabuleiro xadrez. De acordo com Rossi (2018), as cidades colonizadas pelos europeus eram influenciadas por certas tipologias edificatórias e urbanas. No Brasil, predominava a influência portuguesa na formação das novas urbes, principalmente, na arquitetura colonial, que vai de 1500 até 1822, com adaptações ao clima e materiais disponíveis na região.

De acordo com Oliveira e Oliveira (2017; 2018) e Oliveira *et al.* (2022), no final do século XIX existia uma sólida base econômica que permitiu que comerciantes e proprietários de terras obtivessem acúmulo de capital, propiciando edificações bastante expressivas em alvenaria, utilizando materiais construtivos regionais e importados de outros países, como Portugal, França e Inglaterra. Essas construções, residências das famílias com maior poder aquisitivo, serviam para demonstrar seu poder econômico e/ou político. De acordo com os mesmos autores, inicialmente, as edificações eram em madeira, em função da abundância de florestas, o que favoreceu sua exploração por meio de serrarias, originando um tipo de arquitetura espontânea vernácula ou vernacular, ainda encontrada em algumas áreas da zona rural.

Contudo, com a fundação da cidade por Francisco Cardoso Junior, a partir 1900 acontece a migração de famílias da zona rural para o novo polo urbano, e assim se inicia a construção de edificações em alvenaria (FACHOLLI e DOERZEBACHER, 1991). As novas residências e casas comerciais apresentavam determinados detalhes construtivos, muitas sendo avarandadas e com a presença de sacadas balaustradas, platibandas, cimalthas, frisos e muros áticos, dentre outros ornamentos arquitetônicos, identificando-se, assim, uma arquitetura neocolonial e eclética que se espalhava pela região rural e urbana. Estas construções possuíam cômodos amplos e pisos revestidos por ladrilhos hidráulicos, por exemplo, além de outros materiais importados da Europa, indicando o poder aquisitivo de seus proprietários (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2017; 2018; OLIVEIRA *et al.*, 2022).

De acordo com autores como Teixeira (2008), Diniz (2015) e Ferraz (2020), em áreas mais afastadas dos grandes centros (como era o caso do estado Mato Grosso, antes da divisão territorial), o proprietário seria um arquiteto por intuição, produzindo uma arquitetura de acordo com suas necessidades, combinando diferentes elementos arquitetônicos (ou seja, em geral, a edificação não era planejada por profissionais qualificados).

Pevsner (2015) destaca que quase tudo que encerra um espaço em escala suficiente para o ser humano se deslocar é considerado uma edificação. Porém, o termo arquitetura é aplicado apenas às construções projetadas que apresentam também

interesse estético. O mesmo autor, resumidamente, descreve que uma construção com fins arquitetônicos provoca sensações agradáveis por três aspectos: (1) por meio do tratamento das paredes, proporção das janelas e, relação entre as paredes e aberturas; (2) tratamento da parte exterior, significativo em termos estéticos - o contraste entre volumes e efeito de um telhado e suas inclinações ou plano; e, (3) efeito que exerce sobre os sentidos o tratamento interior e sequência dos aposentos, por exemplo.

Deve-se também ressaltar que a produção arquitetônica inserida na paisagem urbana é um produto do modo de produção (cultura), podendo ser referida como uma paisagem cultural (ALVES e SALCEDO, 2019). Rapoport (2003) descreve que esta paisagem é consequência da interação entre as ações humanas e a paisagem primária, no decorrer do tempo, sendo necessário para construir a paisagem cultural os ambientes fixos (edificações ou arquitetura, por exemplo), semifixos (mobiliário urbano e vegetação, entre outros), e os não fixos (todos os elementos que possuem movimento, como meios de transporte, por exemplo), além dos recursos naturais (água e solo, entre outros). Zárte (2010) afirma que, também, é necessário acrescentar o ambiente social, constituído pelos grupos sociais e suas relações. Desta forma, a produção arquitetônica é o reflexo da paisagem cultural de uma sociedade e seu entorno, permitindo que determinados momentos históricos sejam retratados, o que evidencia a importância do estudo de tais situações, na forma de edificações históricas.

Considerando-se a importância do estudo das construções históricas no Brasil, como também o registro dessa arquitetura inserida na paisagem, retratando a história da ocupação e a memória local da população, objetivou-se identificar as construções urbanas mais relevantes arquitetonicamente, analisadas por meio de suas características estilísticas, detalhes e ornamentos, bem como os respectivos períodos no qual foram edificadas no município de Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul.

Metodologia

A área estudada compreende a cidade de Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul, com uma população de aproximadamente 30.000 habitantes (IBGE, 2017), sendo que a região apresenta topografia plana e altitudes variando entre 360 e 390 metros.

A pesquisa de campo, seguindo um roteiro pré-estabelecido (fichas), foi realizada: (1) identificando-se as datas construtivas de cada edificação e sua autoria, (2) obtendo-se informações dos descendentes dos antigos proprietários (relato oral, em um processo memorialista) e, (3) realizando-se o registro fotográfico dos elementos arquitetônicos, tais como, ornamentações identificadas nas fachadas e materiais construtivos (argamassa, por exemplo), tipologia arquitetônica, formas volumétricas, acabamento, tipo de telhas, paginação de piso e ornamentos presentes, entre outros itens de relevância.

As informações oficiais sobre as edificações foram obtidas por meio de documentos arquivados em órgãos públicos da cidade de Rio Brilhante, como a Prefeitura e Biblioteca Municipal. A avaliação das edificações segue Rocha-Peixoto (2013), por meio do estudo historiográfico-culturalista, onde a análise do passado é uma necessidade do presente e ajuda a compreendê-lo. Em relação ao processo memorialista, ele é baseado na memória, principal fonte dos depoimentos, no qual diferentes variáveis, temporais, individuais e coletivas, dialogam entre si revelando lembranças (NEVES, 2017).

Resultados e Discussão

Foram identificadas oito edificações relevantes por suas tipologias construtivas e ornamentações, com algumas, ainda, sendo encontradas em bom estado de conservação, e outras descaracterizadas. Predominam as residências térreas avarandadas em alvenaria, sem a percepção de um estilo predominante. Desta maneira, pode-se afirmar que o estilo das edificações, em sua maioria, é o Eclético, embora este estilo possa ser considerado “diluído” (o estudo desta influência não foi avaliado), o que ocorreu por meio de mecanismos de difusão do imaginário, que moldaram as construções, situação similar a relatada por Oliveira *et al.* (2022) na mesma região.

As edificações estão localizadas na área central da cidade e dispostas em ruas na forma de tabuleiro de xadrez. Segundo Sitte (1992) e Silva (2012), o sistema retangular utilizado é o mais comum, lembrando um tabuleiro, e muito frequente nas cidades antigas. Marx (1980) e Aragão (2017) descrevem que, nas antigas povoações, uma igreja e uma praça eram regra geral, servindo como ponto central para o crescimento das construções da comunidade, normalmente em forma geométrica. Esta situação também foi observada em Rio Brilhante.

De acordo com Barbosa (2011), as construções mais elaboradas, no início, utilizavam como estrutura para as paredes o adobe, um tipo de tijolo de terra crua, água e palha, moldados em fôrmas, por processo artesanal ou semi-industrial, para montar a estrutura da moradia. No entanto, estes tipos de edificações, devido à sua maior fragilidade e necessidade de manutenção constante, não são mais encontrados na região.

O estilo eclético observado nas habitações está relacionado a influência das correntes migratórias ocorridas. De acordo com Arruda (2003), a imigração no estado de Mato Grosso, no final do século 19, foi realizada por portugueses, espanhóis, italianos, gregos, paulistas e mineiros, que se radicaram na região, trazendo consigo suas experiências construtivas e permitindo o estabelecimento do estilo eclético, característico deste final de século. Esta situação, aliada à mestiçagem dos materiais construtivos encontrados na localidade com os importados da Europa, como vitrais coloridos e telhas da França e, ladrilhos hidráulicos portugueses e franceses, por exemplo, originou uma estrutura peculiar de edificação. A nova forma de construir torna o proprietário um arquiteto por intuição, combinando diferentes elementos, em um processo que também foi observado por Lima (2013) na cidade de Porto Murtinho, onde se demonstrava o poder aquisitivo por meio da beleza dos ornamentos, produzindo características ecléticas nas edificações.

Os elementos arquitetônicos, ornamentos e detalhes identificados nas fachadas indicam a predominância do ecletismo, uma característica da colonização no município (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2017; 2018; OLIVEIRA *et al.*, 2022). Esse estilo vale-se da liberdade de composição e da possibilidade de uso de artigos industrializados produzidos em escala pela Revolução Industrial, o que permite uma grande gama de possibilidades arquitetônicas (FABRIS, 1987).

De acordo com Rocha-Peixoto (2013), ao estudar-se as características arquitetônicas existentes em diferentes localidades, obtém-se um recorte do modo de vida da população naquele período. Este processo também facilita a compreensão do presente, desde que se consiga interligar os atributos do ambiente construído com a cultura local, existindo diversas maneiras de se abordar o estudo da arquitetura e sua importância. O mesmo autor afirma que este tipo de análise pode ser realizada de três modos, que estão em permanente debate: (1) historicista, onde se coloca o

processo arquitetônico na história, buscando um recorte histórico útil ao projeto; (2) histórico-modernista, quando a história não fornece elementos de projeto; e, (3) historiográfico-culturalista, onde o estudo do passado é uma necessidade do presente e ajuda a compreendê-lo. Por este prisma, a investigação da arquitetura deveria pensar o próprio fazer enquanto história, para uma melhor compreensão do seu real significado.

Em relação as edificações avaliadas, elas foram descritas em ordem cronológica.

Residência do Coronel Antônio Alves Corrêa - 1910

A edificação foi construída pelo Engenheiro Joaquim Moreira da Silva, nascido na cidade do Porto, Portugal que, de acordo com relatos orais de antigos moradores da cidade, atravessou o oceano com mais alguns portugueses, escondidos em um depósito de navio, desembarcando no litoral de São Paulo. A casa está localizada na rua Fernando Correia da Costa, quadra 120, pertencendo atualmente à família Silene dos Reis.

A edificação foi implantada em um amplo terreno, com alvenaria de tijolos maciços, bossagem revestida com argamassa, aberturas retangulares de janelas com quadros e vedação em madeira e vidro liso. Sua planta térrea é na forma retangular; a volumetria um retângulo, acrescido de uma varanda em formato de L, com uma sequência de colunas em forma arredondada (Figura 1).

Oliveira e Oliveira (2017; 2018) e Oliveira *et al.* (2022), em trabalhos sobre edificações rurais e urbanas na mesma região, descrevem nas propriedades estudadas o mesmo formato de planta e volumetria, bem como aberturas de janelas, indicando uma característica comum nas casas, ainda facilmente encontradas. Os mesmos autores também citam que a técnica de embasamento em soco e bossagem é comum em construções mais antigas, indicando seu uso contínuo, na zona urbana e rural

FIGURA 1 –Residência Coronel Corrêa, Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul.

Fonte: Os autores.



A construção possui um trabalho de paginação de piso com tijolos maciços em formas circulares e a cobertura é aparente, com telhas cerâmicas tipo “francesas” (também conhecidas como capa-e-canal), com jogos de telhados em meia, três e quatro águas. Encontra-se em ótimo estado de conservação e corresponde ao estilo Neocolonial (Figura 1).

Residência do Dr. Antônio de Almeida Boaventura - 1927

Na rua Dr. Boaventura, esquina com rua Prefeito Athayde Nogueira, quadra 79, se encontra a residência (Figura 2) que pertenceu a um dos antigos prefeitos (1929 a 1931) e médico da cidade, o Dr. Boaventura. Atualmente pertence à família dos Cerveira.



FIGURA 2 –Fachada frontal, portas e janelas da residência do Dr. Boaventura, Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul.

Fonte: Os autores.

A edificação está implantada em um amplo terreno com a presença de varandas na frente e nos fundos, uma característica do Neocolonial. A entrada é marcada por uma abertura em arco pleno, com portões em ferro e ornamentos em forma de folhas, uma característica do estilo *Art Nouveau*, com degraus de acesso e ornamentos nos cantos da parede da varanda em formas geométrica. As janelas são salientes e se projetam para fora do corpo da edificação (Figura 2), as *bay windows*, uma herança da arquitetura Vitoriana do século XIX (JACKSON, 1992).

A alvenaria é de tijolos maciços, com bossagem revestida com argamassa, aberturas retangulares, com quadros e vedação em madeira e ferro. A planta térrea da edificação possui estrutura retangular, acrescida das formas trapezoidais na saliência das janelas estilo vitoriano, tendo como entrada principal uma varanda com floreiras suspensas (Figura 2).

A cobertura é aparente, com telhas de cerâmica e jogos de telhado entre duas e três águas, além dos vitrais coloridos. Em sua cobertura possui um elemento da arquitetura árabe, conhecido como muxarabi (do árabe *mashrabiya*), que são as tramas em madeira e peças em balanço, que sustentam os beirais, denominadas de “cachorro ou mísula”. O conjunto da obra corresponde ao estilo Eclético e encontra-se em ótimo estado de conservação (Figura 2).

Residência do Sr. Martin Campeiro - 1929

A edificação está localizada na rua Professora Etelvina Vasconcellos, esquina com rua Dr. Boaventura, quadra 94 (Figura 3). Pertenceu inicialmente ao Sr. Martin Campeiro e posteriormente, ao Prefeito Athayde Nogueira, ambos considerados importantes fazendeiros, donos de grandes extensões de terra. Atualmente a construção pertence à família Sereda.

A planta térrea da construção principal é no formato retangular, acrescida de uma varanda, com aberturas retangulares, vedação em madeira e vidro, alvenaria de tijolos maciços, com bossagem revestida de argamassa. Por estar implantada em um amplo terreno e ser avarandada, possui detalhes característicos do Neocolonial. Sua entrada de acesso principal é por uma varanda com sacada balaustrada térrea, com cobertura meia e quatro águas e telhas tipo “romanas” (Figura 3).



FIGURA 3 –Varanda, janelas e portas da residência do Sr. Martin Campeiro, Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul.

Fonte: Os autores.

A paginação de piso é em ladrilhos hidráulicos, com abertura de uma sala para outra, tendo uma mureta de divisória e arco em sua parte superior, sendo o conjunto da obra correspondente ao estilo Eclético (Figura 3). A presença do ladrilho hidráulico, tipo de material que apenas em 1940 passou a ser fabricado em algumas regiões do estado, em cidades como Aquidauana e Corumbá, indica o poder aquisitivo do proprietário, pois o material era importado por meio do porto de Corumbá.

De acordo com Alves (2015), o porto de Corumbá, às margens do rio Paraguai, no início do século era um importante entreposto comercial, com suas casas comerciais sendo o ponto de ligação do estado com a Europa. O material construtivo necessário para um acabamento mais refinado era transportado de Corumbá, inicialmente, por meio de outros rios de menor porte, como os rios Aquidauana e Miranda, até pequenos portos, onde embarcavam em carros de boi, para serem levados aos locais de destino e distribuídos por meio das casas comerciais, um processo lento e caro.

Residência de Oswaldo Rodrigues Simões - 1931

A edificação (Figura 4) é localizada na rua Dr. Júlio Siqueira Maia, esquina com rua Santo Antônio, quadra 57, e foi construída pelo engenheiro Joaquim Moreira da Silva. O Sr. Oswaldo Simões foi proprietário de cartório (tabelião), o qual funcionava nas instalações de sua própria residência.



FIGURA 4 –Residência do Sr. Oswaldo Simões, Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul.

Fonte: Os autores.

A edificação encontra-se implantada em um amplo terreno e sua fundação e alvenaria são em tijolos maciços, embasamento em soco, argamassa de reboco e degraus de acesso, com cobertura em quatro águas e telhas tipo “romanas”. Sua configuração da planta térrea possui forma retangular, como também suas aberturas, com molduras

em bossagem de arremate e vedação em ferro e vidro. O conjunto da obra corresponde ao estilo Neocolonial (Figura 4), apesar das modificações realizadas.

De acordo com Ferraz (2020), as janelas retangulares ou quadradas, simétricas e simples, encontradas em várias residências na região, são uma característica comum nas casas rurais e ainda facilmente encontradas em determinados locais, como na Serra da Mantiqueira, interior de Minas Gerais. Ainda, de acordo com o autor, a instalação das residências em grandes terrenos é ligada a questão de que tais locais serviam, em várias ocasiões, como sala de estar, onde as visitas eram recebidas e as festas realizadas, conforme ainda ocorre na Serra da Mantiqueira. Desta maneira, o ambiente interno era restrito apenas à família, uma maneira de proteger a intimidade do lar.

Residência Tozo Sasaki - 1932

A residência é um registro da presença japonesa no início da colonização do município, situando-se na rua Prefeito Theofanes, quadra 100. Segundo relatos orais das filhas Hiroka e Sumika Sasaki, pertenceu a seu pai, originário de Fukuoka, Japão, que exerceu a atividade de marceneiro e comerciante, utilizando parte de sua residência como fábrica de móveis. Anteriormente, a composição da paisagem em seu jardim continha dois pinheiros em topiarias (Figura 5), que não mais existem

FIGURA 5 –Antiga e atual fachada frontal da residência de Tozo Sasaki, Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul.

Fonte: Foto cedida por Aurora Sasaki.



A volumetria da edificação possui aberturas com portas e janelas em formatos retangulares, com vedação em madeira e vidro. Sua fundação e alvenaria estrutural foram realizadas com tijolos maciços, bossagem e revestimento de argamassa, com telhas tipo “francesas”. A fachada frontal traz elementos arquitetônicos do *Art Déco* e acima de suas aberturas, na fachada frontal, existe a presença de molduras interrompidas com ornatos. O coroamento é com um frontão em semiarco no seu tímpano, com a parte superior da construção compostas por cimalha, frisos e arquitrave (cornija e platibanda), sendo que o conjunto da obra corresponde ao estilo Eclético (Figura 5).

Residência de Virgilino Gonçalves de Oliveira - 1934

A residência (Figura 6) é um dos registros da migração gaúcha no município e está localizada na rua Benjamin Constant, quadra 140 A, pertencendo atualmente a Constâncio Moraes. Segundo relatos de Adélio Lemes de Oliveira, Virgilino foi seu tio-avô, oriundo da região de Santo Ângelo – São Francisco de Assis, Rio Grande do Sul, que se instalou na região por volta de 1925, se transformando em um fazendeiro bem-sucedido, com posses que totalizavam mais de 32 mil hectares.

A edificação foi implantada em amplo terreno, cercado com uma mureta e pilares de concreto e gradil em ferro, com entrada de acesso por uma varanda em formato de L, característica do estilo Neocolonial. A balaustrada do térreo possui detalhes e

A produção arquitetônica na zona urbana do município de Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul: 1900 a 1940

The architectonic production in the urban area of Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul: 1900 to 1940

La producción arquitectónica en el área urbana del municipio de Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul: 1900 a 1940

ornatos que remetem aos motivos florais, um detalhe do estilo *Art Nouveau*; na parte superior dos pilares da varanda, nos cantos de suas aberturas, detalhes em forma arredondadas (Figura 6).

FIGURA 6 –Fachada frontal da residência de Virgílio Oliveira, Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul.

Fonte: Os autores.



A planta térrea segue o formato retangular, com janelas e portas no mesmo formato, acrescida de uma varanda lateral no formato em L. A alvenaria é de tijolos maciços, com bossagem revestida com argamassa, com quadros e vedação em madeira e vidro liso. Sua cobertura principal é em quatro águas e sua parede frontal lateral direita, em duas águas, coberto por telhas tipo “francesas”; a estrutura da cobertura é em madeira, com o conjunto da obra correspondendo ao estilo Eclético (Figura 6).

Residência do Sr. Aldonso Chaves de Lima - 1935

Na rua Dr. Boaventura, quadra 94, está situada a residência (Figura 7) que pertenceu ao Sr. Lima, fazendeiro e prefeito do município, entre 1973 e 1976. Hoje o local pertence à família Dalávia

Implantada em um amplo terreno, a planta térrea da edificação e aberturas são no formato retangular, cuja varanda com uma sequência de pilares quadrados dá acesso à entrada principal. A alvenaria é de tijolos maciços, com bossagem, quadros e vedação em madeira, com os jogos de telhado em quatro e três águas, com telhas tipo “francesa”, sendo o conjunto da obra caracterizado como Neocolonial (Figura 7), apesar de sua descaracterização.



FIGURA 7 –Fachada frontal e lateral da residência do Sr. Aldonso Lima, Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul.

Fonte: Os autores.

A residência encontra-se em mau estado de conservação, necessitando de cuidados para sua preservação. De acordo com Oliveira e Oliveira (2017; 2018) e Oliveira et al. (2022), na região, como em quase todo o Brasil, ocorre um descaso quase generalizado com antigas edificações, exemplos da evolução histórica das cidades. O poder público se omite e seus proprietários, pressionados pela especulação imobiliária, com o decorrer do tempo, acabam vendendo as propriedades, que imediatamente são demolidas, dando origem a novas estruturas e assim se perde a história da comunidade. Os mesmos autores escrevem que a questão da destruição da memória arquitetônica deveria ser uma preocupação dos arquitetos, urbanistas, historiadores e de toda a sociedade.

Residência Jair Barbosa Martins - 1937

A residência (Figura 8) foi construída em 1937 e se localizava em uma chácara. Hoje, por conta da expansão urbana, se situa na rua Manoel das Neves, no bairro Manoel das Neves, quadra 228 e pertence à Família Basso. O primeiro proprietário, Sr. Jair Barbosa Martins era fazendeiro e comerciante, irmão de Henrique Pires Martins, primeiro prefeito da cidade. O segundo proprietário, Sr. Nery de Oliveira Lima, foi prefeito do município no período de 1958 a 1960 e responsável pela edificação da caixa d'água central na praça Dr. Boaventura. Em sua homenagem existe um bairro que leva seu nome, Nery Lima.



FIGURA 8 –Fachada frontal, lateral, janelas e paginação de piso da residência do Sr. Jair Barbosa, Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul.

Fonte: Os autores.

A edificação possui a planta térrea em formato retangular e sua alvenaria é em tijolos maciços, com bossagem, quadros e vedação em madeira, ferro e vidro liso, janelas retangulares e, paginação de piso em ladrilho cerâmico e mosaico. O acesso principal é por meio de uma varanda em formato de L, com uma sequência de pilares e mureta de concreto. Sua cobertura é constituída por meia e quatro águas, coberta por telhas tipo “francesas”, uma característica do estilo Neocolonial (ATIQUÊ, 2010). Após algumas reformas, foi descaracterizada de sua forma original (Figura 8), mas apesar das modificações ocorridas, ainda possui vários elementos originais e encontra-se em bom estado de conservação, sendo utilizada como residência.

Considerações finais

As edificações avaliadas são do início do século XX, térreas e construídas de tijolos maciços, com fachadas ornamentadas e possuindo telhados com formas de águas variadas, originalmente com telhas tipo “capa-e-canal” (“francesas”). Apesar de parte das coberturas originais terem sido substituídas pelas telhas tipo “portuguesas” e/ou “romanas”, devido a reformas ocorridas, este fato não descaracterizou o estilo original de algumas construções, tidas como neocolonial.

O conjunto das obras analisadas, por conta dos respectivos períodos construtivos e ornamentos encontrados, remetem ao ecletismo, e a cidade, mesmo não possuindo construções monumentais, expressa a riqueza da arquitetura regional, contemplada em sua paisagem urbana.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de estudo (CAPES-FUNDECT) e de produtividade concedida (CNPq – PQ-1C), e à Universidade Anhanguera-Uniderp, pelo financiamento do projeto.

Referências

ALVES, Caroline Daiane; SALCEDO, Rosio Fernandez Baca. Proposta do método dialógico para o ensino de História da Produção Arquitetônica e da Paisagem Urbana em Escolas Técnicas Estaduais. Congresso Nacional de Educação, VI, 2019. **Anais ... VI CONEDU** Campina Grande: Realize Editora, 2019, p. 1-6.

ALVES, Gilberto Luiz. **Educação e história em Mato Grosso: 1719 – 1864**. 3. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2015.

ARAGÃO, Solange. A cidade brasileira e a casa no século XIX. In: ARAGÃO, Solange. **Ensaio sobre a Casa Brasileira do Século XIX**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2017. p. 37-78.

ARRUDA, Ângelo Marcos. A casa em Campo Grande: Mato Grosso do Sul, 1950-2000 – parte 1. **Arquitextos**, São Paulo, ano 03, n. 036.10, Vitruvius, maio 2003.

ATIQUE, Fernando. **Arquitetando a boa vizinhança: Arquitetura, cidade e cultura nas relações Brasil – Estados Unidos 1876 – 1945**. São Paulo: Pontes Editores, 2010.

BARBOSA, Emílio Garcia. **Os Barbosas em Mato Grosso/Panoramas do sul de Mato Grosso/Esboço histórico e divagações sobre Campo Grande**. 2. ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2011.

CAMARGO, Haroldo Leitão. Resenha Crítica: “Françoise Choay, A Alegoria do Patrimônio”. Tradução: Teresa Castro, Lisboa: Edições 70, julho de 2000. **Patrimônio: Lazer & Turismo**, Santos, v. 1, p. 1-6, 2005.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2014.

COLIN, Silvio. **Uma introdução à arquitetura**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Jaguaritica, 2020.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Um sertão entre tantos outros**. Rio de Janeiro, Versal Editores, 2015.

A produção arquitetônica na zona urbana do município de Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul: 1900 a 1940

The architectonic production in the urban area of Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul: 1900 to 1940

La producción arquitectónica en el área urbana del municipio de Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul: 1900 a 1940

FABRIS, Annateresa. (Org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

FACHOLLI, Clenice Batista; DOERZBACHER, Sirley. **Rio Brilhante: sua terra, sua gente**. Cascavel: ASSOESTE, 1991.

FERRAZ, Marcelo Carvalho. **Arquitetura rural na Serra da Mantiqueira**. 3. ed. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2020.

GATTERMANN, Lilianny Schramm da Silva. Patrimônio Arquitetônico: a importância da formação do profissional arquiteto. **Revista de Arquitetura da IMED**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 41-47, 2012. <https://doi.org/10.18256/2318-1109/arqimed.v1n1p41-47>

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Museu Imperial / DEPRM - IPHAN – MINC, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Brasília, 2017. [online]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

JACKSON, Neil. **Views with a room: taxation and the return of the bay window to the third rate speculative houses of nineteenth-century London**. The Construction History Society, vol. 8. Cambridge: Cambridge University, 1992.

LIMA, Maria Margareth Escobar Ribas. **Ciclos econômicos e a produção arquitetônica em Porto Murtinho**. Campo Grande: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul/FIC, 2013.

MAMIGONIAN, Armen. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 39-47, 1986.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Edições Melhoramentos/Universidade de São Paulo, 1980.

NEVES, Lucília de Almeida. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

OLIVEIRA, Fábio Fernandes Martins; OLIVEIRA, Ademir Kleber Morbeck. Produção arquitetônica na zona rural do município de Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul: 1844 a 1930 – parte I. **Arquitextos**, São Paulo, ano 18, n. 209.00, Vitruvius, 2017.

OLIVEIRA, Ademir Kleber Morbeck; OLIVEIRA, Fábio Fernandes Martins. Processo de produção arquitetônica na zona rural do município de Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul - 1938 a 1950. Parte II. **Pós, Revista do Programa Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP**, São Paulo, v. 25, n. 47, p. 74-91, 2018. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v25i47p74-91>

OLIVEIRA, Fábio Fernandes Martins; OLIVEIRA, Ademir Kleber Morbeck; PINA, José Carlos Pina. A zona urbana do município de Rio Brilhante MS e sua produção arquitetônica entre 1900 a 1960. **Arquitextos**, São Paulo, ano 22, n. 264.05, Vitruvius, 2022.

PEVSNER, Nikolaus. **Panorama da arquitetura ocidental**. 3.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RAPOPORT, Amos. **Cultura, Arquitectura y Diseño**. Barcelona: Edicions UPC, 2003.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. **A estratégia da aranha**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Edições 70, 2018.

SILVA, Júlio César. As construções das cidades segundo seus princípios artísticos a partir da praça em Camilo Sitte. **Revista Estética e Semiótica**, v. 2, n. 2, p. 13-26, 2012. <https://doi.org/10.18830/issn2238-362X.v2.n2.2012.02>

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo os seus princípios artísticos**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

TEIXEIRA, Claudia Mudado. Considerações sobre a arquitetura vernácula. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 15, n. 17, p. 28-45, 2008.

ZÁRATE, Marcelo. El lugar urbano como estrategia de conocimiento proyectual em urbanismo. **Revista Architectonics. Mind, Land & Society**, Barcelona, n. 19-20, p. 29-63, 2010.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (ISSN 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submetido em 17/06/2021

Aprovado em 09/11/2022

ARETHA LECIR RODRIGUES DOS SANTOS E BÁRBARA GUIMARÃES FERNANDES

Ativação do Direito à Cidade na Ocupação do Patrimônio Cultural Edificado:
Edifício Prestes Maia

*Activation of the Right to the City in the Occupation of Built Cultural Heritage:
Prestes Maia Building*

*Activación del Derecho a la Ciudad en la Ocupación del Patrimonio Cultural
Construido: Edificio Prestes Maia*

Aretha Lecir Rodrigues dos Santos

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC. Atua nas áreas de Restauro e Conservação, Patrimônio Cultural, Direito à Cidade e ATHIS. É pesquisadora nos grupos de estudo em Patrimônio Cultural/UFSC e Estética e política: das vanguardas ao contemporâneo.

Architect and Urban Planner from the Federal University of Santa Catarina (UFSC), Master's student at the Postgraduate Program in Architecture and Urbanism at UFSC. Works in the areas of Restoration and Conservation, Cultural Heritage, Right to the City and ATHIS. Is a researcher in the study groups on Cultural Heritage/UFSC and Aesthetics and Politics: from the avant-garde to the contemporary.

Arquitecta y Urbanista de la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), estudiante de Maestría en el Programa de Posgrado en Arquitectura y Urbanismo de la UFSC. Trabaja en las áreas de Restauración y Conservación, Patrimonio Cultural, Derecho a la Ciudad y ATHIS. Es investigadora de los grupos de estudio Patrimonio Cultural/UFSC y Estética y Política: de la vanguardia a la contemporaneidad.

aretha.ifsc@gmail.com

Bárbara Guimarães Fernandes

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC. Atua NAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO URBANO, GESTÃO Territorial e Geoprocessamento, Mobilidade Urbana e Habitação de Interesse Social. É Pesquisadora do LABURB/UFSC.

Architect and Urban Planner from the Federal University of Santa Catarina (UFSC), Master's student at the Postgraduate Program in Architecture and Urbanism at UFSC. Works in the areas of Urban Planning, Territorial Management and Geoprocessing, Urban Mobility and Social housing. Is a Researcher at LABURB/UFSC.

Arquitecta y Urbanista de la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), estudiante de Maestría en el Programa de Posgrado en Arquitectura y Urbanismo de la UFSC. Trabaja en las áreas de Planificación Urbana, Gestión Territorial y Geoprociamiento, Movilidad Urbana y Vivienda Social. Es Investigadora del LABURB/UFSC.

leticiasgomes@hotmail.com

Resumo

Nos últimos anos, os centros urbanos vêm sendo cerne dos debates sobre sua função social e seu direito à promoção de habitação. Com a expansão da malha urbana e criação de novas centralidades, os centros iniciais de ocupação urbana presenciam um progressivo esvaziamento mesmo tendo sua malha consolidada e acessos definidos a serviços, transporte público e equipamentos urbanos. Em São Paulo seu núcleo inicial vem sendo ocupado por movimentos organizados que reivindicam moradia digna, um direito fundamental garantido pela Constituição Federal. Localizado na região central de São Paulo, o Edifício Prestes Maia é objeto de discussões a respeito de mobilizações que ocupam edificações vazias. Esse movimento busca destacar o déficit quantitativo de habitações que passaram a estar disponíveis nos núcleos históricos em contraposição à falta de moradia nas regiões centrais para as classes de baixa renda, sendo um instrumento de pressão política para reabilitação e requalificação de edificações centrais. Desta forma, a partir de revisão de literatura sobre o objeto de estudo, em um primeiro momento busca-se compreender a realidade das áreas centrais fundacionais partindo então para o entendimento das movimentações em torno do edifício Prestes Maia implantado em uma destas. Em um terceiro ponto argumentamos sobre a relevância de usos cotidianos do patrimônio e da necessidade de garantir moradia popular em áreas centrais, no contexto em que há ampla oferta de edifícios ociosos, descumprindo a legislação urbanística. Seguindo para as considerações finais, apontamos a relevância do edifício Prestes Maia na efetivação da função social do patrimônio cultural urbano.

Palavras-chave: Direito à Cidade. Patrimônio Cultural. São Paulo. Habitação.

Abstract

In recent years, urban centers have been at the center of debates about their social function and the right to housing promotion. With the expansion of the urban network and the creation of new centralities, the initial centers of urban occupation witnessed a progressive emptying even though their network was consolidated and access to services, public transport and urban facilities. In São Paulo, the initial nucleus has been occupied by organized movements that demand decent housing, a fundamental right guaranteed by the Federal Constitution. Located in the central region of São Paulo, the Prestes Maia Building is central to the many discussions about mobilizations that occupy empty central buildings. This movement highlights the quantitative deficit of housing that became available in the forming nuclei in contrast to the lack of housing in the central regions for the low-income classes, being an instrument of political pressure for the rehabilitation and requalification of central buildings. In this way, based on a literature review on the object of study, at first we seek to understand the reality of the foundational central areas, starting then to understand the movements around the Prestes Maia building implanted in one of these. In a third point, we argue about the relevance of everyday uses of heritage and the need to guarantee popular housing in central areas, in the context in which there is a wide supply of idle buildings in breach of urban legislation. Moving on to the final considerations, we point out the relevance of the Prestes Maia building in the realization of the social function of urban cultural heritage.

Keywords: Right to the city. Cultural heritage. São Paulo. Housing

Resumen

En los últimos años, los centros urbanos han estado en el centro de los debates sobre su función social y su derecho a la promoción de la vivienda. Con la expansión de la trama urbana y la creación de nuevas centralidades, los núcleos iniciales de ocupación urbana presencian un progresivo vaciamiento, a pesar de tener consolidada su trama urbana y acceso a servicios, transporte público y equipamientos urbanos. En São Paulo, su núcleo inicial ha sido ocupado por movimientos organizados que exigen vivienda digna, derecho fundamental garantizado por la Constitución Federal. Ubicado en la región central de São Paulo, el Edificio Prestes Maia es objeto de discusiones sobre movilizaciones que ocupan edificios vacíos. Este movimiento busca evidenciar el déficit cuantitativo de viviendas disponibles en los centros históricos frente a la falta de viviendas en las regiones centrales para las clases populares, siendo un instrumento de presión política para la rehabilitación y recalificación de las edificaciones centrales. De esta forma, a partir de una revisión bibliográfica sobre el objeto de estudio, en un primer momento se busca comprender la realidad de los espacios centrales fundacionales, comenzando luego a comprender los movimientos en torno al edificio Prestes Maia implantado en uno de estos. En un tercer punto, argumentamos sobre la relevancia de los usos cotidianos del patrimonio y la necesidad de garantizar la vivienda popular en las zonas centrales, en el contexto donde existe una amplia oferta de edificaciones ociosas, en incumplimiento de la legislación urbanística. Pasando a las consideraciones finales, señalamos la relevancia del edificio Prestes Maia en la realización de la función social del patrimonio cultural urbano.

Palabras clave: Derecho a la Ciudad. Patrimonio cultural. São Paulo. Vivienda.

O que fazer com o centro histórico agora que existem novas centralidades urbanas?

Observa-se nas principais capitais brasileiras um movimento de esvaziamento de suas áreas centrais históricas. É a partir dessa movimentação que se embasa o presente artigo, onde evidencia-se a análise deste processo na maior cidade do Brasil: São Paulo. O esvaziamento do centro antigo da cidade de São Paulo, que compreende bairros como Sé, República e Santa Cecília são reflexos de processos urbanos e socioeconômicos que encaminham esta região à descentralização.

Para o entendimento do cenário histórico, na década de 1950, o Brasil sob a administração de Juscelino Kubitschek (1902-1976) abriu-se para investimentos de multinacionais que foram potencializados nas décadas seguintes, no período da Ditadura Militar (1964-1985). Na fase do chamado milagre econômico grandes investimentos em obras de infraestrutura foram feitos, resultando no surgimento de novas centralidades no território que compreende a cidade. Inerente a esse processo de descentralização do poder econômico do centro fundacional das cidades, as indústrias começam a ser transferidas para o interior e para cidades próximas às capitais, e o que é estabelecido nesses novos centros é o que passa a gerar mais lucro em um contexto de cidade neoliberal – os escritórios de empresas, o setor financeiro e telecomunicações, por exemplo –, além de habitações valorizadas de classes com renda mais elevada. Cria-se nesse momento uma dependência estrutural da cidade paulistana ao investimento externo e a autonomia dos interesses da população se torna instável. Ainda, a campanha de progresso durante o governo militar atraiu a população rural para a cidade, causando o êxodo que inverteu pela primeira vez a proporção da população urbana versus rural. Essa população que chegava aos centros urbanos foi empurrada diretamente para os cortiços precários presentes no centro abandonado pelas elites e para a região periférica, carente de infraestrutura, visto que as novas centralidades agora eram os locais de trabalho e lazer, por vezes exclusividade das elites (OLIVEIRA, CORIOLANO, 2014).

O processo de esvaziamento e de abandono das regiões históricas da cidade somado aos investimentos nas novas centralidades criou espaços cheios de edificações subutilizadas que não foram incluídas no planejamento do novo desenvolvimento tecnológico da cidade. Observa-se em grandes capitais brasileiras a pouca expressividade de políticas urbanas voltadas às centralidades onde concentra-se o patrimônio histórico e cultural da população, espaços ricos em memória urbana coletiva. Esse descompasso nestas localidades é reflexo da escassez de possibilidade de geração de renda e lucro por agentes privados e geração de renda do solo insuficiente para os investidores (ZANOLI, 2017).

A cultura do patrimonialismo pode explicar parte desta negligência: o abandono do patrimônio histórico reflete a falta de investimento por parte dos agentes públicos e privados nesses bens onde a produção do espaço urbano no Brasil historicamente tende a colocar o interesse privado sobre o público e os interesses das elites não estão mais no centro formador. Flávio Villaça (2005, p.227) ao falar da história do planejamento urbano no Brasil, afirma que: “Os problemas sociais que se manifestam nas cidades se agravam cada vez mais. Não podendo dar resposta a eles, as classes dominantes respondem com [...] plano diretor”. Em uma crítica ao urbanismo extremamente formalista, essa passagem deixa evidente o poder que as elites têm em propor os instrumentos de planejamento urbano de acordo com seus interesses.

O discurso posto sobre a degradação do centro antigo se faz presente desde os anos 1970. Parte da motivação do desinteresse da elite nesta região tem seus fundamentos

no investimento em transporte coletivo e o acesso de pedestres na região, logo, da ampliação do acesso das classes de renda mais baixa, resultando no crescimento de comércios pequenos e informais, ambulantes e trabalhadores no espaço que compreende o centro antigo das capitais brasileiras. A convivência com classes populares perturba as elites paulistanas que se mudam da região e vão para as novas centralidades, fomentando o discurso da degradação do centro (TSUKUMO, 2007).

A reabilitação dos edifícios ociosos e do espaço urbano degradado como ativador da função social da propriedade urbana

Com as edificações do centro antigo – e esvaziado – da cidade de São Paulo transformadas em prédios desocupados, os proprietários focam seus interesses nas novas centralidades enquanto esperam o poder público, através de investimentos na região, garantir que não há risco financeiro para reabilitar suas propriedades em determinados pontos. Aqui, é possível conceituar a partir da perspectiva de Villaça (1998), ponto é definido como o espaço social onde converge-se um conjunto de condições que permitem a expressão do valor de uso pelo cidadão, condições que se expressam através da infraestrutura produzida não coincidentemente pelo trabalhador comum. Nessa conjuntura, vender os imóveis não faz sentido pois seria perder capital, tampouco valeria a pena investir em melhorias para alugá-los considerando a situação de desvalorização da região. Em linhas gerais, interessa ao capital privado manter prédios desocupados nas regiões esvaziadas por não obterem o lucro que os interessa naquele momento, mas esperam que haja, por parte do poder público algum tipo de investimento na região, caminhando o processo para a especulação imobiliária. Essa prática observada nas áreas centrais é a estratégia de investimento em imóveis para o aluguel ou venda, esperando que ele renda lucros para o investidor desde sua aquisição até sua venda e esse lucro está atrelado aos investimentos públicos em infraestrutura que são feitos no entorno do imóvel. Muitas vezes essa prática se coloca como resolução de conflitos na cidade, porém é inversamente ao atendimento da função social da propriedade.

Quando a prática da especulação imobiliária é exposta e colocada em discussão, surgem iniciativas de revitalizar o centro da cidade. Essas sugestões muitas vezes englobam obras a nível urbano ou paisagístico de modernização, criando atrativos turísticos e econômicos para a área que se deseja intervencionar. A atual dinâmica da área central histórica de São Paulo, se configura como uma ocupação intensa em horário comercial e um esvaziamento nos outros períodos do dia, logo, as soluções que alcançariam maior sucesso são aquelas que procuram a atração de moradores para diversas atividades na região e em diversos horários do dia e nos finais de semana.

Segundo Sandroni (2004), a possibilidade de reabilitar o centro de São Paulo envolve um desafio da municipalidade de incluir os atores que estão politicamente ativos na recuperação da área central e que se mobilizam ativamente nisso. Exemplo relevante para o estudo de caso e para complementar a afirmação de Sandroni é a concessão urbanística Nova Luz. Esse instrumento foi usado em uma tentativa de recuperar o polígono que compreende a região da Santa Ifigênia, importante rua de comércio popular da cidade. Em linhas gerais, a concessão dava o direito à iniciativa privada de explorar a região em troca da revitalização urbana. Ainda que a ideia de revitalizar uma região de importância histórica e popular para a cidade sem grandes investimentos públicos seja atrativa, mais uma vez os interesses populares entram em conflito e a produção do espaço urbano entra em disputa.

Recuperar a vitalidade do centro é uma tarefa complexa. É preciso assumir que essa região não voltará a ser a principal centralidade da cidade ao mesmo tempo que não se pode ignorar a importância histórica da área. Para Bomfim (2004)

O centro tem um significado simbólico, em função da presença do patrimônio histórico e cultural, o que é claramente cabível como justificativa política e social para a aplicação de recursos públicos no processo de recuperação para determinados grupos sociais. (BOMFIM, 2004, p 39).

Mas somente a recuperação da memória urbana não é justificativa suficiente para que o poder público volte a investir na região como fazia no passado. A produção do espaço urbano tal qual se conhece hoje possui diferentes agentes e processos de intervenção em sítios já consolidados, como uma reabilitação ou requalificação urbana, que consistem na injeção de investimentos em estrutura física e estímulo a atividades que possam atrair novos usos, atividades e pessoas de forma democrática. Um processo com essas dimensões nas áreas centrais de São Paulo precisa do entendimento e colaboração de todos os agentes produtores do espaço urbano e um deles é a iniciativa privada, age exclusivamente de acordo com seus interesses. Logo, um dos atuais desafios dos planejadores urbanos é encontrar o equilíbrio entre interesses distintos e evitar a principal problemática resultante dos processos de requalificação: a expulsão das classes de renda mais baixa dos seus locais de moradia e trabalho.

Entre 2020 e 2021, o Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Universidade de São Paulo e o Laboratório de Estudos e Projetos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do ABC mapearam cerca de 24.000 imóveis potencialmente ociosos e de acordo com levantamentos publicados no Jornal Nexo, a concentração de imóveis vazios e lotes em desuso concentram na região do centro e centro expandido da cidade de São Paulo, compreendendo bairros históricos como a Sé, Mooca e Ipiranga [Figura 01].

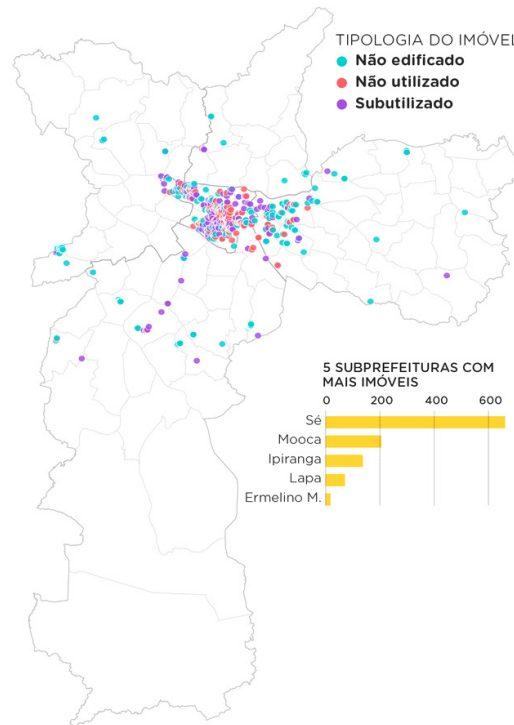


FIGURA 1 – Espacialização dos imóveis ociosos em São Paulo.

Fonte: FABIO, 2018.

Fonte: Função Social da Propriedade.

NEXO

Para definir a ociosidade de imóveis situados no perímetro urbano são consideradas as seguintes nomenclaturas: a) não edificados, que consistem em lotes dentro da malha urbana que possuem mais de 500m² e que não possuem nenhum tipo de edificação construída; b) subutilizados, que consistem em lotes dentro da malha urbana que possuem mais de 500m², porém, a área construída é abaixo da taxa de ocupação permitida para o zoneamento e; c) não utilizados, que estão construídos e consolidados na malha urbana, porém, estão em estado de abandono completo, podendo ser alvo de sanções do Estado se constatado que seu abandono persiste por mais de um ano (MARTINO et al. 2022; FABIO, 2018).

Conforme exposto no parágrafo dois do artigo 182 da Constituição Federal (1988), “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor” e regulamentada pela Lei Federal 10.257 de 2001, também conhecida como Estatuto da Cidade, onde são definidos os instrumentos de política urbana, seguindo diretrizes para a garantia do direito à moradia e à cidade:

“Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.” (ESTATUTO DA CIDADE, 2001, p.15-16)

Nesse sentido, entende-se que a função social de diversos imóveis ociosos na região central não está sendo aplicada, ao mesmo tempo que a demanda por moradia é evidente nas classes de baixa renda. Essa relação paradoxal, entre demanda e abandono, gera uma disputa entre classes que permeia o direito à cidade.

A participação popular e associações representativas nos projetos e programas de planejamento e gestão urbana também estão garantidos nesta normativa, que assegura a cooperação do poder público com estas organizações e também entre a iniciativa privada para promover o acesso a interesses comuns. O acesso a equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços que sejam de necessidade da comunidade local, como também a ordenação do uso e ocupação do solo são prerrogativas para a efetiva garantia do direito à cidade.

Destaque para o inciso VI que é função do poder público, através das normativas de ordenamento territorial evitar “[...] e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização.” (ESTATUTO DA CIDADE, 2001, p.15-16)

E destaque para o inciso XIV, onde a

regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais. (ESTATUTO DA CIDADE, 2001, p.15-16)

Estas diretrizes garantem que o Estado, através de instrumentos de políticas urbanas, possa garantir a função social da propriedade urbana e o usufruto da cidade que é produzido por todos os atores necessários, sendo eles instituições públicas, agentes privados e usuários da cidade, porque é justamente estes que definem o que é necessário espacialmente.

Entende-se que a função social é alcançada quando uma propriedade atende as necessidades da sociedade e, estando inserido em um sistema capitalista, a estrutura do entorno torna-se competitiva e consequentemente especulativa, reversamente

contrária à sua real finalidade. Quando ocioso, comumente para fins de especulação, a função social do imóvel é corrompida. E para alcançar a função social da propriedade é necessário que esta atenda também às necessidades do proprietário, estando em concordância entre a entidade pública e a entidade privada.

Frente a estas prerrogativas, os instrumentos que venham a garantir a utilização dos imóveis ociosos e participação ativa da população na produção do espaço urbano estão sendo aplicados no centro urbano de São Paulo, sendo os principais para entendimento do estudo de caso a implementação de um Plano Diretor Estratégico e a aplicação do IPTU progressivo no tempo em edificações que não vêm cumprindo com sua função social, como também as operações urbanas consorciadas projetadas na cidade, que possuem a finalidade de recuperar áreas centrais degradadas.

A Ocupação Prestes Maia e sua relação ao entorno

Considerada uma das maiores ocupações verticais da América Latina, recebendo 460 famílias simultaneamente, com divisão entre habitações por tapumes e compartilhamento dos banheiros no primeiro e segundo período de ocupação, o Edifício Prestes Maia é considerado um dos símbolos da São Paulo Industrial nas décadas iniciais de sua construção em 1950. A primeira ocupação do Edifício Prestes Maia, em 2002, foi mobilizada pelo MSTC, Movimento Sem Terra do Centro, que se articula com entidades comunitárias como associação de moradores de diversos bairros desde os anos 2000 no centro de São Paulo, no provimento de moradias para famílias de baixa renda. O movimento de ocupação fortalece e reforça a narrativa da coletividade presente no discurso dos movimentos sociais e trabalha sempre na transmissão de conhecimento entre agentes da luta (FILADELFO, 2014).

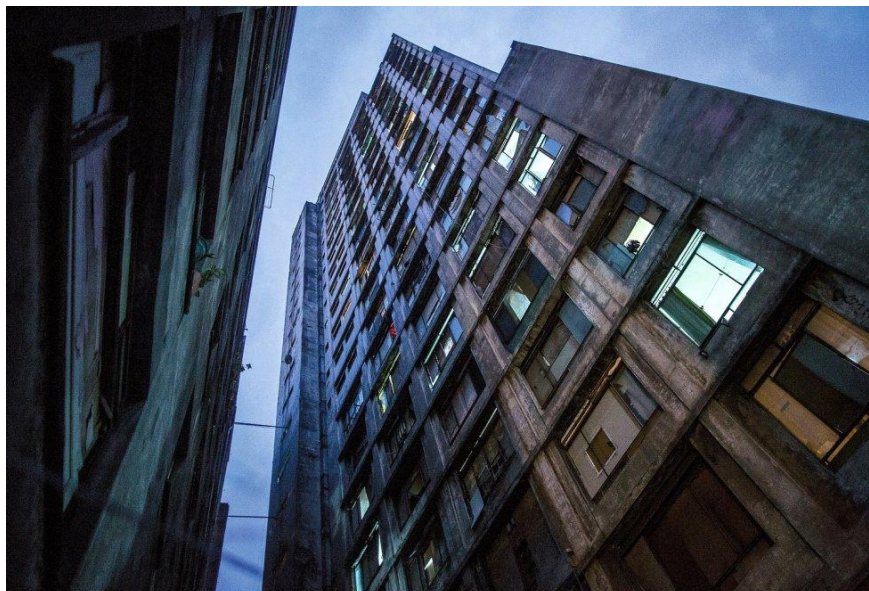


FIGURA 2 – Edifício Prestes Maia em São Paulo.

Fonte: MORIYAMA, 2016.

O edifício é constituído por dois blocos, um de nove e outro de 22 andares. O primeiro tem a entrada principal para a Rua Brigadeiro Tobias e em sua fachada emprega o nome do seu primeiro uso, a Companhia de Tecidos e o segundo para a avenida que o nomeia. Vindo à falência em 1990, o prédio deixou de ser utilizado, levando-o ao abandono quase total de suas estruturas físicas (PAIVA, 2022; FILADELFO, 2014).

A ocupação do Edifício Prestes Maia ganhou grande visibilidade diversas vezes pela sua multiplicidade de atores envolvidos no seu processo de ocupação, tendo como diversos fatores que propiciaram a ação a localização com variados serviços, oferta de transporte coletivo, variedade de equipamentos urbanos e institucionais no entorno. Sendo a motivação do estabelecimento das famílias na edificação, segundo Filadelfo (2014, p.156) “[...] as oportunidades de geração de renda que essa região oferece, já que a maioria dos futuros moradores já trabalhava na região como ambulantes”. A capacidade de organização do MSTC e sua rede de apoio foi essencial para a consolidação da ocupação.

De acordo com a legislação vigente, o período de reintegração de posse pelas forças do estado sem mandato é de 24 horas. No dia 03 de novembro de 2022 completou-se o primeiro dia de ocupação, logo mutirões foram realizados para a limpeza que durou meses até a completa instalação das famílias e a capacitação da edificação com a instalação clandestina de água e de luz, como também a instalação de uma caixa d’água que possibilitou a distribuição de água para todos os andares. O edifício por ter sua função inicial de depósito, possuía sua planta livre, o que facilitou a divisões de forma flexível para as famílias. Ao passo que estruturas individuais e coletivas eram adquiridas no Prestes Maia, a coletividade fez de um espaço considerado sem utilidade em ferramenta de permanência (FILADELFO, 2014).

Hoje, ocupações em edifícios ociosos nas áreas históricas das grandes cidades se convertem em uma alternativa para moradia social, orientadas pela coletividade dos movimentos sociais, sendo uma realidade que se impõem, apontando para a gravidade da questão habitacional. Nem arquiteturas relevantes escapam à ociosidade e se vieram a ser transformar em moradia, como é o caso do Edifício Wilton Paes de Almeida, prédio empresarial datado de 1968, exemplar da arquitetura moderna no centro fundacional, que nos anos 2000 já estava sob a administração da União, que, sem estabilizar um uso contínuo foi ocupado. Em 2018 um incêndio de grandes proporções que começou no quinto andar rapidamente se distribuiu por todo o prédio, atingindo também edificações vizinhas. O prédio veio abaixo, não deixando nenhum ferido. A falta de amparo técnico, a necessidade de um teto na cabeça e o aumento da carestia levam famílias às condições precárias e inseguras das moradias irregulares, tanto em edificações nas regiões centrais quanto em assentamentos nas regiões periféricas das metrópoles brasileiras. (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2018)

O Edifício Prestes Maia, abandonado por muitos anos, deixou de cumprir sua função social, ficando sujeito à aplicação de instrumentos legais para assegurar sua utilização de uma forma apropriada no espaço. Os proprietários do imóvel, ao não cumprir o determinado pela legislação vigente, e por conseguinte as taxas de Imposto Predial e Territorial Urbano acumularem, o edifício ficaria, por fim, sujeito à desapropriação do imóvel pelo poder público municipal. A justificativa para a negligência com o edifício foi a falta de investimento público na região. Durante os anos que ficou em sua posse, o edifício acumulou milhões em dívidas de IPTU. Os proprietários

mantiveram o imóvel sem nenhum uso, além de não quitarem as dívidas acumuladas de IPTU e nem terem a documentação de propriedade regularizada, o que acabou por dificultar as negociações posteriores em torno da possível desapropriação do imóvel. (FILADELFO, 2014, p.156)

repetindo a lógica da compra e manutenção de edifícios vazios nos centros à espera dos investimentos públicos. Entretanto, o movimento que envolveu os moradores da ocupação do edifício tornou-se relevante em seu contexto por possuir uma rede de apoio legal que evitou a reintegração de posse por anos.

Em 2007, com um pedido de reintegração de posse, as famílias foram removidas: parte delas se mudou para a zona leste de São Paulo e outra parte recebeu uma

carta crédito, uma espécie de consórcio comum nas políticas públicas e programas habitacionais. O Governo Federal, o Estado de São Paulo e a Prefeitura da cidade de São Paulo entraram em acordo para que as famílias não fossem despejadas usando os Instrumentos Urbanísticos supracitados. O imóvel continuou abandonado até 2010, ano em que a Frente de Luta por Moradia (FLM), organizou a volta das famílias em duas ocupações seguidas de tentativas de remoções. Ao todo, vinte e seis tentativas de reintegração de posse foram executadas, todas sem sucesso, e em 2015, o prefeito de São Paulo à esta época, Fernando Haddad (PT) anunciou a compra e reforma do imóvel. Na data, o imóvel possuía uma dívida de R\$9,6 milhões de IPTU e seu valor estava avaliado em R\$6,5 milhões. Foi negociado com o proprietário a compra pelo Estado por R\$22 milhões (MELLO, 2015).

Com a tragédia do Largo do Paissandu, foram promovidos mutirões onde os moradores da ocupação do Prestes Maia passaram por um treinamento com bombeiros civis, o edifício passou pela instalação de extintores em locais estratégicos e foi criado um projeto de rotas de fuga. Em 2018 um pequeno incêndio tomou um dos andares, mas felizmente foi controlado pelos próprios moradores. O trabalho de Assistência Técnica, no caso do campo da Arquitetura garantido por lei, apesar de pouco aplicado quando comparado a demanda, é essencial no caso de ocupações irregulares como uma garantia de qualidade de vida às populações que estão sujeitas a falta de alternativas que não as condições de precariedade.

Após a compra do prédio, o financiamento da reforma pelo programa de habitação Pode Entrar prevê a entrega de cerca de 287 unidades habitacionais. Dentre diversas estimativas de entrega até o presente momento, a mais recente é coordenada pelo Movimento de Moradia que pretendia recuperar espaços de uso coletivo e privativo, melhorando a infraestrutura de famílias que permanecem no edifício e devolvendo o espaço para aqueles que foram removidos em 2007. (MENGUE, 2022; PAIVA, 2022).

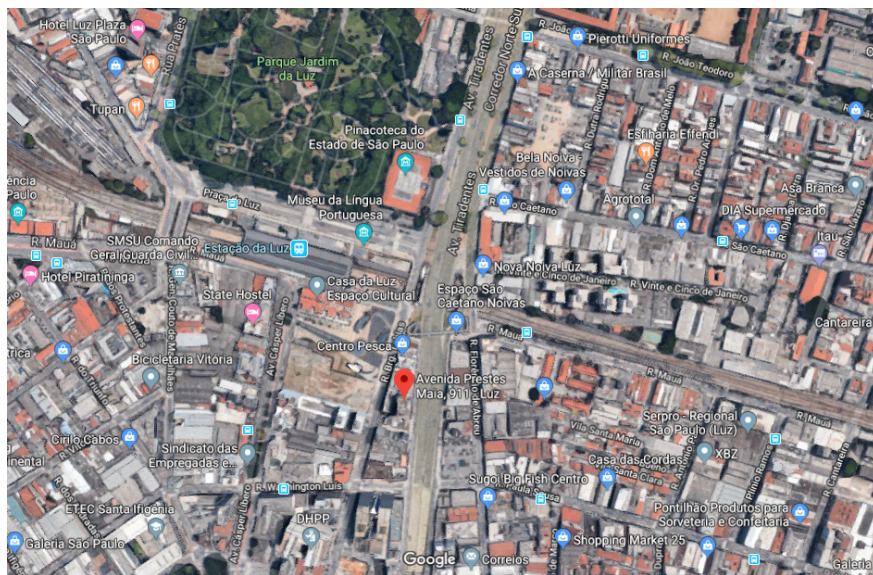


FIGURA 3 – Localização da Ocupação Prestes Maia.

Fonte: Google Maps, 2019.

O Edifício Prestes Maia, na composição da malha urbana central pode ser considerado um patrimônio edificado justamente pelo meio em que está estabelecido: se destaca e conserva os aspectos da apropriação e desmembramentos do espaço urbano paulistano, e que segundo Cardoso (2012), ao respeitar a dinamicidade diante da época, adaptando-se ao tempo e espaço com a ressignificação e renovação dos usos, tem como consequência a conservação de seus símbolos e significados, provendo identificação por parte dos habitantes que residem na cidade, registrando-o como

objeto relevante da paisagem. O edifício, antiga fábrica de tecidos, marca com clareza um período não tão distante em que a capital paulistana passou por um processo de intensa industrialização. Na fachada da Av. Prestes Maia, a edificação se destaca por sua altura, imediatamente ao seu entorno estão prédios com menos de um terço de sua altura. O único que ali poderia se destacar tem sua fachada cega de frente a larga avenida que permite que o Prestes Maia seja visto de longe e chamando a atenção em parte pela clareza da falta de manutenção e em parte pelos elementos vermelhos que guiam de forma modular as aberturas que se destacam na paisagem cinza.

A registro, na década de 1970 foi implementado no Brasil, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o Programa de Cidades Históricas que tinha como objetivo partir do objeto, o sítio histórico, uma política de descentralização da preservação cultural e ao longo de sua implementação sofreu diversas adaptações de acordo com a estrutura urbana e cultural do lugar implementado. Esse programa tinha como base a compreensão que se há o envolvimento descentralizado da identidade cultural local, é possível conciliar atividades econômicas contemporâneas e habitacionais em centralidades urbanas fundacionais sem que haja a perda da história local exposta em sua arquitetura e em sua malha urbana (CORRÊA, 2015).

Ainda de acordo com Cardoso (2012), comparados aos primeiros movimentos de preservação, os critérios de valoração do patrimônio arquitetônico vêm se modificando e adaptando-se às novas necessidades de entendimento da história urbana local, questionando-os a uma função habitacional no espaço, e não somente por simbologia de um poder predominante. E compreende-se mais a fundo quando sua função deixa de ser meramente ilustrativa, com o fundamento de se “musealizar a própria cidade” (CHOAY, 2006, p.224) e torna-se fundamental para a ocupação do espaço e caráter principal de cidade. Porém, é nessa contramão da construção temporal de uma identidade local que atualmente é presenciado um crescente esvaziamento dos centros históricos, núcleos do desenvolvimento local, por conta do estabelecimento de novas centralidades.

A negligência por parte do Estado frente ao patrimônio edificado que vêm se adequando a um novo uso de acordo com as necessidades vigentes é evidente: se juntos caminhassem políticas de fomento à habitação e de preservação urbana, a função social deste edifício e de seu entorno se encaminharia para a efetivação, garantindo uma ocupação digna para estes moradores.



FIGURA 4– Apropriação do entorno por moradores da ocupação, ao fundo o Edifício Prestes Maia em São Paulo.

Fonte: MORIYAMA, 2016.

Reconhece-se uma tendência nos variados movimentos de ocupação urbana presenciados não só em São Paulo, mas no país inteiro, uma reivindicação do caráter socioespacial da edificação histórico-cultural ao servir de alguma forma o maior número possível de pessoas no seu entorno e atender as demandas emergentes da cidade. E, que ao fazer esse movimento, confirma-se que a estrutura da cidade não é um museu ou um palco especulativo da terra urbana e que possui narrativa própria quanto ao testemunho de uma história e permanência de memória urbana por parte dos seus usuários é o atual desafio dos centros urbanos históricos, sendo necessário sempre o apoio e engajamento por parte do Estado no planejamento urbano e na salvaguarda.

O Edifício Prestes Maia e sua relevância como patrimônio edificado na efetivação da função social do patrimônio cultural

Observado o entorno edificado do Edifício Prestes Maia, compreende-se sua importância na construção do valor histórico-cultural da região. Sendo um exemplar característico moderno da década de 1950, marca presença no núcleo formador urbano de São Paulo e ao passo que se insere na história urbana da cidade e se posiciona como um monumento e conseqüentemente, pode ser considerado um patrimônio cultural por conta da sua relevância na legibilidade urbana local. A região onde se encontra o objeto de destaque deste artigo é cercada por edificações de caráter histórico-cultural como por exemplo a Estação da Luz, a Pinacoteca de São Paulo e o Parque Jardim da Luz, todos a menos de uma quadra de distância do Edifício Prestes Maia. Estas edificações expressam de formas diferentes como se dá manutenção do patrimônio histórico na região. A primeira, é parte essencial da formação da capital, e hoje uma das estações de transporte coletivo mais relevantes da cidade, que conecta diferentes setores da Região Metropolitana de São Paulo, onde passam centenas de milhares de pessoas diariamente. Sendo um marco arquitetônico por sua conservação, é um considerado como um dos pontos turísticos mais importantes da cidade. A Pinacoteca de São Paulo, recentemente reformada após um período de abandono, assinada por Paulo Mendes da Rocha, tornou-se um dos museus mais visitados na cidade, é um lugar que além de se expressar arquitetonicamente como patrimônio, abriga outras formas de arte e atrai um público culturalmente ativo. Por fim, o Parque da Luz é o parque mais antigo, sua inauguração é datada em 1825, com setorizações para diversas atividades e diversos públicos, porém está há alguns anos em processo de abandono, nota-se com clareza a violência emergente na região. Apesar da proximidade física, os três exemplos mostram como o investimento nas edificações e espaços públicos, ou a falta dele, influencia diretamente em sua conservação física e subjetiva.

São Paulo também possui exemplares representativos do patrimônio moderno. Ícones como o Parque Ibirapuera, o MASP e a Avenida Paulista, remontam a história do progresso de uma linguagem arquitetônica singular. Recebeu no traçado urbano o desenvolvimento urbano-industrial e aglutinou diversos eventos conjuntamente com as edificações remanescentes, compondo narrativas urbanas de uma identidade cultural autêntica da Arquitetura Moderna brasileira. Esse desenho de cidade é entendido como uma memória urbana passível de preservação, uma vez que disposta no ambiente, pode-se compreender enlaces da história da cidade e composição da malha urbana através de suas edificações. Hoje se coloca como um grande desafio a preservação desses exemplares, uma vez que por sua proximidade temporal não se

colocam como valor de antiguidade e conseqüentemente não são reconhecidos como excepcionais por boa parte dos profissionais da área técnica. O apagamento que vem sendo constatado dessas arquiteturas abre um alerta sobre a continuidade dessas narrativas urbanas no caminho do reconhecimento da cidade enquanto espaço documental a ser transmitido para futuras gerações. (BRAGA, 2003; CECI, 2022)

É relevante também trazer à luz os processos políticos-culturais que o edifício e a ocupação Prestes Maia estão constantemente envolvidos. Com o enlace entre grupos e coletivos artísticos em espaços não institucionalizados, criou-se uma rede colaborativa de discussão e retomada do espaço enquanto um lugar comum e de direito a todos. A utilização deste espaço para a expressão cultural das artes e do teatro também é uma forma de reivindicar o local enquanto moradia, produzir coletivamente o espaço urbano e devolvendo sua função social para a cidade.



FIGURA 5 – Destaque para a apropriação do Edifício.

Fonte: EFE, 2018.

Zanoli (2017, p.04) reforça a provocação do tema em questão quando questiona: “até quando a representação como memória deve ser mantida diante da necessidade de moradia?”. Frente a um cenário nacional de desmonte institucional, um corpo defasado de técnicos ligados ao patrimônio e a falta de práticas exitosas em larga escala em como lidar com a habitação social e outros usos cotidianos dentro destas edificações históricas, o desencontro dos interesses sociais, ora o patrimônio visado como turístico, ora como vencer as questões do espaço urbano e as dinâmicas atuais o torna obsoleto e o que era antes para representar a memória urbana agora é negligenciado quando equiparado às novas necessidades da cidade.

A ativação do centro histórico fundacional hoje é defendida por Choay (2006) da seguinte forma:

[...] os centros e bairros antigos só poderão ser conservados e integrados à vida contemporânea se sua nova destinação for compatível com sua morfologia e com as suas dimensões. Vimos os perigos que seu uso cultural e turístico implica. Eles não resistem melhor à sua implantação de atividades terciárias maiores, que recriam, de forma secundária, as migrações diárias, o trânsito e o consumo que lhes correspondem, cujas exigências fizeram explodir a cidade pré-industrial do século XIX. Em contrapartida, esse patrimônio urbano suporta bem o uso residencial e a implantação de serviços de apoio (pequenas lojas, escolas, dispensários) a ele

relacionados e que, desde que constituam a maioria, são compatíveis com um mínimo de atividades de pesquisa e de difusão de saber e da arte. Considerados sob essa perspectiva, centros e bairros antigos representam atualmente um recurso raro, objeto de uma demanda ao mesmo tempo social e societal. Com risco apenas de degradações superficiais, a satisfação dessa demanda favorece, da melhor forma, a causa da conservação estratégica do patrimônio urbano antigo. (CHOAY, 2006, p.236-237)

O sucesso da implementação de usos cotidianos atrelados à habitação e vice-versa dependem da localização, da disponibilidade de infraestrutura e serviços urbanos nos raios caminháveis do imóvel e da apropriação do espaço, diretamente relacionado ao pertencimento à cidade e preservação do patrimônio edificado, como também a diversidade urbana, onde há a existência de conexões espaciais e manutenção das expressões culturais (MARRETTI, 2017).

A junção de dois aspectos comuns às centralidades urbanas é assunto vencido dentro dos órgãos de salvaguarda: edificações subutilizadas e a necessidade de habitação em áreas centrais, onde possui infraestrutura consolidada, com boa localização, acessibilidade e presença de equipamentos e serviços. A pouca aplicação desta experiência é justificada pelo alto custo para a manutenção dos edifícios nestas áreas centrais, o que viria a ser um empecilho à prática urbana mais sustentável. A falta de domínio técnico e a falta de retorno de incentivos fiscais a esses imóveis são outras justificativas para que o mercado da reabilitação de edificações seja subestimado (FERREIRA, 2012).

Na outra ponta, diversos fatores são favoráveis à implantação de habitações de interesse social e outros usos cotidianos nas antigas centralidades urbanas, onde o centro urbano beneficia o usuário como também é beneficiado com a volta de vitalidade urbana. Entre os principais benefícios para os usuários observados em revisão de literatura, ao se valorizar as ocupações em centros urbanos com caráter histórico há vantagens como a proximidade com os serviços públicos e equipamentos institucionais, fácil deslocamento e a apropriação e pertencimento. A sensação de segurança também é observada, visto que há mais gente ocupando a área central em mais horários e em diversos dias da semana. Ao passo que o centro também ganha na valorização da paisagem urbana, na manutenção do tecido urbano e na diversidade e usos, provendo o desenvolvimento das funções sociais da cidade e a preservação do patrimônio e propagação da memória cultural (MARRETTI, 2017).

Outro fator que prevalece sobre a permanência dos usuários nas áreas centrais é o envolvimento popular participativo na formulação de recuperações urbanas, sendo o Estado quem deve assegurar a plena participação e a posterior permanência dos usuários. Observa-se que a percepção das possibilidades de utilização dos patrimônios edificados presentes nos instrumentos de regulação urbana como forma de preservação e reativação dos centros históricos se torna um dos desafios contemporâneos para os novos urbanistas (MARRETTI, 2017).

Todavia, entende-se que há diversas dificuldades encontradas na prática da reabilitação de edificações que inicialmente se voltavam para um tipo de uso, se transformarem em habitações de interesse social que por muitas vezes carregam necessidades específicas como adaptações para instrumentos de trabalho dos moradores locais, a possibilidade de uso misto da edificação, podendo gerar um retorno de renda, entre outras situações (BONDUKI, 2010).

Logo, o patrimônio edificado, dentro dessa discussão, se torna um instrumento de democratização, sendo amplamente reivindicado por movimentos sociais pela sua função de propriedade. Os diversos movimentos de ocupação urbana presenciados em

São Paulo e no país inteiro reforçam o caráter social da edificação histórico-cultural ao servir de alguma forma o maior número possível de pessoas no seu entorno, sendo o Edifício Prestes Maia um exemplo pertinente na justificativa desse tema de estudo. A edificação ociosa no espaço urbano quando confrontada a essa problemática se transforma em propriedade coletiva, retomando sua função social no espaço.

Parte-se do pressuposto que a prática atual da arquitetura e urbanismo deve compreender as escalas possíveis para a reabilitação de edificações e dos espaços públicos cumprindo o que é estabelecido na Constituição Federal de 1988, reafirmando a participação popular nas decisões dos usos do patrimônio histórico-cultural e fazendo jus ao reconhecimento memória popular como parte do acervo patrimonial brasileiro, assegurando a permanência destes no espaço e chega-se à conclusão de que o monumento histórico, ao passo que a história da cidade se desenvolve, deve se adaptar às novas necessidades do espaço em produção, não ele prover novas demandas, mas suprir as existentes, pois as histórias que nele se desenvolve ao longo dos anos devem ser consideradas e defendidas, afinal, é nessa apropriação que a memória coletiva é protegida.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC, pelo apoio financeiro na concessão de bolsa de mestrado (Edital nº48 de 2021).

Referências

- AFFONSO, Elenira Arakilian. **Teia de relações da ocupação do edifício Prestes Maia**. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/D.16.2010.tde-26052010-144557. Acesso em: 06 jun. 2019.
- BOMFIM, Valéria Cusinato. **Os espaços edificados vazios na área central da cidade de São Paulo e a dinâmica urbana**. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Construção Civil e Urbana, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2010. 376 p
- BRAGA, Marcia. **Conservação e Restauro: Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Editora Rio, 2003.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- _____. Lei Federal no 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Instituto POLIS, 3ª edição. Brasília. 2005.
- _____. Lei nº 11888, de 24 de dezembro de 2008. **Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica Pública e Gratuita Para O Projeto e A Construção de Habitação de interesse social**. Brasília, 24 dez. 2008.
- CARDOSO, José Ricardo (2012). **Centros Históricos e seus desafios contemporâneos**. In: III Encontro Baiano de Estudos em Cultura, Bahia. UFRB, 2012. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/Centros-Hist%C2%97ricos-e-seus-desafios-contempor%C3%83%C3%87ne.pdf>

CECI. **A preservação da arquitetura moderna: o desafio da prática.** 2022. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/ceci/br/noticias/799-a-preservacao-da-arquitetura-moderna-o-desafio-da-pratica.html>. Acesso em: 06 jul. 2022.

CHOAY, Françoise. **A Alegria do Patrimônio.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. **O Programa de Cidades Históricas (PCH).** In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbeta). ISBN 978-85-7334-279-6

EFE. **Centro de SP abriga o maior símbolo das ocupações na América Latina.** Exame. São Paulo. 10 maio 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/centro-de-sp-abriga-o-maior-simbolo-das-ocupacoes-na-america-latina/>. Acesso em: 14 set. 2020.

FÁBIO, André Cabette; NEXO, Jornal. **O que é IPTU progressivo.** E como tem sido sua aplicação em São Paulo. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/05/04/O-que-%C3%A9-IPTU-progressivo.-E-como-tem-sido-sua-aplicacao-em-Sao-Paulo>. Acesso em: 26 jun. 2019.

FERREIRA, João Sette Whitaker (org.). **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil Urbano: Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: FUPAM, 2012.

FILADELFO, Carlos. **Cotidiano e política da luta por moradia no centro de São Paulo.** Revista Antropolítica, Niterói, v. 1, n. 36, p.149-178, jan. 2014.

MARRETI, Thales. **Patrimônio Cultural e Planejamento Urbano: Reflexões sobre Intervenções Integradas no Centro de São Paulo 1989-1992.** In: XVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2017, São Paulo. Resumo Expandido. São Paulo: FAUUSP, 2017. p. 1 - 19. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%207/ST%207.3/ST%207.3-03.pdf. Acesso em: 06 jun. 2019.

MARTINO, Giovana; FILOCOMO, Giuseppe; AKAIISHI, Ana Gabriela; PETRAROLLI, Juliana; HIRATSUKA, Larissa; SARTI, Renata Pereira. **Vazios Concretos: um olhar para a ociosidade urbana.** 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/author/giuseppe-sarti>. Acesso em: 29 abr. 2022.

MENGUE, Priscila. **Maior ocupação vertical do País Edifício Prestes Maia está próximo de ser reformado.** 2022. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,maior-ocupacao-vertical-do-pais-edificio-prestes-maia-esta-proxima-de-ser-reformada,70003978291#:~:text=Agora%2C%20a%20expectativa%20das%20liderancas,de%20Moradia%20na%20Luta%20por>. Acesso em: 04 jul. 2022

MELLO, João. **Prefeitura de SP compra Edifício Prestes Maia para moradia popular.** Jornal GGN. São Paulo, out. 2015. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/habitacao/prefeitura-de-sp-compra-edificio-prestes-maia-para-moradia-popular/>. Acesso em: 28 jun. 2019.

MORIYAMA, Víctor. **O arranha-céu ocupado de São Paulo.** El País. São Paulo. 13 fev. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/09/album/1455019247_659263.html#foto_gal_1. Acesso em: 14 set. 2020.

OLIVEIRA, Adão Francisco. CORIOLANO, Germana Pires. **Urbanização, metropolização e gestão territorial no Brasil.** 2014. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.164/5030>. Acesso em 04 jul. 2022.

PAIVA, Vitor. **Ocupação Prestes Maia, uma das maiores da América Latina, finalmente se tornará habitação popular**: conheça história. 2022. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2022/03/ocupacao-prestes-maia-uma-das-maiores-da-america-latina-finalmente-se-tornara-habitacao-popular-conheca-historia/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

PRAGMATISMO POLÍTICO. **A história do edifício Wilton Paes de Almeida no largo do Paissandu**. 2018. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/05/historia-edificio-wilton-paes-de-almeida.html>. Acesso em: 04 jul. 2022.

SANDRONI, Paulo. **A dinâmica imobiliária da cidade de São Paulo**: esvaziamento, desvalorização e recuperação da região central. 2004. In: COMIM, Á. (org.). Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. CEM-Cebrap/Emurb. São Paulo, Editora da Unesp.

TSUKUMO, Isadora Tami Lemos. **Habitação social no centro de São Paulo**: legislação, produção, discurso. 2007. 205 f. Tese (Mestrado) - Área de Concentração: Habitat, FAUUSP, São Paulo, 2007.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

_____. **As ilusões do plano diretor**. São Paulo, Edição do autor, 2005.

ZANOLI, Fabrício. **Ocupação popular em patrimônio**: a luta pelo direito à cidade e o conflito com a memória. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2017, São Paulo. Resumo Expandido. São Paulo: FAUUSP, 2017. p. 1 - 18. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%209/ST%209.2/ST%209.2-04.pdf. Acesso em: 05 jun. 2019.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (ISSN 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submetido em 29/04/2022

Aprovado em 14/07/2022

MATHEUS GOMES BARBOSA E NIRCE SAFFER MEDVEDOVSKI

Avaliação Pós-Ocupação do Sistema Condominial de Esgoto da COHAB Lindóia em Pelotas/RS: uma análise para requalificar a infraestrutura de esgotamento sanitário

Post-Occupation Evaluation of the COHAB Lindóia Condominial Sewerage System in Pelotas/RS: an analysis to requalify the sewage infrastructure

Evaluación Post-Ocupación del Sistema Condominio de Alcantarillado del COHAB Lindóia en Pelotas/RS: un análisis para recalificar la infraestructura de alcantarillado sanitario

Matheus Gomes Barbosa

Engenheiro Civil pela Universidade Católica de Pelotas, possui mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas e Doutorando do Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Civil Engineer from the Catholic University of Pelotas, Master in Architecture and Urbanism from the Federal University of Pelotas and PhD candidate in the Graduate Program in Civil Engineering at the Federal University of Rio Grande do Sul

Ingeniero Civil por la Universidad Católica de Pelotas, con Maestría en Arquitectura y Urbanismo por la Universidad Federal de Pelotas y es candidato a Doctor en el Programa de Posgrado en Ingeniería Civil de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul.

matheusbarbosa.engenharia@gmail.com

Nirce Saffer Medvedovski

Professora da Pós Graduação em de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, possui graduação em Arquitetura e Urbanismo e mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas pela Universidade de São Paulo.

Professor of the Graduate Program in Architecture and Urbanism at the Federal University of Pelotas. She holds a bachelor's degree in Architecture and Urbanism and a master's degree in Urban and Regional Planning from the Federal University of Rio Grande do Sul and a doctorate in Urban Environmental Structures from the University of São Paulo.

Profesora del Programa de Postgrado en Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Pelotas. Licenciada en Arquitectura y Urbanismo y Máster en Planificación Urbana y Regional por la Universidad Federal de Rio Grande do Sul y Doctora en Estructuras Urbanas Ambientales por la Universidad de São Paulo.

nirce.sul@gmail.com

Resumo

O Conjunto Habitacional Lindóia, promovido pela Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB-RS), em Pelotas, no início da década de 1980, e financiado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), apresenta, dentre suas diversas especificidades, a proposta de um sistema de esgotamento sanitário inovador. Este trabalho tem como objetivo avaliar o desempenho do Sistema Condominial de Esgoto (SCE) da COHAB Lindóia. O sistema tem como principais ideias: a democratização do serviço, a redução dos custos, a preservação ambiental, a descentralização das decisões, a participação comunitária e a presença de diferentes agentes (poder público, setor privado, usuários). O sistema condominial de esgotamento possui ligações coletivas nas áreas úmidas, ao fundo do lote da COHAB Lindóia, e se propõe a proteger os recursos ambientais do sistema cidade. A metodologia utilizada inicia pela revisão de literatura, na qual relacionou-se o estado da arte de Melo (1994) e Vasconcelos (1995), que propuseram o Sistema Condominial. Além disso, a pesquisa se apoiou no conjunto de métodos e técnicas da Avaliação Pós-Ocupação, por intermédio de levantamentos de dados, projetos, legislações e processos participativos (entrevistas, Diagnóstico Rápido Urbano Participativo - DRUP). Nesse contexto, esse sistema foi implementado só na sua parte física, localizada ao fundo dos lotes, num pátio concebido originalmente como coletivo, ficando sem ser implementado os aspectos ambientais, sociais, econômicos e políticos. A pesquisa identificou a ocupação e alteração desses espaços coletivos por edificações irregulares, que ignoraram a existência dos ramais condominiais, bem como a total ausência de gestão pelo poder público local. Caso executado em sua totalidade, teria trazido a Pelotas um modelo de saneamento precursor. No entanto, o SCE implementado na COHAB Lindóia não tinha a preocupação em ser precursor, mas em produzir um sistema que fosse de menor custo, resultando em unidades habitacionais mais rentáveis para as construtoras e incorporadoras, ocasionando problemas de indefinição das responsabilidades de gestão e o comprometimento do espaço da vida cotidiana do Conjunto Habitacional Lindóia.

Palavras-chave: Sistema Condominial de Esgoto. COHAB Lindóia. Avaliação Pós-Ocupação.

Abstract

The Conjunto Habitacional Lindóia, promoted by the Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB-RS), in Pelotas, in the early 1980s, and financed by the Banco Nacional de Habitação (BNH), presents, among its several specificities, the proposal of an innovative sanitary sewage system. The objective of this work is to evaluate the performance of the Condominial Sewerage System (SCE) of COHAB Lindóia. The system has as its main ideas: the democratization of the service, cost reduction, environmental preservation, decentralization of decisions, community participation and the presence of different agents (public power, private sector, users). The Condominial Sewerage System has collective connections in the wetlands, at the bottom of the COHAB Lindóia lot, and aims to protect the environmental resources of the city system. The methodology used was a literature review, in which the state of the art of Melo (1994) and Vasconcelos (1995), who proposed the Condominial System, was related. Besides, the research was based on the set of methods and techniques of the Post-Occupation Evaluation and, through data survey, projects, legislations and participative processes (interviews, Participatory Urban Rapid Diagnosis - DRUP). In this context, this system was implemented only in its physical part, located at the back of the lots, in a patio originally conceived as collective, leaving the environmental, social, economic and political aspects unimplemented. The research identified the occupation and alteration of the collective spaces by irregular buildings, which ignored the existence of the condominial branches, as well as the total absence of management by the local public power, which, if executed, would have brought to Pelotas a

forerunner sanitation model. However, the SCE implemented in COHAB Lindoia, in Pelotas, was not concerned with being a forerunner, but rather with producing a system that was less costly, resulting in more profitable housing units for builders and developers, causing problems of indefinite management responsibilities and compromising the space of daily life of the Lindóia Housing Complex.

Keywords: Condominial Sewerage. System. COHAB Lindóia. Post-Occupation Evaluation.

Resumen

El Conjunto Habitacional Lindóia, promovido por la Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB-RS), en Pelotas, al comienzo de la década de 1980, y financiado por el Banco Nacional de Habitação (BNH), presenta, entre sus diversas especificidades, la propuesta de un innovador sistema de alcantarillado sanitario. Este trabajo tiene como objetivo evaluar el actuación del Sistema Condominial de Alcantarillado (SCE) del COHAB Lindóia. El sistema tiene como ideas principales: la democratización del servicio, la reducción de costes, la preservación del medio ambiente, la descentralización de las decisiones, la participación de la comunidad y la presencia de diferentes agentes (poder público, sector privado, usuarios). El sistema condominial de alcantarillado tiene conexiones colectivas en los humedales, en el fondo del lote COHAB Lindóia, y tiene como objetivo proteger los recursos ambientales del sistema de la ciudad. La metodología utilizada fue una revisión bibliográfica, en la que se relacionó el estado del arte de Melo (1994) y Vasconcelos (1995), que propuso el Sistema Condominial. Además, la investigación se basó en el conjunto de métodos y técnicas de la Evaluación Post-Ocupación y, a través de encuestas de datos, proyectos, legislaciones y procesos participativos (entrevistas, Diagnóstico rápido urbano participativo - DRUP). En este contexto, este sistema se implementó sólo en su parte física, ubicada en la parte trasera de los lotes, en un patio originalmente concebido como colectivo, dejando sin implementar los aspectos ambientales, sociales, económicos y políticos. La investigación identificó la ocupación y alteración de los espacios colectivos por construcciones irregulares, que ignoraban la existencia de los ramos condominiales, así como la ausencia total de gestión por parte del gobierno local, que, de haberse ejecutado, habría traído a Pelotas un modelo de saneamiento precursor. Sin embargo, el SCE implantado en el COHAB de Lindoia, en Pelotas, no se preocupó de ser un precursor, sino de producir un sistema menos costoso, que diera lugar a viviendas más rentables para los constructores y promotores, causando problemas de responsabilidades de gestión indefinidas y comprometiendo el espacio de la vida diaria del Conjunto Habitacional Lindóia.

Palabras clave: Sistema Condominio de Alcantarillado. COHAB Lindóia. Evaluación Post-Ocupación.

Introdução

No Brasil, em meados do final do século XIX, foram desenvolvidas diversas políticas públicas de habitação. Em termos de produção habitacional, o Estado brasileiro promoveu as Vilas Operárias, no final do século XIX; os Conjuntos Habitacionais promovidos pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), a partir da década de 1930; após 1964, os Conjuntos financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH); além das políticas habitacionais mais recentes, como o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), a partir de 1999, e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), a partir do ano de 2009.

Este artigo se debruça, principalmente, no período do Banco Nacional de Habitação (BNH⁶), que tinha por objetivo o financiamento de empreendimentos imobiliários. Tornou-se um marco para as políticas públicas habitacionais, pois criou o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Sistema Financeiro de Saneamento (SFS), na medida em que potencializou a produção habitacional e trouxe novos parâmetros de saneamento básico para o país.

Nesse contexto, no início da década de 1970, o BNH mudou o foco dos financiamentos habitacionais e repassou recursos para os governos municipais e estaduais, com o intuito de produzir obras de infraestrutura, evidenciando, assim, a preocupação do sistema com o saneamento e não unicamente na produção habitacional (MARICATO, 1987, p. 36).

Segundo Bonduki (2011, p. 53), uma das consequências desses novos alinhamentos do BNH foi a diminuição do foco na produção habitacional, frente à urbanização que ocorria na época, preconizando, durante a década de 1970, os investimentos de seus recursos em obras de infraestrutura urbana. Esse período durou até 1976, quando ocorreu a reestruturação do Sistema, o que fez com que o BNH retomasse o investimento em habitação social e procurasse, nesse período, reorganizar a produção das COHABs, pois até então os projetos voltados à população com menor poder aquisitivo, no período de 1969 a 1975, haviam fracassado, levando o BNH a se afastar do mercado popular naquela época (VÉRAS, BONDUKI, 1986, p. 63).

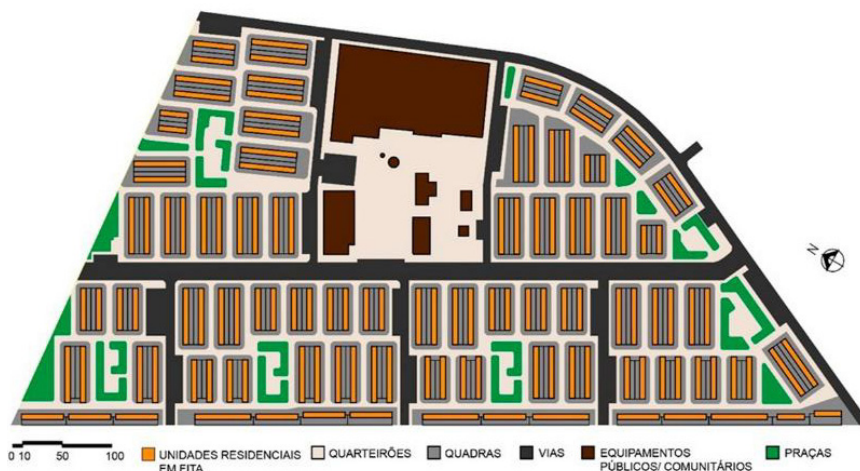
A cidade de Pelotas, município da região sul do Rio Grande do Sul, teve o seu processo de urbanização intensificado na década de 1950, através da expansão horizontal. Essa expansão urbana, paralela ao crescimento habitacional, ocorreu através do acréscimo de novos loteamentos e de diferentes políticas habitacionais fomentadas pelo Banco Nacional da Habitação (BNH). A produção do BNH, por meio da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB-RS), iniciou com oferta de loteamentos com casas em lotes individuais, passando, na década de 1980, a oferecer a Pelotas uma mercadoria similar a de Conjuntos Habitacionais já produzidos em diferentes cidades brasileiras, repassando ao usuário edificações coletivas na periferia urbana e intensificando o uso da figura do Conjunto Habitacional.

No período final do BNH, a ampliação da oferta de unidades de interesse social ocorreu por meio da compra de unidades prontas ou a serem ofertadas pela iniciativa privada em processos licitatórios, coordenados pelas COHABs, denominados “Projetos Integrados”. Em Pelotas, segundo Medvedovski (1998, p. 6) e Chiarelli (2014, p. 21), essa última fase delegou as decisões de localização e projeto à iniciativa privada, promovendo, em 1978, mais de 6.000 unidades em Pelotas. Dessas, 1.778 unidades foram construídas no Conjunto Habitacional Lindóia (Figura [1]).

⁶ Instituição pública brasileira, criada por intermédio da Lei n° 4.380, de 21 de agosto de 1964.

FIGURA 1 – Os quarteirões da COHAB Lindóia, Pelotas/RS.

Fonte: AUTOR, 2017.



Com a possibilidade de definir tanto o terreno quanto o projeto das unidades habitacionais e da infraestrutura urbana, a empresa incorporadora e construtora buscou alternativas de produção massiva e racionalização da construção, bem como alternativas de redução de custos nos sistemas de infraestrutura (MEDVEDOVSKI, 1998, p. 21). Na época do projeto do Conjunto Habitacional Lindóia, foi proposta a utilização do Sistema Condominial de Esgoto (SCE), já utilizado no Nordeste pelo engenheiro José Carlos Melo, como uma proposta de saneamento básico universal (MELO, 1983, p. 13).

O Sistema Condominial de Esgoto (SCE)

O Sistema Condominial de Esgoto surgiu, principalmente, a partir da crítica à ineficiência dos modelos sanitários e das insuficientes políticas do Estado, que perduram até os dias atuais. Essa necessidade sanitária, face às tentativas e modelos históricos importados de diferentes culturas, em condições socioeconômicas diferentes do Brasil, levou a uma série de questionamentos e críticas ao modelo dito convencional. A principal crítica aos modelos históricos implementados no Brasil, apontados por autores como Melo (1994, p. 21), Azevedo Netto (1977, p. 7) e Oliveira e Moraes (2003, p. 13), Mascaró (2005, p.117), Zmitrowicz e Angelis Neto (1997, p.15) é a sua prática restritiva aos contextos urbanos, causando, assim, problemas atuais de atendimento à população, que implicam consequências socioeconômicas, políticas, ambientais e culturais. Nesse sentido, os serviços urbanos, no geral, são gerenciados por camadas superiores da sociedade que, frequentemente, não atendem às reais necessidades da população e procuram atender às regras básicas da especulação imobiliária, ou seja, atingem de forma direta as camadas mais pobres, fazendo com que haja serviços de menor qualidade em áreas com menor poder aquisitivo (MELO, 1994, p. 12).

Essa desassistência e diminuição da qualidade dos serviços, sobretudo, para as camadas de menor renda, aconteceu concomitantemente a diversos acontecimentos sociais e urbanos. O crescimento demográfico, no último século, e o êxodo rural ocasionaram grande expansão urbana em zonas periféricas das cidades e, paralelo a isso, o Estado deu primazia nos seus investimentos sanitários em áreas de maior facilidade de acesso e de concentração da população de maior renda.

Embora haja essa diferenciação, com advento da lei nacional de saneamento básico, foram definidas as competências e estratégias para a universalização dos serviços urbanos, bem como a definição dos órgãos gestores dos serviços públicos de saneamento básico (planejamento, regulação, prestação dos serviços e fiscalização), além da execução das políticas públicas de saneamento básico no Brasil. O art. 52 da Lei nº 11.445/2007, atribuiu ao Governo Federal a responsabilidade pela elaboração e implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB, 2020, p.1), cujos objetivos são: universalização dos serviços; definições de seus programas e ações; metas; estratégias; e investimentos, para que toda a população possa ser atendida de maneira adequada (BRASIL, 2013).

No contexto contemporâneo, o PLANSAB, em 2019, realizou amplo estudo sobre a situação do saneamento no país, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, e revelou que o Brasil avançou timidamente nas questões sanitárias. Os últimos dados divulgados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) revelam que a questão sanitária ainda não atende à universalidade a que se propõe e almeja. O maior índice de atendimento sanitário foi registrado no Sudeste (79,2%) e o menor no Norte (10,5%), revelando, assim, a ligação socioeconômica nas condições de atendimento (PLANSAB, 2019, p. 1).

De maneira geral, todos os problemas ambientais, sociais e de saúde pública oriundos da precariedade do serviço público de esgotamento sanitário, trouxeram reflexões sobre as causas da ineficiência do sistema sanitário. Em consequência disso, vieram à tona novos desafios científicos e tecnológicos, que fizeram com que fosse necessária uma remodelação no sistema convencional (separador absoluto), visto que naquela época houve mudança nos padrões urbanísticos, associados às novas formas de gestão e produção habitacional. Nessa perspectiva, se fez oportuna a formulação de novas legislações, debates e modelos que suprissem as necessidades do homem, visto que o sistema vigente não atende de forma plena e universal a população.

Dito isso, e de modo a procurar garantir esse direito humano, há legislações e debates de importância mundial como: Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Lei de saneamento nº 11.445/2007 (atualizada pela Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020); o Estatuto da Cidade, (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e Agenda 2030 (ONU, 2015) que procuram garantir a universalização e estabelecem o saneamento básico, de forma a ser um conjunto de serviços de infraestruturas necessárias à vida humana e de direito básico do homem.

Nesse contexto sanitário, de modo a minimizar essa ineficiência sanitária, surgiram novas alternativas de sistemas, criadas a partir das falhas do modelo sanitário convencional, com novas proposições, ideias e objetivos. Foi na cidade de Natal, na década de 1980, que Melo, autor e disseminador do Sistema Condominial de Esgoto (SCE), realizou sua experiência piloto. Essa experiência viria a se tornar a base de apoio para a replicação do modelo em diferentes cidades do Brasil. Vasconcelos (1995, p. 105), em sua tese, aborda que, após a experiência inicial em Recife e perante o seu sucesso, a Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte (CAERN) levou a cabo a expansão do Sistema em 25 cidades do interior do Rio Grande do Norte, por intermédio de recursos federais (SCARAMUSSA; HENKES, 2014, p. 319).

O objetivo do sistema está relacionado a diferentes fatores: a essencialidade do serviço frente às necessidades cotidianas do homem, a lacuna deficitária do sistema em curso e a visão política de Melo, autor do sistema. O sistema parte do pressuposto de uma nova concepção técnica, principalmente de menores custos, sem comprometer a qualidade técnica, e conta com a participação da comunidade.

Esta pesquisa parte do pressuposto de que a implementação parcial ou inadequada do sistema sanitário, assim como a falta de atendimento dessa questão, leva a diversos impactos negativos no ambiente, influenciando negativamente outros serviços de infraestrutura, na saúde e no bem-estar da população. Portanto, este artigo tem como objetivo avaliar o desempenho do Sistema Condominial de Esgoto do Conjunto Habitacional Lindóia (COHAB Lindóia), construído na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, além de entender a conjuntura de sua proposta e implicações no cotidiano dos moradores do Conjunto.

A Avaliação Pós-Ocupação

Nesse sentido, a utilização da Avaliação Pós-Ocupação (APO) do SCE da COHAB Lindóia foi a abordagem metodológica adotada, investigando o processo de projeto e a pós-ocupação do espaço edificado, sendo um conjunto de métodos e técnicas que permite a realimentação do objeto de estudo (ONO et al., 2018, p. 61), neste caso, o sistema sanitário do condomínio em estudo.

Segundo Villa e Ornstein (2013, p. 7), o objetivo da APO é realimentar uma situação real, priorizando a satisfação dos usuários, simultaneamente comprovadas por meio de medições, observações técnicas e entrevistas, dentre outros métodos. Os autores destacam, em seu estudo, que é imprescindível a aproximação da área de projeto com a psicologia ambiental, originando estudos que dialoguem com a relação pessoa-ambiente. A APO consiste em uma abordagem multimétodos para avaliar o ambiente construído, a qual utiliza fontes multidisciplinares.

Os procedimentos adotados, de acordo com as classificações de Gil (2008, p. 28) e Yin (2005, p. 33), visando elucidar a avaliação do ambiente construído foram:

Levantamento de dados: foram realizados diferentes levantamentos (arquitetônicos, sanitário, dados secundários do Conjunto e legislações relativas ao SCE) que procuraram investigar o sistema sanitário, por intermédio de registro de imagens e levantamento in loco, para que, assim, pudessem ser detectados os fenômenos que ocorrem no Conjunto e suas implicações cotidianas;

Diagnóstico Rápido Urbano Participativo: consistiu em um grupo de técnicas para coleta rápida de informações que visavam descobrir as principais demandas, características, problemas e potencialidades que afetam a população, além dos possíveis encaminhamentos para solucionar ou potencializar as fraquezas e fortalezas da comunidade. Portanto, foram abordados 60 entrevistados, constituindo uma amostra aleatória;

Entrevistas Semiestruturadas: pensando nessa multiplicidade de informações, este trabalho ouviu moradores (17 entrevistas), órgãos públicos (autarquia responsável pelo sistema sanitário municipal) e líderes (do Conjunto e Vereadores Municipais), com o objetivo de entender os diversos vieses da mesma problemática e, a partir desse múltiplo entendimento, extrair as informações necessárias.

O Sistema Condominial da COHAB Lindóia

Pensando na sua universalidade, o Sistema Condominial da COHAB Lindóia atende a todas as unidades residenciais do Conjunto, agrupadas conforme os blocos, cujas unidades residenciais variam de 16 a 32 moradias por fita. O SCE está localizado ao fundo das unidades habitacionais, sendo que, em cada unidade, a canalização atende

o pavimento superior também (Figura [2]). As duas redes se unem numa mesma fossa, que é ligada ao coletor de fossas, o qual percorre ora vias secundárias (os passeios), ora vias públicas.

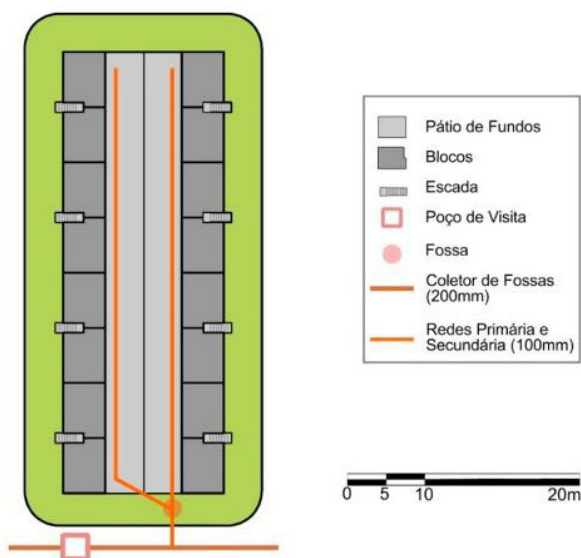


FIGURA 2 – Os traçados físicos da rede de esgotamento da COHAB Lindóia, Pelotas/RS.

Fonte: AUTOR, 2019.

A ideia das redes na COHAB Lindóia foi concebida de maneira que proporcionasse economia nos diâmetros das ligações, aproveitamento da topografia natural do terreno, e que essas estivessem dispostas em pequenas profundidades em áreas coletivas do condomínio. A decisão locacional de implementação dos ramais condominiais dependeu estritamente das construtoras ganhadoras da licitação para produção do empreendimento. Essas decisões técnicas foram possíveis devido ao sistema licitatório do “Projeto integrado”, que possibilitou um modelo sanitário pioneiro e diferenciado em comparação ao comumente adotado na cidade de Pelotas, onde a rede primária e secundária percorre espaços públicos e acessíveis.

O edital do Projeto Integrado fez com que as atribuições de gestão das Habitações de Interesse Social (HIS) da COHAB-RS, que anteriormente eram de atuação conjunta dos órgãos estaduais, municipais e da COHAB, fossem modificadas. Essa modificação previa que o morador, que anteriormente pagava somente o custo da construção de sua habitação, teria, agora, que arcar com os custos de aquisição do terreno e instalações de infraestrutura urbana. Esses custos, que antes ficavam a cargo dos governos estaduais e federal, com o advento do projeto integrado, acabaram sendo repassados ao adquirente final da moradia (MEDVEDOVSKI, 1998, p. 65).

Desse modo, as responsabilidades finais relacionadas ao projeto e execução dos serviços de esgotamento sanitário passaram para a iniciativa privada que trouxe, no caso do Conjunto Lindóia, uma proposta inovadora no projeto e gestão do sistema de esgotamento sanitário, denominado Sistema Condominial de Esgoto (SCE).

Na concepção arquitetônica da COHAB Lindóia, as áreas úmidas se encontram na parte traseira das unidades habitacionais, sendo conectadas aos ramais do SCE, que se localizam no fundo do pátio da unidade térrea. Esse espaço foi concebido, inicialmente, como de uso coletivo, posteriormente permitido seu uso com a interdição de edificar, mas que com as apropriações, ao longo do tempo, tornaram-se eminentemente privados. A tipologia arquitetônica não correspondeu às necessidades dos moradores e, nessa perspectiva, os moradores apropriaram-se tanto dos pátios ao fundo do lote quanto dos recuos laterais onde se encontravam as fossas sépticas coletivas, bem como dos recuos frontais.

Medvedovski (1998, p. 146), já no ano de 1994, e Jorge (2018, p. 1) identificaram as diferentes intervenções nos espaços coletivos da COHAB Lindóia que culminaram no encobrimento das redes primárias, das caixas de passagem, inspeção e mesmo da fossa séptica coletiva.

Medvedovski (1998, p. 160) observou, em sua tese, que nossa herança cultural portuguesa, na qual o fundo do lote é do domínio do privado e a frente é do domínio público, aspirou a individualização de cada área da COHAB Lindóia. Portanto, foi implementada a rede coletiva em área que, tradicionalmente, é considerada de uso privativo. Os órgãos públicos, por sua vez, optaram por não interferir nas apropriações, tanto localizadas no fundo quanto na frente das edificações térreas (e muitas também no pavimento superior), apesar de ter conhecimento e considerá-las irregulares.

Os levantamentos de campo evidenciaram que o esgotamento sanitário acaba por não ser coletado totalmente nos pátios e nas áreas úmidas das unidades (local de expansão arquitetônica), extravasando para as áreas dos passeios, ruas e praças. Foi detectado que os dois principais fatores para essa ineficiência são: residências que retiraram a caixa de gordura e as construções/expansões arquitetônicas irregulares sobre as caixas de inspeção, encobrendo as mesmas.

A função da caixa de gordura, de acordo com a NBR 8.160 (1999, p. 6), é ser uma caixa de inspeção, de passagem, a qual possibilita o acesso para manutenções e inspeções. O seu objetivo é reter a gordura para que ela não vá aderindo às paredes dos tubos e entupindo os canos. Caso não haja condições de acesso e não seja limpa nos períodos necessários (o que ocorre no cotidiano da COHAB Lindóia), a gordura irá saturar e irá comprometer o funcionamento do sistema.

Diante dessa normativa, caberia à autoridade pública competente, neste caso ao Serviço Autônomo de Saneamento em Pelotas (SANEP), a exigência e fiscalização da presença das caixas de gordura. Por outro lado, foi constatado que o projetista adotou o critério de utilização dessas caixas, porém, ao longo dos anos essa adoção não foi respeitada pelos moradores. Portanto, o acúmulo de gordura, oriunda de pias, em conjunto com o descarte de materiais que não deveriam ser despejados nas redes, acabou por entupir os ramais, não permitindo a correta coleta das águas e dejetos. Essa impossibilidade de transporte e acesso às caixas de inspeção, frente à ininterrupção dos despejos domésticos nas tubulações, acabou gerando recorrentes transbordamentos.

O Superintendente Operacional do SANEP, Eugênio Magalhães, acredita que houve um descuido do poder público, principalmente na fiscalização das construções sobre as redes, pois competiria à Prefeitura esse controle e ela possui a autonomia para fiscalizar qualquer construção irregular, conjuntamente com o SANEP. Entretanto, é interessante pensar que essa atuação se daria em uma área condominial, visto que a COHAB Lindóia está registrada como condomínio, e deveria ser orquestrada por um processo participativo.

A concepção projetual do modelo condominial busca formar um condomínio na quadra urbana, diferentemente da concepção de atendimento de lotes individuais, com as suas unidades de esgotamento separadas. Isso faz com que haja uma gestão coletiva, que se responsabilize pela manutenção das redes, o que não ocorre na COHAB Lindóia. O objetivo da formação da quadra na COHAB Lindóia seria também a interligação das redes e coletivizar o serviço, para que o diâmetro das tubulações seja compatível com o volume produzido na quadra.

Nesse sentido, o condomínio representaria o inverso do padrão comumente utilizado, o do atendimento individualizado, ou seja, modifica-se a unidade de coleta, agora tangenciada pela rede coletora, tornando-se, assim, uma coleta coletiva. O condomínio

apresenta-se como instrumento fundamental para essa coletivização e é entendido como um ambiente coletivo, à medida em que pressupõe outros serviços coletivizados, como serviços de abastecimento de água e segurança. A coletivização, nesse caso, parte do pressuposto de ganhos econômicos, de gestão, convivência e do rompimento do individualismo.

Observou-se, em pesquisas anteriores, que a COHAB Lindóia foi registrada como condomínio. Essa aprovação, perante os órgãos públicos, sob a forma condominial e não sob a forma de loteamento, trouxe diversos benefícios para as construtoras promotoras do empreendimento e para o poder público, como rapidez na aprovação de projetos e rebaixamento de parâmetros de infraestrutura (MEDVEDOVSKI, 1998, p. 6). Entretanto, o Conjunto nunca conseguiu estabelecer uma gestão condominial em pleno funcionamento, resultando, assim, na falta de um organismo que de fato se responsabilize pela manutenção, operação e possível requalificação, frente aos problemas que surgiram ao longo dos trinta e cinco anos de vida do empreendimento. Os moradores, assim como o poder público, não se veem como agentes responsáveis pelo seu cotidiano, tampouco como promotores de mudanças, resultando em problemas sanitários que comprometem o uso dos seus espaços e a saúde dos moradores.

Contudo, o elevado percentual de acesso à rede de esgotamento sanitário, no valor de 99% das unidades domiciliares, apontado pelo Censo em 2010, não indica a eficácia nem identifica a qualidade da prestação do serviço, inerente às necessidades de uso da população, pois quando perguntado aos moradores sobre a satisfação em relação ao SCE, foram obtidos os dados apresentados no Gráfico [1].

Classificação do SCE

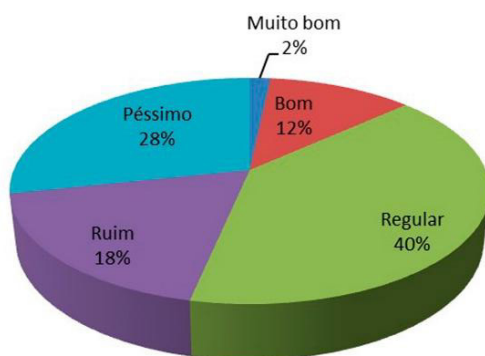


GRÁFICO 1 – Classificação quanto a qualidade do SCE, segundo os moradores da COHAB Lindóia.

Fonte: AUTOR, 2019.

O Gráfico [1] mostra que somente 14% dos moradores entrevistados avaliaram positivamente o SCE, enquanto 46% avaliaram o SCE como péssimo ou ruim. Observa-se que somente um morador avaliou o sistema como muito bom, o que representa 2% da amostra total. Os moradores que avaliaram como bom, muito bom ou regular, em sua maioria, residem no segundo pavimento, local onde não há grande número de entupimentos e extravasamentos. O que revela que a incidência de problemas oriundos do SCE ocorre, principalmente, no pavimento térreo, local onde estão as caixas de inspeção e as redes primárias e secundárias.

O DRUP foi utilizado como ferramenta qualitativa, pois complementa os dados quantitativos relativos à presença das redes sanitárias. Dessa forma, o diagnóstico possibilitou o entendimento das demandas e ilustrou as reivindicações do Conjunto (Figura [3]).

FIGURA 3 – Pontos negativos gerais da COHAB Lindóia.

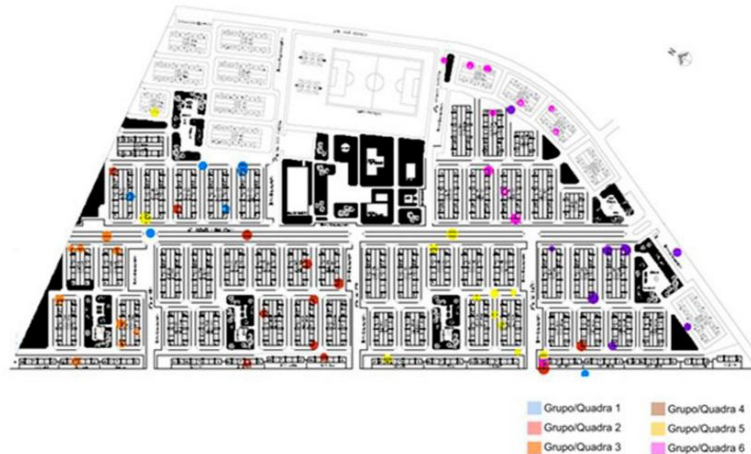
Fonte: EQUIPE NAURB, 2019.



A Figura 3 apresenta o panorama geral do Conjunto e de todas as respostas coletadas. A referida Figura mostra que o esgoto está na segunda colocação de reivindicações dos aspectos negativos da COHAB Lindóia, revelando, assim, uma situação grave de insalubridade apontada pelos usuários. Concomitantemente ao aspecto sanitário, compõem a “Pavimentação e a Drenagem”, amplamente afetadas pelos extravasamentos do esgoto domiciliar. Contudo, se fez necessário ir além disso e detectar, com o auxílio dos depoimentos dos entrevistados, os locais onde ocorrem com maior frequência os problemas oriundos do sistema sanitário existente (Figura [4]).

FIGURA 4 – Mapeamento de incidências sanitárias da COHAB Lindóia.

Fonte: EQUIPE NAURB, 2019.



A Figura 4 demarcou as indicações de precariedade sanitária e as cores das legendas revelam os quarteirões onde residem os usuários do Conjunto que indicaram essas incidências. Foi observado que, em uma amostra de 60 pessoas entrevistadas, foram apontadas a incidência de 58 pontos de precariedade sanitária. Isso revela uma situação sanitária grave, pois cada entrevistado, em média, tinha conhecimento de um problema de esgotamento. Observou-se, também, que essas incidências ocorrem com maior frequência nas esquinas, locais próximos às fossas, cujo ponto acumula o esgoto doméstico de toda a fita daquele quarteirão.

Não houve, de fato, uma disseminação relativa à operação e aos traçados das redes e dispositivos do SCE ou dos modos de uso pela população, que não soube dizer com precisão os componentes do sistema, suas peculiaridades e funcionamento. Aliado a isso, não há orientação sobre os cuidados, responsabilidades e consequências da ineficiência do serviço.

Os moradores, muitas vezes, não sabem onde ficam as fossas, pois não foram alertados e orientados sobre o SCE. O conhecimento que os moradores transmitiram é fruto das adversidades ocorridas no dia a dia e seus modos de uso das redes do sistema sanitário. No entanto, esse conhecimento não advém de profissionais qualificados que possam instruir os moradores, e também não são repassadas instruções aos

novos adquirentes de imóveis da COHAB Lindóia. Os adquirentes, muitas vezes, alocam ou compram as unidades do empreendimento sem saber da deficiência do sistema sanitário de esgotamento, pois se soubessem dessa ineficiência muitos não comprariam a residência ou a unidade estaria sendo avaliada por um preço inferior ao que lhes é ofertado.

Nesse aspecto ligado ao conhecimento, caberia a uma gestão participativa explorar didaticamente, em parceria com os órgãos públicos e privados, a história do Conjunto, bem como deixar claro para os moradores como foram concebidos os seus espaços, os serviços de infraestrutura urbana existentes, além do necessário conhecimento e sensibilização ambiental.

Em suma, nenhum órgão municipal, estadual ou, ainda, os moradores, se sentem na responsabilidade da manutenção e operação do SCE. Essas responsabilidades, além da clareza de direitos e prerrogativas, deveriam ser descentralizadas e compartilhadas num acordo, mediante todo contexto que ainda perdura na COHAB Lindóia. Os entrevistados acreditam que a população se acostumou com a ausência de acordos e requalificações, na medida em que os moradores se acostumaram com a situação sanitária do bairro.

Por outro lado, o Superintendente do SANEP, Eugênio Magalhães, destacou, em seu depoimento, que já se fez tentativas com os moradores de outros Conjuntos que possuem a mesma problemática sanitária e o mesmo sistema (SCE), no intuito de requalificar e inserir coletores novos junto às vias públicas. Segundo o SANEP (2020, p. 3), foram feitas algumas experiências piloto na COHAB Guabiroba (bairro que possui o mesmo sistema sanitário), mas os usuários não admitem a quebra do seu piso para levar a ligação para frente do lote. Para o SANEP, essa é a grande dificuldade para requalificar a COHAB Lindóia, pois implicaria numa intervenção pública em área privada.

Os moradores revelam que não há iniciativas e meios de informação que possibilitem a democratização e comunicação interna do Conjunto, o que auxiliaria também na divisão de deveres e responsabilidades perante uma gestão democrática. Observou-se, então, que os usuários não participaram das decisões pré ou pós-ocupação, constituindo, assim, um agente passivo do serviço que não se retroalimenta, como indica a APO.

Dentre as diferentes adequações, destaca-se a adequação na qual um morador do térreo, inquilino, realizou diferentes reformas e a última consistiu em uma ligação com uma tubulação, pela parte externa da residência, ao fundo do lote, na qual a água provinda das pias escoa pelo pátio até a caixa de inspeção (que geralmente permanece com a tampa retirada para recebimento dessas águas) (Figuras [5]). O correto seria que essas águas fossem escoadas pelas tubulações originalmente enterradas no pátio.



FIGURA 5 – Modificações nos traçados das tubulações.

Fonte: AUTOR, 2020.

Segundo o entrevistado, os despejos oriundos de atividades domésticas estavam retornando pela tubulação da pia, inundando toda a cozinha e garagem, porque as tubulações da parte de baixo estavam entupidas e os despejos não tinham para onde escoar. Essa interferência contempla as águas das pias do vizinho do pavimento superior e as suas ligações. Outra moradora fez o que é denominado “ladrão”, cuja tubulação é ligada diretamente ao meio-fio das calçadas quando entope (Figura [6]), transformando o escoamento do material orgânico em um lançamento à céu aberto.



FIGURA 6 – Adaptações clandestinas realizadas pelos moradores da COHAB Lindóia.

Fonte: AUTOR, 2020.

Esse “ladrão” deveria passar pela aprovação da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, que fiscalizaria a sua execução e manutenção, sendo vedado o lançamento de esgotos in natura a céu aberto ou na rede de águas pluviais, devendo ser exigidas do órgão competente ou concessionária as medidas para a solução desse problema sanitário (PELOTAS, 2000, p. 1).

Dentre as alternativas encontradas pela população, a mais frequente é o autosserviço de operação e manutenção. As mais comuns são a utilização de soda cáustica (sólido branco, cristalino, altamente tóxico e corrosivo) e a utilização do sabão em pó nas caixas de inspeção, pois esses produtos também possuem propriedade desengordurante.

Para a maioria dos moradores, o problema não é o SANEP nem a Prefeitura, mas a desinformação da população que joga na rede de esgoto materiais totalmente inadequados (peças íntimas de vestuário, dentre outros materiais). Em outros casos, em que os vizinhos não limpam a caixa de gordura, o morador que recebe esse esgotamento acabou por fazer uma outra caixa de gordura, para que ele próprio realizasse a limpeza, ou seja, tomou para si a responsabilidade sanitária da fita.

Como dito anteriormente, as operações e manutenções por parte do SANEP, pela suas normativas, só deveriam acontecer nos espaços públicos, como, por exemplo, na malha viária e nas vias locais. No entanto, frente à necessidade de manutenções nos espaços condominiais e privados, a equipe do SANEP adentra nos passeios (que são condominiais) e mesmo nas unidades habitacionais, realizando um serviço que não seria de sua competência, visto que o local das redes se encontra em uma área especificada no Registro de Imóveis como condominial e de uso privativo.

Os serviços prestados são mediante solicitação através da central de atendimento, telefone ou internet. Semanalmente, há o deslocamento de um dos caminhões do SANEP que efetuam limpeza das redes e fossas para a COHAB Lindóia, tamanha a demanda acumulada. Em suma, foi relatado que os serviços são realizados conforme a demanda da população, não havendo um planejamento para melhorias contínuas e graduais.

Entretanto, cabe analisar as responsabilidades desta Autarquia Municipal, que tem grande autonomia de decisão. A aprovação do projeto com a nova concepção de ramais condominiais foi realizada por seus técnicos. Essa aprovação de um condomínio eximiu a prestadora de serviços da manutenção das redes condominiais e favoreceu os menores custos da execução do empreendimento. Isso se deu num condomínio de população de baixa renda, em que a maioria nunca tinha residido em condomínio, e que desconhecia totalmente as responsabilidades advindas do sistema condominial de esgotamento sanitário. E essa consciência não esteve presente no momento pré e pós-ocupação.

Hoje, se faz necessária a realização de manutenções preventivas e remediativas, que apresentam caráter de urgência, para evitar chegar a um estado de comprometimento total da infraestrutura, preservando a saúde e bem-estar da população.

Considerações finais

Sob o ponto de vista técnico, este artigo comprovou que as duas principais condicionantes da ineficiência do transporte das águas residuais são: residências que retiraram a caixa de gordura em suas ampliações/construções e expansões arquitetônicas irregulares sobre as caixas de inspeção. Em consequência disso, ocorre o extravasamento e entupimento crônico dos dutos, principais problemas cotidianos do Conjunto.

Os depoimentos revelaram uma situação inadequada de saneamento básico, cujos riscos para a saúde de seus residentes são graves e perceptíveis. Em alguns casos, o esgotamento sanitário apresenta-se a céu aberto, com extensas áreas das vias submersas no esgoto doméstico extravasado. Foi constatada a falta de uma visão de longo prazo, principalmente dos projetistas responsáveis pelo projeto arquitetônico, visto que não foi pensado que uma unidade térrea, com menos de 40 m² de área construída, tendo à disposição um pátio de fundos de mesma dimensão, com certeza seria objeto de ampliações que implicariam na ocupação do mesmo.

Nos depoimentos, ficou evidente que, no seu cotidiano, o usuário não toma conhecimento da existência dessas redes. O que os moradores sabem, em sua maioria, é que as redes ficam enterradas ao fundo do lote e percorrem o caminho das vias urbanas. Tampouco lhes é familiar o caminho dos efluentes após se dirigirem ao sistema cidade. A população também não foi consultada sobre a escolha do traçado, assim como não lhe foram atribuídos direitos e prerrogativas. Um plano inicial de uso e de gestão do sistema condominial, bem como dos espaços coletivos, teria evitado grande parte dos transtornos tratados aqui.

Assim como o sistema preconiza a descentralização, os problemas recorrentes também são derivados de um conjunto descentralizado de atores: reconhecimento das falhas relativas ao registro condominial da COHAB Lindóia, falta de fiscalização de órgãos públicos das irregularidades das expansões, a falta de informação dos moradores sobre os limites do público e privado, falta de gestões comunitárias participativas, falta de investimentos públicos e parcerias privadas, ausência de acordos entre todos os envolvidos.

Os fatores detectados para a ineficiência desse acordo são: a falta de iniciativas para elaboração desse acordo; a falta de consciência de que era necessário debater alternativas para minimização de problemas que são coletivos; além da falta de conhecimento dos órgãos públicos sobre o sistema sanitário e da necessidade de colaboração dos moradores para manutenção e preservação do SCE. Além disso,

a proposta de gestões de territórios menores, divididas de acordo com a hierarquia viária e aqui entendida como parte integrante de um corpo maior, poderia fomentar requalificações urbanas tanto nas redes de infraestrutura quanto nos espaços exteriores comum a todos, possibilitando, ao Conjunto, fiscalização, eficiência e desenvolvimento dos serviços urbanos.

Ademais, sistemas descentralizados se tornam mais eficientes e sustentáveis, pois delegam, em níveis hierárquicos diferenciados, responsabilidades e capacidade de tomada de decisões a todos os atores, não limitando os moradores a apenas o recebimento do serviço. É importante salientar que o monopólio da prestação de serviço coloca o consumidor em uma situação delicada, tendo em vista que submete o usuário ao consumo que lhe é ofertado.

Por outro lado, a presença das redes, muitas vezes, é tratada somente de forma técnica e, ao trazer o uso dessas redes no cotidiano, verificou-se a carência do diálogo em outras esferas, as que não são palpáveis, além da ausência do entendimento amplo e do significado desse pioneiro sistema para a população residente.

Referências

AZEVEDO, José Martiniano; ALVAREZ, Guilherme. **Manual de Hidráulica**. São Paulo: Edgard Blucher, 1977.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 8160**- Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução, de 01 de novembro de 2019. Brasil, 2019. Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17500/material/NBR%208160%20Sistemas%20prediais%20de%20esgoto%20sanit%C3%A1rio-%20projeto%20e%20execu%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2020.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BRASIL. **Estatuto da cidade** - Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Brasil, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 10 set.2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasil, 1988. Disponível em: [Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 set.2022.

BRASIL. **Lei de Saneamento Básico**- Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Brasil, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm. Acesso em: 27 ago. 2019.

CHIARELLI, Lígia Maria. **Habitação social em Pelotas (1987 – 2010)**: Influências das políticas públicas na promoção de Conjuntos Habitacionais. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Faculdade de filosofia e ciências humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

CYNAMON, Szachna Eliaz. Sistema de esgoto a custo reduzido. **Revista Engenharia Sanitária**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 68-73, 1986.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

JORGE, Liziane de Oliveira Jorge. de O. et al. **A relação entre o perfil familiar e as modificações arquitetônicas da habitação popular**: O caso da COHAB Lindóia, Pelotas, RS. Projeto de extensão da UFPEL, 2018.

MARICATO, Ermínia. **A política habitacional do regime militar**: Do milagre brasileiro a crise econômica. Petrópolis: Vozes, 1987.

MASCARÓ, Juan; YOSHINAGA, Mário. **Infra-estrutura urbana**. 1. ed. Porto Alegre: Masquatro, 2005.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer. **A vida sem condomínio**: configuração e serviços públicos urbanos em conjuntos habitacionais de interesse social. São Paulo: USP, 1998. Tese (Doutorado) em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer. et al. Diagnostico Rápido Urbano Participativo (DRUP): um relato sobre a ferramenta como instrumento para processos participativos em habitação de interesse social- uma ação extensionista. **Expressa Extensão (UFPEL)**, v.20, p.99 - 116, 2015.

MELO, José Carlos. **Petrolina-uma solução não convencional de esgotos para uma grande cidade**. Recife: Acqua-plan, Estudos Projetos e Consultoria, 1983.

MELO, José Carlos. **Sistema Condominial de esgotos**: Razões, teoria e prática. Recife: Caixa Econômica Federal, 1994.

NAZARETH, Pery. **Sistemas condominiais de esgotos**. [Brasília: s.n.], 1997.

OLIVEIRA, Maria Tereza.; MORAES, Luíz Roberto. Inovação Tecnológica Para Coleta De Esgotos Sanitários: Um olhar da população sobre a tecnologia das redes coletoras tipo Condominial na cidade do Salvador-Bahia-Brasil In: **SEMINÁRIO LATINO LBERTOAMERICANO DE FESTIÃO TECNOLÓGICA**, 10, 2003, [s.l.; s.n.]. Disponível em: https://www.academia.edu/4261311/Inova%C3%A7%C3%A3o_Tecnol%C3%B3gica_para_Coleta_de_Esgotos_Sanit%C3%A1rios_Um_olhar_da_popula%C3%A7%C3%A3o_sobre_a_tecnologia_das_redes_coletoras_tipo_Condominial_na_cidade_do_Salvador-Bahia-Brasil. Acesso em: 5 mar. 2018.

ONO, Rosaria. et al. **Avaliação Pós-Ocupação**: da teoria a prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2018.

ONU. **Guia sobre Desenvolvimento Sustentável**. Nova York, 2015. Disponível em: https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf. Acesso em: 10.set.2022.

PLANSAB. **Plano Nacional de Saneamento Básico**. Brasil, 2019. Disponível em: <http://www.cecol.fsp.usp.br/dcms/uploads/arquivos/1446465969_Brasil-PlanoNacionalDeSaneamentoB%C3%A1sico-2013.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2020.

SILVA, Ricardo Macedo.; BORJA, Patrícia Campos.; MORAES, Luíz Roberto. Uso e funcionamento de sistemas condominiais de esgotos: um estudo em Santo Amaro e Gameleira, Brasil. In: **SIMPÓSIO ÍTALO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL**, 8.,pp 1-5, 2006, Fortaleza. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Disponível em: <https://www.academia.edu/15490737/Uso_e_funcionamento_de_Sistemas_Condominiais_de_Esgotos_Um_estudo_em_Santo_Amaro_e_Gameleira_Brasil>. Acesso em: 2 fev. 2019.

VÉRAS, Maura Pardini; BONDUKI, Nabil. **Política habitacional e a luta pelo direito à habitação**. In: COVRE, M. M. (org.). A cidadania que não temos. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

YIN. Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZMITROWICZ Witold; NETO, Generoso. **Infra- Estrutura Urbana**. 1. ed. São Paulo: Escola Politécnica da USP, 1997. Disponível em: http://www.pcc.usp.br/files/text/publications/TT_00017.pdf. Acesso em: 9 abril. 2019.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (ISSN 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submetido em 28/06/2021

Aprovado em 03/12/2022

MARIANA MAMEDES DOS SANTOS E EVANDRO FIORIN

Caminhografando o antigo leito férreo de Ourinhos-SP

The walkthrough graphing of the old railroad of Ourinhos-SP

Caminografías del antiguo ferrocarril de Ourinhos-SP

Mariana Mamedes dos Santos

Mestre em Arquitetura e Urbanismo (2022), pelo programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGARQ) da UNESP, na linha de pesquisa Teoria, História e Projeto. Arquiteta e Urbanista, (2016), pela UNIP/Assis-SP; Especialista em Patrimônio e História pela UEL/Londrina - PR (2018).

Master's degree in Architecture and Urbanism (2022), by the Graduate Program in Architecture and Urbanism (PPGARQ) at UNESP, in the research line Theory, History and Design. Architect and Urban Planner, (2016), from UNIP/Assis-SP; Specialist in Heritage and History from UEL/Londrina - PR (2018).

Maestría en Arquitectura y Urbanismo (2022), por el Programa de Posgrado en Arquitectura y Urbanismo (PPGARQ) de la UNESP, en la línea de investigación Teoría, Historia y Diseño. Arquitecto y Urbanista, (2016), de la UNIP/Assis-SP; Especialista en Patrimonio e Historia por la UEL/Londrina - PR (2018).

mamedesmariana@gmail.com

Evandro Fiorin

Prof. Dr. em Arquitetura e Urbanismo, pela FAUSP (2009). Prof. Adjunto no Dep. de Arquitetura e Urbanismo da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina-SC (2018), e prof. permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do PósARQ/UFSC. Prof. externo no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UNESP.

Prof. doctor in Architecture and Urbanism, from FAUSP (2009). Prof. Deputy at Dept. of Architecture and Urbanism at UFSC - Federal University of Santa Catarina-SC (2018), and prof. of the Post-Graduate Program in Architecture and Urbanism at PostARQ/UFSC. Prof. external in the Graduate Program in Architecture and Urbanism at UNESP.

Profe. doctor en Arquitectura y Urbanismo, de la FAUSP (2009). Profe. Adjunto en el Depto. de Arquitectura y Urbanismo de la UFSC - Universidad Federal de Santa Catarina-SC (2018), y el prof. del Programa de Posgrado en Arquitectura y Urbanismo del PostARQ/UFSC. Profe. externo en el Programa de Posgrado en Arquitectura y Urbanismo de la UNESP.

evandrofiorin@gmail.com

Resumo

O presente trabalho está inserido na atual discussão sobre novas formas de apreensão dos espaços urbanos. Temos como objetivo geral, a proposição de uma modalidade de pesquisa realizada a partir do caminhar, baseada nos conceitos de cartografia, para construir uma caminhografia sobre o antigo leito ferroviário de Ourinhos-SP. Assim, o método proposto se baseou no caminhar como prática estética, assumindo um papel de artista, uma política de narratividade e um texto diarístico para apresentar, por meio de imagens e mapas, uma percepção sobre uma realidade urbana. Temos como resultados uma experiência-ação sobre um território em constante modificação que se faz revelar por um olhar experimental.

Palavras-chave: Ourinhos-SP. Leito Férreo. Caminhar. Cartografia. Experiência.

Abstract

The present work is part of the current discussion about new ways of apprehending urban spaces. The general objective is to propose a research modality based on walking, based on the concepts of cartography to build a caminhografia on the old railroad of Ourinhos-SP. Thus, the proposed method was based on walking as an aesthetic practice, assuming an artist's role, a narrative policy and a diary text to present, through images and maps, a perception of an urban reality. We have as results an experience-action on a territory in constant modification that reveals itself through an experimental look.

Keywords: Ourinhos-Sp. Railroad. Walk. Cartography. Experience.

Resumen

El presente trabajo se inserta en la discusión actual sobre nuevas formas de aprehensión de los espacios urbanos. Nuestro objetivo general es proponer una modalidad de investigación basada en la caminata, a partir de conceptos de cartografía, para construir una caminhografia sobre la antigua plataforma ferroviaria de Ourinhos-SP. Así, el método propuesto se basó en el caminar como práctica estética, asumiendo un rol de artista, una política narrativa y un texto diario para presentar, a través de imágenes y mapas, una percepción de una realidad urbana. Tenemos como resultado una acción-experiencia sobre un territorio en constante cambio que se revela a través de una mirada experimental.

Palabras clave: Ourinhos-SP. Ferrocarril. Caminar. Cartografía. Experiencia.

Introdução

Ourinhos é uma cidade que fica no interior do Estado de São Paulo. Cresceu e se desenvolveu com a chegada da Estrada de Ferro, que escoava a produção agrícola para o Porto de Santos. Um modal que teve seu apogeu e declínio por conta do sucateamento e da substituição dos meios de locomoção e transporte. Desta época emblemática sobram marcas edificadas que foram preservadas. Entretanto, hoje em dia, o antigo leito ferroviário de Ourinhos não deve ser reconhecido apenas por seus espaços institucionalizados. Ali não há apenas um museu, ou uma estação de carga, ou até mesmo uma ruína abandonada. Há outras formas de vivência, não só a produtiva. Há uma linha que se refaz como caminho, mas agora de pedestres e não do trem. Há a vitalidade do pássaro que contrasta com a degradação de um edifício decadente. Há as flores que crescem em meio aos trilhos, o gato que faz da linha férrea seu próprio território.

Dessa forma, a pesquisa traz um olhar sensível para a cultura desse lugar no presente, ao olhar para as vivências que ali ocorrem e não apenas as edificações e suas funções, ou até mesmo seus signos históricos. Portanto, este trabalho serve para amparar futuras ações acerca desse espaço, de modo a considerar esses outros modos de apropriações encontrados no território durante a nossa investigação, assim como, ser incorporada às diversas formas de leitura do espaço ferroviário.

Nesse entendimento, esse artigo tem como objetivo revelar outras visões de um território lido como vazio, junto às áreas centrais da cidade de Ourinhos. Nossa proposição é uma modalidade de pesquisa realizada a partir do caminhar, baseada nos conceitos de cartografia, para construir uma caminhografia, revelada, também, pela psicotopologia sobre o antigo leito ferroviário de Ourinhos-SP. Assim, o método proposto se baseou nos conceitos de movimento-função, estados de atenção, durante a pesquisa de campo e no caminhar como prática estética. Assumimos um papel de artista, uma política de narratividade e um texto diarístico para apresentar por meio de imagens e mapas uma percepção sobre uma realidade urbana.

A partir das contribuições dos autores Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana Escossia (2015), que tratam da cartografia, Francesco Careri (2013, 2017), que desenvolve estudos acerca do caminhar como prática estética e Hakim Bey (2018), que utiliza o termo psicotopologia/psicotopografia para designar a imersão em um lugar espacial de cunho libertário, apresentaremos alguns resultados de uma experiência-ação sobre um território em constante modificação que se faz revelar pelo nosso olhar experimental.

A partir do movimento-função de referência, utilizamos imagens aéreas de Ourinhos para identificar as áreas de liberdade dentro do território. Um trecho compreendido entre os bairros: Centro, Vila Mano e Parque Residencial Gabriela, que juntos permeiam o antigo leito férreo da cidade. Utilizamos o movimento-função de explicitação para nos aprofundarmos melhor sobre o espaço escolhido a partir de um levantamento que identifica uma região a partir de dados bibliográficos de artigos, livros e fotografias antigas. Esse processo de identificação não deve ser lido como sendo uma barreira para um pensamento engessado, muito pelo contrário. Por meio dele, conseguimos compreender como se deu a formação da estrutura ferroviária na cidade e como se deram algumas das abordagens ocorridas a respeito do patrimônio conformado por essas estruturas.

Com a proposta formulada e a área de estudo escolhida fomos a campo para descobrir quais as potencialidades que aquele território possuía. Foram realizados dois percursos em dias diferentes da semana. Para registrá-los optamos pela construção de

um diário de campo. A partir da realização desses trajetos surgiram textos, imagens, mapas, croquis e a parte final desse trabalho. No seu todo, esse constructo dá origem ao que denominamos aqui como Caminhografar. Desta forma temos como resultado um olhar experimental; da pesquisa que vai habitar um território a ser pesquisado. Uma experiência que se abre ao teste e à aventura de se lançar a campo em busca do desconhecido.

A Cultura do Lugar

A formação do município de Ourinhos está intimamente relacionada ao processo de valorização das terras do Oeste Paulista propiciada pela expansão da cultura do café e da ferrovia. O desenvolvimento do núcleo urbano da cidade ocorreu a partir da chegada da linha férrea, entre os anos de 1908 e 1910. E o território ocupado por Ourinhos hoje se localiza a oeste da capital do Estado de São Paulo [figura 1].

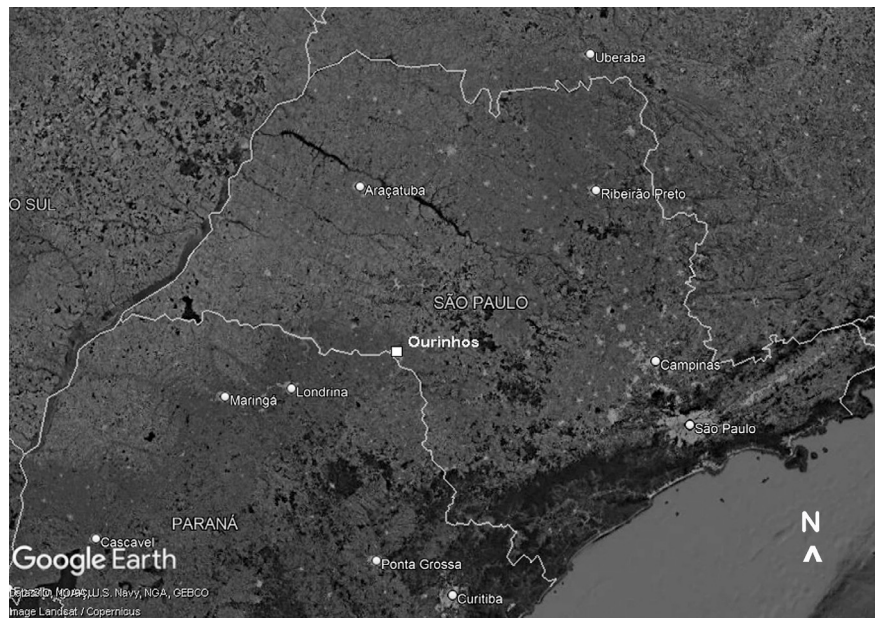


FIGURA 1 – Localização de Ourinhos no Estado de São Paulo

Fonte: Google earth, modificado pelos autores, 2022.

O primeiro trecho da linha férrea foi implantado na cidade em 1908, em direção ao Rio Paraná, sob o comando da Sorocabana Railway Company. Nessa época os únicos moradores eram alguns tropeiros, pequenos agricultores e os próprios trabalhadores do empreendimento. Del Rios (2015) afirma que as casas desses trabalhadores deram início à formação do núcleo urbano e que o traçado urbano retilíneo era inovador em comparação com as cidades mais antigas do estado, apresentando avenidas e ruas largas.

Araújo (2011) aponta que a chegada da ferrovia trouxe consequências importantes para o Oeste Paulista, uma vez que viabilizou a exploração de áreas novas e de solos férteis, o que antes era impossível devido à falta de conexão do Oeste Paulista com outras regiões do país, o que possibilitou a concorrência com outras regiões do Estado de São Paulo, como as de Campinas ou o do Vale do Paraíba, barateando os custos com os transportes. Tal avanço em direção ao Oeste Paulista, propiciado pela expansão da Estrada de Ferro Sorocabana, resultou em várias transformações na paisagem dessa região, que serão discutidos posteriormente.

Outro fator importante para Ourinhos foi a proximidade com o Norte do Paraná e a localização na região da Média Sorocabana, que transformou a cidade em um local estratégico do ponto de vista econômico (IZIDORO; SILVEIRA, 2008). A localização geográfica de Ourinhos sempre proporcionou que a cidade fosse bem vista do ponto de vista econômico. Durante o período de formação do núcleo urbano, sua proximidade com o Estado do Paraná já era um fator relevante. Posteriormente ao período inicial de formação da cidade, em meados dos anos 1920, fazendeiros do Estado do Paraná decidiram construir uma estrada de ferro ligando suas terras a Ourinhos, por onde passava a Estrada de Ferro Sorocabana para escoar, de maneira mais rápida, sua produção de café e enviá-la para Santos, o principal porto do país. Com esse objetivo, fundaram a Estrada de Ferro Noroeste do Paraná, denominação posteriormente alterada para Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná.

Segundo Lopes e Braga (2014), em 30 de junho de 1928 a ferrovia [figura 2] passou para mãos inglesas, e Ourinhos tornou-se sua sede. Houve então a modernização da via permanente e do material rodante. Wallace Hepburn Morton chegou a Ourinhos, em março de 1929, para assumir o cargo de engenheiro ajudante. Uma oficina pré-fabricada, importada da Inglaterra e destinada à manutenção de todo o material rodante, foi montada e foram construídos o almoxarifado, os depósitos de óleo e inflamáveis e o pátio de manobras, com dois desvios e triângulo de reversão. Novas locomotivas, também oriundas da Inglaterra, passaram a ser montadas na oficina, bem como o novo material rodante, composto por carros de passageiros, vagões cobertos e gôndolas (LOPES; BRAGA, 2014, p. 12).

Em meados de 1950, a cidade de Ourinhos teve um aumento populacional significativa, decorrente da modernização que ocorria em todo o país, fazendo com que a população rural, se mudasse para a cidade, passando de 13.123 habitantes em 1940, para 21.085 habitantes na década seguinte (SILVA, 2015, p. 5). Nesse mesmo período, na cidade, o ciclo do café foi substituído pelo cultivo de cana-de-açúcar, e a ferrovia entrou em decadência em detrimento do transporte rodoviário, e iniciou-se a implantação de fábricas e indústrias. Entre as que mais se destacaram está a SANBRA, que produzia óleo vegetal a partir das sementes de algodão, amendoim e mamona. A fábrica, que tinha parte da linha férrea dentro de seu pátio fabril para facilitar o embarque e desembarque de produtos, era conhecida pelos moradores como “Moinho Santista” (SILVA; PRADO; CUNHA, 2020, p. 5).



FIGURA 2 – Antigas estações EFS e SPP

Fonte: Prefeitura Municipal de Ourinhos, modificado pelos autores, 2022

Foi apenas em 1999 que a Ferrovia de Ourinhos deixou de conduzir passageiros, mas até hoje realiza o transporte de mercadorias, destacando-se os combustíveis. Segundo Silva (2018), Cunha (2008), o Museu Histórico e Pedagógico de Ourinhos, existia na cidade desde 1971 e possuía gestão do Governo do Estado de São Paulo, teve suas atividades encerradas durante a década de 1980, mas foi reaberto em 1990

sob gestão municipal e em 1996 foi instalado em um antigo depósito de mercadorias da Companhia Sorocabana através de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Ourinhos e a FEPASA. Essa parceria, resultou na revitalização de casas ferroviárias e de um antigo depósito de mercadorias.

A revitalização consistiu na adaptação das edificações para receberem novos usos. As casas ferroviárias, que foram desapropriadas de antigos moradores que foram encaminhados para outra localização da cidade, passaram a ser integrantes do Centro de Convivência Jornalista Benedito da Silva Eloy. Já o antigo depósito, recebeu o Núcleo de Arte Popular Sergio Nunes e do Museu Histórico e Pedagógico de Ourinhos (CUNHA, 2008; SILVA, 2018).

Esse projeto foi assistido pelo Departamento de Cultura municipal e pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) e, segundo Cunha (2008), o objetivo do espaço era conservar características da arquitetura original, com o intuito de promover o conhecimento sobre a história da cidade e seus formadores. Segundo a autora, a expressão utilizada para definir a experiência dos visitantes no museu era “uma viagem no tempo”.

Ao todo, seis casas ferroviárias fizeram parte da revitalização, sendo que seus usos são: uma associação de moradores, duas associações de artesanatos, duas estão fechadas, e uma abriga um acervo em audiovisual, que contém as memórias dos antigos ferroviários que trabalharam na ferrovia São Paulo-Paraná, que foi nomeada como “Casinha da memória” (SILVA, 2018).

A estação da Companhia São Paulo-Paraná – construída em 1926 e em operação até o início dos anos 1980 – já havia passado por uma substituição no ano de 1969, quando adquiriu um novo padrão arquitetônico diferente daqueles que existiam na cidade. Já durante a remodelação, por um curto período, a edificação abrigou uma locomotiva a vapor, com um vagão que fazia curtos passeios turísticos (CUNHA, 2008).

Segundo São Paulo (2018), o processo de tombamento do Conjunto Ferroviário de Ourinhos [figura 3] teve início no ano de 2011, sendo finalizado em 2018. O tombamento do conjunto se justificou pela sua importância no processo de expansão da Estrada de Ferro Sorocabana para o Oeste Paulista e para o Vale do Rio Paranapanema, pelo papel de destaque no entroncamento da Estrada de Ferro Sorocaba com a Estrada de Ferro São Paulo-Paraná e, ainda, pela sua relevância na ocupação do Oeste do Paraná. Ainda segundo a mesma publicação, os remanescentes tombados foram: armazém de carga da Estrada de Ferro Sorocabana; armazém de carga da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná; casas de turma, Vila Ferroviária; pátio de manobras e de entroncamento da EFS-EFSPP; e a Vila dos Ingleses.



FIGURA 3 –Localização de Ourinhos no Estado de São Paulo

Fonte: Google earth, modificado pelos autores, 2022

O complexo industrial da SANBRA, utilizado até 2006 pela Bunge Alimentos, não foi inserido nesse processo de proteção pelo CONDEPHAAT. Atualmente ele se tornou um grande vazio, com alguns remanescentes em ruína, sendo que, uma grande parte dos edifícios foi demolida. O complexo era composto por galpões de extração de óleo vegetal, laboratórios, um prédio administrativo, refeitório, cozinha, banheiros, vestiários, quatro casas residenciais e a caixa d'água, sendo que, uma das únicas edificações que permaneceu foi o refeitório.

Por estar localizada na área central da cidade e por ser uma área extensa, o mercado imobiliário tem se empenhado bastante para a construção de novas estruturas no terreno da antiga indústria, como **shoppingcenters**, hipermercados etc. Recentemente, parte do terreno foi utilizado para a implantação de um **shoppingcenter**.

A Modalidade de Pesquisa

As principais contribuições de Passos, Kastrup e Escossia (2015) para a presente pesquisa foram no sentido de nos mostrar o caminho de uma modalidade de pesquisa aberta e de exploração, assim como nos apresentar pistas que nos guiaram durante a descoberta do recorte de investigação com o movimento-função do objeto, na pesquisa de campo acerca da atenção, durante a investigação do território e, também, acerca do registro dos dados obtidos com a política de narratividade [figura 4].

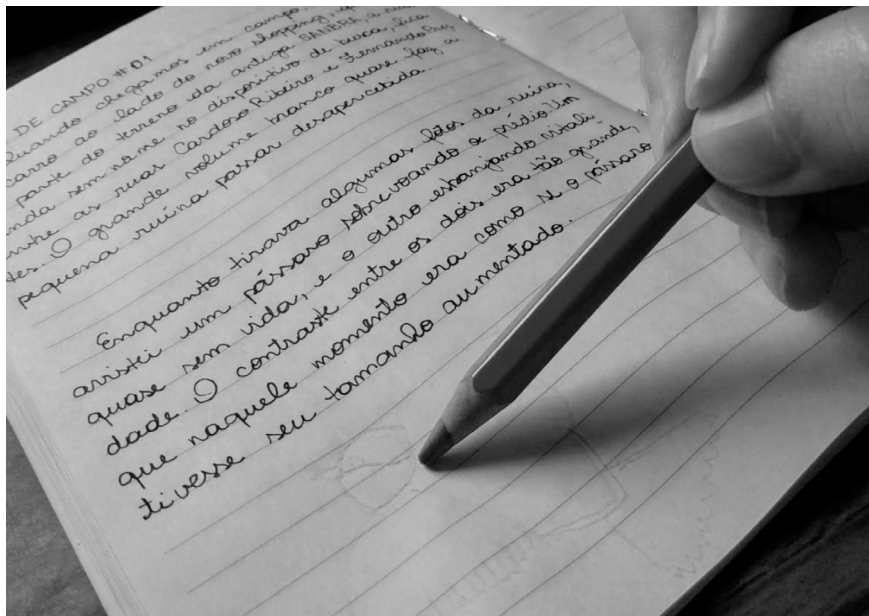


FIGURA 4 –Diário de campo

Fonte: Autores, 2022.

Kastrup e Barros (2015), nomeiam três movimentos-funções: movimento-função de referência, movimento-função de explicitação e movimento-função de transformação-produção. Para entendermos os movimentos-funções, é preciso compreender o significado de dispositivo, uma vez que é ele que irá nos guiar na prática cartográfica enquanto procedimento concreto. Os dispositivos, segundo os autores são caracterizados pela “capacidade de irrupção naquilo que se encontra bloqueado para a criação, é seu teor de liberdade em se desfazer dos códigos, que dão a tudo o mesmo sentido” (KASTRUP, BARROS, 2015, P.90).

Para os mesmos autores, o movimento-função de referência se produz na criação de um contorno necessário dentro do território a ser pesquisado para, posteriormente, ocorrer a desterritorialização, ou seja, a desconstrução do conhecimento-controlado de um lugar. Já o movimento-função de explicitação, para que ocorra, é necessário acessar o plano das experiências pré-refletidas, e a partir delas trazer à luz novas experiências. Por sua vez, o movimento-função de transformação-produção é na verdade o resultado dos dois primeiros movimentos.

Sobre a atenção em campo, Kastrup (2015), nomeia quatro tipos: o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento. Segundo a autora, a função da atenção, não é de “seleção de informação”, mas, sim, da “detecção de signos e forças circulantes, ou seja, de pontas do processo em curso” (KASTRUP, 2015, P. 33).

Para a construção desses tipos de atenção, a autora utilizou a ideia de concentração sem focalização, que diz respeito a uma apreensão de campo a ser estudado com uma atenção à espreita, indicada pelo filósofo Gilles Deleuze; a atenção flutuante, de Sigmund Freud, psiquiatra austríaco, que se refere a não dirigir a atenção para algo específico, mas manter a atenção suspensa, sem ser operada com base em expectativas e inclinações do pesquisador; e o conceito de suspensão de Edmund Husserl, filósofo do campo da fenomenologia, que significa abandonar temporariamente os nossos juízos sobre o mundo, ou seja, suspender a política cognitiva realista. Sendo que todas essas definições se opõem a uma ideia de uma atenção seletiva e compõem o campo da política cognitiva construtivista.

Porém, a autora afirma que essas três bases teóricas não discursam sobre o que acontece com a nossa atenção durante a produção de dados, apenas discutem sobre a atenção durante a chegada em campo. Nesse sentido a referida autora, então propõe os quatro tipos de atenção durante a apreensão e produção em campo.

O rastreio, segundo ela, é uma varredura do campo, em que o alvo está se movendo. Para isso é preciso que o pesquisador lide com “metas em variação contínua” (KASTRUP, 2015, P.40). O alvo a ser perseguido se manifestará sem previsibilidade, sem local determinado. Para Kastrup (2015), o pesquisador que utiliza a atenção do tipo rastreio, deve sempre estar desprendido de saberes anteriores e inclinações pessoais, e prestar uma atenção movente e voltada para ao objeto-processo. Ela ainda afirma que, a exploração, o rastreio, pode ocorrer não só através da visão, mas também com outros órgãos.

Já sobre o toque, a autora, afirma que se trata de um “pequeno vislumbre” (KASTRUP, 2015, P. 42),

... diz respeito ao contato leve com traços momentâneos ou com partes mais elementares que um objeto e que possuem força de afetação. O que é notado pode tornar-se fonte de dispersão, mas também de alerta. [...] Algo acontece e exige atenção. O ambiente perceptivo traz uma mudança, evidenciando uma incongruência com a situação que é percebida até então como estável. É signo de que há um processo em curso, que requer uma atenção renovada e concentrada (KASTRUP, 2015, P. 42).

Quando a mesma autora afirma que algo acontece, esse elemento que se sobressai, se trata de um elemento heterogêneo, sendo que a atenção é acionada no nível das sensações e não da percepção. O toque, dentro da pesquisa, indica que a mesma possui diversas entradas e pode seguir caminhos multidirecionais.

Sobre o gesto do pouso, Kastrup (2015), afirma que ela se refere ao momento em que a percepção, seja ela visual, auditiva, olfativa, entre outras, assume a ação de zoom no campo, uma vez que se inicia o gesto de pouso, abre-se novamente a possibilidade de todos os gestos atencionais, ou seja, o zoom não diz respeito ao gesto de focalização, mas sim a criação de um novo território a ser explorado, de maneira mais específica.

Por fim, o quarto gesto atencional mencionado pela autora é o reconhecimento atento, ele se trata da intersecção entre a percepção e a memória, sendo que esse tipo de atenção se faz presente quando somos atraídos por algo em campo, e somos obrigados a fazer um pouso, que exige uma reconfiguração da atenção.

Para dar andamento a essas questões realizamos um percurso, através do caminhar [figura 5]. Para Careri (2013), o caminhar que se assume como uma prática inventiva, ele se traduz em mobilidade corporal, um ato simbólico que transforma a paisagem.



FIGURA 5 –Caminhando

Fonte:Autores, 2022.

As ocupações mais primitivas, segundo Careri (2013), tiveram suas formações urbanas iniciadas a partir do caminhar. Os nossos ancestrais ocupavam o território a partir do alinhamento das rochas sobre o solo, para demarcar os caminhos e cruzamentos dos caminhos percorridos, ou seja, os menires.

A prática do caminhar esteve por muito tempo relacionada às propostas artísticas, desde os dadaístas, as deambulações surrealistas até a teoria da deriva situacionista. Esses artistas nos apresentaram um modo de investigar a cidade inconsciente, a partir da psicogeografia. Uma vez que essa cidade se apresentava de maneira viva, com espaços que escapavam ao projeto moderno, e que estava em constante transformação, para além dos urbanistas e seus habitantes. A deriva permitiu que se navegasse por esses espaços, com destino certo aos “lugares não frequentadas pela cultura dominante e fora dos itinerários turísticos” da cidade, áreas que fossem capazes de “pôr em crise a sociedade do espetáculo” (CARERI, 2013, P. 163).

Dessa maneira, Careri (2013), atualiza esse entendimento do território, afirmando que:

Entre as dobras de Zonzo, cresceram espaços em trânsito, territórios em transformação contínua tanto no tempo como no espaço, mares percorridos por multidões de estrangeiros que se escondem na cidade. Aqui se desenvolvem novos comportamentos, novos modos de morar, novos espaços de liberdade (CARERI, 2013, P. 164).

Careri (2017), ao discutir sobre sua disciplina Artes Cívicas, criada em 2005, e lecionada na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Roma Tres, que consiste em “uma exploração e uma reapropriação da cidade; a deambulação como metodologia de pesquisa e de didática; a experimentação direta da arte da descoberta e da transformação poética e política dos lugares” (CARERI, 2017, P. 102).

Nesse sentido, um aspecto importante dessa modalidade de pesquisa é o seu registro. Careri (2013), aponta que a maior dificuldade dessa prática é transmitir a experiência em forma estética. Muitos dos movimentos artísticos citados não recorriam à representação, ou à transferência de suas ações em base cartográfica. Porém, alguns artistas e escultores, começam a utilizar o mapa como instrumento perceptivo e, outros, também, como instrumento de desenho.

Nessa direção, visando superar essa dificuldade, nos baseamos na caminhografia. Ela “vem sendo vivenciada como uma prática de mapeamento sensível que propõe, concomitantemente, o caminhar, o deslocamento físico na cidade e o cartografar, mapear os desejos que pedem passagem” (FIOL, ROCHA, SANTOS, FORNEK, MARICATTO, 2021, p. 231). Caminhografia é, portanto, a experiência sobre o caminhar e o cartografar, ao mesmo tempo. (ROCHA, PAESE, 2019).

Caminhar como prática social e estética; o método de ler a cidade; o dispositivo de apropriação, de criação de significado espacial de lugar. Caminhar errando, derivando, performando. Caminhar para encontrar, para se perder, para (re)significar. Cartografar acolhendo e escrevendo a cidade, o território, o lugar. Cartografar como acontecimento. Ação cartográfica para o encontro, ao encontro, para perceber mundos sobrepostos, o diferente, a diferença (ROCHA, PAESE, 2019).

Essa prática, consiste em fotografar, desenhar, escrever, gravar, entre outras formas de registro, qualquer afeto que apareça durante a experiência e que provoque pensamento sobre aquele território. “A caminhografia é propriamente uma experiência, diferente do experimento. Enquanto o experimento produz ciência, certezas, remédios, vacinas, entre outras coisas, a experiência produz heterogeneidades irreptíveis, sem objetivo, imprevisíveis, plurais, etc” (FIOL, ROCHA, SANTOS, FORNEK, MARICATTO, 2021, p. 233).

Desse modo, a metodologia adotada na pesquisa se baseou nas pistas citadas por Kastrup (2015), com base na cartografia; e no caminhar como prática estética, com base nos conceitos de Careri (2013). Nesse contexto, completamos a modalidade de pesquisa caminhográfica com o auxílio do sentido de mapa sugerido por Hakim Bey (2018).

Na visão desse autor, apenas a psicotopologia/psicotopografia [figura 6] consegue produzir mapas da realidade na escala 1:1, e seu conceito, se apresenta, então, “como uma ‘ciência’ alternativa àquela da pesquisa e criação de mapas do ‘imperialismo psíquico’ do Estado”, outrora usado não apenas para controlar, mas para indicar, através de gestos, características dos espaços geográficos, sociais, culturais e imaginários presentes nas cidades. Nessa proposição, “a psicotopologia” a arte de submergir em busca de potenciais zonas autônomas temporárias” – TAZ (BEY, 2018, p. 8).

A TAZ é uma espécie de rebelião que não confronta o Estado diretamente, uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se re-fazer em outro lugar e outro momento, antes que o Estado possa esmagá-la. Uma vez que o Estado se preocupa primordialmente com a Simulação, e não com a substância, a TAZ pode, em relativa paz e por um bom tempo, "ocupar" clandestinamente essas áreas e realizar seus propósitos festivos. Talvez algumas pequenas TAZs tenham durado por gerações - como alguns enclaves rurais - porque passaram despercebidas, porque nunca se relacionaram com o Espetáculo, porque nunca emergiram para fora daquela vida real que é invisível para os agentes da Simulação (BEY, 2018, p. 6).

Bey (2018), em sua narrativa, afirma que a TAZ (Zona Autônoma Temporária), surge a partir de algumas condições: a liberação psicológica, que diz respeito a tornarmos reais os momentos e espaços em que a liberdade é possível e existente; a expansão da contra-net, que se refere à espacialidade física, já que esta não se encontra no

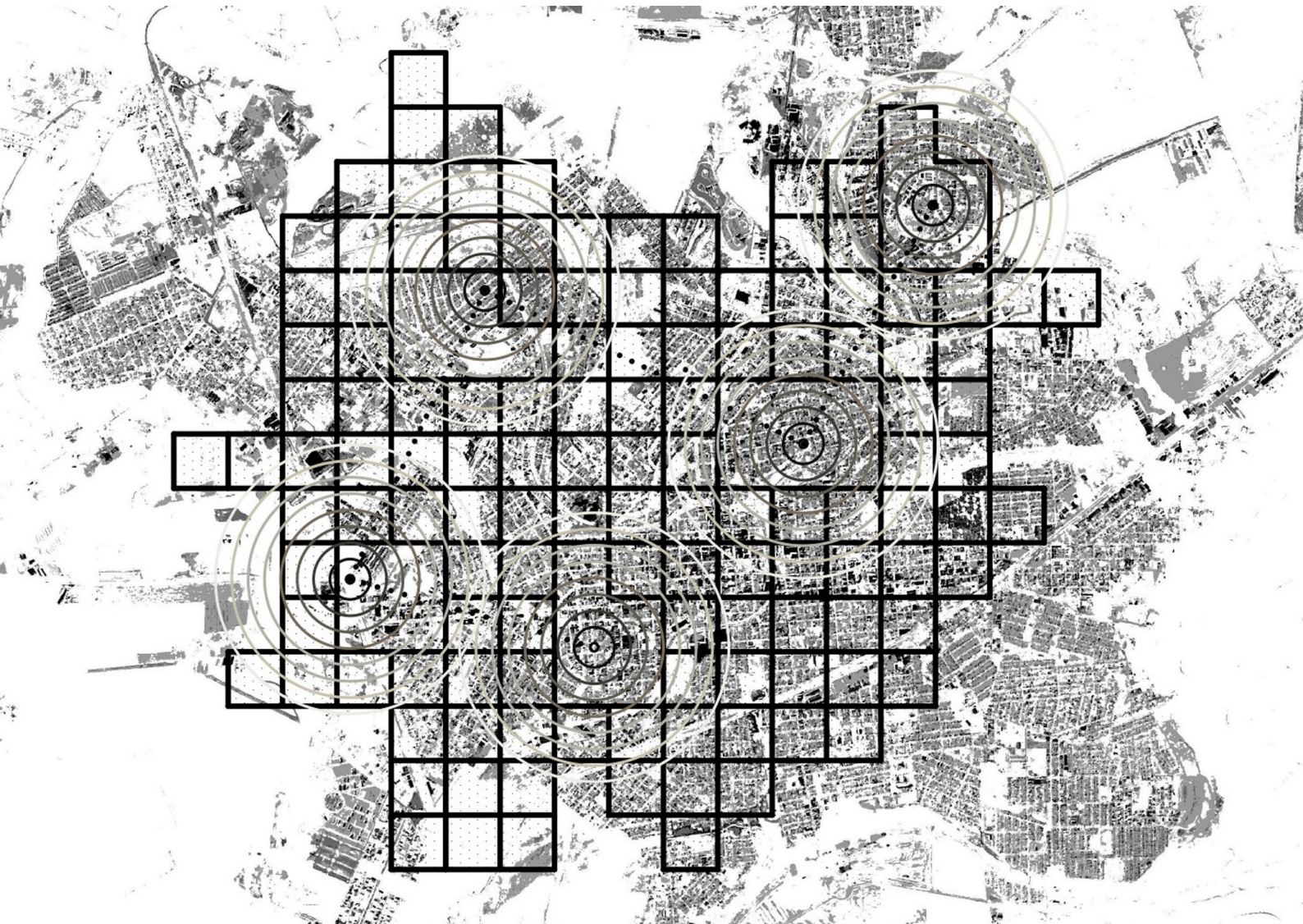


FIGURA 6 –Diagrama Espaços libertários

Fonte: Google earth, modificado pelos autores, 2022.

ciberspaço; e à fuga do aparato de controle (o Estado). Nesse sentido, a primeira e a última condição parecem poder caracterizar algumas partes do antigo leito férreo de Ourinhos.

A presente pesquisa dedicou-se então a procurar um lugar com as características citadas por Bey (2018); ou seja, um espaço localizado dentro da malha urbana, mas que aparentemente está sem uso, e esquecido pelo Estado. O intuito de localizar esse espaço foi para, posteriormente, imergir nele, como pressupõe a psicotopologia e, assim, realizar uma experiência apoiada nas pistas da cartografia / caminhografia.

Nosso movimento-função de referência consistiu em selecionar uma imagem aérea da cidade de Ourinhos com dados já reconhecidos. Nos debruçamos sobre esse mapa a fim de descobrir possíveis espaços de liberdade dentro do município. Buscamos encontrar espaços vazios dentro do perímetro urbano. Através de um programa de computador conseguimos destacar nessa imagem aérea esses espaços.

O segundo movimento dentro da fase um, foi o de aplicar o movimento-função de explicitação, em que procuramos descobrir um pouco sobre o histórico desse território, quais as suas condições já estabelecidas, como ele é reconhecido e ou catalogado. A partir desse ponto passamos a fazer uma experimentação em campo. Essa que seria o movimento-função de transformação-produção. Cabe destacar que realizamos essa tarefa baseados nos estados de atenção apontados por Kastrup (2015) e nas premissas adotadas por Careri (2017) em sua disciplina de Artes Cívicas.

E por fim imergimos sobre o registro das experiências vividas em campo. Os dois autores citados acima, também foram utilizados nessa etapa. Antes de ir a campo foram consideradas algumas formas de registro. A fotografia, a gravação do percurso ou parte dele em áudio e vídeo, a coleta de materiais no terreno, o diário de campo, o croqui, a entrevista, foram algumas delas. Desde o primeiro percurso, as maneiras que mais se adaptaram ao trabalho foram os disparos fotográficos e o diário de campo. A fotografia por ser algo instantâneo, de fácil manuseio, e por captar encontros inesperados. Já o nosso diário possibilitou certa liberdade na hora de descrever certas sensações durante a experiência.

O Diário de Campo

O primeiro trajeto realizado no leito ferroviário de Ourinhos tinha dois pontos de interesse que, a princípio, pareciam interessantes a serem investigados. O primeiro deles foi a ruína da antiga indústria SANBRA e o segundo, o pátio de manobras da ferrovia. Dessa maneira, o ponto de partida foi a ruína da antiga indústria, partindo da rua lateral de um *ShoppingCenter*, e seguimos pela linha férrea até o pátio de manobras.

Nesse trajeto passamos pelos cruzamentos da linha com as Ruas: Cardoso Ribeiro, Nove de Julho, São Paulo, Santos Dumont, Duque de Caxias, Expedicionários e Dr. Altino Arantes. Finalizando o percurso na Rua Henrique Tocalino.

Já o segundo trajeto realizado partiu de um ponto diferente. Observado durante o primeiro percurso, ele se mostrou potente do ponto de vista das apropriações que poderiam ocorrer ali. Dessa maneira, o segundo trajeto tinha a intenção de sair da Rua José Vendramine, no Bairro Vila Boa Esperança e chegar até uma passagem localizada na Rua Nove de Julho, no bairro do Centro. Foi realizado inteiramente caminhando. O que proporcionou a descoberta de um outro ponto de interesse pelo meio do caminho.

Saímos da Rua José Vendramini e caminhamos até a Rua Um, que se trata de uma rua sem saída, que nos levou até uma travessa que termina na Rua Dom Pedro I, o ponto de interesse que surgiu no próprio trajeto. Daí seguimos pela Rua Benjamin Constant e, posteriormente, para a Rua Miguel Vítá, ela nos leva até o Mercado. Saindo dele, caminhamos pela Rua Euclides da Cunha até chegarmos na Rua Nove de Julho, onde se localiza o outro ponto de interesse localizado no primeiro trajeto.

Durante os dois percursos surgiram, o que chamamos aqui de reverberações [figuras 7 e 8], que são as experiências vividas em campo que são potenciais pontas soltas dentro do território e que apresentam possibilidades de investigação.

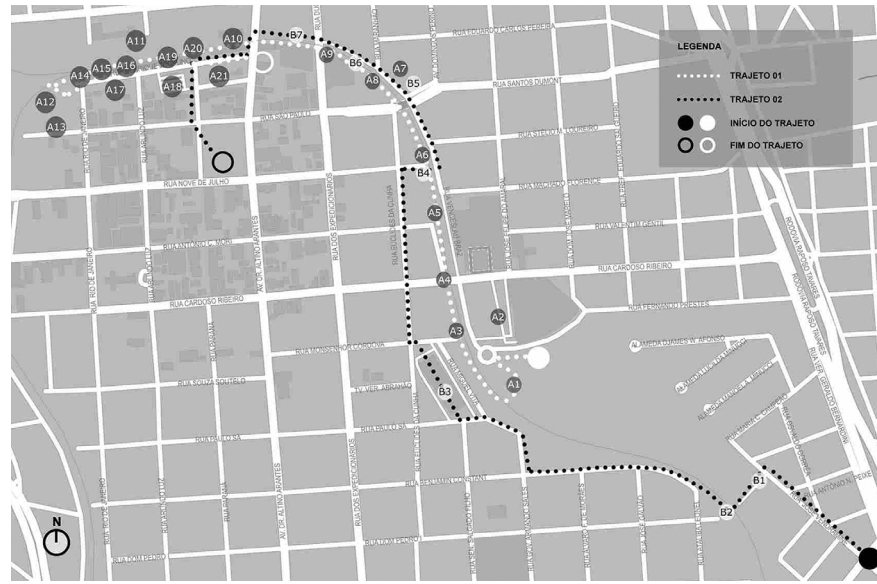


FIGURA 7 –Os trajetos pelo antigo leito férreo e a localização das experiências vividas – reverberações

Fonte: Google earth, modificado pelos autores, 2022.

TRAJETO 01



TRAJETO 02



FIGURA 8 –Reverberações em fotografias

Fonte: autores, 2022.

Observar os espaços tão de perto se choca com a imagem do google street view, antes de ir a campo. Experimentar o lugar é algo completamente diferente, os detalhes, os cheiros, os sons, as texturas, as cores, as pixações. Rapidamente as imagens reconhecíveis são esquecidas, e a experiência de caminhar como estrangeiros em terras de descobrimentos (FIORIN, 2020) começa a acontecer de forma intensa e cada vez mais complexa. Agora esse território que havíamos estudado pelos livros e pela tela do computador era completamente desconhecido.

Ao longo dos trilhos vemos intervenções por todo o caminho, ações essas que tentam impor uma ordem, mas há também as que se originam da desordem, escapam por entre os dedos, os caminhos outros, improvisados e orgânicos vão se multiplicando. As cenas que se formam são múltiplas, as possibilidades se apresentam a todo momento.

Era como se o espaço, que num primeiro momento parece linear e contínuo, se apresentasse numa sucessão infinita de somas e sobreposições, território + ruína + céu + pássaro + caminho + vestígio + trânsito + buzina + silêncio + passos + abrigo + abandono + transgressão. Um espaço que quando não apropriado pelo homem (que deixa suas pistas) é apropriado por outras formas de vida. Ao contrário do trajeto linear, esse percurso no espaço ocorre de maneira turbilhonar em que as espacialidades se conectam, se cruzam, ultrapassam a linearidade, se sobrepõem, se distanciam, se trombam, se enrijecem, se contorcem, se desviam simultaneamente.

Começar a caminhar é como recomeçar uma investigação, a sensação é uma mistura de euforia e curiosidade. Ao entrar naquele em campo é possível a ver morte e vida, dois polos opostos. Escapa pelas trincas, aparece no portão entreaberto, atrás dos escombros, por trás das cortinas, entre as grades. Ela está na flor, no abrigo, no chão, na contravenção, nos vestígios, no pássaro, nas (r)existências, na sombra, nas transgressões. A imagem do diário de campo [figura 9], a seguir, tem a intenção de registrar nossas experiências vividas.



FIGURA 9 –Diário de campo 01

Fonte: autores, 2022.

Considerações finais

A construção de uma modalidade aberta de pesquisa, que dialoga com três autores e três conceitos diferentes, possibilitou uma investigação sensível de um território usualmente visto como hostil, e a descoberta de possibilidades dentro do mesmo, respeitando o seu ritmo, as suas sutilezas, os seus potenciais intrínsecos, e proporcionando várias chances de intelecção, mas, também, de transformação do espaço.

O Caminhar como uma prática de pesquisa se mostrou um modo eficaz de entender um espaço a partir da sua experimentação. A compreensão de suas dinâmicas e vivência de seus usuários. O antigo leito ferroviário de Ourinhos não deve ser reconhecido apenas por seus espaços institucionalizados e de ordem. Há ali outras formas de desordem que sobrevivem na vivência que registramos e tantas outras que não puderam ser captadas.

Dessa forma o trabalho se mostra potente na tarefa de mostrar, além de uma outra de leitura do espaço ferroviário, formas de apropriações inusitadas que ocorrem no tempo presente. Viver uma experiência em campo é mais do que fotografar e escrever sobre ela. É fazer emergir uma cultura do lugar. Nesse caso, buscamos perceber e representar aqui alguns traços culturais desse espaço por meio da construção de uma caminhografia. Um processo que abre fendas para que novos percursos sejam traçados e descobertos.

Nesse sentido, não pensamos em uma proposição fixa para estes espaços. São libertários por sua própria natureza. O caminhografar nos mostrou esse sentido e pôde nos fazer-ler alguns dos seus traços mais peculiares. Nosso diário de campo e as experiências vividas podem revelar muito sobre ele. Assim, entendemos que as apropriações que ali ocorrem diariamente já são, por si só, as mais impactantes intervenções que poderiam acontecer. A frequência de uso pelas pessoas é a melhor ação que pode ser produzida neste trabalho, justamente, pelo olhar atento do pesquisador. Portanto, se pudéssemos propor algum projeto naquele espaço, seriam pequenas intervenções móveis e modificáveis, que talvez pudessem impulsionar esse e outros tipos de apropriações inusitadas no antigo leito férreo.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) por meio do Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP).

Referências

ARAÚJO, Johnny Lucas Borges et al.; **Trilhos da memória e a memória dos trilhos:** a expansão e revitalização do museu histórico de Ourinhos. Congresso de Extensão Universitária, 6., 2011, Águas de Lindóia. Anais. São Paulo: PROEX; UNESP, 2011, p. 234 Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/145836>>. Acesso: 28 mar. 2020.

BEY, Hakim. **TAZ:** zona autônoma temporária. São Paulo: Veneta, 2018.

CARERI, Francesco. **Walkscapes:** o caminhar como prática estética. 1ª ed. São Paulo: G. Gili, 2013.

_____. **Caminhar e parar**. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

CUNHA, Fabiana Lopes da. **Histórias e memórias ao redor dos trilhos**. Um Relato Histórico do Museu de Ourinhos e do Conjunto “Benedito da Silva Eloy”. 1. ed. Ourinhos: UNESP/Campus Experimental de Ourinhos, 2008. 54 p. Disponível em: <<https://books.google.com.br>>. Acesso: 28 mar. 2020.

DEL RIOS, Jefferson. **Ourinhos. Memórias de uma cidade paulista**. 2. ed. rev. e ampl. Cornélio Procópio: UENP, 2015. 286 p. Disponível em: <<http://www.ccp.uenp.edu.br/e-books/uenp/2015-jdr-ourinhos.pdf>>. Acesso: 28 mar. 2020.

FIOL, Paula P.; ROCHA, Eduardo; SANTOS, Taís B.; FORNECK, Vanessa; MARICATTO, Isabella K. Mapas e rastros. A experiência da caminhografia como método virtual. **PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, Pelotas, n 18, v. 5, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/view/21295/13216>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

FIORIN, Evandro. **Caminhar como estrangeiro em terras de descobrimento**. Processos de percepção da arquitetura e urbanismo contemporâneos. 1ª ed. Tupã: ANAP. 2020. Disponível em: <<https://www.estantedaanap.org/product-page/caminhar-como-estrangeiro-em-terras-de-descobrimentos>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

IZIDORO, Kivam Arruda; SILVEIRA, Marcio Rogério. **O impacto socioespacial da ferrovia no espaço intra-urbano de Ourinhos/SP**. In: SILVEIRA, Márcio Rogério (Org.). Ourinhos/SP: Formação e Desenvolvimento de uma Economia Regional e demais estudos. Bauru: Joart Gráfica e Editora, 2011, p. 86-105.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 32-51.

_____; BARROS, Regina B. Movimentos-funções do dispositivo da prática cartográfica. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 76-91.

LOPES, José Carlos Neves; BRAGA, Newton C. **Meu Pai e a Ferrovia: Uma breve história fotográfica da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná 1924-1944**. 1. ed. Cornélio Procópio: UENP, 2014. 65 p. Disponível em: <http://www.ccp.uenp.edu.br/e-books/uenp/2014-jcn-meu_pai_e_a_ferrovia.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

ROCHA, Eduardo; PAESE, Celma. Chamada para a décima primeira edição da revista pixo. **PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, Pelotas, 2019. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1TbExiizbaDSti5z6wQYZTVxXbBehXoC/view>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Poder Executivo. Resolução SC-26, de 27 de março de 2018. Dispõe sobre o tombamento do Conjunto Ferroviário de Ourinhos, no município homônimo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1: Poder Executivo, São Paulo, p. 49-50, 28 mar. 2018. Disponível em: <<http://condemphaat.sp.gov.br/benstombados/complexo-ferroviario-de-ourinhos/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SILVA, André R. A secretaria municipal de cultura de Ourinhos e seus equipamentos culturais: entre continuidades e rupturas. In: FURINI, Luciano A.; MOURÃO; Paulo F. C. **Conjuntura Ourinhos 2018**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 155-177. Disponível em: <<https://www.culturaacademica.com.br/catalogo/conjuntura-ourinhos-2018/>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

_____.; PRADO, André P; CUNHA, Fabiana L. **Editorial Ourinhos: 100 anos em imagens.** Revista Geografia e Pesquisa, Ourinhos, v. 14, n. 1, p. 5-9, 2020. Disponível em: <<http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa/issue/viewIssue/34/37>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

_____. **Ourinhos: 100 anos em imagens:** de 1908 a 1980. Revista Geografia e Pesquisa, Ourinhos, v. 14, n. 1, p. 5-9, 2015. Disponível em: <<http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa/issue/viewIssue/34/37>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (ISSN 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submetido em 24/10/2022

Aprovado em 20/12/2022

ALDA AZEVEDO FERREIRA

David Xavier de Azambuja e o Paisagismo Moderno no Brasil

David Xavier de Azambuja and the Modern Landscaping in Brazil

David Xavier de Azambuja y el Paisajismo Moderno en Brasil

Alda Azevedo Ferreira

Doutora em Ciência em Arquitetura pelo PROARQ-FAU/UFRJ; Arquiteta e Urbanista, Mestre em Desenvolvimento Urbano pelo MDU/UFPE. Pós Doutorado em estágio no LASC-PROARQ/UFRJ. Professora substituta no Curso de Paisagismo da Escola de Belas Artes -EBA/UFRJ. Membro Expert do ICOMOS/IFLA, CIPA Heritage Documentation, ABAP, DOCOMOMO Brasil, ICOMOS Brasil.

PhD in Science in Architecture from PROARQ-FAU/UFRJ; Architect and Urban Planner, Master in Urban Development by MDU/UFPE. Post-Doctoral internship at LASC-PROARQ/UFRJ. Substitute teacher in the Landscape Design Course at the School of Fine Arts -EBA/UFRJ. Expert Member of ICOMOS/IFLA, CIPA Heritage Documentation, ABAP, DOCOMOMO Brasil, ICOMOS Brasil.

Doctorado en Ciencias de la Arquitectura por PROARQ-FAU/UFRJ; Arquitecto y Urbanista, Magíster en Desarrollo Urbano por el MDU/UFPE. Pasantía Postdoctoral en LASC-PROARQ/UFRJ. Profesor suplente en el Curso de Diseño del Paisaje en la Escuela de Bellas Artes -EBA/UFRJ. Miembro Experto de ICOMOS/IFLA, CIPA Heritage Documentation, ABAP, DOCOMOMO Brasil, ICOMOS Brasil.

aldazevedo@yahoo.com.br

Resumo

Nos anos 1930, tem-se o florescimento do campo paisagístico em território nacional e, dentre os profissionais que marcaram os primórdios desta prática na cidade do Rio de Janeiro destaca-se o arquiteto paisagista curitibano David Xavier de Azambuja. O artigo narra sua trajetória frente ao contexto que estava inserido, a partir de pesquisa documental de fontes primárias. Compreende-se que Azambuja foi um dos primeiros profissionais com formação em arquitetura paisagística a atuar na Cidade Carioca. Foi professor da Escola Nacional de Belas Artes e da Faculdade Nacional de Arquitetura, e lecionou o Curso de Especialização em Arquitetura Paisagística da Universidade do Distrito Federal. Em sua prática, sistematizou as etapas de apresentação do projeto paisagístico, introduziu a referência estadunidense e o playground na composição, mudando o caráter dos espaços paisagísticos de contemplativo para funcional, contribuindo assim para a estruturação do campo paisagístico brasileiro moderno.

Palavras-chave: Paisagismo moderno. Prática paisagística. David Xavier de Azambuja.

Abstract

In the 1930s, the landscape field flourished in the national territory and, among the professionals who marked the beginnings of this practice in the city of Rio de Janeiro, the landscape architect David Xavier de Azambuja stands out. The article narrates its trajectory in the context in which it was inserted, based on documentary research from primary sources. It is understood that Azambuja was one of the first professionals trained in landscape architecture to work in Cidade Carioca. He was a professor at the National School of Fine Arts and the National Faculty of Architecture and taught the Specialization Course in Landscape Architecture at Distrito Federal University. In his practice, he systematized the stages of landscape design presentation, introduced the American reference and the playground in the composition, changing the character of landscape spaces from contemplative to functional, thus contributing to the structuring of the modern Brazilian landscape field.

Keywords: Modern landscaping. Landscape practice. David Xavier de Azambuja.

Resumen

En la década de 1930, el campo del paisaje floreció en el territorio nacional y, entre los profesionales que marcaron los inicios de esta práctica en la ciudad de Río de Janeiro, se destaca el paisajista David Xavier de Azambuja. El artículo narra su trayectoria en el contexto en el que se inserta, a partir de una investigación documental a partir de fuentes primarias. Se entiende que Azambuja fue uno de los primeros profesionales formados en arquitectura del paisaje para trabajar en Cidade Carioca. Fue profesor de la Escuela Nacional de Bellas Artes y de la Facultad Nacional de Arquitectura, e impartió el Curso de Especialización en Arquitectura del Paisaje en la Universidad del Distrito Federal. En su práctica, sistematizó las etapas de presentación del diseño del paisaje, introdujo la referencia americana y el patio de recreo en la composición, cambiando el carácter de los espacios del paisaje de contemplativo a funcional, contribuyendo así a la estructuración del campo del paisaje brasileño moderno.

Palabras clave: Derecho a la Ciudad. Patrimonio cultural. São Paulo. Vivienda.

Introdução

O período a partir dos anos 1930, caracteriza-se por ser uma época de transição na evolução da organização social brasileira, marcado pelo intenso nacionalismo e transformações sociais, políticas, econômicas. Na esfera política, tem início o Governo do Presidente Getúlio Vargas, período em que ele governou o país por 15 anos ininterruptos, compreendido entre 1930 e 1945. Surge então um aparelho de Estado mais centralizado, e o poder se desloca cada vez mais do âmbito local e regional para o do Governo Central (ABREU, 2013 [1997]).

O cenário de instabilidade política e social brasileiro havia se constituído desde os anos 1920, impulsionado pelo fim da Primeira Guerra Mundial, e foi designado ainda na segunda fase da República Velha (1889-1930). Frente a este contexto, uma questão que se colocou foi a busca de uma identidade nacional, gerando discussões que se estenderam ao campo da Arquitetura, da Literatura e das Artes, e que produziu a histórica exposição da Semana de Arte Moderna, ocorrida entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922, no Theatro Municipal de São Paulo.

Tal ambiente foi seminal para assinalar o crescente número de adeptos do Movimento Modernista, que pregava a liberdade da criatividade estética, nacionalismo e crítica social, contrário ao tradicionalismo e academicismo então vigentes. A primeira fase do Modernismo, compreendida de 1922 a 1930, teve como uma das propostas construir o caráter nacional da produção artística, rompendo com as influências estrangeiras. Paralelamente, instalava-se no país o projeto de modernização fomentado pelo Estado, incentivando as reformas das cidades, como descreve Sonia Gomes Pereira (2008).

Na Europa, as correntes artísticas resumidas sob o termo genérico de Modernismo emergem no fim do século, conforme o historiador de arte Giulio Carlo Argan (2008 [1992]), e se propunham a interpretar, apoiar e acompanhar o esforço progressista, econômico e tecnológico da civilização industrial. Em suas tendências, estava a deliberação de fazer uma arte em conformidade com sua época e a renúncia à invocação de modelos clássicos, tanto para a temática quanto no estilo; o desejo de diminuir a distância entre artes 'maiores' (arquitetura, pintura, escultura) e as aplicações aos diversos campos da produção econômica; busca pela funcionalidade decorativa; aspiração a um estilo internacional ou europeu; tentativa de interpretação da 'espiritualidade' que se dizia inspirar e redimir o industrialismo.

No paisagismo do contexto internacional, segundo Jane Brown (2000), foi na América que o movimento moderno alcançou sua autêntica importância. Para tanto, Brown estabelece como marco a década de 1930, com a migração dos pioneiros da Bauhaus da Europa para os Estados Unidos, com sua posterior reexportação na década de 1950 para uma Europa ainda bastante desorientada devido ao Pós-Guerra. Acolhidos por uma política oficial de renovação nos EUA, tais profissionais conseguiram espaço nas universidades e instituições artísticas.

Contudo, existe uma lacuna na historiografia referente aos primeiros momentos do paisagismo moderno brasileiro. Dentre os profissionais que buscaram a constituição efetiva de uma linguagem moderna do paisagismo, como um esforço de fundar uma nova visibilidade para os jardins, destaca-se o arquiteto paisagista curitibano David Xavier de Azambuja. O curitibano sediado na Cidade do Rio de Janeiro entre os anos 1920 e 1970, colabora com este momento de ruptura, porém, até o momento, sua obra não foi devidamente analisada.

Desta forma, constitui-se o objetivo deste artigo realizar um resgate histórico e documental da trajetória de David Xavier de Azambuja, frente ao contexto de emergência do paisagismo moderno. A justificativa é baseada em suprir esta ausência

na historiografia do paisagismo moderno brasileiro. Para tanto, o estudo foi apoiado em fontes primárias, fundamentado nos pressupostos do filósofo e sociólogo francês Pierre Bourdieu. Segundo o autor, trajetória é a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo, que diferentemente das biografias comuns, descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo agente em estados sucessivos do campo. O campo, na perspectiva de Bourdieu, considera a lógica interna dos objetos culturais, sua estrutura como linguagens, e os grupos que produzem tais objetos através dos quais eles também preenchem funções (BOURDIEU, 2011).

Sendo assim, entende-se que trajetória é a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo paisagista em estados sucessivos do campo paisagístico, ocupado em um espaço submetido a transformações incessantes. Apenas na estrutura do campo, ou seja, repetindo, relacionalmente, que se define o sentido das posições sucessivas (ateliês, escritórios, instituições, docência, participação nos grupos etc.). Não se pode compreender uma trajetória a menos que se construam previamente os estados sucessivos no campo em que ela se desenvolveu.

David Xavier de Azambuja, o arquiteto paisagista

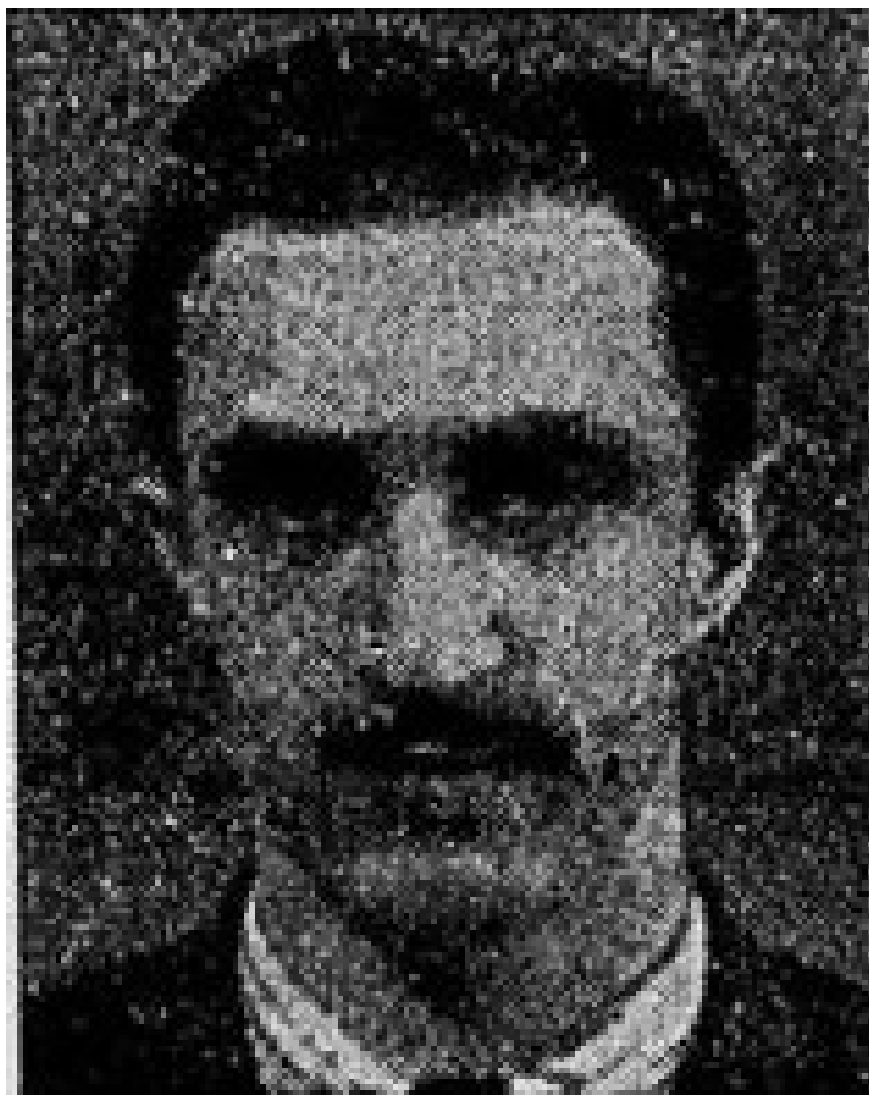


FIGURA 1 – David Xavier de Azambuja

Fonte: Jornal do Brasil.
23/11/1934. Acervo da Fundação
Biblioteca Nacional.

O paranaense, natural de Curitiba, David Xavier de Azambuja, nasceu em 27 de novembro de 1910. Filho do Cel. Bento Azambuja e Annita Carneiro Azambuja, mudou-se para o Rio de Janeiro com sua família ainda na adolescência. No Rio, estudou primeiramente no Colégio Pedro II, e em seguida, no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Segundo o jornal O Dia, de 19/5/1949, em 1931, ele graduou-se “engenheiro-arquiteto” no Curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes – ENBA da então Universidade do Brasil. Em sua formação, foi colega de turma de Jorge Machado Moreira. Em 1932, foi empregado por alguns meses como desenhista na fábrica de móveis Laubicsh e Hirth. Casou-se com Antonieta Souza de Azambuja, e tiveram dois filhos, David Xavier de Azambuja Jr. e Deise Azambuja (Fig. 1)

Em sua trajetória profissional, Azambuja se dedicou a vários ramos da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo. Na edição de julho de 1929, da revista “Arquitetura: Mensário de Arte”, editada por Gastão Bahiana e Mello e Souza, Azambuja, ainda estudante de Arquitetura, aos 19 anos, colabora com a seção de Decoração Interior, e ao final de seu texto informa-se que ela era diplomado pela The Arts and Decoration Course of Interior Decoration of New York.

Segundo informações de seu currículo presentes no Museu D. João VI- destinado ao concurso para a cátedra de Urbanismo e Arquitetura Paisagística e ao de Decoração de Interiores da ENBA, datado de 1934 - entre 1931 e 1932, David Xavier de Azambuja, aperfeiçoou-se em Arquitetura Paisagística, nos Estados Unidos. Conforme Mueller (2006), ele estudou na The American Landscape School, em Des Moines, do então Iowa State College. Para entender a formação de Azambuja, de antemão, é importante frisar a relação histórica entre a educação agrícola e a arquitetura paisagística em território norte-americano.

Landscape Architecture x Landscape Gardening

A educação agrícola nos Estados Unidos está intimamente ligada ao sistema universitário de concessão de terras, e a arquitetura paisagística desempenhou importante papel neste sistema desde a sua criação, conforme refletem Steiner e Brooks (1986). A *State University of Science and Technology Iowa University*, como atualmente é conhecida, foi fundada em meados do século XIX, e se estabeleceu no campo da agrotécnica e agronomia, engenharia, economia e medicina veterinária. No *Iowa State College*, fundado em 1871, o curso foi nomeado *Landscape Gardening*, numa referência ao termo de origem inglesa, popularizado por Andrew Jackson Downing, e em 1914, foi instituído *Landscape Architecture*, integrando inicialmente a Faculdade de Agricultura.

O apelo do *landscape gardening*, segundo Steiner e Brooks (1986), foi especialmente forte na Região dos Grandes Lagos, do Centro-Oeste Norte-Americano, e dentre seus praticantes houve alta adesão ao estilo pradaria. O *Prairie Style* surgiu em Chicado por volta de 1900, através do trabalho de um grupo de arquitetos, dentre eles, Frank Lloyd Wright. Eles fundiram os ideais do movimento *Arts and Crafts*, com ênfase na natureza, artesanato e simplicidade, e o trabalho e os escritos do arquiteto Louis Sullivan.

No *landscape gardening*, o estilo pradaria celebrou o caráter aberto, a extensão horizontal e a vegetação nativa dos prados norte-americano. Centrado numa avaliação conceitual e estética, os espaços paisagísticos eram organizados como sequência de salas e vistas ao ar livre, enfatizando a interação com a paisagem. Árvores e

arbustos nativos estavam presentes nas bordaduras, emoldurando amplas vistas expansivas. As águas imitavam riachos naturais, lagos e pântanos da região, incluindo camadas de calcário e afloramentos rochosos naturais ou as cristas glaciais nativas da região. Contou com paredes, caminhos de pedra, pontes, mirantes, construídos de calcário nativo, enfatizando jogos de luz e sombra, repetição e elementos horizontais para criar espaços que evocassem o caráter único da Região. O estilo Pradaria foi descrito em 1915 por Wilhelm Miller, e destaca-se no trabalho de OC Simonds, Jens Jensen e Alfred Caldwell (TISCHLER, 2000).

Contextualmente, na Europa, os anos entreguerras geraram um ambiente geral de pessimismo e depressão econômica, de modo que, o paisagismo não foi de fato uma prioridade neste momento. Distingue-se, neste período, um movimento que teve como objetivo a conciliação de estilos historicistas e modalidades plásticas, inspiradas em vanguardas artísticas modernas (PANZINI, 2013).

Considera-se a grande *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes*, realizada em Paris em 1925, como um marco na divulgação da estética paisagística moderna. Entre os participantes estava Le Corbusier, que criou o pavilhão para o *Espirit Nouveau*, em conjunto com um prado com arbustos de plantio irregular, em contraponto ao rigor ortogonal da arquitetura. Peter Behrens criou a estufa do Pavilhão Austríaco, como um volume cristalino posicionado em frente ao Rio Sena. O *Jardin de l'habitation moderne*, ou “jardim com árvores de concreto” de Robert Mallet-Stevens, foi considerado dentre eles, o mais provocativo (PANZINI, 2013).

Em 1927, o arquiteto armênio Gabriel Guevrekian, discípulo de Mallet-Stevens, concebeu o jardim para a Villa Noailles, em Hyères na França. O terreno era emoldurado por paredes de concreto, o plano do solo era inclinado, e canteiros de flores cheios de tulipas de cores vivas estavam dispostos em um padrão quadriculado de mosaico, novamente emoldurado por divisórias de concreto branco, canteiros em formatos ortogonais e triangulares dispostos de modo escalonado, criando diferentes efeitos contrastantes de cores e texturas. Devido ao seu aspecto fragmentado, posteriormente, o jardim de Guevrekian ficou conhecido como jardim cubista (BROWN, 2000).

Na Grã-Bretanha, nos anos 1920, o periódico *The Studio* traria anuais de paisagismo. A revista teve edições dedicadas aos jardins modernos, com obras do continente analisadas por Percy Cane, e tinham o intento de elevar a qualidade do paisagismo inglês. Em 1929, foi fundado o Instituto de Arquitetos Paisagistas, cujos profissionais seguiram sem grandes inovações, ao passo que, paralelamente, era questionado o luxo e o alto custo dos jardins românticos ingleses. Aliados ao pensamento moderno, dois arquitetos se destacam nos aportes do Instituto de Arquitetos Paisagistas da Grã-Bretanha: Oliver Hill e Geoffrey Jellicoe (BROWN, 2000).

Nesta conjuntura, como reflete Jane Brown (2000), entende-se que as Américas estavam destinadas a serem a pátria do Movimento Moderno. Os Estados Unidos havia conhecido as obras de Walter Gropius, Mies van der Rohe, Oud e Le Corbusier na Exposição Internacional de Arquitetura Moderna, de 1932. Diante deste cenário aberto às inovações, viriam a surgir ao final dos anos 1930, importantes colaborações de raiz californiana, como Garret Eckbo, Thomas Church, James Rose e Dan Kiley.

Em 1945, nos Estados Unidos, encerraram as atividades do primeiro escritório de arquitetura da paisagem, fundado por Frederick Law Olmsted em 1858. Com isso, as escolas de paisagismo buscaram fortemente sua razão de ser, e, apesar da forte repressão gerada pela Guerra na Europa, encontraram-na no Movimento Moderno. A Universidade de Design de Harvard e a Universidade da Califórnia, em Berkeley, tornaram-se temas recorrentes no desenvolvimento do jardim moderno, e a Califórnia se estabeleceu com um *locus* primordial para seu desenvolvimento, ou como hoje conhecemos, “escola da Califórnia de Jardins Modernos” (BROWN, 2000).

No âmbito da prática paisagística brasileira, ressalta-se que a ruptura com dogmas e formas academicistas rumo ao ideário moderno já estava acontecendo. Em 1928, foi concebido o jardim da Casa Santa Cruz, idealizado pela paisagista paulista Mina Klabin Warchavchik, esposa do arquiteto russo Gregori Warchavchik, autor do projeto da casa, localizada na Vila Mariana, em São Paulo. Mina adotou a especificação de cactáceas, vegetação própria da flora nativa e de grande ocorrência no Bioma da Caatinga e da Mata Atlântica do Brasil, como expressão de brasilidade e signo de nacionalidade (CARMONA-RIBEIRO; CARBONI, 2019).

A utilização dos cactos como signo de brasilidade também foi um dos artifícios adotados pela pintora Tarsila do Amaral em seu quadro “Abaporu”, de janeiro de 1928. O quadro é uma das referências do Movimento Antropofágico do Modernismo brasileiro, criado por Oswald de Andrade, e que se propunha a deglutir a cultura estrangeira e adaptá-la ao Brasil. No Rio de Janeiro, entretanto, os primeiros sinais iniciais do discurso moderno paisagístico demandaram certo tempo para ecoar.

A Cidade do Rio de Janeiro dos anos 1920

Nos anos 1920, a cidade carioca ocupava posição de destaque nacional como Capital do então Estados Unidos do Brasil, e a prática paisagística praticada era caracterizada pelo forte formalismo dos planos de embelezamento. Obras de grande impacto ocorreram, alavancadas pelas preparações para a Exposição Internacional do Centenário da Independência, em 1922. Destaca-se neste período o desmonte do Morro do Castelo, cujas terras foram utilizadas como aterro para ampliar a Av. Beira Mar sobre a Baía da Guanabara, dando origem a uma esplanada onde termina a Avenida Rio Branco. Como fruto deste solo criado, ressalta-se a criação da Praça Paris, concebida para ser a joia da *belle époque* Carioca (FERREIRA, 2018).

Para isto, conforme Ferreira (2018), foi contratado pelo prefeito Prado Junior o paisagista francês André Redout, que ficou encarregado de dirigir os serviços de arborização da capital e da concepção da praça. Redout veio ao Rio para executar os parques e jardins do Plano Agache, em consequências das novas propostas de intervenção nos bairros da Glória e Calabouço. Inaugurada em 10 de julho de 1931, o plano da praça foi inspirado na tipologia do jardim barroco francês, cujo modelo fora criado por André Le Nôtre para os Jardins do Palácio de Versalhes, no século XVI, marcado pela forte ortogonalidade e simetria, que se traduz em formas geométricas e topiarias. Ela representou, no espaço urbano, o apogeu dessas mudanças, desejadas desde a Proclamação da República.

Tratava-se de um momento de transição no cenário cultural, onde emerge o *art déco*. O termo *art déco* provém de origem francesa (abreviação de *arts décoratifs*), refere-se a um estilo decorativo que se afirma nas artes plásticas, artes aplicadas (design, mobiliário, decoração etc.) e arquitetura no entreguerra europeu. O padrão decorativo *art déco* segue motivos fundamentais onde predominam as linhas retas ou circulares estilizadas, as formas geométricas e o *design* abstrato (ZANINI, 1983).

O modelo adotado na Praça Paris iria refletir como referência, e logo veio a se espalhar pela cidade. O colunista ‘Sir I’, do jornal “Careta”, em matéria de 7/7/1951, disse que “[...] todos os jardins foram uniformizados de acordo com o modelo francês de M. Redout [...]” (SIR I, 1951, p. 14). Até este momento no Rio de Janeiro, a arquitetura paisagista estava fortemente imbricada à prática da Agricultura, estando relacionada ao campo da Arte, Agronomia e da Botânica. Tratava-se de uma prática associada

ao pensamento de embelezamento/aformoseamento das cidades, e difundida pelo atributo de plantio ornamental, a partir de modelos tipológicos herdados especialmente da cultura europeia.

É frente a esta conjunção que emerge a prática paisagística de David Xavier de Azambuja. A partir de sua formação, ele tornou-se um dos primeiros profissionais com especialização na área a trabalhar na Cidade Carioca. Conforme informações de seu currículo, ele foi contratado em 1933 para a função de arquiteto paisagista da Diretoria de Matas, Jardins e Agricultura da Prefeitura do então Distrito Federal dos Estados Unidos do Brasil. Na Diretoria, ele desenvolveu projeto para a Praça da Fé, em Bangu, onde introduziu pela primeira vez um **playground** para crianças. Posteriormente, em 1933 foi incumbido de remodelar o Viveiro da Quinta da Boa Vista, situado na parte posterior do Museu Nacional. E para o ano de 1935, já havia sido aprovado o projeto para a Praça **Playground** General Ozorio, em Ipanema.

Dentre estes projetos acima mencionados, observa-se inicialmente, dentre outros aspectos, a introdução do desenvolvimento da representação gráfica do projeto paisagístico através da sistematização das etapas de apresentação. Em 1930, Azambuja desenvolveu um projeto para um jardim privado de propriedade do engenheiro civil paranaense Odilon Mäder, residente em Curitiba.

No referido projeto, ainda conforme informações de seu currículo, Azambuja empreende em minúcias o nível de detalhamento. Distinguem-se a apresentação em plano de massas, com detalhamento e especificações técnicas, detalhe do jardim de flores, com corte e especificação das espécies, detalhamento do projeto de hidráulica para um espelho d'água e uma fonte, de drenagem e do mobiliário, composto por esculturas e pérgolas. Além destes, Azambuja desenvolve também o plano de plantio, com áreas para jardim contemplativo e horta, com destaque para a vegetação arbustiva e forração, que ele especifica por nomenclatura científica. Como se trata de jardim predominantemente de flores, o sombreado possivelmente não seria recomendado, de modo que ele especifica apenas alguns poucos indivíduos arbóreos.

O Viveiro da Quinta da Boa Vista

Em 1933, Azambuja desenvolveu o projeto paisagístico para o Viveiro da Quinta da Boa Vista, situado na parte posterior do Museu Nacional, localizado no bairro de São Cristóvão da Cidade do Rio de Janeiro. Não foi possível identificar um plano geral deste projeto, mas em uma das plantas é especificado que se trata de 4 jardins, e através de análise iconográfica percebe-se que os espaços paisagísticos foram caracterizados de maneira bastante distinta, possivelmente distinguindo suas composições para áreas específicas.

Nessa criação estão envolvidos princípios artísticos como harmonia, unidade, equilíbrio, além do conhecimento sobre plantas ornamentais, marcada como elemento fundamental da composição. Na referida (por Azambuja) zona D do jardim do Viveiro da Quinta da Boa Vista percebe-se a divisão em dois segmentos, um marcado por um traçado ortogonal, com a presença de dois espelhos d'água, e outro caracterizado pelo uso de forração desenhando formas mais orgânicas na composição do plano de piso (figura 2). É forte a referência do traçado formal, porém, é perceptível a busca por uma linguagem própria, com a integração da linha orgânica na composição.



FIGURA 2 – Viveiro da Quinta da Boa Vista (1933). David Xavier de Azambuja

Fonte: Acervo do Museu D. João VI

O ponto focal deste jardim foi destinado ao espelho d'água em formato retangular, margeado por bordadura com vegetação arbustiva, e muitas pedras naturais colocadas na área lateral. Como a foto retrata o jardim ainda em fase de construção, portanto não se sabe se a bordadura seria caracterizada segundo a técnica da topiaria. Contudo, enfatiza-se originalidade de Azambuja em propor o plantio da forração em desenho ondulante, até então não visto na cidade.

A outra parte do jardim, entretanto, assume características bastante distintas da primeira. Carmem Portinho, em matéria publicada em janeiro de 1935 na Revista Municipal de Engenharia, reflete sobre o então Viveiro da Quinta da Boa Vista, caracterizando-o como um *Rock Garden*, ou jardim de pedras. Ela descreve que se tratava de um paisagismo de referência norte-americana, marcado pela combinação de rochas naturais e plantas, com os quais se poderiam construir pequenos lagos, montanhas, vales e outros elementos compositivos. Portinho explica ainda que recentemente havia sido construído o *Rock Garden* no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, exclusivamente com vegetação do Nordeste Brasileiro, com predomínio para as cactáceas, até então desconhecidas para a maior parte do país (Figs. 3 e 4).

É possível relacionar o *rock garden* com o estilo praderia da Arquitetura paisagística então em voga na Região dos Grandes Lagos, do Centro-Oeste Norte-Americano, possivelmente presente na referência da formação de Azambuja. A adoção da tipologia paisagística inspirada na referência estadunidense do *rock garden* representa mais uma transculturação da prática paisagística, agora deslocada do cenário europeu para o norte-americano. Nesse período, segundo Silva (2019), danças e ritmos musicais como

o *foxtrote*, o *charleston* e o *jazz* e o uso do automóvel, símbolo de riqueza e status social, representavam vias de penetração desta cultura nos modos de usufruto dos espaços urbanos, fosse pela música executada nos jardins públicos e salões sociais, fosse pela extensão dos novos deslocamentos em direção aos parques, praias e subúrbios.



FIGURA 3 e 4 – Rock Garden no Viveiro da Quinta da Boa Vista (1935).

Fonte: Revista Municipal de Engenharia (1935).

Acerca do uso da vegetação ao gosto *Rock Garden*, Wladimir Preiss (1936) descreve o largo uso das Primuláceas, herbáceas da família de plantas dicotiledôneas, constituídas por ervas, alpinas de origem nas regiões temperadas da Europa e da Ásia. Muito usadas em bordaduras, na ornamentação de cascatas, e especialmente, em pequenas composições no *rock garden* americano, devido a sua característica de imitação da natureza. O autor sublinha:

Este Rock Garden, quadros da natureza em miniatura, ainda são raros entre nós, mas não é difícil predizer sua rápida e triunfante introdução em nossa vida urbana e suburbana. A garantia certa disso é a muito enérgica e inteligente atividade dum grande propagandista deste tipo de jardim entre nós, do Dr. David Xavier Azambuja. Seu gosto artístico e rica imaginação combinados com um conhecimento invulgar de plantas servem duma boa promessa para o desenvolvimento rápido desta moda (PREISS, 1936, p.42).

O Viveiro da Quinta da Boa Vista foi apresentado em nível de anteprojeto, com demonstração da solução conceitual e física, distribuição das funções e das áreas de intervenção com seus elementos principais naturais e edificáveis, sob forma de desenhos e cortes esquemáticos. O jogo de plantas denota a representação das etapas projetuais com plano de massas, cortes, detalhes construtivos e perspectiva axonométrica. No plano de plantio, a vegetação é especificada segundo a nomenclatura científica, e devidamente localizada na planta. Ele descreve em seu currículo: “as diversas espécies de gramas nativas e estrangeiras ora em experiência, assim como exemplares magníficos de nossa flora, próprios para o clima, poderão unicamente ahi serem vistos”.

Percebe-se em suas palavras a busca pela vegetação nativa como elemento compositivo melhor adaptado ao lugar. Sobre os elementos compositivos adotados no Viveiro da Quinta da Boa Vista, Carmem Portinho reflete:

A escolha das espécies vegetais adaptáveis ao meio, a construção de pequenos lagos, de passeios pitorescos de pedras ou de gramados, a disposição dos bancos, o partido a tirar com as diferenças de nível etc. muito contribuirão também para a boa disposição dos jardins, dependendo naturalmente do bom aproveitamento de tudo isto do fim a que se destina o jardim projetado (PORTINHO, 1935, p.230).

Admite-se assim que Azambuja inicia a ruptura com as tipologias até então existentes na cidade do Rio de Janeiro. É possível perceber que as formas adotadas pelo arquiteto paisagista anunciam sua busca por composições mais livres, se comparadas ao art déco da Praça Paris. A referência do estilo praderia, observada principalmente na área concebida segundo as características do *rock garden*, faz relação com o aspecto naturalista, tendo a paisagem natural como fonte de inspiração.

Praça *Playground* Gal. Ozório

Em 1935, Azambuja desenvolveu o projeto não executado para a Praça General Ozório, denominada Praça *Playground* Gal. Ozório, localizada no Bairro de Ipanema. O traçado adotado tem características ortogonais com alamedas em distribuição axial, e é de nítida inspiração no *art déco*. A apresentação deu-se em nível de anteprojeto, onde foram dimensionadas as áreas de uso e de circulação; organizados os diversos espaços verdes que compõem a obra (Fig. 5)

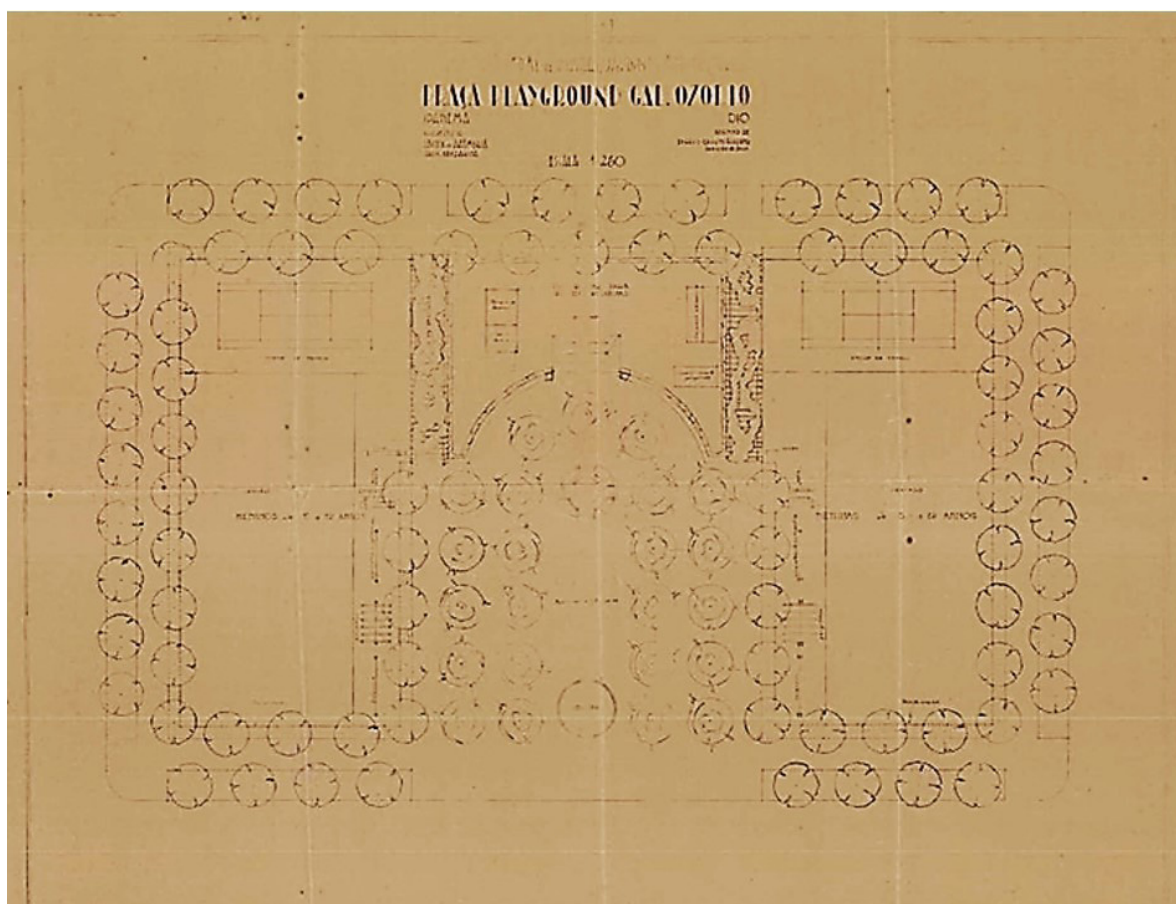


FIGURA 5 – Projeto para a Praça Playground Gal. Ozório. (1932). David Xavier de Azambuja.

Fonte: Acervo do Museu D. João VI

O projeto é caracterizado pela forte simetria marcada pelo traçado ortogonal. Canteiros com aleias arbóreas delimitariam a Praça, cuja espécie não é possível identificar no projeto. O playground, como referido por Azambuja, corresponde a extensos gramados cercados por pisos em saibro, com áreas destinadas ao uso de meninos e meninas, na faixa etária de 5 a 12 anos, acrescidos de duas quadras de tênis. O eixo central é margeado por pérgulas, com bosque e coreto. Não é possível precisar se foram criados mobiliários específicos para o uso infantil.

A concepção para a Praça *Playground* Gal. Ozório é inovadora pela introdução do mobiliário de lazer, para espaço infantil lúdico e esportivo. Seu princípio projetual associa-se ao pensamento da época, que conforme descreve Hugo Segawa (1998), caracteriza-se pela crescente pesquisa de novas técnicas e tecnologias que viabilizassem modelos para uma nova sociedade democrática. Ínterim, admite-se que, a partir deste projeto, Azambuja dá início aos primeiros passos rumo à estruturação do Paisagismo Moderno Brasileiro, pautado não só pelo atendimento de novas formas de uso, como também na organização morfológica e funcional do espaço livre urbano. Em sua concepção, o espaço paisagístico torna-se funcionalista, com a determinação de áreas equipadas especialmente para o lazer recreativo infantil e esportivo. As praças antes dedicadas ao uso exclusivamente contemplativo, passariam a atender às necessidades do homem moderno e urbano, com a adoção do *playground* e equipamento esportivo. Sobre este elemento compositivo, Carmem Portinho refletiu:

Os americanos deram-nos o exemplo, a sua propaganda inteligente chegou até nós, e no Brasil, hoje em dia, já se fala com certa familiaridade em “playgrounds”, sobretudo se já se conhecem seus fins, e, mais ainda, não só o recreio ativo se torna centro de interesse, também o recreio passivo começa a despertar a atenção dos nossos dirigentes (PORTINHO, 1935, p. 229).

Esportes, jogos, exercícios físicos e passeios de barco se consolidaram nos espaços dos parques a partir dos anos 1920, onde passaram a exercer certo protagonismo, de modo que alguns deles sofreram reformas para abrigar as novas demandas (SILVA, 2016). Nesta perspectiva, na década de 1930, os novos usos seriam contemplados por grande diversidade de equipamentos introduzidos na paisagem brasileira, e dentre eles, destaca-se os dedicados ao lazer.

Contextualmente, este também era o momento do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), capitaneado pelo arquiteto franco-suíço Le Corbusier, em 1933, com o tema “Cidade Funcional”, cujas conclusões foram reunidas na Carta de Atenas. No quesito dedicado ao lazer, onde também se incluiu a prática esportiva, as áreas livres são apontadas como insuficientes e mal distribuídas no tecido urbano, de modo que o urbanismo teria a missão de conceber e proporcionar aos cidadãos condições que possibilitem qualidade de vida, seja física ou psicológica.

Segundo recomendações da Carta de Atenas, na concepção em espaço público, o lazer deveria ser franqueado ao uso comum: “Doravante todo bairro residencial deve compreender a superfície verde necessária à organização racional dos jogos e esportes das crianças, dos adolescentes e dos adultos” (CARTA DE ATENAS, 1933, p. 16). Desta forma, admite-se que é possível que Azambuja não tenha estado alheio a estas observações, e incluiu equipamentos esportivos na Praça *Playground* Gal. Osório.

A década de 1930 representa o marco de ruptura tanto para a prática quanto para o ensino da arquitetura paisagística na Cidade do Rio de Janeiro, e traria progressivamente o interesse de profissionais, com a introdução da disciplina no curso de Arquitetura, e a definição e construção de um campo de atividade.

Em 1932, ocorre a gênese da prática paisagística de Roberto Burle Marx. Artista multifacetado, nascido em São Paulo em 1909, e radicado no Rio de Janeiro aos 4 anos, experienciou suas primeiras concepções paisagísticas no jardim de sua casa. Tal experiência o levou a ser convidado a participar juntamente com o arquiteto Lucio Costa e Gregori Warchavchik da concepção do jardim da residência da Família Schwartz, em Copacabana.

Em seguida, a convite do governador Carlos de Lima Cavalcanti, entre os anos de 1934 e 1936, Burle Marx assumiu a Chefia de Parques e Jardins do Governo do Estado de Pernambuco, onde foram criados seus primeiros jardins públicos (SÁ CARNEIRO,

2010). Durante esses anos Burle Marx criou projetos, como a Praça de Casa Forte e a Euclides da Cunha, e reformou outras, como a Praça do Derby, a Praça da República e a Praça Artur Oscar. Para tanto, em sua linguagem ele priorizou a especificação da vegetação nativa, aliada a outros elementos naturais a componentes artificiais, como esculturas de autoria de artistas nacionais, que igualmente faziam referências à cultura nacional (FLEMING, 1996).

Em 1936, o arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima montou um escritório denominado Corrêa Lima & Cia - Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, que foi um dos primeiros estabelecimentos privados que incluíram o paisagismo em sua prática na cidade. Em 1937, ele participou do Concurso do Projeto e Construção da Estação de Hidroaviões, próxima ao Aeroporto Santos Dumont, no qual obteve 1º lugar. Inaugurado em 1938, o projeto incluiu a concepção de jardins no entorno do edifício, e culminou por ligá-lo ao ainda iniciante Movimento Moderno da Arquitetura Brasileira (FERREIRA; ONO, 2021).

Desta forma, apreende-se que David Xavier de Azambuja fez parte do grupo dos primeiros paisagistas brasileiros que buscavam a linguagem alinhada com os princípios modernos. Contudo, mesmo integrando novas formas e programas, Azambuja não rompe com o método compositivo academicista. O traçado que configura o espaço, apesar de integrar a linha orgânica e a ortogonal no Viveiro da Quinta da Boa Vista, ainda é estruturado a partir de um sistema clássico, baseado em formas simétricas, de partes previamente estabelecidas, como visto no projeto para a Praça *Playground* Gal. Osório. Trata-se, portanto, de uma estrutura fechada, que não chega a constituir uma nova tipologia embasada em discurso teórico, segundo as características dos novos tempos e anseios.

A docência de David Xavier de Azambuja

A atuação de David Xavier de Azambuja no âmbito do ensino na Cidade do Rio de Janeiro também foi de grande relevância. Em 1934, participou de concurso da ENBA para docente livre, concorrendo nas cadeiras de Urbanismo e Arquitetura Paisagística do Curso Geral, e de Artes Decorativas do Curso de Decoração e Desenho de Interiores, foi nomeado professor da cadeira de Arte Decorativa da ENBA neste mesmo ano (FERREIRA; ONO, 2021).

A disciplina de Urbanismo e Arquitetura Paisagística foi ocupada interinamente em 1932 pelo arquiteto Atílio Corrêa Lima. Atílio, arquiteto formado pela ENBA e urbanista formado pelo *Institut d'Urbanisme de L'Université de Paris* (IUUP), permaneceu na função até o mês de maio, quando foi designado por Ato de 01/06/1932, a reger a cadeira de Urbanismo e Arquitetura Paisagista, tornando-se o primeiro professor desta disciplina na ENBA. Apenas em 14/03/1934, foi formalmente nomeado catedrático desta cadeira (FERREIRA; ONO, 2021).

Azambuja também mudaria o ensino desta atividade na Cidade do Rio de Janeiro e no Brasil. Em agosto de 1935, foi promovido pela UDF o 1º Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* (Especialização) em Arquitetura Paisagística. No jornal "A Noite", de 30/08/1935, foi assim publicado:

A Universidade do Distrito Federal acaba de organizar no seu Instituto de Artes, mais um curso especializado do nível dos pós-graduados. Trata-se de um curso que pela primeira vez se realiza no Brasil, o de architectura paisagista, a cargo do professor David Xavier Azambuja, architecto paisagista da Directoria Geral de Turismo.

A Universidade do Distrito Federal - UDF foi criada em abril de 1935, pelo Decreto Municipal nº 5.513/35, como parte de um programa integrado de Instrução Pública para o Distrito Federal, liderado por Anísio Teixeira, entre 1931 e 1935. Foi idealizada um ano após a criação da Universidade de São Paulo -USP, implementada em 1934. Contudo, a instituição pretendia não apenas produzir profissionais, mas formar os quadros intelectuais do país (VICENZI, 1986). Ela inaugurou os primeiros cursos de formação de professores e de especialização em diversas disciplinas, e dentre eles o curso de especialização em arquitetura paisagística.

Todavia, a colaboração de Azambuja para o ensino não ficaria restrita ao curso da UDF. Segundo matéria de abril de 1945 da Revista *Rodriguésia*, foram promovidos Ministério da Agricultura na então Capital Federal cursos de Aperfeiçoamento e Especialização em Botânica. Em colaboração com o Serviço Florestal foram assim ministrados vários cursos avulsos. O de Botânica Geral foi ministrado pelos botânicos Fernando Romano Milanez, com assistência de Luís Emygdio de Melo Filho e José Rodrigues da Costa. O de Botânica Sistemática foi dividido em dois grupos, um de vegetais superiores, e outro de inferiores. O primeiro foi orientado por João Geraldo Kuhlmann e David Xavier de Azambuja, o segundo foi por Nearch Silveira Azevedo.

Em 1949, Azambuja foi nomeado para a cátedra de Composição Decorativa da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Rio de Janeiro. Em 1953, conforme Herbst (2014), ele foi contratado para desenvolver o plano urbanístico do Centro Cívico de Curitiba, juntamente com os arquitetos Flávio Amílcar Régis, Olavo Redig de Campos e Sérgio Rodrigues, encomendado para as comemorações do centenário de emancipação do Paraná. Todavia, apesar de ter posição ativa no âmbito da Arquitetura, do Urbanismo e Interiores, ele não se afasta do campo paisagístico, e permanece ministrando cursos na área de Botânica e Agronomia.

Azambuja, o agrônomo silvicultor

Após a passagem pela UDF, de 1936 a 1940, David Xavier de Azambuja cursou Agronomia na Escola Nacional de Agronomia. A história desta instituição confunde-se com a do ensino agrícola do país. Fora criada Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária (ESAMV) em 4 de julho de 1913. Ainda em março de 1934, essas Escolas tiveram seus regulamentos aprovados e tornaram-se estabelecimentos padrão de ensino agrônomico e veterinário do país.

Além de arquiteto paisagista da Diretoria de Matas, Jardins e Agricultura da Prefeitura do Distrito Federal, David Xavier de Azambuja foi nomeado para importantes cargos institucionais em sua trajetória. Em 1940, foi agraciado com diploma e medalha de ouro na V Exposição Pan-Americana de Arquitetura e Urbanismo, que teve sede no Uruguai. De 1940 a 1955, participou da Comissão de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro, pelo Departamento de Urbanismo. Foi nomeado Diretor do Jardim Zoológico da Capital Federal, em que permaneceu por alguns meses em 1946. Posteriormente, em 1948, ele assumiu cargo técnico de Agrônomo do então Serviço Florestal do Brasil (SFBr) do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Criado em 1921, o SFBr foi a primeira instituição Federal voltada para a administração florestal do país, que até então não possuía regulamentos específicos para a exploração de florestas e recursos naturais. Com o Decreto Lei nº 23.793/34, foi estabelecido o primeiro Código Florestal Brasileiro, e designado o Conselho Florestal Federal. Inicialmente, o SFBr não constituía sequer uma seção específica na estrutura no ministério. A Seção especial foi criada em 1944, integrando o então Ministério da

Agricultura, Indústria e Comércio, e, através do Decreto Lei nº 982 de 23/12/1938, tornou-se um Órgão deste Ministério, sendo extinto em 1962 (FONSECA, 2009).

Assim em 1957, Azambuja foi nomeado para a direção do SFB, tonando-se o primeiro agrônomo silvicultor nesta função. Na diretoria do SFB é possível perceber a posição ativa de Azambuja em defesa das Florestas Brasileiras. No Jornal Lavoura e Comercio de Minas Gerais, de 06/07/1949, foi publicada uma declaração, em tom de manifesto:

Estão acabando com as florestas do Brasil. Para se ter uma ideia do gravíssimo problema florestal brasileiro basta mencionar-se que se destroem, anualmente, no país mais de 30 mil quilômetros quadrados de florestas e que, segundo abalizadas previsões, as do sul do Brasil estarão extintas dentro do prazo de 25 anos; as da região leste, em 22 anos; as do Nordeste, em 15 anos; restando apenas a grande Floresta Amazônica, cuja exploração já foi iniciada e se encontra em pleno desenvolvimento.

Entre 1956 e 1958, Azambuja foi conselheiro do Conselho Florestal Federal - CFF, do qual faziam parte o agrônomo Harold Edgard Strang, o botânico Luiz Emygdio de Mello Filho, a botânica Bertha Lutz, dentre outros. Neste período, segundo Silva (2017), o CFF assumiu posição estratégica para o desenvolvimento nacional, e proporcionou grandes conquistas ao conservacionismo, como, por exemplo, a reativação da política de Parques Nacionais, com a criação de Aparados da Serra, Araguaia, Ubajara, Emas e Tocantins, e a conclusão de obras anteriores, como Foz do Iguaçu.

Azambuja colaborou também como agrônomo do Jardim Botânico do Rio de Janeiro na função de taxonomista especializado na família Apocynaceae, pela qual escreveu a monografia “Contribuições ao conhecimento das Apocynaceae encontradas no Brasil”, publicado em 1947 através do Serviço Florestal. É possível, inclusive, verificar vários indivíduos por ele identificados, como o *Aspidosperma paniculatum* Azambuja, *Aspidosperma obscurinervium* Azambuja n. sp., *Secondatia* A.DC. emend. Azambuja, *Secondatia Adolphii* Azambuja.

Após longa trajetória na prática institucional e no ensino na Cidade do Rio de Janeiro, David Xavier de Azambuja retornou para Curitiba, onde assumiu a posição de titular no Departamento de Silvicultura e Manejo do Setor de Ciências Agrárias, e lecionou no curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Segundo o jornal Correio de Notícias do Paraná, em matéria de 08/06/1978, na UFPR Azambuja se empenhou em estruturar um Curso de Especialização em Arquitetura Paisagística. Para tanto, ele visitou a Universidade da Califórnia, em Berkeley, e outras na Alemanha e Espanha, onde buscou experiências entre profissionais do paisagismo. Pretendia ele implantar e montar a estrutura curricular deste curso, até então, inexistente no Brasil. Ainda conforme a matéria supracitada:

Para ele, o paisagismo, ou jardinagem, é antes de tudo uma arte. Acredita que o curso sendo especialização, oferecerá oportunidade a todos os interessados. Atualmente, existem deficiências. Os arquitetos desconhecem as plantas e o solo, enquanto os agrônomos desconhecem a arte e não sabem desenhar os projetos. Tudo isso, ressaltou, devido a própria formação profissional, que não atinge o nível necessário para este tipo de trabalho.

David Xavier Azambuja aposentou-se como Professor Titular na Universidade Federal do Paraná em 28 de novembro de 1980, e faleceu em setembro de 1981.

Considerações Finais

No início do século XX, a atividade paisagística carioca era considerada uma arte reconhecida pelo caráter de embelezamento das cidades, e baseada em tipologias herdadas de modelos europeus. No Brasil, a partir dos anos 1930, é marcada pela busca de uma identidade projetual própria. Buscava-se a emergência de saberes para uma nova estética que traduzisse o “jardim brasileiro”, dotado de traços de brasilidade, tal como era defendido pelo modernismo. Não bastava traduzir referências europeias, e sim interpretar a paisagem brasileira, em sua proeminência cultural e sua relação com o meio ambiente, com o objetivo de voltar-se para si mesmo e criar visualmente uma identidade nacional.

A Cidade do Rio de Janeiro foi uma das representantes em um processo que, juntamente com outros estados, contribuiu para a configuração do campo paisagístico nacional. Frente à afluência dos pensamentos de David Xavier de Azambuja, Roberto Burle Marx e Atílio Corrêa Lima, é possível relacionar suas práticas aos seus respectivos *habitus* pessoais, que têm em comum não só a percepção e vivência no meio e na fitofisionomia da Mata Atlântica da Cidade do Rio de Janeiro, como também a formação na então Escola Nacional de Belas Artes.

Ínterim, apesar destes atores configurarem diferentes tipologias morfológicas de Jardins Modernos, observa-se que as concepções executadas na década de 1930 identificam-se com o aspecto naturalístico da composição e no uso prioritário da vegetação nativa, como signo da identidade nacional. Neste cenário, a colaboração de David Xavier de Azambuja nos anos 1930 pode ser caracterizada como um momento de transição entre a rígida composição ao gosto *art déco*, com um aspecto mais naturalista, inspirado pelo modelo do *Rock Garden* americano.

Azambuja traz consigo a referência estadunidense de sua formação e a introduz na cidade carioca, ainda bastante marcada pelo modelo europeu de paisagismo. Conforme reflete Fernando Atique (2010), ainda é frequente na historiografia brasileira o discurso de que o “processo de americanização do Brasil” ocorreu principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Contudo, a cultura americana vinha penetrando no país desde os anos 1910, e sobretudo após a I Guerra Mundial, intensificada a partir de 1920 e 1930, como descreve Silva (2016). A divulgação de manufaturas com produtos industrializados - com destaque para o automóvel - e a incorporação de hábitos e costumes se tornaram paulatinamente mais presentes no cenário brasileiro.

No âmbito desta transculturação, tem-se o desenvolvimento da prática paisagística de Azambuja. Contudo, mesmo integrando novos equipamentos e elementos compositivos, como a prioridade para a especificação da vegetação nativa em sua composição, ele não chega a subverter modelos europeus ou norte-americanos, a fim de contemplar o discurso então almejado pelo Movimento Modernista Brasileiro.

Apesar disto, a contribuição de Azambuja extrapola os limites da prática paisagística. Seja no âmbito da formação acadêmica, seja na prática institucional, ele se mostrou incansável na busca por maior especialização para esta atividade e na conservação da natureza. Até o final de sua trajetória profissional, continuou se dedicando ao ensino e ao empenho na construção de um curso para a especialização em Paisagismo. Interpretando suas palavras, para ele paisagismo é uma arte que requer o conhecimento dos recursos naturais, como plantas e características do solo, bem como, do espaço e estruturas urbanas, que solicita conhecimento específico.

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq pelo auxílio financeiro concedido no âmbito da bolsa de Pós-Doutorado Junior (PDJ)-chamada CNPq 16/2021), que contribuiu para a elaboração desta pesquisa.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. [1ª impressão em 1987] 4ª ed. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna**. [1ª impressão em 1992]. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AZAMBUJA, David Xavier de. Contribuição ao conhecimento das Apocynaceae encontradas no Brasil. **Arquivo do Serviço Florestal do Rio de Janeiro** 3, 1947.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 11ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

BROWN, Jane. **El jardín moderno**. (trad. Carlos Sáenz de Valicourt). Editora Gustavo Gili: Barcelona, 2000.

“Centro Cívico, uma velha aspiração dos paranaenses”. **Diário Carioca**. 27/7/1952. p. 5. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

CIAM. **Carta de Atenas**. Atenas: 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>> Acesso em: 17/11/2021.

“Cursos avulsos de botânica”. **Rodriguésia**. Ano IX. Nº18. abril/1935, p. 77-78. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

FERREIRA, Alda de Azevedo. **Os saberes e as práticas paisagísticas na construção da Paisagem Cultural Carioca**. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. 300 f.

FERREIRA, Alda de A.; ONO, Fernando P. C. Atílio Corrêa Lima e David Xaxier Azambuja: pioneiros na institucionalização da arquitetura paisagística no Brasil. **Arquitextos**. São Paulo, ano 21, n. 248.01, Vitruvius, jan. 2021 Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.247/7984>>. Acesso em: 25/09/2021.

FLEMING, Lawrence. **Roberto Burle Marx**: um retrato. Rio de Janeiro: Ed. Index, 1996.

FONSECA, André Luis de Castro. **Do Serviço Florestal do Brasil (SFBr) de 1921 ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB) de 2006**. (Monografia). Instituto de Florestas. Departamento de Silvicultura. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

HERBST, Hélio. A presença de Olavo Redig de Campos nos salões das bienais e sua recepção nas revistas de arquitetura na década de 1950. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. **Anais...**São Paulo, 2014.

MUELLER, Oscar. **Centro Cívico de Curitiba**: um espaço identitário. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-Graduação em Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul, 2006.

“Na Universidade da prefeitura”. **A Noite**. 30/08/1935. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. p.5.

PANZINI, Franco. **Projetar a natureza**: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea. São Paulo: Editora Senac, 2013.

PEREIRA, Sonia Gomes. **Arte brasileira no século XIX**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. “Lúcio Costa e a Escola Nacional de Belas Artes”. 6º Seminário DOCOMOMO- Brasil. **Anais...** Niterói, ArqUrb/UFF, 2005.

PORTINHO, Carmem. A arte dos jardins. **Revista Municipal de Engenharia**. Janeiro/1935, p. 228-230. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

PREISS, Wladimir. Algumas primuláceas, sua cultura e aplicação na jardinagem. **O Campo**. Maio/1936, p. 42. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

CARMONA-RIBEIRO, Ana Carolina; CARBONI, Bianca Nascimento. Mina Klabin and modern landscape design in Brazil. **Studies in the History of Gardens & Designed Landscapes**, 39:2, 2019, pp.154-174.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita. **Parque e paisagem**: um olhar sobre o Recife. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

SEGAWA, Hugo M. **Arquiteturas no Brasil, 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, Aline Figueirôa. **Entre a implantação e a aclimação**: o cultivo dos jardins públicos no Brasil nos séculos XIX e XX. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2016.

_____. Os jardins públicos na cultura paisagística brasileira. In: NAVARRETE, A.; SÁNCHEZ, F.; CARNEIRO, A.; SILVA, J. (Orgs). **Paisaje e jardín como patrimonio cultural**. Diversas miradas desde México y Brasil. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Azcapotzalco, 2019, p. 14-35.

SILVA, Filipe de Oliveira. O Conselho Florestal Federal: um parecer de sua configuração institucional (1934 -1967). **HALAC - História Ambiental, Latinoamericana y Caribeña**. v.7, n.2. 2017, p. 101-129.

SIR I. “Um sorriso para todas”. **Careta**. 7/7/1951. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. p. 14.

STEINER, Frederick R.; BROOKS, Kenneth R. Agricultural Education and Landscape Architecture. **Landscape Journal**. vol. 5(1). 1986, pp. 19-32 doi:10.3368/lj.5.1.19

ZANINI, Walter. Arte contemporânea. ZANINI, Walter. **História geral da arte no Brasil**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1983, p. 499-820.

Zube, E. H. Landscape planning education in America: retrospect and prospect. **Landscape and Urban Planning**, 13, 1986, pp. 367-378 doi:10.1016/0169-2046(86)90054-x

VICENZI, Leticia Josephina Braga de. A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil. **Fórum Educacional**. Rio de Janeiro, v.10, n.3, jul./set. 1986.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvo o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (ISSN 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submetido em 15/03/2022

Aprovado em 01/09/2022

PALOMA ROMANOS, FREDERICO BRAIDA E ISABELA MONKEN VELLOSO

Conforto olfativo e o projeto arquitetônico: uma abordagem holística

Olfactory comfort and the architectonic design a holistic approach

Confort olfativo y diseño arquitectónico: un enfoque holístico

Paloma Romanos

Graduada em Tecnológico em Design de Interiores pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (2016). Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Estácio de Sá de Juiz de Fora (2010). Mestra em Ambiente Construído pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2020).

Graduated in Technological in Interior Design from the Juiz de Fora Higher Education Center (2016). Graduated in Business Administration from Universidade Estácio de Sá de Juiz de Fora (2010). Master in Built Environment from the Federal University of Juiz de Fora (2020).

Graduada en Tecnológico en Diseño de Interiores por el Centro de Estudios Superiores Juiz de Fora (2016). Graduado en Administración de Empresas por la Universidade Estácio de Sá de Juiz de Fora (2010). Máster en Entorno Construido por la Universidad Federal de Juiz de Fora (2020).

paloma.romanos@arquitetura.ufjf.br

Frederico Braida

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFJF (2005). Mestre em Urbanismo pelo PROURB, FAU, UFRJ (2008). Mestre (2007), Doutor (2012) e Pós-doutor (2015) em Design pela PUC-Rio. Pós-Doutor em Matemática pela UTFPR. Professor Associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFJF.

Graduated in Architecture and Urbanism from UFJF (2005). Master in Urbanism from PROURB, FAU, UFRJ (2008). Master (2007), Doctor (2012) and Post-doctor (2015) in Design at the PUC-Rio. Post-Doctorate in Mathematics from UTFPR. Associate Professor at the Faculty of Architecture and Urbanism at UFJF.

Licenciado en Arquitectura y Urbanismo por UFJF (2005). Maestría en Urbanismo en PROURB, FAU, UFRJ (2008). Maestría (2007), Doctorado (2012) y Postdoctorado (2015) en Diseño en la PUC-Rio. Postdoctorado en Matemáticas por la UTFPR. Profesor asociado de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la UFJF.

frederico.braida@arquitetura.ufjf.br

Isabella Monken Velloso

Graduada em Letras (1998), especialista em Moda, Cultura de Moda e Arte (2011) e mestra em Teoria da Literatura (2000) pela UFJF. Doutora em Ciência da Literatura/ Semiologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Professora efetiva do Bacharelado em Moda do Instituto de Artes e Design da UFJF.

Graduated in Letters (1998), a specialist in Fashion, Fashion Culture, and Art (2011), and a Master in Theory of Literature (2000) from the UFJF. Ph.D. in Literature Science/Semiology from the Federal University of Rio de Janeiro (2005). Associate Professor of the Bachelor's Degree in Fashion at the Institute of Arts and Design at the UFJF.

Licenciada em Letras (1998), especialista em Moda, Moda, Cultura y Arte (2011) y Maestría en Teoría de la Literatura (2000) por la UFJF. Doctora en Ciencias de la Literatura/Semiología por la Universidad Federal de Río de Janeiro (2005). Profesor asociado de la Licenciatura en Moda en el Instituto de Artes y Diseño de la UFJF.

isabela.monken@ufjf.br

Resumo

Este artigo aborda o tema do conforto olfativo. A questão motivadora da pesquisa foi: como o olfato tem sido explorado nos estudos do conforto no ambiente construído, nos campos da arquitetura e da construção civil? O principal objetivo é apresentar uma discussão que possa contribuir para uma compreensão do conforto olfativo que supere a abordagem mecânico-tecnicista, visando subsidiar uma reflexão sobre a importância de se considerar os odores no projeto arquitetônico. Do ponto de vista metodológico, o artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, bibliográfica e documental, com coleta de dados realizada no banco de teses e dissertações da Capes, nos anais dos ENCAC/ELACAC, em bases de periódicos científicos nacionais e internacionais, bem como em normas, leis e resoluções nacionais, a fim de reunir pressupostos teóricos capazes de instrumentalizar o debate acerca do conforto olfativo e suas correlações com o ambiente construído, e, mais especificamente, com o projeto arquitetônico. Portanto, as questões tratadas neste artigo possuem como categorias discursivas: (1) inter-relações entre percepção, sentidos humanos e o conforto; (2) aspectos fisiológicos do olfato; (3) aproximações entre o conforto olfativo e a qualidade do ar. Assim, evidencia-se que essas categorias se apresentam como elementos-chave para uma abordagem sobre o conforto olfativo em plenitude e suas contribuições para o projeto arquitetônico, tendo como referência tanto os aspectos físicos como os psicológicos.

Palavras-chave: Conforto ambiental. Olfato. Percepção. Ambiente construído. Conforto olfativo.

Abstract

This article approaches the olfactory comfort topic. The concern that motivated this article was: how the sense of smell has been explored in built environment studies, in architecture and construction fields? The aim is to present a debate that could contribute to an olfactory comfort comprehension that surpasses a mechanical-technicist emphasizing the importance of considering the sense of smell in architecture design. From a methodological perspective, the article is the result of a qualitative, exploratory, bibliographic, and documentary research, with data collection carried out in the Capes theses and dissertations database, in the annals of ENCAC/ELACAC, in national and international scientific journals, as well as in national norms, laws and resolutions. That methodology aims to gather theoretical assumptions capable of fortifying the debate about olfactory comfort and its correlations with the built environment, and, more specifically, with architectural design. Therefore, the concerns addressed in this article have as discursive categories: (1) interrelationships between perception, human senses and comfort; (2) physiological aspects of smell; (3) similarity between olfactory comfort and air quality. Thus, it is evident that these categories present themselves as key elements for an approach to olfactory comfort as a whole and its contributions to architecture, having both physical and psychological aspects as references.

Keywords: Environmental comfort. Sense of smell. Perception. Built environment. Olfactory comfort.

Resumen

Este artículo aborda el tema del confort olfativo. La pregunta motivadora de la investigación fue: ¿cómo se ha explorado el sentido del olfato en los estudios de confort en el ambiente construido, en los campos de la arquitectura y la construcción civil? El objetivo principal es presentar una discusión que pueda contribuir para una comprensión del confort olfativo que supere el enfoque mecánico y tecnológico, con el objetivo de subsidiar una reflexión sobre la importancia de considerar los olores en el diseño arquitectónico. Desde el punto de vista metodológico, el artículo es resultado de una investigación cualitativa, de carácter exploratorio, bibliográfico y documental, con recolección de datos realizada en el banco de tesis y disertaciones de la Capes, en las actas de ENCAC/ELACAC, en bases de datos de revistas científicas nacionales e internacionales, así como normas, leyes y resoluciones nacionales, con el fin de recoger presupuestos teóricos capaces de instrumentalizar el debate sobre el confort olfativo y sus correlaciones con el entorno construido, y más específicamente, con el diseño arquitectónico. Por tanto, los temas abordados en este artículo tienen como categorías discursivas: (1) interrelaciones entre la percepción, los sentidos humanos y el confort; (2) aspectos fisiológicos del olfato; (3) aproximaciones entre el confort olfativo y la calidad del aire. Así, se evidencia que estas categorías se presentan como elementos clave para un acercamiento al confort olfativo en plenitud y sus aportes al proyecto arquitectónico, teniendo como referencia tanto los aspectos físicos como los psicológicos.

Palabras clave: Confort ambiental. Oler. Percepción. Entorno construido. Confort olfativo.

Introdução

A sistematização acadêmica da noção de conforto aplicada ao ambiente construído é bastante recente, datada do início da década de 1970, quando “conforto ambiental” passou a substituir a expressão “física aplicada às edificações”, denominação que era adotada para “a disciplina nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil” (SCHMID, 2005, p. 12). Partindo de uma bibliografia do campo da Enfermagem, Schmid (2005) apresenta a complexidade multidimensional do conforto, o qual pode ser dividido, ao menos, em quatro níveis inter-relacionados: (1) físico, (2) psico-espiritual, (3) sócio-cultural e (4) ambiental. Essa conceituação holística para o conforto se mostra basililar para uma compreensão mais contemporânea da noção de conforto ambiental, que transcende o entendimento meramente mecânico-tecnicista.

A partir dessa dimensão holística, abordada por Schmid (2005), pode-se refutar a ideia de conforto ambiental calcada predominante no discurso sobre a estética com acentuada ênfase no sentido da visão, tal como foi levada a cabo ao longo da história da arquitetura. “Embora a estética do espaço construído ou natural trate dos estímulos obtidos pelos quatro sentidos (visão, olfato, audição e tato), a percepção visual tende a ser dominante sobre os demais” (PORTEOUS, 1996 apud VILLA; ORNSTEIN, 2013, p. 93).

Cabe destacar que o sentido do olfato tem sido desconsiderado ou pouco explorado, quando se trata dos estudos sobre o ambiente construído. Esse sentido tem sido contemplado por arquitetos e engenheiros praticamente apenas quando se leva em consideração a qualidade do ar (SCHMID, 2005), principalmente quando focam meramente nas normativas existentes, descuidando dos fatores subjetivos envolvidos, quando interiores são projetados. Em outros campos, como o do *marketing*, as pesquisas são desenvolvidas com relação aos odores como ferramenta de influência durante as compras, através do *marketing* olfativo e os odores de assinatura, onde marcas se utilizam de odores personalizados criando uma identidade olfativa única, a fim de se diferenciar frente aos concorrentes (MIRANDA; ARAÚJO, 2011).

Na indústria da moda, os estudos sobre os cheiros têm sido levados adiante, visto que esse campo, marcado pela noção de visualidade e aparência, também faz uso dos odores, operando com a produção de camadas muito palpáveis de emoções evocadas (VELLOSO, 2019, p. 87). O olfato, ou, mais especificamente, o conforto olfativo, também tem sido pesquisado no campo da psicologia. Como exemplo, podem ser citados os artigos publicados na Revista de Psicologia Social Aplicada (*Journal of Applied Social Psychology*), dentre os quais destacam-se: Knasko, Gilbert e Sabini (1990), McBurney, Shoup e Streeter (2006) e Shoup, Streeter e McBurney (2008). No entanto, quando se trata dos estudos sobre as relações entre os odores e o ambiente construído, das pesquisas desenvolvidas nos campos da arquitetura, urbanismo e engenharia civil, constata-se que, recorrentemente, tais estudos restringem-se às questões técnicas, quase sempre relacionadas ao controle do ar. Assim, percebe-se que a noção de conforto olfativo ainda está bastante incipiente, sobretudo quando se trata do projeto e manutenção de edificações.

A despeito da baixa quantidade de pesquisas sobre as relações entre olfato e o conforto ambiental, que superem as questões debatidas quando se aborda a qualidade do ar, o “conforto olfativo” é uma das 14 categorias da certificação internacional da construção sustentável de Alta Qualidade Ambiental, desenvolvida a partir da certificação francesa *Haute Qualité Environnementale*, a Certificação AQUA-HQE. Cabe enfatizar que a Associação HQE distingue a categoria “conforto olfativo” da categoria “qualidade sanitária do ar”, embora ambas estejam, sob vários aspectos, inter-relacionadas.

Assim, a pesquisa relatada neste artigo teve como principal objetivo a compreensão do estado da arte sobre o conforto olfativo. A questão que se colocou foi: como o olfato tem sido explorado nos estudos do conforto no ambiente construído, nos campos da arquitetura e da construção civil? O principal objetivo deste artigo é, portanto, apresentar uma discussão que possa contribuir para a conceituação e para a ampliação dos estudos do conforto olfativo sob uma perspectiva holística, visando subsidiar uma reflexão sobre a importância de se considerar os odores no projeto e manutenção do ambiente construído.

Materiais e métodos

Este artigo é fruto de uma investigação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e, predominantemente, exploratória, principalmente porque a temática do conforto olfativo no ambiente construído, dentro dos campos da arquitetura, urbanismo e engenharia civil, ainda não está plenamente sistematizada, seja no Brasil ou no exterior. Em relação às fontes e coleta de dados, a pesquisa pode ser classificada tanto como bibliográfica quanto documental.

Metodologicamente, partiu-se de uma busca sistematizada nos anais das 15 edições do ENCAC (sendo 11 edições do ELACAC) pelas palavras ou expressões “cheiro”, “olfat-”, “odor”, “conforto olfat-” e “qualidade do ar” presentes nos títulos dos artigos. Dentre todos os artigos já publicados nesses eventos, é de se ressaltar que nenhum resultado foi encontrado, ou seja, não há sequer um artigo que contenha, no título, essas palavras ou expressões supracitadas. A partir dessa pesquisa, verificou-se a grande lacuna existente no meio acadêmico (sobretudo latino-americano) sobre a temática do “conforto olfativo”. Então, mediante tal constatação, procedeu-se à pesquisa bibliográfica narrativa, a fim de se compreender o estado da arte do conforto olfativo e suas correlações com o ambiente construído e com o projeto arquitetônico. De modo mais específico, adotou-se, como recorte para o corpus da pesquisa, o enquadramento do conforto olfativo nos espaços internos das edificações.

Embora os conhecimentos sobre o conforto olfativo relativos ao meio ambiente em escala macro, em relação aos espaços abertos e ao espaço urbano (ou, até mesmo, ao campo e à zona rural), sobretudo aqueles decorrentes das pesquisas nas áreas de engenharia ambiental, geografia ou saúde coletiva, contribuam para o estudo dos cheiros e do olfato no conforto ambiental, em função do escopo metodológico, foram contempladas, predominantemente, as questões relativas aos espaços interiores.

As buscas bibliográficas, que ocorreram majoritariamente durante o segundo semestre de 2019 (recentemente ampliada, incorporando artigos publicados até 2021), foram realizadas no banco de teses e dissertações da Capes, no banco de anais dos ENCAC/ELACAC, bem como em diferentes bases de periódicos científicos, dentre os quais merece destaque a Revista de Odor e Ambiente Interior (*Journal of Odor and Indoor Environment*), embora também possam ser mencionadas a Revista de Psicologia Social Aplicada (*Journal of Applied Social Psychology*), e o periódico Sentidos Químicos (*Chemical Senses*). A fim de fazer dialogar os estudos científicos com a legislação vigente, por vezes mencionada nos artigos levantados, também foram pesquisadas normas, leis, resoluções ou decretos, sobretudo no cenário brasileiro, que versem sobre os temas subjacentes ao conforto olfativo e, em especial, à qualidade do ar.

Cabe destacar que as discussões estabelecidas neste artigo buscam superar um posicionamento epistemológico de extração mecanicista ou puramente tecnicista, calcado apenas na objetividade físico-química do conforto ambiental. A partir da

premissa de que a natureza da problemática do conforto ambiental é complexa, fundamentada em autores como Schmid (2005) e Okamoto (2002), adotou-se uma postura argumentativa que contempla, também, as dimensões psíquica e cultural do conforto ambiental para que o conforto olfativo fosse compreendido em sua amplitude holística.

Assim, ressalta-se que a abordagem focada no conforto olfativo, neste artigo, impõe-se não por força de uma posição que segmenta os sentidos, mesmo porque sabe-se que a percepção humana do ambiente em que está inserido se dá de maneira multissensorial (LINDSTROM, 2007), mas em razão de haver a necessidade de uma abordagem que possa contribuir para a compreensão do conforto olfativo como uma modalidade do conforto no ambiente construído.

As questões tratadas neste artigo possuem como categorias discursivas: (1) inter-relações entre percepção, sentidos humanos e o conforto; (2) aspectos fisiológicos do olfato; (3) aproximações entre o conforto olfativo e a qualidade do ar. Tais categorias apresentam-se como elementos-chave para uma ampla abordagem sobre o conforto olfativo e suas contribuições para o projeto e manutenção do ambiente construído.

Assim, a partir da bibliografia levantada na pesquisa, tendo em vista as categorias acima mencionadas, evidenciam-se os pressupostos teóricos capazes de instrumentalizar a reflexão sobre a participação dos odores como um elemento de projeto, bem como ampliar a discussão sobre o conforto olfativo no ambiente construído.

Percepção ambiental, os sentidos humanos e o conforto

A percepção se relaciona no campo ou espaço perceptivo através das diversas experiências sensoriais; é a partir dos sentidos que os ambientes são percebidos (RHEINGANTZ, 1995). Okamoto (2002) define a percepção do ambiente como o resultado da interpretação dos estímulos externos, sendo os sentidos mecanismos de interface com a realidade. Tuan (1974) defende que o ser humano percebe o mundo simultaneamente através de todos os sentidos. No entanto, vale mencionar que, de acordo com Rector e Trinta (2005), toda percepção implica no esforço de se querer perceber, pois “só percebo agora aquilo que desejo perceber e de modo como quero percebê-lo”. Por isso, há tantos “mundos” quantos seres humanos. Assim, pode-se dizer que a percepção tem uma dimensão físico-química ou fisiológica, mas também uma dimensão cultural e psicológica.

O processo de percepção se apoia nos sentidos humanos, sendo usados de forma conjunta ou de acordo com os estímulos mais intensos, provocando o registro de mudanças do ambiente e garantindo uma interpretação que pode ou não causar bem-estar. Bestetti (2014) reafirma a peculiar relação da percepção com a sensorialidade do indivíduo, pois destaca que, no caso de uma restrição sensorial, o indivíduo sofre com dificuldades na percepção das informações do meio ambiente, devido às limitações nos sistemas sensoriais.

Os sentidos são importantes meios de compreensão e relacionamento com o meio ambiente, sendo fundamentais para se viver (OKAMOTO, 2002). Os cinco sentidos estabelecidos por Aristóteles (visão, audição, tato, paladar e olfato) favorecem o ser humano na sua habilidade de perceber o mundo por meio do seu próprio corpo, na compreensão e relacionamento com o meio ambiente, pois estão condicionados ao espaço e o tempo (SANTAELLA, 2005; RECTOR; TRINTA, 2005). Segundo Santaella (2005), os sentidos são sensores dos quais o propósito maior é a percepção.

Ao se considerar os cinco sentidos, de forma isolada, nos estudos do ambiente construído, pode-se verificar o predomínio da visão sobre os demais (PALLASMAA, 2011). O sentido da audição, por vezes, é pensado no projeto, por intermédio do conforto acústico. Porém, além da habilidade de escutar, a audição possibilita a capacidade de direcionamento no espaço, sendo um elemento de socialização, quando, ao percebermos variados sons, associamos à diversidade de atividades e/ou de pessoas no ambiente (NEVES, 2017).

Pallasmaa (2011), ao abordar o sentido do tato, afirma que a pele lê a textura, o peso, a densidade e a temperatura da matéria. Tal sistema se mostra presente no pensamento de alguns projetos, na medida em que é usado em um mix de texturas, nos materiais de acabamento ou no mobiliário, e ainda em um volume diferenciado dos desenhos do gesso no teto ou ripado de madeira na parede.

Os cheiros, captados pelo olfato, também compõem os ambientes; embora pouco considerados, são inerentes ao espaço (inclusive se confundem com o ar respirado), causando efeitos imediatos e, até mesmo, inconscientes (NEVES, 2017). Por fim, embora até mencionado por Pallasmaa (2011), o paladar não tem estado presente nas reflexões sobre a materialidade do ambiente construído.

Em relação à abordagem dos cinco sentidos, o psicólogo James J. Gibson não os considera como modalidades desvinculadas, mas sim como sistemas sensoriais (GIBSON, 1966; PALLASMAA, 2011). Os sistemas são ativos, uma vez que demandam informações do exterior e funcionam em conjunto, completando as informações de cada sentido (OKAMOTO, 2002). Fica claro que cada um dos sentidos afeta os outros na construção de um sentir corpóreo, de forma holística, embora haja particularidades que fazem com que os sentidos se distingam entre si.

De acordo com Freitas Filho *et al.* (2018, p. 62), a utilização tácita dos conhecidos sentidos que o corpo humano dispõe promove a inteira percepção do espaço, favorecendo o modo pelo qual o homem pode ser afetado pelo lugar. Não considerar os sentidos como forma de percepção do conforto é um ato extremo de reducionismo da potência dos sentidos.

Logo, por extensão e analogia, pode-se dizer que é praticamente um truísmo afirmar que a noção de conforto ambiental está intimamente relacionada aos sentidos humanos e à percepção do ambiente. A noção ampla de conforto vincula-se à visão, ao tato, à audição, ao paladar e ao olfato. Inclusive essa vinculação está muito bem explícita no manual intitulado “Conforto ambiental em estabelecimentos assistenciais de saúde”, publicado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em 2014. Como se pode constatar, o conforto higrótérmico vincula-se principalmente ao tato; o conforto visual e o conforto lumínico, à visão; o conforto acústico, à audição; e o conforto olfatório (ou olfativo), ao olfato (ANVISA, 2014, p. 12).

Tendo essas questões em tela, deve-se enfatizar que o conforto ambiental, em seu sentido mais amplo e pleno, é produto das diferentes modalidades de conforto vinculadas aos sentidos humanos e à percepção. No entanto, conforme já destacado, é relevante considerar que alguns sentidos têm, historicamente, sido mais valorizados em detrimento de outros e, até mesmo, como afirma Schmid (2005, p. 21), “há uma tendência ao abandono da expressividade do calor, do som, dos aromas e odores, e mesmo da luz quando fora das finalidades pictóricas e esculturais. (...) Os aspectos não-visuais parecem não merecer muita atenção dos arquitetos”. É nesse contexto, do estudo do conforto no ambiente construído, que a pesquisa sobre o conforto olfativo ganha relevância, sobretudo a partir de um ponto de vista holístico, que considera as múltiplas dimensões da interação humana com o meio ambiente.

Os odores e a percepção humana

De todos os sentidos, o olfato tem sido o mais negligenciado no âmbito dos estudos sobre a percepção humana (PALLASMAA, 2011; MALNIC, 2008). No entanto, os cheiros estão presentes “em nossas vidas de maneira mais intensa do que pode parecer” (MALNIC, 2008, p. 14). Segundo Malnic (2008, p. 15), os cheiros influenciam diretamente o comportamento humano; eles induzem emoções e atitudes, ainda que, por vezes, não sejam percebidos conscientemente. Também, de acordo com McBurney, Shoup e Streeter (2006), os odores, os cheiros e as memórias olfativas possuem profundos efeitos psicológicos nos seres humanos, os quais estão relacionados, por exemplo, à afetividade e às sensações de felicidade, conforto e segurança.

As influências de odores são muito presentes nos relacionamentos afetivos, desde a primeira infância, quando o bebê apresenta reações positivas de bem-estar, diminuição de dores e estresse quando submetido ao cheiro materno. Essa capacidade se estende ao longo da vida, nas relações sociais e amorosas, uma vez que o cheiro da pessoa amada é reconfortante (BLOMKVIST; HOFER, 2021, p. 5).

Fisiologicamente, a percepção dos cheiros está diretamente vinculada ao sistema cerebral. A anatomia do sistema olfativo humano é semelhante ao de outros animais, porém a percepção do cheiro ocorre de forma mais complexa, pois as regiões cerebrais relacionadas com a detecção de odores são mais extensas, e, dessa forma, o processamento acontece de maneira mais imediata, permitindo a detecção, distinção e comparação de cheiros, possibilitando associações a diferentes situações ou memórias (MALNIC, 2008, p. 19).

Uma vez que os seres humanos dependem do ar para sobreviver, praticamente, são afetados pelos cheiros durante o tempo todo, haja vista que os cheiros flutuam pelo ar. As moléculas odoríferas se desprendem dos objetos e ficam dispersas no ar, até que penetrem nas narinas (GUIMARÃES, 2009, p. 18). As ramificações dos neurônios olfativos, ou células receptoras, que forram o fundo da cavidade nasal, provocam uma ligação intermolecular com as moléculas odoríferas. Essas fibras nervosas olfativas, ou axônios, são terminações que chegam até o bulbo olfatório, passando pela base do crânio na altura da lâmina crivosa, ou cribriforme, sendo a porção do osso etmóide, onde existem pequenos forames. Os nervos olfatórios, que captam os cheiros, são uma extensão do próprio cérebro (SANTOS, 2017, p. 25 e 39).

O olfato é também reconhecido como o sentido que tem uma ligação mais direta e rápida com as emoções, pois as moléculas de odor fazem o caminho até o sistema límbico, que se relaciona com as emoções e memória em milésimos de segundos (RIACH; WARREN, 2015, p. 2). O cérebro assim, de acordo com Silva, Benite e Soares (2011, p. 5), consegue perceber, interpretar e distinguir os diversos tipos de odores.

Conforto olfativo e a qualidade do ar

Recorrentemente, o conforto olfativo, nos estudos dos campos da arquitetura, urbanismo e engenharia civil, tem sido associado eminentemente à noção de qualidade do ar. De fato, o olfato nos permite a sensação de conforto ao dispormos de um ar puro, livre de produtos nocivos à saúde e livre de odores desagradáveis. No entanto, o conforto olfativo não se restringe a essa dimensão. Se, por um lado, as questões técnicas relativas à qualidade do ar, que são objetivas e extrínsecas aos seres humanos, constituem uma parte importante dos estudos do conforto olfativo, por outro, há uma dimensão que não pode ser desprezada, que é intrínseca, de caráter subjetivo e de natureza psicológica, tal como evidenciam McBurney, Shoup e Streeter (2006).

Cada ambiente é composto de suas particularidades como as atividades executadas, a circulação de pessoas, o sistema de ventilação e climatização, suas aberturas ou sistema de vedação, os materiais usados no projeto, e todos esses elementos influenciam no cheiro ambiente, nas propriedades odoríficas, e, conseqüentemente no conforto olfativo proporcionado para os ocupantes desses espaços.

Em 2005, na Coreia, foi implementada uma lei de prevenção de odores devido ao grande número de queixas da população em relação ao desconforto relacionado a odores de animais e também os odores provenientes de fazendas de porcos (CHOI; HEO, 2019, p. 2). Fatores como a mortalidade do gado e o aumento de doenças infecciosas são agravantes para ocasionar o mau cheiro.

Segundo Choi e Heo (2019, p. 2), o uso de um produto microbiano com fins de redução de odor tem servido de solução para o problema, pois a alimentação de microrganismos em porcos melhora a digestibilidade e reduz odores como amônia, sulfeto de hidrogênio e ácidos graxos voláteis gerados (CHOI; HEO, 2019, p. 2). O caso relatado evidencia a preocupação do conforto olfativo na Coreia, e a preocupação com os odores desagradáveis impulsiona as pesquisas para um olhar crítico em direção a vários campos, seja de lavanderias, indústrias e pecuária. Entre os benefícios das pesquisas está a elaboração de projetos para ações com fins de redução de odor, diminuindo o desconforto olfativo e prevenção de doenças respiratórias, contato com compostos orgânicos voláteis, entre outras.

Muitas são as fontes de emissão de compostos orgânicos voláteis (COV), incluindo os setores que utilizam da combustão, que passam pelo processo de produção, tratamento de resíduos, poluente móvel e uso de solventes orgânicos, principalmente em instalações de limpeza e lavanderias, o que gera altas concentrações de odores desagradáveis aos seres humanos, dessa forma, as lavanderias representam uma importante fonte de emissão de COV (LEE *et al.*, 2019, p. 2).

Também, nas sobras ou resíduos de alimentos de restaurantes e domicílios, há uma alta concentração de umidade, de carboidratos, proteínas e gorduras, que facilmente começam a apodrecer a partir do estágio de descarte para o lixo, causando um mau odor (CHO *et al.*, 2019, p. 1). A intensidade de odor gerado a partir da decomposição de resíduos alimentares deve ser levada em consideração como promoção de um conforto olfativo. As principais substâncias odoríferas são o acetaldeído, a amônia, o sulfeto de hidrogênio e o dimetil sulfeto (CHO *et al.*, 2019, p. 1).

Ainda em relação ao odor dos alimentos, o odor gerado durante o cozimento também é objeto de estudos de pesquisadores coreanos. Um estudo examinou o uso de sistemas de ventilação para reduzir a transmissão de odores nos prédios altos, com foco na relação entre a intensidade e a concentração do odor. De acordo com Kim *et al.* (2011, p. 11), o “odor dos alimentos não é prejudicial à saúde dos ocupantes, mas pode ser percebido como um incômodo e pode causar desconforto, mesmo em baixa intensidade”.

Por sua vez, os odores que emanam nos interiores de ambientes de saúde contribuem tanto para o êxito dos cuidados terapêuticos quanto para o agravamento dos quadros de doença; assim, a área de arquitetura de ambientes hospitalares recomenda uma maior atenção aos odores (ANVISA, 2014, p. 123). Os centros cirúrgicos, como unidades de tratamento intensivo (UTI), não podem receber os ventos dominantes de serviços potencialmente produtores de odores desconfortáveis e deve-se ter uma atenção com os gases e os vapores anestésicos utilizados nas salas cirúrgicas (ANVISA, 2014, p. 128).

Todas essas questões importam à arquitetura e à engenharia. As pesquisas supracitadas revelam a importância do conforto olfativo no ambiente construído, tanto do ponto de vista da qualidade do ar, da saúde humana, quanto do ponto de

vista dos aspectos psicológicos, como no caso do desconforto com odores dos restos alimentares, ainda que eles não sejam tóxicos.

No Brasil, ainda não existem normas, leis, resoluções ou decretos que versem sobre o conforto olfativo de maneira holística, ou mesmo que abordem a temática dos odores ou dos níveis mínimos de conforto olfativo. O que se tem são determinações e diretrizes relacionadas à manutenção da qualidade do ar nos espaços interiores ou referentes ao meio ambiente. Assim, mais uma vez, constata-se uma abordagem tecnicista sobre o conforto olfativo, restrito à qualidade do ar.

Em 2018, o Conselho Nacional do Meio Ambiente lançou a resolução CONAMA nº 491/2018, que revogou e substituiu a Resolução CONAMA nº 3/1990, que leva em consideração os Padrões Nacionais de Qualidade do Ar como parte estratégica do Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar (PRONAR), e julga, como referência, os valores guia de qualidade do ar recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2005, bem como seus critérios de implementação, infere sobre os poluentes atmosféricos, padrões de qualidade do ar, Plano de Controle de Emissões Atmosféricas, materiais particulados, partículas totais em suspensão e Índice de Qualidade do Ar (BRASIL, 2018b).

No âmbito dos espaços internos, também em 2018, entrou em vigor a Lei 13.589/2018, que “dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes” e inclui todos os edifícios de uso público e coletivo e os de uso restrito, tais como aqueles dos processos produtivos, laboratoriais, hospitalares e outros (BRASIL, 2018a). No entanto, todos os outros ambientes habitáveis não estão cobertos por essa lei, e não estão imunes dos poluentes encontrados em seus interiores, como casas e edifícios residenciais.

Na realidade, no que diz respeito aos interiores, desde de 24 de outubro de 2000, está em vigor a resolução RE N ° 176, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que trata dos padrões referenciais de qualidade do ar interior em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo, contendo parâmetros biológicos, químicos e físicos através dos quais é possível avaliar a qualidade do ar interior, além de estabelecer critérios e metodologias de análise para a avaliação (ANVISA, 2000).

Também, desde 2008, está em vigor a NBR 16401, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que se refere às instalações de sistemas de ar-condicionado centrais ou unitários, incluindo os sistemas novos ou reformas de sistemas existentes. Essa norma se divide em três partes: o projeto das instalações, os parâmetros de conforto térmico e a qualidade do ar interior. A última parte exige que o sistema de ar-condicionado propicie um ar interno com qualidade, com níveis mínimos de filtragem e renovação do ar (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008).

Por fim, uma normativa que aborda a dimensão do conforto olfativo no ambiente construído se apresenta no selo Aqua, uma certificação internacional da construção sustentável. E dentre os seus 14 indicadores analisados, também são considerados os níveis de conforto olfativo (GONÇALVES; BODE, 2015, p. 526).

Diante das normas, das leis e dos decretos nacionais (ABNT, CONAMA, ANVISA), e das pesquisas que vêm sendo empreendidas sobre a qualidade do ar e de outros temas subjacentes ao conforto olfativo, verifica-se a existência de algumas diretrizes para o projeto e manutenção de edificações. No entanto, constata-se, ainda, uma demanda pela ampliação das abordagens que levem em consideração os aspectos cultural e psicológico da percepção ambiental, os quais poderão oferecer importantes subsídios para o projeto arquitetônico.

Conforto olfativo, projeto e manutenção do ambiente construído

Tomando-se como referência a Certificação Aqua, o conforto olfativo pode ser dividido em fontes de odores desagradáveis e sensações olfativas desagradáveis. Ao gerar diretrizes para o projeto do edifício, essa certificação indica a importância de se escolher produtos com baixas emissões de odores (FUNDAÇÃO VANZOLINI; CERTIVÉA, 2007, p. 57) e enfatiza que,

durante a fase de uso e operação do edifício, os produtos de construção, por suas características intrínsecas, são fonte de diferentes impactos sobre a saúde e sobre o conforto olfativo dos ocupantes: emissões de poluentes químicos, emissões de odores, características que favorecem ou não o crescimento de fungos ou bactérias (FUNDAÇÃO VANZOLINI; CERTIVÉA, 2007, p. 74).

Outra indicação como a ventilação para assegurar o conforto olfativo o suficiente para limitar a presença de odores é sugerida. Assim, a ventilação possibilita o controle dos odores desagradáveis, pelo deslocamento deles para fora do ambiente. Os odores podem ser provenientes dos produtos de construção (materiais, revestimentos, isolantes); dos equipamentos (mobiliário, sistemas elétricos, sistemas de aquecimento de água); das atividades relativas ao edifício (conservação, reformas); do meio relacionado ao entorno do edifício (solo, ar externo) e dos usuários (suas atividades e seus comportamentos) (FUNDAÇÃO VANZOLINI; CERTIVÉA, 2007, p. 193). Segundo Sarbu e Sebarchievici (2011, p. 8), as pessoas reagem aos odores, sendo despertados positivamente pelos cheiros agradáveis e, ao contrário, sentindo desconforto diante de odores corporais como amônia, metano e ácidos graxos, odores dos materiais de construção como formaldeído e demais gases poluentes de escape ou ar de áreas industriais.

Mas, para além dos fatores objetivos e relacionados à saúde humana, a percepção dos níveis de odor nos interiores dos edifícios depende de uma dimensão subjetiva, conforme mostra a figura 1. O conforto ambiental olfativo pode ser compreendido a partir de duas dimensões (não paradoxais nem excludentes): uma dimensão física e uma dimensão psicológica. Os aspectos físicos são mensurados e controlados, são extrínsecos, regidos por leis que estabelecem padrões e parâmetros de conforto e saúde, de segurança ambiental e habitabilidade. Os aspectos psicológicos são de natureza intrínseca, podendo variar de pessoa para pessoa, pois envolvem a percepção dos odores e suas associações às experiências prévias, à memória, ao gosto de cada indivíduo. Assim, se, por um lado, do ponto de vista físico, os objetos exalam cheiros, por outro, a percepção dos odores dependem do sistema olfativo dos indivíduos e a interpretação dos cheiros envolve aspectos culturais e psicológicos (RECTOR; TRINTA, 2005). Cabe destacar, portanto, que o conforto olfativo, dentro de uma abordagem holística, deve superar os dados quantitativos normatizados.

Ressalta-se que a percepção de odor inclui um aspecto universal, no sentido de que alguns compostos químicos provocam experiências muito semelhantes entre os indivíduos, assim como os odores podem provocar sensações caracterizadas por grandes disparidades interindividuais em seu componente experiencial. À guisa de exemplificação, o odor de tinta dentro de um ambiente residencial pode remeter a uma lembrança positiva de algo novo ou negativamente causando repulsa e dificuldade de respiração (MANTEL; ROY; BENSAFI, 2021, p. 1).

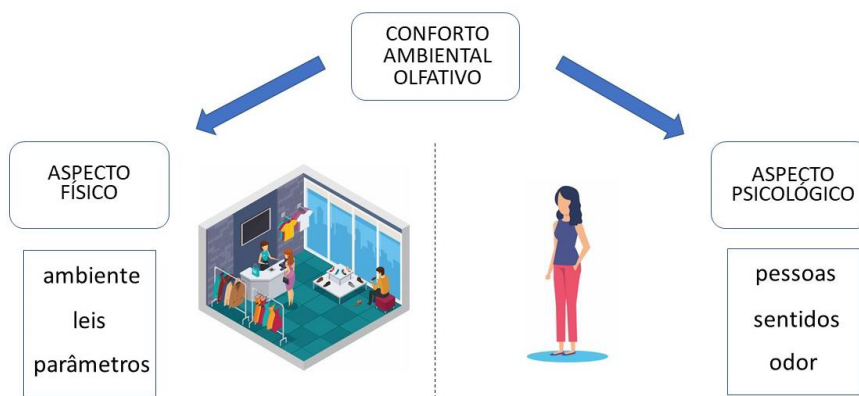


FIGURA 1 – Visão holística do conforto olfativo.

Fonte: Os autores (2022).

É preciso que o conforto olfativo entre na pauta das discussões do conforto ambiental, especialmente quando se trata do projeto e da manutenção da edificação. De acordo com a Anvisa (2014, p. 14), “os fatores ambientais que definem as condições de conforto (acústico, visual, lumínico, higrotérmico, olfativo e ergonômico) são essenciais durante o desenvolvimento da concepção arquitetônica”. Schmid (2005, p. 32) ainda ressalta que “o estudo da química ambiental não se resume à busca de ar puro.

Quando se trata dos espaços comerciais, as abordagens sobre os cheiros e a ambientação ganham maiores relevâncias. No entanto, os profissionais que mais utilizam o cheiro relacionado com os ambientes comerciais são os profissionais de *marketing*. Segundo Canniford *et al.* (2017, p. 240), os profissionais do *marketing* estão usando o cheiro nos espaços como forma de diferenciação de marcas, produtos e locais.

Os ambientes comerciais manifestam-se, também, como objetos de grande interesse para as pesquisas de conforto olfativo, especialmente quando se quer abordar a dimensão psicológica do olfato. Esses ambientes podem ser capazes de promover uma experiência ao consumidor, a partir da exploração do sentido do olfato (PINE; GILMORE, 1998, p. 1).

Costa e Farias (2011, p. 530) afirmam que os cheiros alteram o humor, uma vez que acessam rapidamente os centros de memória e emoção do cérebro, e favorecem respostas afetivas. É por isso que a área do *marketing* tem investido na utilização dos cheiros nos ambientes comerciais como uma forma de comunicação. De acordo com Neves (2017, p. 52), “olfato é o sentido que possui a ligação mais direta com a nossa memória”. Também, segundo Pallasmaa (2011, p. 51), a “memória mais persistente de um espaço é seu cheiro”.

Portanto, a partir da bibliografia que relaciona o sentido do olfato à materialidade do ambiente construído, percebe-se que ainda há uma grande lacuna sobre a abordagem multidimensional do conforto olfativo no ambiente construído. Conforme Silva (2009, p. 23), “o conforto dos ocupantes é a principal exigência do ambiente interior” e, se considerado o conforto ambiental em sua plenitude e complexidade, o conforto olfativo, na contemporaneidade, já não pode mais ser negligenciado, nem mesmo submetido ao enfoque meramente operacional, mecânico e tecnicista.

Por fim, cabe mencionar que, no livro “Filosofia do Odor”, Jaquet (2014) sintetiza a abordagem do olfato na arquitetura. Em seu texto, reitera, assim como alguns dos demais autores deste artigo, o fato de que os cheiros assumem, no ambiente construído, apenas e comumente duas dimensões: desodorantes e perfumes. Neste aspecto, seu olhar, dedicado aos odores e à arte, ainda supera essas duas evidências ao ponderar que “seria um abuso afirmar a existência de uma verdadeira arquitetura baseada na arte do olfato. Todavia as encenações olfativas não estão limitadas ao espaço teatral, elas podem estender-se à implementação do meio ambiente” (JAQUET, 2014, p. 186).

Considerações Finais

Conforme constatado ao longo da pesquisa e demonstrado neste artigo, o conforto olfativo tem sido pouco explorado no âmbito dos estudos do ambiente construído, quando se trata das pesquisas levadas a cabo no âmbito da arquitetura, urbanismo e engenharia civil. A produção científica sobre essa temática é bastante rarefeita, inclusive evidenciando uma lacuna a ser preenchida. No que diz respeito à legislação como um todo, em especial à brasileira, não são encontradas normatizações que superem, de forma relevante, as abordagens relativas à qualidade do ar.

Ao se considerar o conforto ambiental a partir de uma perspectiva contemporânea, complexa e multidimensional, cujas reflexões decorram da interação do ser humano com o ambiente, portanto, que levem em consideração a percepção ambiental e os sentidos humanos, o conforto olfativo não pode ser negligenciado. Há que se romper, no campo do conforto ambiental, com a primazia da visão, do tato e da audição, sentidos que fundamentam, respectivamente, o conforto visual e lumínico, o conforto higrotérmico e o conforto acústico.

No entanto, é preciso ponderar que a falta de atenção ao olfato não está apenas no campo do conforto no ambiente construído; ela é fruto de um processo histórico e cultural, sobretudo ocidental, em que a visão tem sido selecionada como o principal sentido. No entanto, já se observa que é dentro do próprio seio da era da cultura da imagem, em que se vive no momento presente, que a forte predominância da visualidade tem sido questionada, abrindo espaço para reflexões que explorem os outros sentidos humanos. E, apesar da quase invisibilidade do olfato no campo da arquitetura, o contexto de pandemia ressaltou a presença do ar, de suas dinâmicas de conforto, circulação, afeto, medo e acolhimento, reiterando a importância dessa dimensão sutil na materialidade das áreas que primavam pela densidade das formas.

Assim, este artigo procurou sinalizar as lacunas existentes sobre o conforto olfativo no ambiente construído, apontando a relevância de se incorporar o sentido do olfato nos projetos arquitetônico e de manutenção dos edifícios. Espera-se, portanto, que o artigo contribua para a ampliação da discussão sobre o conforto olfativo no ambiente construído, sobretudo a partir de uma abordagem holística, além de possibilitar uma reflexão sobre a participação dos odores como um elemento de projeto de interiores.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Conforto ambiental em estabelecimentos assistenciais de saúde**. Brasília: Anvisa, 2014. 166 p.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Resolução da diretoria colegiada-RDC nº 176**, de 24 de Outubro de 2000. Disponível em: [http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/RES/RES\[136-1-0\].HTM](http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/RES/RES[136-1-0].HTM). Acesso em: 16 dez. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16401-3**: Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e usuários. Parte 3: Qualidade do ar interior. Rio de Janeiro. 2008.

BESTETTI, Maria Luisa Trindade. *Ambiência: espaço físico e comportamento*. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, jul./set. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232014000300601&lng=pt&tln=pt. Acesso em: 15 out. 2018.

BLOMKVIST, Anna; HOFER, Marlise. Olfactory impairment and close social relationships: a narrative review, **Chemical Senses**, v. 46, 2021.

BRASIL. Lei nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018. Dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes. **Diário Oficial da União**: Seção 1 - 5/1/2018, Página 1. Brasília, DF, ano 197, 4 jan. 2018a.

BRASIL. Resolução CONAMA nº491, de 19 de novembro de 1918. Dispõe sobre padrões de qualidade do ar. **Diário Oficial da União**: nº 223, de 21/11/2018, Seção 01, Página 155-156. Brasília, DF, 21 nov. 2018b.

CANNIFORD, Robin; RIACH, Kathleen; HILL, Tim. Nosenography: How smell constitutes meaning, identity and temporal experience in spatial assemblages. **Marketing Theory**, v. 18 n. 2, p. 234-248, 2017.

CHO, Jun-pyo; AHN, Hae-young; SONG, JiHyeon. Removals of food waste odor using catalytic ozonation at room temperature and its humidity effect. **Journal of Odor and Indoor Environment**, v.18, n. 3, p. 253-260, 2019.

CHOI, Yeon Jae; HEO, Jae Young. Odor reduction in swine farms during fattening period using probiotics. **Journal of Odor and Indoor Environment**, v.18, n.2, p. 167-176, 2019.

COSTA, André Luiz Carvalho Nunes da; FARIAS, Salomão Alencar de. **Revista RAE**, São Paulo, v. 51, n. 6, p. 528-541, nov./dez. 2011.

FREITAS FILHO, Hermano Braga Veriato de; GUIZZO, Iazana; MARTINS, Eduardo Ferraz. O conforto no ambiente construído: técnica, ambiência e subjetividade. **Pós FAUUSP**, São Paulo, v. 25, p.52-73, set. 2018.

FUNDAÇÃO VANZOLINI; CERTIVÉA (org.). **Referencial técnico de certificação**: edifícios do setor de serviços: processo aqua. Edifícios do setor de serviços – Processo AQUA. 2007. Disponível em: <http://www.pcc.usp.br/files/files/alex/HQE%20FCAV%202007%20-%20Completo%2015%2010%2007%20v21%20sem%20revis%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.

GIBSON, James J. **The senses considered as perceptual systems**. Boston: Houghton Mifflin, 1966.

GONÇALVES, Joana Carla Soares; BODE, Klaus. **Edifício ambiental**. São Paulo: Oficina de textos, 2015.

GUIMARÃES, Maria. Os mistérios do cheiro. **Revista Pesquisa Fapesp**, São Paulo, v. 155, p. 16-21, jan. 2009.

JAQUET, Chantal. **Filosofia do odor**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

KIM, Taeyeon; PARK, Beung-Yong; CHEONG, Chang Heon. Ventilation Systems to prevent food odour spread in high-rise residential buildings. **Indoor Built Environ**, v. 21, n.2, p. 304-316, 2011.

KNASKO, Susan C.; GILBERT, Avery N.; SABINI, John. Emotional state, physical well-being, and performance in the presence of feigned ambient odor. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 20, n. 16, p. 2325-2335, Sep. 1990.

LEE, Hyeonji; JEON, Jun Min; KIM, Daekeun. Emission characteristics of odorous compounds from small-scale dry cleaning operations using organic solvents. **Journal of Odor and Indoor Environment**, v.18, n.3, p. 203-211, 2019.

LINDSTROM, Martin. **Brandsense**: a marca multissensorial. Porto Alegre: Bookman, 2007.

MALNIC, Bettina. **O cheiro das coisas**: o sentido do olfato, paladar, emoções e comportamentos. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2008.

MANTEL, Marylou; ROY, Jean-Michel; BENSAFI, Moustafa. Accounting for subjectivity in experimental research on human olfaction, **Chemical Senses**, v. 46, 2021.

MCBURNEY, Donald H.; SHOUP, Melanie L.; STREETER, Sybil A. Olfactory comfort: smelling a partner's clothing during periods of separation. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 36, n. 9, p. 2325-2335, Sep. 2006.

MIRANDA, Laura Melo; ARAÚJO, Davi Arruda. O marketing olfativo e o julgamento da qualidade do ambiente: um experimento em uma empresa de serviços de hospedagem. **Internext – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 165-187, jul./dez. 2011.

NEVES, Juliana Duarte. **Arquitetura sensorial**: a arte de projetar para todos os sentidos. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

OKAMOTO, Jun. **Percepção ambiental e comportamento**: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele**: a arquitetura e os sentidos. Porto Alegre: Bookman, 2011.

PINE, Joseph; GILMORE, James H. Welcome to the experience economy. **Harvard Business Review**. v. 76, n. 4, jul./ago. 1998.

RECTOR, Monica; TRINTA, Aluizio Ramos. **Comunicação do corpo**. São Paulo: Ed. Ática, 2005.

RHEINGANTZ, Paulo A. **Centro empresarial internacional Rio**: análise pós-ocupação, por observação participante, das condições internas de conforto. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, 1995.

RIACH, Kathleen; WARREN, Samantha. Smell organization: bodies and corporeal porosity in office work. **Human Relations**, p. 1-21, nov. 2015.

SANTAELLA, Lucia. **Matrizes da linguagem e pensamento**: sonora visual verbal: aplicações na hipermídia. São Paulo: Iluminuras, 2005.

SANTOS, Roberta de Sá Guimarães. **Relações entre estímulo olfativo e percepção sobre a atmosfera da loja**: um experimento em uma loja de plantas. 2017. 49f. (Monografia). Departamento de administração, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SARBU, Ion; SEBARCHIEVICI, Calin. Olfactory comfort assurance in buildings. In: MAZZEO, Nicolas. **Chemistry, emission control, radioactive pollution and indoor air quality**. London: IntechOpen, 2011. p. 407-428.

SCHMID, Aloísio Leoni. **A ideia de conforto**: reflexões sobre o ambiente construído. Curitiba: Editora Pacto Ambiental, 2005.

SHOUP, Melanie L.; STREETER, Sybil A.; MCBURNEY, Donald H. Olfactory comfort and attachment within relationships. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 38, n. 12, p. 2954-2963, Dec. 2008.

SILVA, Sandra Maria Gomes Monteiro da. **A sustentabilidade e o conforto das construções**. 2009. 412f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil / Processos de Construção) – Departamento de Engenharia Civil, Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Guimarães, 2009.

SILVA, Vitor de Almeida; BENITE, Anna Maria Canavarro; SOARES, Márlon Herbert Flora Barbosa. Algo aqui não cheira bem... A Química do Mau Cheiro. **Revista Química Nova Escola**, v. 33, n. 1, fev. 2011.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1974.

VELLOSO, Isabela Monken. Design olfativo e brasilidade: os encantos da experiência. In: BELCHIOR, Camilo; BOAS, Pâmilla Vilas; ULHÔA, Ana Claudia; VALENTIN, Cláudio; MAIA, Marcos; IMPELIZIERI, Cilene (org.). **Revista ideia design**: fora do eixo. v. 4. Belo Horizonte: Editora Plexudesign, 2019.

VILLA, Simone Barbosa; ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Qualidade ambiental na habitação**: avaliação pós-ocupação. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (ISSN 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submetido em 17/02/2022

Aprovado em 25/08/2022

MILLENA MOREIRA FONTES, ALEXIA SANTOS GOMES E DACIANE NUNES SANTOS

Arquitetura Vernacular em Terra: O museu Caipira De Cachoeirinha/SE

Vernacular and Earthen Architecture: The Caipira Museum of Cachoeirinha/SE

Arquitectura Vernácula en la Tierra: El Museo Caipira De Cachoeirinha/SE

Millena Moreira Fontes

Professora assistente e Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tiradentes, Sergipe. Mestre em Sustainable Building Conservation, Cardiff University (2018). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe (2014). Integra o Grupo de Pesquisa do NUPPE/UNIT, linha de pesquisa sobre Patrimônio - GRUPAP.

Assistant Professor and Coordinator of the Architecture and Urbanism Course at Tiradentes University, Sergipe. Master in Sustainable Building Conservation, Cardiff University (2018). Graduated in Architecture and Urbanism from the Federal University of Sergipe (2014). She is part of the Research Group of NUPPE/UNIT, research line on Heritage - GRUPAP.

Profesor Asistente y Coordinador del Curso de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Tiradentes, Sergipe. Máster en Conservación de Edificios Sostenibles, Universidad de Cardiff (2018). Graduado en Arquitectura y Urbanismo por la Universidad Federal de Sergipe (2014). Miembro del Grupo de Investigación NUPPE/UNIT, línea de investigación en Patrimonio – GRUPAP.

millena.fontes@gmail.com

Alexia Santos Gomes

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Tiradentes (UNIT, Sergipe). Integra o Grupo de Pesquisa do NUPPE/UNITSE, linha de pesquisa Psicologia Ambiental e Neuroarquitetura – GRUPPAN.

Undergraduate student in Architecture and Urbanism at Tiradentes University (UNIT, Sergipe). Member of the NUPPE/UNIT Research Group, Environmental Psychology and Neuroarchitecture – GRUPPAN research line.

Estudiante de pregrado en Arquitectura y Urbanismo en la Universidad de Tiradentes (UNIT, Sergipe). Miembro del Grupo de Investigación NUPPE/UNIT, línea de investigación Psicología Ambiental y Neuroarquitectura – GRUPPAN.

alexiasantos1d@gmail.com

Daciane Nunes Santos

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Tiradentes (UNIT, Sergipe).

Undergraduate student in Architecture and Urbanism at Tiradentes University (UNIT, Sergipe).

Estudiante de pregrado en Arquitectura y Urbanismo en la Universidad de Tiradentes (UNIT, Sergipe).

dacynunes.20@gmail.com

Resumo

No processo de desenvolvimento construtivo no universo da Arquitetura e Engenharias, diversas técnicas passaram por mudanças, aperfeiçoamentos, além da descoberta de novos métodos, assim sendo, outras, conseqüentemente foram esquecidas, dentre elas, destaca-se a construção com terra, sendo ela de taipa, adobe ou pau-a-pique. No contexto do que vem sendo imposto pelos planos de habitação, moradias feitas de forma rudimentar como a taipa tornaram-se como símbolo de pobreza, miséria e doenças perante a maioria da sociedade Brasileira. No entanto, a construção vernacular foi o marco para o desenvolvimento de novos métodos, já que guarda raízes e histórias. Aponta-se que existem novos processos construtivos que se baseiam nos métodos antigos, já que, por sua vez, estes não afetam o meio ambiente tanto quanto as novas tecnologias de construção. Diante desse cenário surgiu o museu Caipira de Cachoeirinha em Nossa Senhora das Dores, no estado de Sergipe, originado a partir do desejo de manter vivo os saberes das técnicas de construção de barro, as memórias afetivas e a história do homem do campo. Este artigo tem como objetivo apresentar procedimentos que ainda persistem às mudanças e que resguardam em si ensinamentos de gerações passadas. Para a presente pesquisa foram realizadas pesquisas e revisão bibliográfica, visita de campo e entrevista com o proprietário do museu Caipira e a população local. A realização deste trabalho é justificada pela necessidade da visibilidade a construção de terra remanescente, ao reconhecimento deste patrimônio e de manter viva a história e ensinamentos passados de geração para geração.

Palavras-chave: Arquitetura vernacular. Museu Caipira. Arquitetura de Terra.

Abstract

In the process of constructive development in the universe of Architecture and Engineering, several techniques underwent changes, improvements, in addition to the discovery of new methods; therefore, others were consequently left behind, and among them, the construction with earth stands out, being it of mud, adobe or wattle and daub. In the context of what has been imposed by housing plans, houses made in a rudimentary way, such as rammed earth, have become a symbol of poverty, misery, and disease for most of Brazilian society. However, vernacular construction was the milestone for the development of new methods, as it holds roots and histories. It is evident that there are new construction processes that are based on ancient methods since these do not affect the environment as much as new construction technologies. Considering this scenario, the Caipira de Cachoeirinha museum emerged in Nossa Senhora das Dores, in the state of Sergipe, derived from the desire to keep alive the knowledge of earth construction techniques, affective memories and the history of the country man. This article aims to present procedures that still persist changes and that preserve the teachings of past generations. For the present research, bibliographic and field research were carried out, besides interviews with the owner of the Caipira museum and the local population. The rationale of this work is justified by the need of raising awareness about the remaining earth constructions, to recognize this heritage and to keep alive the history and teachings passed from generation to generation.

Keywords: Vernacular architecture. Caipira Museum. Earthen Architecture.

Resumen

En proceso de desarrollo constructivo en el universo de la Arquitectura y la Ingeniería, varias técnicas han sufrido cambios, mejoras, además del descubrimiento de nuevos métodos, por lo que, otros, en consecuencia fueron olvidados, entre ellas, destaca la construcción con tierra, ya sea de barro, adobe o ladrillo. En el contexto de lo que imponen los planes de vivienda, las viviendas construidas en viviendas rudimentarias como la de barro se han convertido en símbolo de pobreza, miseria y enfermedad para la mayor parte de la sociedad brasileña. Sin embargo, la construcción vernácula fue el hito para el desarrollo de nuevos métodos, ya que mantiene sus raíces y su historia. Se señala que hay nuevos procesos de construcción que se basan en los métodos antiguos, ya que no afectan tanto al medio ambiente como las nuevas tecnologías de la construcción. Ante este panorama, el Museo Caipira de Cachoeirinha en Nossa Senhora das Dores, en el estado de Sergipe, surgió del deseo de mantener vivo el conocimiento de las técnicas de construcción con arcilla, los recuerdos afectivos y la historia del hombre rural. Este artículo tiene por objeto presentar los procedimientos que aún persisten a los cambios y que guardan en sí mismas las enseñanzas de las generaciones pasadas. Para la presente investigación se llevó a cabo una investigación y revisión bibliográfica, visitas sobre el terreno y entrevistas con el propietario del Museo de Caipira y la población local. A este trabajo se justifica por la necesidad de dar visibilidad a la construcción de reconocimiento de este patrimonio y mantener vivas la historia y las enseñanzas transmitidas de generación en generación.

Palabras clave: Arquitectura vernácula. Museo de Caipira. Arquitectura de tierra.

Introdução

As construções com terra, que eram utilizadas por quase todas as civilizações antigas, sendo, inclusive, protagonistas em diversas obras espalhadas pelo mundo, passou por um período em desuso. Em virtude dos avanços tecnológicos e os seus efeitos causados ao meio ambiente, tem se buscado alternativas construtivas ecológicas. Dessa forma, a arquitetura vernácula de terra torna-se um modelo viável a ser incorporada para as construções sustentáveis. Portanto, o presente artigo vai de forma sucinta explicar sobre o uso da terra como material de construção, as técnicas construtivas e a importância de sua inserção na atualidade. Além disso, a partir de uma vivência de campo, traz-se o museu Caipira de Cachoeirinha em Nossa Senhora das Dores, no estado de Sergipe, como exemplo de desejo de manter vivo os saberes das técnicas de construção de barro, as memórias afetivas e a história do homem do campo. Sobre a arquitetura em terra utiliza-se a definição de Fernandes (2006, p. 20):

O material construtivo mais amplamente utilizado ao longo dos tempos é a terra: Por arquitetura em terra entende-se toda e qualquer construção edificada em terra crua, ou seja, todas as construções que utilizem a terra como matéria-prima sem alteração das suas características mineralógicas.

Ramos, Gámez & Cossío (2002) e Minke (2001) escreveram sobre como a humanidade já empregava a terra e materiais naturais na construção de edificações e cidades, em diversas culturas e locais do planeta. Por exemplo, os primeiros autores afirmam que, por maior adaptabilidade da terra, devido ao clima quente e seco, as civilizações nas Américas, os Incas e Astecas, faziam o uso desse material de construção. No Brasil, a arquitetura de terra iniciou-se com a colonização, trazida pelos portugueses, que precisavam de abrigo para se proteger de animais e dos índios que já habitavam as terras. Assim, fazendo-se uso da mão de obra escrava, os africanos trazidos ao país detinham conhecimento de técnicas com uso do barro na construção, onde algumas tribos empregavam estruturas preenchidas com barro e o adobe (MILANEZ, 1958 apud CARVALHO & LOPES, 2012). Logo, as construções rapidamente se espalharam pelo país ganhando diferentes modos de se fazer.

Há várias formas de se construir com a terra, de acordo com o tipo de material disponível. Por ser natural, ecológica e sustentável, a terra proporciona uma variedade de funcionalidades, de edificações vernaculares, até palácios e fortificações (CORREIA, 2006). É importante destacar que a arquitetura vernacular em terra é transmitida de geração em geração dentro das comunidades nas quais são utilizadas, pelo simples fato da facilidade em encontrar os materiais necessários, como a argila na composição dos solos, a qual auxilia na ligação entre os grãos de areia, formando um conjunto durável que permite usar a terra para construir. Além disso, são de baixo custo já que não precisam de bens manufaturados, máquinas ou aparelhos tecnificados (CARVALHO & MIRANDA, 2015).

Dentre as técnicas mais empregadas na arquitetura brasileira, tem-se a taipa de mão, a taipa de pilão e o adobe. Conforme enumera COLIN (2010) a taipa de mão possui diversas nomenclaturas - pau-a-pique, taipa de sopapo, taipa de sebe ou barro armado, e ainda segundo o autor, explica que é um dos sistemas construtivos que foi mais empregado no período colonial como ainda atualmente em construções rurais, por causa das suas propriedades, baixíssimo valor, já que todos os materiais são naturais, resistência e durabilidade. O seu modo de construção consiste em paredes tramadas de peças de madeiras verticais e horizontais, numa mesma distância, e intervaladamente dispostos. (ibid).

Imbroisi e Martins (2022) explicam sobre a montagem da trama a qual era “fixada verticalmente na estrutura do edifício e tinha seus vãos preenchidos com barro, atirado por duas pessoas simultaneamente uma de cada lado.” A Figura [1] abaixo ilustra a trama feita de madeira, geralmente de bambu e cipó para amarrar.

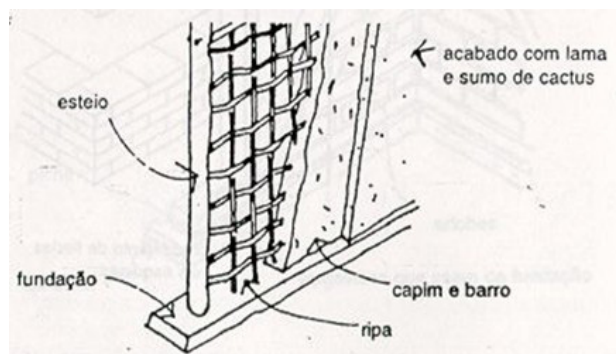


FIGURA 1 – Demonstrativo da trama.

Fonte: (IMBROISI e MARTINS, 2022).

Sobre a taipa de pilão, IMBROISI e MARTINS (2022) explicam que a técnica se forma a partir da compressão da terra em moldes de madeira em formatos retangulares, nos quais o barro é comprimido e disposto em camadas em torno de quinze centímetros de altura, conforme Figura [02] abaixo.



FIGURA 2 – Demonstrativo da fôrma de madeira retangular da taipa de pilão.

Fonte: (IMBROISI e MARTINS, 2022).

Ainda segundo os autores:

Essas camadas reduzem-se a metade após o piloamento. Quando a terra pilada atingia mais ou menos 2/3 da altura do taipal, eram introduzidas nela transversalmente pequenos paus roliços envoltos em folhas, geralmente de bananeiras, produzindo orifícios cilíndricos denominados cabodás que permitiam o ancoramento do taipal em nova posição para o formato de novas paredes. Essa técnica é usada para formar as paredes externas e as internas, estruturais, sobrecarregadas com pavimento superior ou com madeiramento do telhado.

Por fim, o adobe é um tijolo feito de barro cru preparado de forma manual ou moldada, secado à sombra e depois ao sol. Com relação as dimensões dos blocos, eles seguem o padrão do comprimento ser quase o dobro da largura, por terem propriedades específicas e responderem a funções e usos diferentes. No tocante a sua composição, a terra deve ser menos argilosa e mais arenosa, podem ser adicionados estrume, fibra vegetal e palha picada a serem misturados com água para que se misturem e os blocos adquiram boa consistência. Além disso, pode ser argamassado com barro coberto com

massa de cal e areia (IMBROISI, 2016). Por fim, após a secagem, o barro é colocado em fôrmas de madeira. Silveira, Varum & Costa (2007) e Oliveira (2005) analisam as vantagens e desvantagens do adobe – positivamente ele apresenta um ótimo isolamento térmico e acústico, por ser geralmente produzido in loco, baixo consumo energético tanto na produção e transporte, além de ser um material sustentável, podendo ser reciclado e reutilizado. Por outro lado, destaca-se a vulnerabilidade sísmica, porém já existem reforços para reduzir esta desvantagem.

Contudo, apesar de Carvalho & Lopes (2012)⁶ citar diversos autores que pesquisaram sobre os motivos da taipa ter sido extremamente utilizada nas mais diversas culturas, acredita-se ainda que atualmente a técnica da taipa necessita de mais visibilidade e conhecimento por parte da população e da Academia, para que possa deixar de ser assimilada com pobreza e possa ser ressignificada. A arquitetura vernacular acontece pela transmissão de saberes e conhecimento entre gerações, fazem parte da memória e identidades de comunidades. “Neste contexto destaca-se a preservação dos modos de vida e das técnicas construtivas vernaculares, que são transmitidas pela oralidade, reforçando a memória das coletividades tradicionais” (CARVALHO & MIRANDA, 2015, p.01-02). O uso da arquitetura em terra passou por um longo período de esquecimento, por causa da industrialização de materiais e tecnologias construtivas, porém, com o fomento da sustentabilidade e preocupação com métodos mais limpos de construção, a terra retorna como alternativa. Os avanços do conhecimento sobre a arquitetura vernacular em terra nas últimas décadas contribuíram para os estudos sobre construções sustentáveis.

A sustentabilidade é o tema mais discutido em todas as áreas, seja ela social, ambiental e econômica, logo, a arquitetura de terra tem se tornado alvo de estudos que mostram sua contribuição na construção civil (SCHIMIDT, 1946 apud PISANI, 2004) por tratar-se de um material que envolve menor consumo energético, gera menos rejeitos, tem baixa emissão de poluentes, apresenta excelente resistência, versatilidade e viabilidade econômica e importância histórico-cultural.

Nesse sentido, torna necessário o conhecimento acerca da utilização das técnicas e dos materiais naturais no sistema construtivo, e neste caso o uso da taipa, como material que apresenta uma série de vantagens para o meio ambiente.

A Taipa como Técnica Construtiva

A terra como matéria prima é utilizada desde os tempos remotos, inclusive para sistemas construtivos. “A importância da arquitetura construída com terra é percebida por diferentes aspectos, seja pelo ponto de vista histórico e antropológico, ou ainda, pela sua larga utilização como material básico em regiões onde há escassez de recursos naturais” (RAMOS, GÁMEZ, COSSÍO, 2002, p. 7). A depender da região recebe variações de nome e técnicas. Dentre elas destacamos a taipa - sistema construtivo em que se utiliza, na elaboração de fechamentos, a terra umedecida ou molhada, sem alterações ou melhoramentos anteriores. Sobre os diversos modos de se construir em taipa, esta pesquisa focou-se na Taipa de Mão, de Sebe, ou Sopapo.

Com relação a característica referente a cor e qualidade da taipa, depende do tipo de terra disponível - menor ou maior percentagem de terra, cal e inertes empregados na sua composição (GOMES, 2006). O solo vermelho, seguido dos roxos e pardos eram

⁶ CARVALHO & LOPES (2012, p.04) citam: O seu sucesso se deu por inúmeros fatores. Dentre eles, Vasconcellos (1979) destaca a facilidade de construção. Já Schmidt (1946), refere-se à durabilidade, resistência às intempéries e menor custo. Para Alvarenga (1984) sua principal vantagem é a rapidez de execução. A leveza e a capacidade de adaptar-se às topografias acidentadas são qualidades lembradas por Souza (1996).

os mais utilizados, porém eles devem estar sem areias ou pedregulhos e de outros materiais orgânicos, como húmus ou vegetações, porque pode acarretar numa mistura menos resistente. Depois, essa mistura é preparada “por meio de esfarelamento do solo, pulverização de água, com cuidado para não formar caroços e seguido de um amassamento, que pode ser realizado com as mãos ou com os pés. A operação só termina após a obtenção de uma massa homogênea, plástica e não aderente às mãos”. (CANTEIRO & PISANI, 2006, p.5).

A Figura [3] abaixo detalha a estrutura em taipa de mão, e, com relação a fundação usada, o nabo, tronco em que era cortado o esteio, ficava rente ao piso. A partir dali os esteios recebiam encaixes para fixação dos baldrames mais altos que o solo, para evitar a penetração da água. Apoiados sobre os baldrames ficavam os barrotes de sustentação dos assoalhados, piso mais comum neste tipo de técnica. A espessura da parede é cerca de 15 e 20 centímetros, e, após o tempo de secagem de um mês, pode-se receber os revestimentos (PISANI, 2004).

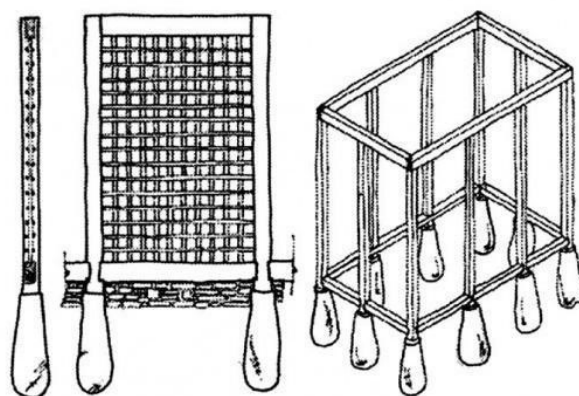


FIGURA 3 – Estrutura de madeira para execução da taipa de mão.

Fonte: (PISANI, 2004).

Ainda sobre o processo, Corona e Lemos (1972, p. 439) complementa:

A parede de Taipa de Mão deve ser revestida, para proteção contra as intempéries. A argamassa de revestimento é composta pela mesma terra da taipa, misturada por vezes com esterco fresco e areia. Com o mínimo de três demãos, paulatinamente a terra e o esterco são adicionados em menor quantidade, até que na última demão há o predomínio da areia e a adição da cal.

Nos dias atuais, a técnica da taipa de mão é mais utilizada nas zonas rurais em praticamente todos os estados brasileiros, em edificações rústicas pela população de baixa renda. PISANI (2003) afirma que a técnica é muito rudimentar e, normalmente não possui as características de estabilidade, durabilidade e conforto. Dessa forma, dependendo da execução da construção a taipa poderá resistir ou não as mudanças climáticas e ambientais dependendo de cada região.

O Museu Caipira

Um exemplo de construção que se encontra em bom estado de conservação e que se beneficiou da taipa no processo construtivo é o Museu Caipira, localizado no povoado Cachoeirinha (zona rural), município de Nossa Senhora das Dores, Sergipe, como ilustra a Figura [4].

FIGURA 4 – Mapa ilustrativo da localização do museu Caipira, no município de Dores, estado de Sergipe.

Fonte: Base de dados do Google Maps, 2022, organizado pelas autoras

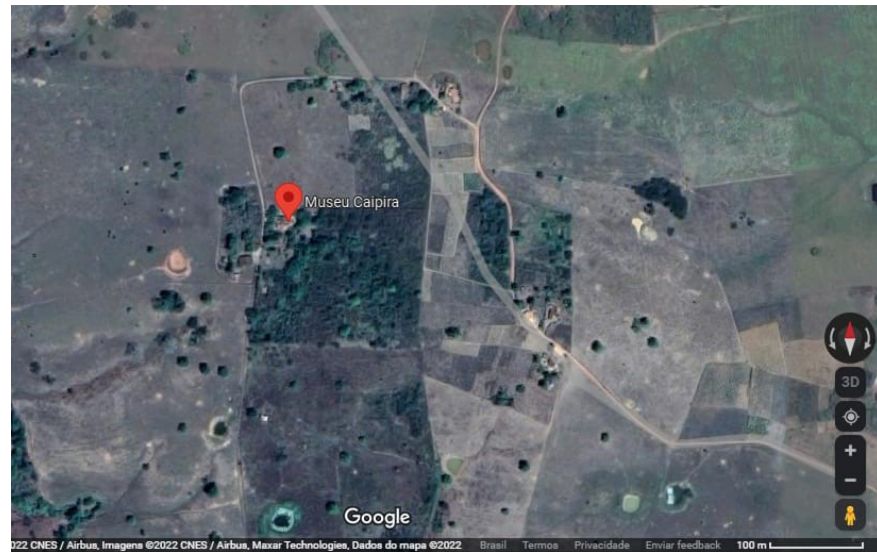


FIGURA 5 – Fachada do Museu Caipira.

Fonte: Acervo das autoras, 2019.



A construção foi um processo também comunitário com a participação da comunidade, por exemplo na tapagem, acontecendo um verdadeiro mutirão de homens, mulheres e até crianças. Ribeiro e Pessotti (2011, p. 126) explicam essa logística da seguinte forma:

As práticas construtivas empregadas nesses povoados denotam não apenas uma carência de material artesanal de qualidade para a construção civil, mas em especial a ausência de uma mão de obra especializada que possibilitasse técnicas mais elaboradas, pois se sabe que a arquitetura de terra é fundamentalmente vernácula e exige consideravelmente menos mão de obra qualificada do que a arquitetura de pedra e cal ou de tijolos cerâmicos. Foi esta a técnica por excelência utilizada nos primeiros tempos da colonização, porque permitia envolver a população em mutirão.

O proprietário destaca que entre os materiais utilizados os mais predominantes são: madeira, varas, telha e barro. Na pesquisa de campo foi possível verificar em detalhes as paredes de vedação em pau-a-pique, técnica construtiva estruturada por trama formada por esteios verticais, (pau-a-pique) de maior dimensão, que são fixados no frechal e baldrame, depois armados com varas (peças de menor dimensão) horizontalmente que são amarradas pelas duas faces da parede ao pau-a-pique com fibras vegetais.

Os telhados de duas águas contrastam com o azul do céu, o laranja da terra ou vermelho nas telhas, que com o tempo precisam ser trocadas por novas. Também foi percebido o desgaste da estrutura devido às intempéries como sol e a chuva, que tem retirado camadas de barro deixando as madeiras (varas) expostas (Figura [6]).



FIGURA 6 –Vista lateral direita do Museu Caipira.

Fonte: Acervo das autoras, 2019.

Atualmente, mesmo fragmentada, a casa guarda espaços abertos construídos com técnicas memoriais. Ao entrar no museu o ambiente é ventilado, iluminado, trazendo a percepção de aconchego, proporcionando conforto térmico e acústico através dos materiais naturais. Os objetos da família, segundo os visitantes, remetem as lembranças da infância, além de contar a história do homem do campo, como mostram a Figura [7].

As reações de cada visitante são diferentes, onde alguns ficam surpreendidos ao ver como uma técnica milenar ainda é utilizada na atualidade, outros relembram memórias e alguns confessam que tinham outra percepção sobre a técnica.



FIGURA 7 –Antiga cozinha da casa, Museu Caipira.

Fonte: Acervo das autoras, 2019.

Para o senhor proprietário a ideia de criar um museu com o acervo da família surgiu com a finalidade de preservar a cultura, a história e a memória que cada utensílio representa e que marcou a sua vida, com o intuito de valorizar a cultura local e propagar para as seguintes gerações.

Destacando assim a técnica vernacular da taipa de mão utilizada em como uma manifestação cultural, um saber patrimonial que deve ser preservada por sua autenticidade. A carta de Brasília declara em relação a autenticidade e materialidade:

Uma parte importante de nosso patrimônio, especialmente a que diz respeito à arquitetura vernácula e tradicional, é constituída por materiais efêmeros por natureza, como a terra, os elementos vegetais, a madeira etc. Nestes casos, a renovação de práticas evolutivas, em continuidade cultural com a substituição de alguns dos elementos através de técnicas tradicionais, resulta em uma resposta autêntica (IPHAN, 2000, p. 327)

A Carta de Brasília destaca ainda que deve ser estabelecido o objetivo para a preservação da memória e da mensagem cultural, a mensagem original do bem deve ser conservada assim como as ressignificações nos contextos arquitetônico e sociocultural ao qual este se apresenta inserido.

Segundo o proprietário, atualmente vivem cerca de 45 pessoas no povoado. Ainda restam 2 casas de taipa, porém já são rebocadas com areia e cimento, outras edificações estão em ruínas em povoados próximos da região (Figura [8]).



FIGURA 8 –Exemplo de residência unifamiliar onde a lateral sofreu intervenções posteriores, por exemplo, a janela vedada com tijolos e cimento.

Fonte: Acervo das autoras, 2019.

Residências Remanescentes no Povoado Ascenço

Inspirados no depoimento do proprietário do museu Caipira, foi realizada uma pesquisa em áreas próximas e foram encontradas construções remanescentes de adobe em estado de abandono e em ruínas, nas residências localizadas no povoado Ascenço (zona rural), do município de Nossa Senhora das Dores, Sergipe. Grande parte das casas encontram-se abandonadas por seus antigos moradores, devido ao processo migratório dos interiores para os centros das cidades, desse modo, o patrimônio, o qual é herança familiar, mantém-se guardado pela vizinhança.

A partir de análises empíricas, evidencia-se uma série de rachaduras que as paredes externas apresentam (Figura [9]). Essas rachaduras, em alguns pontos, ocasionaram o desprendimento de partes da parede, fazendo com que a estrutura em madeira se tornasse visível, bem como as peças de madeira apresentam perdas em função do contato permanente com as intempéries, chuva, umidade, etc.

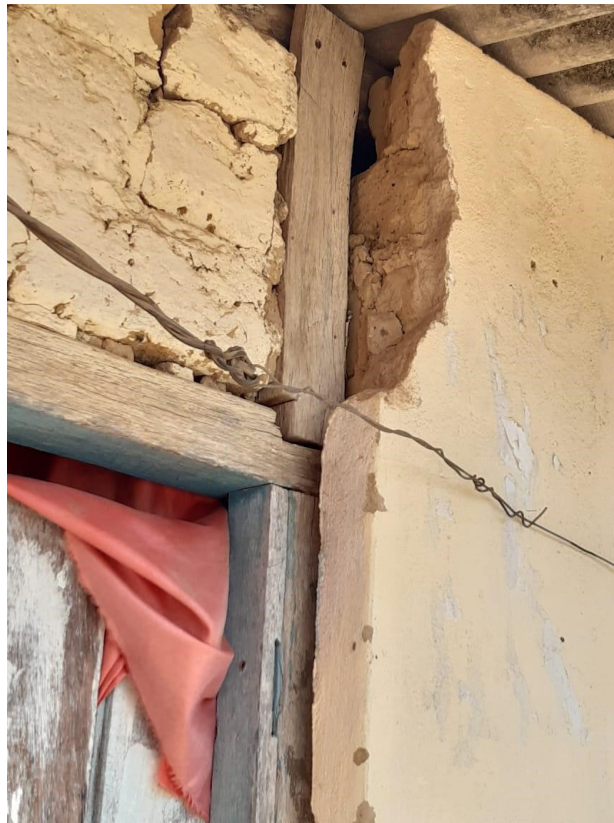


FIGURA 9 –Estrutura exposta.

Fonte: Acervo das autoras, 2019.

Assim, percebeu-se que, como também afirma Lima (2003) é normal deparar-se com casas de taipa abandonadas e associadas a miséria, já que formas mais recentes de ocupação apresentam uma tendência de localização próxima a conjuntos habitacionais, áreas estas que oferecem, em tese, maior acesso a serviços urbanos. Além disso, muitas vezes, a construções em terra são edificadas em pouco espaço de tempo com a intenção apenas de ocupar e garantir uma área para habitar. Consequentemente, essas edificações são realizadas sem os devidos cuidados técnicos, estando associadas a processos sociais transitórios em áreas de invasão, resultando, na maioria das vezes, em construções precárias, o que faz com que se perpetue a imagem da construção de terra associada à pobreza.

Outros autores, como Garcia (2002), citam que a instabilidade das construções com terra procedem da falta de conhecimento científico no uso deste material. Neste sentido, Minke (2001) afirma que a discriminação com as construções com terra são injustas, porque construções históricas centenárias, feitas com terra, encontram-se, até o presente, em bom estado de conservação, como também, edificações contemporâneas, localizadas em diferentes locais no Brasil, em que foram empregados os procedimentos construtivos adequados, comprovando o potencial e a durabilidade deste tipo de construção (LOPES, 1998). Porém, apesar de todo este preconceito, após a Conferência de Estocolmo nos anos 70, existe uma crescente aderência das formas alternativas de se construir - eco técnicas e a Arquitetura Sustentável, nota-se o aumento do interesse e de estudos sobre a construção com terra, contribuindo para mais uma forma de se construir em harmonia com o meio ambiente. Este artigo, salienta o merecimento em divulgar exemplares de edificações construídos com terra, adequadamente executadas, comprovando, a praticabilidade dessas técnicas construtivas.

O uso da Terra na construção Sustentável

O setor da construção civil é um dos principais responsáveis por consumir materiais naturais e energia gerando grandes impactos ambientais. Logo, há a necessidade de utilizar recursos alternativos e sustentáveis a fim de minimizar os efeitos causados. Assim, o resgate de técnicas antigas, como o da arquitetura vernacular de terra, mostra-se uma opção viável para as construções sustentáveis.

A Figura [10] abaixo ilustra um grande exemplo contemporâneo com o uso da taipa que é o projeto da Grande Muralha da Austrália, do escritório Luigi Rosselli Architects. A muralha está localizada no noroeste da Austrália com 230 metros de comprimento, estrutura mais longa deste tipo no país, inclusive, o escritório afirma que a também do Hemisfério Sul. O edifício é feito a partir de materiais disponíveis localmente, cujas propriedades térmicas ajudam a suportar um clima variável (AD Editorial Team, 2016).



FIGURA 10 –Visão aérea dos 230m² do complexo.

Fonte: (AD Editorial Team, 2016).

Com relação a parede de taipa, é composta de argila rica em ferro, característica dominante do local, areia, seixos e cascalho extraídos do leito do rio nas proximidades e unidos com água de perfuração local. AD Editorial Team (2016) detalha o projeto:

A laje de concreto contém cascalho e agregados do rio, que emprestam uma cor avermelhada à sua superfície polida. Neste clima quente e duro usar taipa faz todo o sentido, como componente de argila, tem características higroscópicas e o fluxo de ar ao longo da parede absorve a umidade através da evaporação. Este arrefecimento por evaporação reduz a temperatura da parede da mesma maneira que o suor resfria o corpo.

Os arquitetos ainda explicam que a taipa foi escolhida para manter a temperatura baixa e estável nas residências, o que as torna facilmente arejadas no clima subtropical. Ainda acrescentam que as acomodações representam um novo ponto de vista arquitetônico no noroeste da Austrália. Com relação aos benefícios, o escritório afirma que, diferente de tijolos ou cimento, a taipa é formada por materiais que não precisam de qualquer tratamento ou energia intensiva de produção. Portanto, tem-se a vantagem da economia e baixo custo na construção do projeto, menor impacto ambiental, além de integrar os elementos da região ao conforto ambiental no ambiente. De tal modo, exemplos contemporâneos tipo o supracitado serve de referência de boas práticas projetuais na arquitetura sustentável.

Considerações Finais

Após a industrialização e os avanços tecnológicos e construtivos do século XIX na construção civil, o uso da tecnologia gerou a substituição dos meios de produção artesanais por materiais e procedimentos automatizados. Após um longo período de larga utilização como técnica construtiva, a taipa de mão foi abandonada e substituída pelos novos materiais e pelas mudanças tecnológicas surgidas, além das novas exigências do mercado consumidor técnicas e materiais surgidos na modernidade. Contudo, ainda existem edificações atuais que estão preservadas, como o Museu Caipira, que foi conservada por seu morador e atualmente a casa se transformou em uma fonte de conhecimento, memórias e herança familiar.

Por outro lado, encontrou-se algumas residências em mau estado de conservação, abandono ou ruínas, como as do Povoado Ascenço. Reforça-se aqui a importância do conhecimento desse patrimônio, sendo necessário a preservação, em virtude da sua importância cultural, social e ecológica que abrange os parâmetros da arquitetura sustentável.

No entanto, por mais que grande parte da sociedade veja as construções de terra como passado, é notório que as técnicas permanecem vivas e representam uma herança familiar, um símbolo de resistência em meio as tecnologias vigentes construtivas, sendo alvos de estudos no ramo da construção civil.

Em vista dos impactos ambientais provenientes da industrialização, conclui-se que a arquitetura de taipa se mostra como grande potencial de alternativa sustentável para a construção civil, existem diversos projetos executados em várias partes do mundo que funcionam e que podem ser inseridos na atualidade.

Referências

- AD Editorial Team. Material em foco: **A Grande Muralha da Austrália por Luigi Rosselli** [Material Focus: The Great Wall of WA by Luigi Rosselli] 2016. ArchDaily Brasil. (Trad. Sbeghen Ghisleni, Camila). Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/790571/material-em-foco-a-grande-muralha-da-australia-por-luigi-rosselli>> Acessado em 7 Agosto 2022.
- CALLA GARCIA, A. **La Construcción com Tierra en la Cultura Andina**. In: SEMINÁRIO IBEROAMERICANO DE CONSTRUÇÃO COM TERRA, 1. 2002, Salvador, Anais. Salvador: Projeto PROTERRA, 2002. p. 27-36.
- CANTEIRO, Fábio, PISANI, Maria Augusta Justi. **Taipa de mão: história e contemporaneidade** por M.A.Pisani e F.Canteiro - Vol. I No 2 Out 06. 2006. Disponível em: http://www.aedificandi.com.br/aedificandi/N%C3%BAmero%202/2_taipa.pdf Acesso em: 06 agosto 2022.
- CARVALHO, T. M. P. de; LOPES, W. G. R. **A arquitetura de terra e o desenvolvimento sustentável na construção civil**. In: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 7., 2012, Palmas. Anais [...]. Palmas: CONEPI, 2012. p. 1 - 7.
- COLIN, Sílvio. **Técnicas construtivas do período colonial – I**. Coisas da Arquitetura, 2010. Disponível em: <<https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-i/>>. Acesso em 03 Agosto 2022.
- CORREIA, M. **Universalidade e diversidade da arquitetura de terra**. In JORGE, Felipe. Terra: Forma de Construir – Arquitetura, antropologia, arqueologia – 10º Mesa-Redonda de Primavera. Lisboa, Argumentum, 2006, p. 12.
- CORONA, E.; LEMOS, C. A. C. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: EDART. 1972.
- FERNANDES, M. **Técnicas de construção em terra**. In JORGE, Felipe. Terra: forma de construir – arquitetura, antropologia, arqueologia – 10º Mesa-Redonda de Primavera. Lisboa, Argumentum, 2006, p. 20.
- GOMES, M. V. **Arquitetura de Terra na Proto-História do Sul de Portugal** In.: Jorge, Felipe. Terra: Forma de Construir – Arquitetura, antropologia, arqueologia – 10º Mesa-Redonda de Primavera. Argumentum: Portugal, 2006.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Carta de Brasília**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- IMBROISI, M.; MARTINS, S. **Arte Colonial**. História das Artes, 2022. Disponível em: <<https://www.historiadasartes.com/nobrasil/arte-no-seculo-16/arte-colonial/>>. Acesso em 03 agosto 2022.
- LOPES, W. G. R.; INO, A. **Taipa de mão no Brasil: levantamento e análise de construções**. Universidade de São Paulo, São Carlos, 1998.
- MILANEZ, A. **Casa de Terra: As técnicas de estabilização do solo a serviço do homem do campo**. Rio de Janeiro: Serviço Especial de Saúde Pública – Ministério da Saúde, 1958.
- MINKE, G. **Manual de construccion en tierra: la tierra como material de construcción y sus aplicaciones em la architecture actual**. Uruguay: Nordan-Comunidad, 2001.
- OLIVEIRA, L. B. **Introdução ao estudo de adobe: construção de alvenaria**. 2005. Disponível em: www.unb.br/fau/pos_graduacao/paranoa/edicao2005/adobe.pdf Acesso em: 20 julho 2022.

PISANI, M. A. J. **Taipas**: a arquitetura de terra. Revista Sinergia, volume 5, n. 1, p. 09-15. São Paulo, 2004.

PESSOTTI, L., RIBEIRO, N. P. (orgs.) **A Construção da Cidade Portuguesa na América**. Rio de Janeiro. 2011.

RAMOS, L. M.; GÁMEZ, D. R.; COSSÍO, F. V. **Arquitectura y Construcción com Tierra**. Tradición e Innovación. Boceguillas: Mairera, 2002.

SILVEIRA, D., VARUM H., COSTA, A. **Rehabilitation of an important cultural and architectural heritage**: the traditional adobe constructions in Aveiro district - Sustainable Development. 2007. WITPress, p. 705-714.

VASCONCELLOS, S. de. **Arquitetura no Brasil**: sistemas construtivos. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 1979.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (ISSN 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma **online** a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submetido em 09/11/2022

Aprovado em 15/12/2022

BÁRBARA MONTE MIRANDA E MARCELA DIMENSTEIN

O corpo feminino na cidade: experiências urbanas a partir do caminhar em João Pessoa-PB

The female body in the city: urban experiences from walking in João Pessoa

El cuerpo femenino en la ciudad: experiencias urbanas a partir del caminar en João Pessoa-PB

O corpo feminino na cidade: experiências urbanas a partir do caminhar em João Pessoa-PB

The female body in the city: urban experiences from walking in João Pessoa

El cuerpo femenino en la ciudad: experiencias urbanas a partir del caminar en João Pessoa-PB

Bárbara Monte Miranda

Arquiteta e Urbanista graduada pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), em 2020. Participou de Projetos de Pesquisa, como Paisagem Urbana: uma análise crítica da imagem da cidade de João Pessoa (2017-2018) e Urbanismo Errante e Experiências de Alteridade na Cidade Contemporânea (2019).

Architect and Urbanist graduated from UNIPÊ - University Center of João Pessoa (2020). Participated in Research Projects linked to the college's undergraduate program as Urban Landscape: a critical analysis of the image of the city of João Pessoa (2017-2018) and Wandering Urbanism and Experiences of Alterity in the Contemporary City (2019).

Arquitecto y Urbanista graduado por la UNIPÊ - Centro Universitario de João Pessoa (2020). Participó en Proyectos de Investigación vinculados al programa de pregrado de la universidad como Paisaje urbano: un análisis crítico de la imagen de la ciudad de João Pessoa (2017-2018) y Urbanismo errante y experiencias de alteridad en la ciudad contemporánea (2019).

barbaramntmiranda@gmail.com

Marcela Dimenstein

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU/UFRN) desde 2021. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba (PPGAU/UFPB) desde 2014. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2011. Atualmente, é professora assistente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) e do Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP), nos quais ministra disciplinas voltadas aos temas de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo.

PhD from the Postgraduate Program in Architecture and Urbanism at the Federal University of Rio Grande do Norte - PPGAU/UFRN (2021). Master by the Postgraduate Program in Architecture and Urbanism at the Federal University of Paraíba - PPGAU/UFPB (2014). Graduated in Architecture and Urbanism at the Federal University of Paraíba - UFPB (2011). She is currently an assistant professor at the Architecture and Urbanism Course at the University Center of João Pessoa-UNIPÊ and at the Higher Education Institute of Paraíba-IESP, where she teaches courses on the themes of Theory and History of Architecture and Urbanism.

O corpo feminino na cidade: experiências urbanas a partir do caminhar em João Pessoa-PB

The female body in the city: urban experiences from walking in João Pessoa

El cuerpo femenino en la ciudad: experiencias urbanas a partir del caminar en João Pessoa-PB

Doctora por el Programa de Postgrado en Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte - PPGAU / UFRN (2021). Maestría por el Programa de Postgrado en Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Paraíba - PPGAU / UFPB (2014). Licenciada en Arquitectura y Urbanismo por la Universidad Federal de Paraíba - UFPB (2011). Actualmente es profesora asistente en el Curso de Arquitectura y Urbanismo en el Centro Universitario de João Pessoa - UNIPÊ y en el Instituto de Educación Superior de Paraíba - IESP, donde imparte cursos sobre los temas de Teoría e Historia de la Arquitectura y el Urbanismo.

mmarcelad@gmail.com

Resumo

Este trabalho se propõe a estudar e compreender a dinâmica e os impactos que interferem na experiência urbana feminina na cidade de João Pessoa. A partir de um recorte social específico – as mulheres que transitam em diferentes trechos da capital paraibana –, a pesquisa busca analisar as apreensões femininas do meio urbano e entender os fatores que influenciam em suas formas de ocupação e uso da cidade. Através de uma abordagem investigativa, foi possível observar as atmosferas de autonomia e opressão que atravessam a vivência urbana das mulheres e refletem na forma que seus corpos se comportam em meio à cidade. As principais estratégias metodológicas adotadas foram a realização de entrevistas semiestruturadas e a produção de ensaios fotográficos (atuando como uma ferramenta de relato visual). Este estudo busca despertar olhares críticos sobre o atual modelo de produção urbana; contribuir com debates que contemplem a incorporação da perspectiva de gênero no planejamento urbano; assim como instigar novas formas de leitura da cidade, que considerem as complexidades subjetivas que permeiam os espaços e escapam das análises urbanísticas convencionais, ressaltando a relevância de uma percepção sensível do cotidiano das cidades como forma de se contrapor à espetacularização urbana.

Palavras-chave: Mulheres. Experiência urbana. Narrativas urbanas. Direito à cidade. Perspectiva de gênero.

Abstract

This paper proposes studying and comprehending the dynamics and impacts that interfere with the female urban experience in the city of João Pessoa. From a specific social lens: that of women who transit in different areas of the city – the research intends to analyze the female apprehensions in the urban environment and understand the factors that affect their ways of occupation and use of the city. From an investigative approach, it was possible to observe the atmospheres of autonomy and oppression on the urban experience of women, reflecting on the behavior of the female body on the streets. The main methodological strategies taken were the realization of semi-structured interviews and the production of photo essays (acting as a visual reporting tool). This study aims to raise critical perspectives around the current model of urban production and intends to contribute to debates that contemplate the incorporation of a gender perspective in the urban planning. In addition, it proposes new ways to read cities that considers the subjective complexities that permeate spaces and scape urban hegemonic methodological analysis, highlighting the relevance of the sensory perception of the day-to-day of the cities as a way of opposing the urban spectacularization.

Keywords: Women. Urban experience. Urban narratives. Rights to the city. Gender perspective.

Resumen

Este trabajo se propone estudiar y comprender las dinámicas e impactos que interfieren en la experiencia urbana de las mujeres en la ciudad de João Pessoa. A partir de una muestra social específica -mujeres que transitan por distintos puntos de la capital de Paraíba- la investigación busca analizar las aprehensiones de las mujeres sobre el entorno urbano y comprender los factores que influyen en sus formas de ocupar y usar la ciudad. A través de un enfoque investigativo, fue posible observar las atmósferas de autonomía y opresión que atraviesan la experiencia urbana de las mujeres y reflexionar sobre la forma en que sus cuerpos se comportan en la ciudad. Las principales estrategias metodológicas adoptadas fueron las entrevistas semiestructuradas y la elaboración de ensayos fotográficos (que actúan como herramienta de información visual). Este estudio pretende despertar miradas críticas sobre el actual modelo de producción urbana y pretende contribuir a los debates que contemplan la incorporación de la perspectiva de género en la planificación urbana, así como instigar nuevas formas de leer la ciudad que consideren las complejidades subjetivas que permean los espacios y escapan al análisis urbano convencional, destacando la relevancia de la percepción sensible de la vida cotidiana en las ciudades como forma de contrarrestar la espectacularización urbana.

Palabras clave: Mujeres. Experiencia urbana. Narrativas urbanas. Derecho a la ciudad. Perspectiva de género.

Introdução

Este artigo tem como tema principal as experiências urbanas na cidade contemporânea, assunto discutido por diversos autores, como Paola Berenstein Jacques (2012) e Milton Santos (1996), em obras que tecem elogios ao ato de vivenciar a cidade e à corporeidade no urbano, bem como ressaltam a crescente relevância do tema. No caso deste estudo, o foco será as mulheres que se locomovem prioritariamente a pé pela cidade, intencionando compreender que aspectos urbanos impactam nas suas experiências cotidianas.

Para Pereira (2009), o atual cenário das cidades brasileiras contemporâneas está inserido num contexto de contínua mudança e verticalização da paisagem. Muitas vezes, esse contexto é permeado por um planejamento que prioriza a mobilidade através do veículo individual, no qual a escala humana parece se perder juntamente com a vivência da cidade.

Ao entender que, a partir da experiência urbana, conseguimos perceber o meio em que estamos, mediante a apreensão subjetiva dos cheiros, dos ritmos e das cores, bem como desenvolver relações de afetividade e identificação com a cidade, também podemos compreendê-la como atuante na contraprodução do urbano, considerado "homogeneizado" e "espetacular" (Jacques, 2012). É, assim, fundamental considerar sua relevância no processo de planejamento urbano. Com o intuito de enriquecer tal discussão, acrescentamos aqui mais um ponto a ser debatido: o protagonismo masculino na formação das cidades e a consequente concepção de espaços feitos por/para homens.

Segundo Paula Freire Santoro (2008), o planejamento urbano contemporâneo passa por uma necessária revisão de suas principais diretrizes, dada a discussão acerca das problemáticas a respeito de para quem e por quem a cidade está sendo construída. Para autores como José María Ezquiaga (1997) e Terezinha Gonzaga (2004), umas das principais questões tratadas sobre o tema se refere ao fato de as cidades serem reflexos de um contexto histórico de hegemonia masculina e patriarcal na sociedade. Dentro dessa perspectiva, a mulher foi ignorada e, portanto, desconsiderada no tocante às escolhas sobre a forma e a função que os espaços públicos teriam e como seriam acessados (Casimiro, 2017).

Recentemente, as mulheres vêm ganhando visibilidade nas decisões sobre os espaços da cidade, à medida que manifestam suas insatisfações. Desde a primeira década do século XXI, autoras como Alfonsin (2006) e Santoro (2008) observam a transformação do discurso feminino, ao relatarem o crescente reconhecimento dos debates e das lutas por direitos, principalmente os relacionados a desigualdade de gênero. Essa pauta, por sua vez, está diretamente ligada aos usos e às atividades impostas aos espaços públicos, que refletem as diversas formas de violência. As estatísticas obtidas em 2016 pela ActionAid, indicam que metade das mulheres brasileiras entrevistadas já foram perseguidas na rua, 44% tiveram seus corpos tocados, 37% presenciaram homens se exibindo para elas e 8% foram vítimas de estupro.

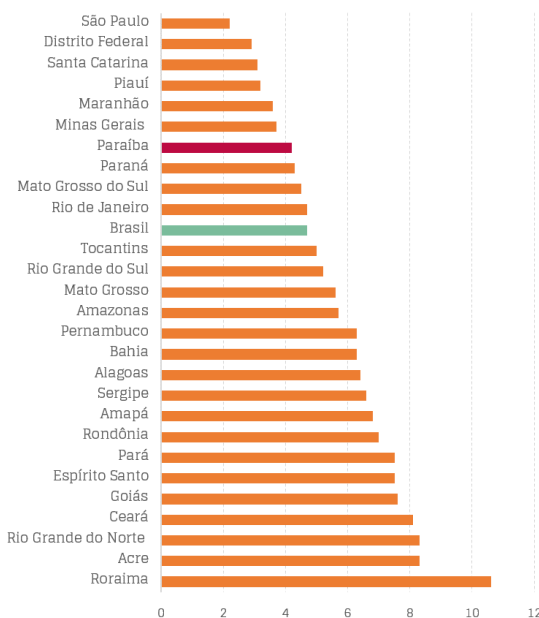
A pesquisa revelou que a região Centro-Oeste do Brasil liderava o ranking nacional de relatos de assédios nas ruas, com 92% de incidência, seguida pela Norte (88%), pelas Nordeste e Sudeste (86%) e pela Sul (85%). Ao fim, constatou-se que 70% das mulheres sentiam medo de serem assediadas ao andar nas ruas.

O Brasil permanece como um dos países mais violentos para as mulheres. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2019, o país ocupava o quinto lugar no ranking de maiores taxas de feminicídio do mundo. De acordo com o Atlas da Violência de 2019, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

e pelo Fórum de Segurança Pública, as taxas de feminicídio entre 2007 e 2017 [1] aumentaram 20,7%, isto é, passaram de 3,9 para 4,7 mulheres assassinadas a cada 100 mil mulheres. Nesse contexto, a Paraíba aparece com uma taxa de vítimas de 4,2 a cada 100 mil mulheres, registrando na década em questão um aumento de 27,5%.

FIGURA 1 –Taxa de feminicídios a cada 100 mil mulheres nos estados brasileiros (2017).

Fonte: Atlas da Violência 2019 (disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf). Elaborada pela autora.



Para Raquel Rolnik (2013), nas nossas ruas, o direito de ir e vir se entrelaçou fortemente com outras pautas e agendas constitutivas da questão urbana. Em meio a elas, ressalta-se aqui o direito da mulher à cidade e sua mobilidade pelo espaço urbano como ponto-chave de discussão sobre cidades mais democráticas e igualitárias na prática.

Assim, surge o recorte desta pesquisa: as mulheres que transitam a pé na cidade de João Pessoa/PB e suas experiências em meio às problemáticas do planejamento urbano hegemônico.

A partir de uma abordagem investigativa aplicada a um grupo de mulheres, neste artigo, objetivou-se identificar os elementos urbanos que impactavam nas suas experiências cotidianas; descobrir estratégias e táticas do corpo feminino na vivência dos trechos analisados; assim como entender os motivos e as origens de tais comportamentos, por meio de entrevistas semiestruturadas e da proposta de registros fotográficos feitos pelas participantes. Pretendeu-se, com este estudo, contribuir com a discussão sobre o atual modo de pensar e produzir cidades, levantando as problemáticas de gênero como pontos relevantes em um processo de desenvolvimento urbano mais democrático e igualitário.

Vivenciando a cidade: caminhadas urbanas e perspectivas femininas

Em meio às concepções sobre as apreensões subjetivas inerentes ao urbano debatidas por Milton Santos (1996) e Paola Berenstein Jacques (2006, 2012), surge o conceito de “errâncias urbanas”, um tipo específico de apropriação do espaço público que

não foi pensado nem planejado pelos urbanistas ou outros especialistas do espaço (Jacques, 2006, p. 117). A autora estabelece esse método como uma forma de divergir da produção de cidades-espetáculo e se opor aos modelos urbanísticos vigentes, uma vez que a errância urbana se conduz como uma apologia à experiência da cidade e pode ser, sobretudo, realizada por qualquer um, resgatando a concepção da prática urbana ordinária e as questões do cotidiano.

Seguindo essa linha de pensamento, Certeau (1990) aponta que nesse exercício ordinário do urbano há uma apreensão subjetiva e individual por meio do conhecimento “cego” sobre os espaços. Essa cegueira dá margem, justamente, às percepções de ordem empírica, já que a experiência urbana não necessariamente precisa ser representada ou vista, apenas sentida e vivenciada, considerando-se seus outros aspectos e sentidos.

Nesse sentido, percebe-se a importância do corpo como o veículo utilizado por nós para expressar e experienciar diariamente nossas relações, dando sentido aos lugares que são apropriados e percebidos (Dimenstien, 2014, p. 24). Ao tomar consciência da atmosfera e reconhecê-la, considerando suas ambiências, a experiência corpórea é vista como objetivo, ao mesmo tempo que como meio no processo de apreensão e compreensão da cidade.

A caminhada urbana foi uma questão discutida por Lefebvre (2000), abarcada na sua teoria do espaço social, que tinha como foco o processo de produção do espaço. Assim como Certeau (1990) e Jacques (2006), o autor se posiciona de forma crítica sobre a postura adotada pelos especialistas urbanísticos. Em sua obra, as relações sociais com a cidade são classificadas em: ordem distante, aquela mantida pelo Estado por meio da visão objetiva e racionalizada dos profissionais; e ordem próxima, como as conexões interpessoais e de vínculo construídas a partir do cotidiano urbano.

Ao permitir interpretações e narrativas concebidas a partir de cada caminho – cujo rastro traz em si marcas únicas e subjetivações individuais e coletivas sobre a urbe, uma vez que esta foi não apenas percorrida, mas também vivenciada –, a prática da cidade traz provocações pertinentes acerca do social no urbano. Afirma-se, então, como ato de resistência à lógica hegemônica de produção de espaços, cujo escopo é baseado essencialmente em perspectivas capitalistas.

Para além do entendimento do caráter individual atribuído à experiência urbana⁶, sua análise exige a compreensão de suas dimensões e complexidades diversas, sendo uma delas a questão de gênero, tema vinculado a discussões de raça, classe e pertencimento que se fazem indiscutivelmente relevantes no debate acerca das lutas urbanas. Este artigo, porém, se atém à figura feminina e à sua luta pelo direito à cidade, bem como à importância da participação ativa de mulheres na produção do espaço urbano.

A princípio, Bruschini (1993, apud, Freyre 1998) relembra que a estrutura familiar da sociedade agrária escravocrata do Brasil colonial se firmava no patriarcado, no qual a autoridade masculina detinha o poder econômico e político. Nesse contexto, constata-se que tal natureza patriarcal também se reproduzia na formação urbana, evidenciada pelo protagonismo masculino nas esferas decisórias da construção de cidades.

A atmosfera excludente representada pela conjuntura histórica de hegemonia da perspectiva masculina na produção urbana incita reflexões relativas às desigualdades de gênero impostas nos espaços públicos, notadas por Nadja Monnet (2013). Essa

⁶ Ressalta-se que a experiência urbana, em si, é individual. Porém, segundo Raquel Rolnik (1992), o conceito de cidade atravessa processos de significação, percepção e construção de territorialidades, que trazem a definição de uma realidade física repleta de códigos introspectados, implicando a interpretação daquilo que se vê e se experimenta.

autora se dedica a estudos etnográficos em contextos urbanos e analisa o panorama da relação entre os gêneros e os espaços públicos desde o início da urbanização acelerada, pós Revolução Industrial.

A autora atribui os aspectos e a organização da vida urbana à dicotomia entre o público e privado. Parte da compreensão sobre como essa divisão espacial foi se setorizando de acordo com as esferas consideradas “naturais” de cada um dos sexos, “construídas sobre a base da ideia da superioridade, da dominação masculina e da responsabilidade feminina para a esfera doméstica” (Mollerokin, 2000 apud Monnet, 2013, p. 221).

Nesse contexto, enquanto os homens foram incentivados a usufruir da vida pública, dos espaços de convivência – o que o levava para o lado da política, do profissional, cuja grandeza e qualidade de sua reputação dependem do olhar e da valorização dos outros (Monnet, 2013, p. 223) –, o público feminino foi fortemente vinculado apenas ao ambiente residencial, que seria o “lugar de mulher”, invisibilizado e desconsiderado nos meios públicos.

Os estudos sobre a natureza sexuada dos espaços públicos servem de base para as discussões relativas à perspectiva de gênero no planejamento urbano, cuja relevância é tratada por Casimiro (2017). A autora defende a visibilidade e a participação ativa da mulher nesse processo com base na concepção de cidade como projeção reflexiva da sociedade e que tem, por dever, a finalidade de permitir sua intervenção e usufruto de forma igualitária por meio de políticas urbanas que acolham as diferenças referentes aos gêneros.

A mulher é, no Brasil, em números, maioria. É a cidadã que mais ocupa os espaços, produzindo ou não, circulando, habitando, interferindo, voluntaria ou involuntariamente, por meio de sua presença na construção e manutenção da sociedade brasileira [...]. Na perspectiva da democracia, pelo método quantitativo de participação, a explicação para a ausência das mulheres nos espaços políticos, partilhando do debate sobre a cidade e o que ela deve e pode ofertar, não se sustenta, fragilizando assim a possibilidade de um futuro estável, de bem-estar social e vida digna coletiva (CASIMIRO, 2017, p. 10).

O conhecimento a respeito desse cenário evidencia a forte necessidade e importância da garantia participativa das mulheres nos espaços decisórios da cidade, constituindo uma das principais reivindicações femininas atuais. Somam-se a esse tema questões raciais e socioeconômicas, intrínsecas à pauta, ao considerar que a segregação imposta aos espaços aflige de forma mais acentuada a mulher pobre e, com ainda mais violência, as negras (Casimiro, 2017).

A esse respeito, Djamila Ribeiro (2017) traz à tona que a vivência feminina na cidade é influenciada por vários aspectos, grande parte relacionados à violência de gênero. Ela chama a atenção para o fato de que, mesmo se tratando do mesmo sexo, quando a discussão inclui classe social e raça, as experiências urbanas se diferenciam, sendo de valor fundamental e indispensável o diálogo entre tais questões.

Quando se analisam as manifestações femininas por seus direitos, percebe-se um valor que ultrapassa uma luta exclusiva de gênero, podendo ser entendida como “uma aproximação ao direito à cidade, porque são a apropriação política das mulheres sobre o espaço público, a elas historicamente negado” negado” (Koetz, 2017, p. 77). Tal fato revela o importante do papel da mulher na luta pelo uso democrático da cidade e pela transformação do cenário de segregação socioespacial do espaço urbano.

A hegemonia da visão cultural masculina nos espaços de atuação e poder representa um atraso nos processos de democratização urbana, haja vista que é impossível

vislumbrar a diminuição das desigualdades socioterritoriais das cidades sem uma atuação incisiva nas questões de gênero – incluída a etnorracial (Pinheiro, 2017).

O diálogo entre teoria, gênero e cidade estabelecido neste trabalho se apoia em conceitos como o “gender mainstreaming” – traduzido como incorporação de perspectiva de gênero. Consiste em leis, regras e regulamentos implantados na administração de uma cidade que promovam benefícios para homens e mulheres de forma igualitária – adotado no planejamento urbano de diversos países, com destaque para a capital austríaca, pioneira desde 1990 (SUMI, 2018).

Segundo Eva Kail, em entrevista para a CityLab⁷ em 2013, a partir de pesquisas sobre os usos dos espaços, foi possível descobrir, por exemplo, que o público feminino era o que mais caminhava pela cidade e usava o transporte público. Logo, esses dados se tornaram base para uma reestruturação urbana que promoveu melhorias na mobilidade urbana e na iluminação pública que beneficiaram não somente as mulheres, como também toda a sociedade. Atualmente, a cidade já realizou mais de 60 projetos aplicando perspectivas de gênero, com o objetivo de garantir que toda infraestrutura e serviços urbanos possam ser usados igualmente por homens e mulheres.

Apesar de podermos encontrar exemplos na realidade de cidades brasileiras que já mostram iniciativas mais abertas e inclusivas, como é o caso de Conde – um município paraibano cuja gestão é coordenada por Márcia Lucena, a qual propõe uma série de ações⁸ como o “Olá Comunidade” e o “Vem Mulher”, trazendo a participação popular para o centro do debate, sendo a última direcionada ao incentivo da liderança e representatividade feminina nas esferas sociais e políticas –, ainda são cenários raros e que vão em contramão ao ranking divulgado pela ONU Mulheres em 2017, que apontava o Brasil como um dos piores países em representação política feminina.

A partir dessa consciência, compreende-se a importância do desenvolvimento de políticas urbanas que observem a cidade a partir de uma visão mais sensível e próxima às realidades não apenas das mulheres, mas de outros grupos socialmente vulneráveis. O intuito é partir de uma macro escala para a micro, integrando-as como parte influente no processo, como meio de se garantir os princípios de acessibilidade e democratização na prática do meio urbano.

O corpo feminino na cidade: narrativas urbanas e relatos visuais

Partindo da ideia de pesquisar a relação das mulheres com a cidade de João Pessoa, buscamos descobrir elementos importantes na experiência urbana feminina e compreender uma série de comportamentos associados por elas ao meio urbano, evidenciados ao longo da investigação acerca dos trajetos feitos pelo grupo de participantes da pesquisa.

⁷ Matéria disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2013-09-16/how-to-design-a-city-for-women>. Acesso em 19 de junho de 2021.

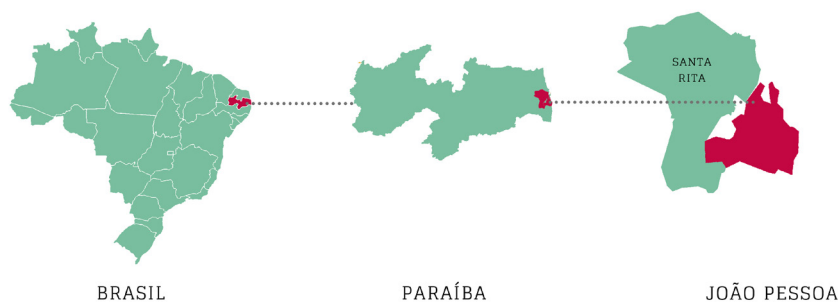
⁸ Matérias disponíveis em: <https://www.polemicaparaiba.com.br/cidades/conde/prefeita-marcia-lucena-participado-segundo-encontro-vem-mulher-em-jacuma/>. Acesso em 27 de junho de 2020.

Caracterização dos trajetos cotidianos

Foram entrevistadas mulheres que vivem em João Pessoa [2] ou no município vizinho de Santa Rita, mas que fazem seus trajetos cotidianos, principalmente, na capital paraibana que, em 2019, de acordo com o IBGE, contava com uma população estimada em 809.015 habitantes.

FIGURA 2 –Localização do recorte espacial da pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020 (base de dados: LAURBE-UFPB).



O recorte espacial da pesquisa abrange alguns bairros da capital, todavia as abordagens iniciais ocorreram em dois centros universitários: no Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), visto que foi observado o grande fluxo de mulheres nesse meio, configurando-se como espaço de socialização e circulação de diversos grupos.

Quanto à definição do grupo, deu-se a partir das abordagens realizadas em campo com mais de 15 mulheres. Entretanto, parte delas mostraram um certo receio ou desinteresse em participar da pesquisa, outras, inicialmente, aceitaram a proposta, mas se ausentaram ao longo do processo de pesquisa de campo, que ocorreu durante quatro meses (entre fevereiro e junho de 2020), período influenciado pela pandemia do Covid-19, que também ocasionou a perda de contato com algumas das participantes. Ao fim, chegamos a um grupo consistente de 7 mulheres dispostas a colaborar com o estudo.

Sendo uma pesquisa de caráter qualitativo, Silveira e Gerhardt (2009) apontam que não existe interesse na busca por generalização. Desse modo, não houve preocupação com a quantidade de indivíduos na amostragem, tendo em vista que se trata de um estudo cujo objetivo é analisar as percepções individuais⁹ sobre as diversas experiências urbanas incluídas e se aprofundar na compreensão dos aspectos subjetivos envolvidos.

A diversidade de perfis era um fator buscado na pesquisa, sendo assim, não havia restrições com relação a faixa etária, cor, raça ou outros atributos individuais (ressaltando que as mulheres são interpretadas neste trabalho como todas aquelas que se autodeclararam como tal, sejam elas cis – que se identificam com o sexo biológico, ou trans – que não se identificam com o sexo biológico e se reconhecem como mulher). Também não era necessário que fossem estudantes, apenas frequentadoras dos espaços, podendo, portanto, serem funcionárias, trabalhadoras informais etc.

⁹ Considerando que leituras e percepções urbanas não são dissociadas das estruturas socialmente construídas, vale ressaltar que, nesse caso, o artigo se atém a uma noção mais simplista sobre os olhares e percepções “individuais”, referindo-se às impressões pessoais das participantes em questão, com o objetivo de focar na ideia de perspectiva de gênero num contexto urbano.

Dessa forma, foram entrevistadas 7 mulheres, entre as idades de 19 e 45 anos. Das entrevistadas, 05 eram estudantes e uma era funcionária no UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa, uma era estudante da Universidade Federal da Paraíba e uma delas frequentava ambas as instituições – a UFPB como estudante e o UNIPÊ como funcionária.

Os gráficos a seguir apresentam as porcentagens referentes à raça e nível de escolaridade das participantes:

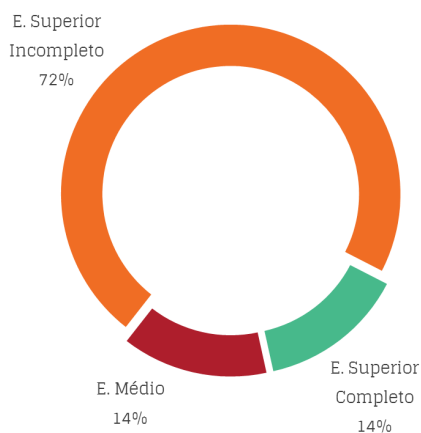
FIGURA 3 –Gráfico de porcentagem étnico-racial das participantes.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.



FIGURA 4 –Gráfico de porcentagem referente ao nível de escolaridade das participantes.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.



Tendo em vista que ambas as universidades se situam na zona sul da cidade, esta região acabou se tornando o foco de estudo. Por essa razão também se observa que a maioria dos trajetos diários do grupo participante pela cidade era motivada por questões relacionadas a estudo e trabalho.

Em virtude disso, notaram-se circulações em comum por algumas áreas específicas da cidade [3] como, por exemplo, os bairros de Água Fria e Castelo Branco, que possuem uma dinâmica predominantemente estudantil por terem centros universitários como principais pontos de atração. O Centro da cidade também fazia parte dos trajetos diários da maioria das participantes, embora, geralmente, não se apresentasse como destino final, mas como ponto de ligação entre uma rota e outra. O bairro dos Bancários foi citado por uma parte mínima das entrevistadas que relataram fazer, eventualmente, o uso e ocupação dos espaços públicos da área, como a Praça da Paz¹⁰.

¹⁰ Situada no bairro Bancários (João Pessoa, PB), a praça frequentemente funciona como ponto de encontro de diversos grupos sociais.

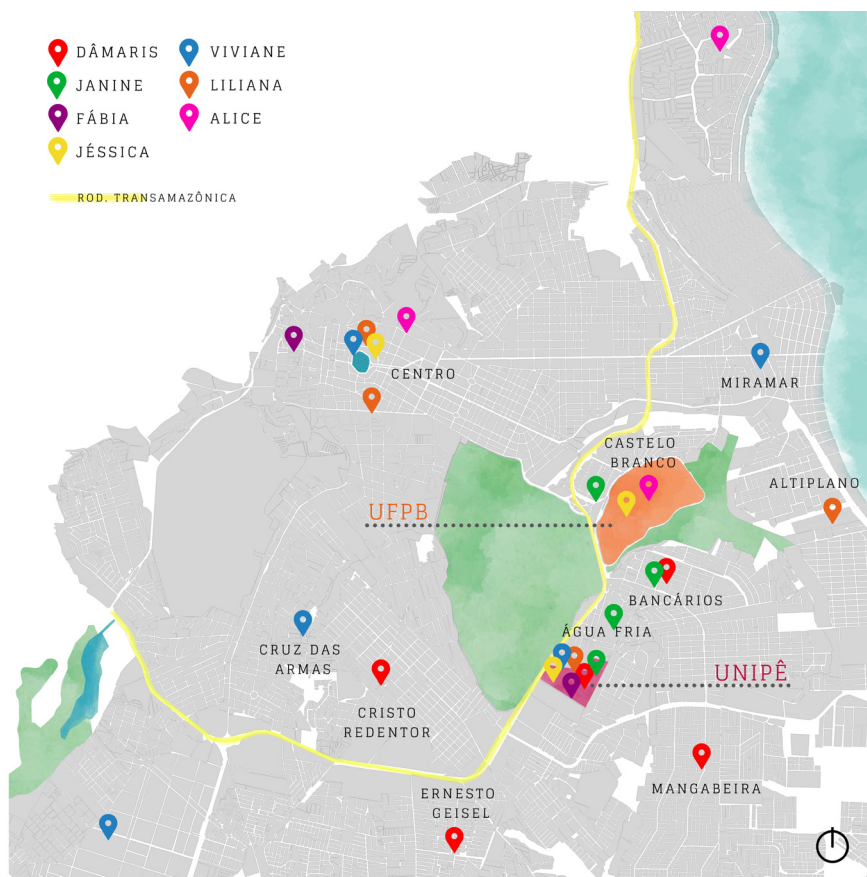


FIGURA 5 – Bairros mais frequentados pelas participantes.

Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa. Editado pela autora, 2020.

A fotografia como ferramenta de apreensão do espaço

Como forma de auxiliar as participantes nas narrativas sobre seus percursos diários, trazendo à tona sentimentos, sensações, entre outros aspectos subjetivos, trouxemos os ensaios fotográficos, os quais também se mostraram como método bastante pertinente no caso desse trabalho, que tinha por objetivo explorar a visão delas sobre a cidade.

Apesar de pouco utilizada na área de Arquitetura e Urbanismo, essa estratégia observada em pesquisas no campo da psicologia, segundo Neiva-Silva e Koller (2005, apud GOMES, DIMENSTEIN, 2006), apresenta vantagens como a praticidade do processo e a riqueza de significados, ao mesmo tempo que aponta a dificuldade dos participantes em conseguir achar elementos que traduzam o que sentem ou o que desejam demonstrar. Tal bloqueio para identificar o que gostariam de registrar foi percebido durante o processo, pois algumas das participantes afirmaram ter tido problemas em conseguir associar sensações e incômodos a algo que pudesse ser representado e capturado numa imagem.

Logo, foi solicitado que fotografassem elementos e cenas que traduzissem ou simbolizassem determinados aspectos em suas vivências urbanas – previamente categorizados e explicados pela pesquisadora.

Nesse caso, a produção dos registros fotográficos foi orientada pelas classificações “conforto” e “desconforto”, escolhidas pela abrangência dos termos, possibilitando múltiplas interpretações pelas participantes. Assim, foi possível direcionar o foco delas para aspectos nas ruas que lhes trouxessem sensações positivas ou negativas de forma geral, sem induzir ou limitar seus olhares e discursos. Os registros se converteram em relatos, explorados na etapa seguinte, a partir de entrevistas semiestruturadas, questionando sobre o que motivou a captura de cada foto. Em geral, os registros na categoria “conforto” se relacionavam com sentimentos de segurança, contentamento, tranquilidade, enquanto os de “desconforto” eram associados ao medo, insegurança e insatisfação.

De forma sucinta, apresentaremos a seguir os resultados para as duas categorias:

Avaliações do espaço

Sobre os aspectos “confortáveis”, de acordo com as fotografias e relatos das mulheres entrevistadas, a presença de comércios e serviços [6] era percebida como algo positivo, pois proporcionava um maior movimento às ruas, assim como a presença de ciclovias [8], que transmitiam conforto durante o passeio. Percursos bem arborizados [7] foram citados como algo que trazia tranquilidade e alívio climático, especialmente durante o calor do dia. Os espaços públicos [9] foram mencionados como pontos de encontro de diversos públicos e grupos sociais, trazendo segurança para a circulação nas proximidades.

De modo geral, a maior parte dos discursos convergiu para um ponto em comum: a circulação e a presença de pessoas como fatores que inspiravam segurança durante os trajetos, seja nas ruas, seja nas paradas de ônibus, seja nos espaços públicos; e elementos de sombreamento, especialmente árvores, como promotores de conforto durante os passeios.



FIGURA 6 – Conforto: Comércios, serviços urbanos e circulação de pessoas na rua.

Fonte: registrado por Dâmaris (participante da pesquisa), 2020.



FIGURA 7 – Conforto: Trechos arborizados.

Fonte: registrado por Dâmaris (participante da pesquisa), 2020.



FIGURA 8 – Conforto: Ciclovias.

Fonte: registrado por Liliana (participante da pesquisa), 2020.



FIGURA 9 – Conforto: A ocupação na Praça da Paz (bairro Bancários - João Pessoa). Na foto, encontro de mulheres do coletivo Levante Popular da Juventude.

Fonte: registrado por Janine (participante da pesquisa), 2020.

Sobre os pontos negativos ou “desconfortáveis”, a maioria das entrevistadas via as ruas desertas [10] e paradas de ônibus isoladas [11], bem como terrenos ociosos e baldios (somados a uma situação de pouca ou total falta de iluminação durante a noite), como cenários ameaçadores, por não apresentarem movimentação de pessoas.

Associada a esse sentimento de receio, a intimidação provocada pela presença da figura masculina nas ruas, especialmente à noite, foi outra questão abordada pelas participantes, trazendo à tona relatos sobre experiências relacionadas a assédio, inclusive durante o processo da pesquisa. Em virtude disso, foi possível verificar o desconforto das participantes também no que concerne aos registros referentes a esse ponto, cuja problemática foi apontada apenas verbalmente.

Por fim, as barreiras físicas – nesse caso, as calçadas degradadas ou com lixo ocupando parte do espaço de circulação [12], tornavam o trajeto desagradável; os muros muito altos e as “fachadas cegas” [13], os quais desestimulavam o passeio, interferindo na visão espacial e acentuando a sensação de isolamento, também foram alvo de críticas.



FIGURA 10 – Desconforto: Rua deserta e mal iluminada.

Fonte: registrado por Dâmaris (participante da pesquisa), 2020.

FIGURA 11 – Desconforto:
Ponto de ônibus deserto e mal
iluminado.

Fonte: registrado por Dâmaris
(participante da pesquisa), 2020.



FIGURA 12 – Desconforto: Lixo
e entulhos ocupando parte da
calçada.

Fonte: registrado por Liliana
(participante da pesquisa), 2020.



FIGURA 13 – Desconforto: Muros
altos e sem aberturas.

Fonte: registrado por Liliana
(participante da pesquisa), 2020.



Comportamentos e posturas

A partir dos relatos sobre os registros fotográficos, também foi possível identificar determinados comportamentos adotados pelas participantes diante de algumas situações narradas, como: o hábito de evitar andar ou esperar em locais isolados e, se inevitável, tentar fazer o percurso de forma rápida com o objetivo de se chegar o quanto antes a uma via movimentada; a postura de receio e medo constante que tem por consequência uma preocupação antecipada em avaliar se os locais possibilitam fuga em caso de ameaças ou se existem meios de se buscar ajuda; e a preferência pelo deslocamento de carro durante à noite, como reflexo do medo intensificado nesse turno.

Logo, é possível relacionar o repúdio por locais isolados e a busca por circulação de pessoas com o conceito dos olhos da rua⁶ e a propriedade atrativa que a presença de pessoas exerce nos espaços, abordada por autores como Jacobs (1961) e Gehl (2013).

Seguindo esse raciocínio, o medo e o desconforto ressaltados durante a noite podem ser associados a fatores como a iluminação pública insatisfatória relatada pelas participantes, evidenciando a ligação entre ruas mal iluminadas – que transparecem insegurança e influenciam negativamente no fluxo de pessoas – e a produção de cenários urbanos desertos. No que tange à postura de atenção e precaução adotada por várias participantes, podemos vincular ao histórico de violência de gênero. Nesse contexto, Manuel Delgado (2007) resgata a visão do corpo feminino desde as origens das metrópoles, interpretado como uma presença estrangeira no espaço urbano, mal adaptada àquele meio. Influenciada pelo senso de não pertencimento reforçado por ideais misóginos, a figura feminina era inferiorizada e considerada física e mentalmente vulnerável, incapaz de escapar dos perigos da vida urbana (MONNET, 2013).

Como consequência dessa marginalização feminina em contraposição à hegemonia masculina, na qual foram concebidas, as cidades se comportam como meios especialmente mais hostis para mulheres. A ideia de que ruas e espaços públicos representam grandes riscos às mulheres, em especial quando desacompanhadas, infelizmente perdura até hoje e é comprovada pelo longo histórico de assédio e violência de gênero associados, majoritariamente, aos homens, cuja presença nos meios urbanos foi sendo cada vez mais assimilada como ameaça.

Nessa perspectiva, podemos compreender o frequente sentimento feminino de receio e busca por garantia de segurança nas ruas como também vestígio dessa lógica inversa, na qual o teor agressivo, direcionado principalmente às mulheres, era tido como condição natural do meio urbano, ao passo que o corpo feminino no espaço público costumava ser visto como anormalidade.

A luta contra a violência doméstica e sexual protagonizada pelo gênero é interpretada por Terezinha Gonzaga (2004) como fator que ressalta a relevância da participação feminina no planejamento urbano e que pode ser explorado como forma de dotação de infraestrutura e serviços para a cidade. Na prática, a autora exemplifica que dados sobre, por exemplo, locais onde ocorrem estupros poderiam ser úteis para a identificação de pontos para a intervenção do poder público de forma mais específica e efetiva.

Santoro (2008) nos lembra que a cidade é palco de discrepâncias em diversos âmbitos e, nesse sentido, ao considerarmos as discussões levantadas ao longo desta pesquisa,

⁶ Os olhos da rua são as pessoas – a vigilância informal que exercem, voluntária ou involuntariamente, quando ocupam o ambiente urbano (The City Fix Brasil, 2015).

somos conduzidos a reflexões acerca das desigualdades manifestadas nas questões de gênero. Essa, que se dá no campo da vida pública, revela-se também na esfera territorial, expressão física da vida pública (SANTORO, 2008, p. 6).

Considerações finais

Neste trabalho, propôs-se a analisar as experiências urbanas das mulheres que caminham pela cidade de João Pessoa por meio de ferramentas narrativas e visuais. A partir do entendimento acerca das apreensões femininas sobre o meio urbano e determinados comportamentos adotados por elas nesse contexto, pretendia-se investigar os aspectos urbanos que impactavam suas vivências pela cidade.

Considerando questões que fogem às análises urbanísticas convencionais, nesta pesquisa foram contemplados diálogos sobre o conceito de alteridade urbana, intencionando contribuir com a discussão acerca da relevância de se compreender tais complexidades inerentes à esfera urbana e ressaltar suas significâncias na percepção e estudo da cidade contemporânea.

Estudar as experiências urbanas desse recorte específico exige a contextualização a respeito das estruturas sociais que exercem influência em sua realidade, especialmente ao se tratar de uma minoria. Isto posto, o embasamento sobre as problemáticas de gênero – frutos de uma conjuntura histórica de hegemonia masculina que compôs um cenário de relações de poder, opressão e marginalização feminina⁷ – que permeiam os espaços públicos se fez necessário para um melhor entendimento acerca da relação mulher-cidade.

A aplicação da perspectiva de gênero, aqui, como instrumento de análise, além de atuar como facilitador na abordagem investigativa, possibilitou leituras da cidade em questão sob uma ótica diferenciada, pela qual se pôde constatar – através da descoberta dos aspectos impactantes e da origem de posturas observadas – que as experiências urbanas das mulheres inclusas na pesquisa, de modo geral, são muito influenciadas pelo sentimento de insegurança, afetando diretamente nas formas de apropriação e interpretação feminina dos espaços.

Observou-se que, apesar de João Pessoa apresentar algumas áreas que favoreçam seu uso e ocupação de forma mais livre e igualitária, nas quais as mulheres se sintam seguras ao fazê-lo, a falta do diálogo entre planejamento urbano e questões de gênero resultou na produção de cenários que permanecem acentuando a condição feminina de medo e receio pela sua integridade física em meio urbano.

Gonzaga (2004) nos lembra que o acesso das mulheres à cidade nunca se deu da mesma maneira que para os homens, e que apenas no último século elas conquistaram o direito de andar sozinhas nas ruas, mesmo que somente em áreas delimitadas. Tendo em vista tal contexto, o que pudemos verificar é que o modelo atual de planejamento urbano de João Pessoa perpetua essa lógica de produção de espaços limitadores da experiência urbana feminina, desconsiderando a atual conjuntura marcada por intensos processos de luta contra as desigualdades de gênero.

Apesar de tais configurações urbanas favorecerem potenciais problemáticas de gênero, oriundas de repressões estruturais preestabelecidas, também foi possível observar resistências femininas na ocupação dos espaços, mesmo que isso implicasse na forma como esses corpos reagem ao meio, seja por uma vigilância constante, seja por condutas preventivas.

⁷ Condição acentuada por raça e classe social, diálogos vinculados e indissociáveis ao debate de gênero.

Logo, conduzimos reflexões sobre a forma de planejar cidades e a eficácia de uma ótica inclusiva que compreendam estudos a respeito dos impactos de gênero no planejamento urbano, validadas por pesquisas como a de Jan Gehl e Birgitte Svarre (2013), que demonstram que mulheres podem (e devem) ser consideradas como termômetro qualitativo para várias questões na esfera social, política e urbana, esta última se referindo à garantia da segurança feminina nos espaços públicos como um forte aliado na reestruturação de cidades mais seguras para todos.

Dessa forma, este estudo intenciona contribuir com debates que legitimem a incorporação de novos métodos de interpretação e concepção urbana que considerem as dinâmicas e transformações sociais que protagonizam os espaços públicos. Sendo assim, buscou-se evidenciar a necessidade de políticas públicas que assegurem a participação feminina nos processos decisórios de planejamento urbano, acreditando-se que a cidade, como um todo, pode ser beneficiada ao reestabelecer os critérios de qualidade urbana por meio da inclusão de processos produtores de espaços mais democráticos e justos.

Referências

- ACTION AID. **Em pesquisa da ActionAid, 86% das brasileiras ouvidas dizem já ter sofrido assédio em espaços urbanos.** Action Aid, 2016. Disponível em: http://actionaid.org.br/na_midia/em-pesquisa-da-actionaid-86-das-brasileiras-ouvidas-dizem-ja-ter-sofrido-assedio-em-espacos-urbanos/ Acesso em 29 de jan. 2020.
- ALFONSIN, Betânia de Moraes. Cidade para todos/cidade para todas – vendo a cidade através do olhar das mulheres. In: **Direito Urbanístico: Estudos Brasileiros e Internacionais.** Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006
- BRUSCHINI, Cristina. Teoria crítica da família. In: **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento.** São Paulo: Cortez, 1993.
- CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo de. As mulheres e o direito à cidade: um grande desafio no século XXI. In: **Direito à Cidade: uma visão por gênero.** São Paulo: IBDU, 2017.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1990.
- DIMENSTEIN, Marcela. **Experiências urbanas de idosos no centro de João Pessoa.** Dissertação de Mestrado (Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.
- DELGADO, Manuel. **Ciudades movedizas.** Barcelona: Anagrama, 2007.
- EZQUIAGA, José María. Cambio de estilo o cambio de paradigma? Reflexiones sobre la crisis del planeamiento urbano. In: **Urban**, n. 2, p. 1-33, 1997.
- FORAN, Clare. **How to design a city for women.** CityLab, 2013. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2013-09-16/how-to-design-a-city-for-women>. Acesso em 19 de junho 2021.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala.** Rio de Janeiro: Record, 1998.
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas.** São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. **How to Study Public Life.** Washington, Island Press, 2013.

GOMES, Maria Aparecida de França. **Trabalho Infantil e Risco à Saúde: Signos produzidos por Crianças e Adolescentes Trabalhadores no Lixão de Cidade Nova, Natal-RN.** Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2002.

GOMES, Maria Aparecida de França; DIMENSTEIN, Magda. Subjetividades e narrativas visuais: a fotografia como recurso metodológico na pesquisa com crianças e adolescentes no campo da psicologia. In: **Revista Vivência** (UFRN), v. 29, p. 409-427, 2006.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e a arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero.** Tese de doutorado – FAU-USP. São Paulo, 2004.

IPEA; FBSP. Atlas da violência 2019. **Brasília:** Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

JACOBS, Jane. **The Death and Life of Great American Cities** (Morte e Vida de Grandes Cidades). Nova York: Random House, 1961.

JACQUES, Paola Berenstein. Elogio aos errantes: a arte de se perder na cidade. In: **Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais.** Salvador: EDUFBA, PPG-AU/FAUFBA, 2006.

_____. **Elogio aos errantes.** Salvador: EDUFBA, 2012.

KOETZ, Vanessa. **Nas ruas e nas praças! In: Direito à Cidade: uma outra visão de gênero.** São Paulo: IBDU, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace.** Paris: Anthropos, 2000.

MONNET, Nadja. **Flanâncias femininas e etnografia.** Redobra, Salvador: EDUFBA, n. 11, p. 218-234, 2013. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11_21.pdf. Acesso em 27 de nov. 2019.

ONU MULHERES. **Pelo Fim da Violência Contra Mulheres.** ONU Mulheres, 2017. Disponível em: Acesso em 24 set. 2019.

PACHECO, Priscila. **Nossa cidade: os olhos da rua.** The City Fix Brasil, 2015. Disponível em: <https://www.thecityfixbrasil.org/2015/05/27/nossa-cidade-os-olhos-da-rua/>. Acesso em 10 de agosto de 2020

PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. Do incentivo ao controle: o debate sobre verticalização na cidade de João Pessoa (1956-1974). **Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo**, n. 9, p. 3-21, jan. 2009.

PINHEIRO, Valéria. O peso da vida urbana sobre os ombros das mulheres e a dimensão dos despejos forçados. In: **Direito à Cidade: uma outra visão de gênero.** São Paulo: IBDU, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento: Justificando,** 2017.

ROLNIK, Raquel. **História Urbana: História na cidade?** Salvador: UFBA, 1992, p. 27-30.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**, S.l: s.n., 2013.

SANTORO, Paula Freire. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2008, Caxambu-MG. Minas Gerais: ABEP, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVEIRA, Denise Tolfo.; GERHARDT, Tatiana Engel. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

SUMI, Camilla Massola. **A cidade na perspectiva do gênero**: as políticas públicas urbanas 1990-2015 em São Paulo/SP. Dissertação de Mestrado (Arquitetura e Urbanismo) – Unicamp. Campinas, 2018.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (ISSN 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submetido em 01/08/2021

Aprovado em 15/01/2022